

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 103, 2º semestre de 2008

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 103, 2º semestre de 2008 - Ano 29, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Eduardo Albuquerque de Barros Braga

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

324p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

31

REUNIÃO DE CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE REUNIÃO DE CÚPULA DOS
CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS.
SAN MIGUEL DE TUCUMÁN, ARGENTINA, 01/07/2008

31

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO VIETNÃ

DECLARAÇÃO À IMPRENSA POR OCASIÃO DA VISITA
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, AO VIETNÃ - HANÓI - VIETNÃ, 10/07/2008

37

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO TIMOR-LESTE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE VISITA AO TRIBUNAL DE RECURSOS
DO TIMOR-LESTE. DÍLI, TIMOR -LESTE, 11/07/2008

41

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À INDONÉSIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA INDONÉSIA, SUSILO BAMBANG YUDHOYONO. JACARTA, INDONÉSIA, 12/07/2008 43

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS. BRASÍLIA - DF, 16/07/2008 47

Iª CONFERÊNCIA DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA Iª CONFERÊNCIA DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR. RIO DE JANEIRO - RJ , 17/07/2008 49

REUNIÃO INFORMAL DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES TÉCNICAS DA OMC

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA REUNIÃO INFORMAL DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES TÉCNICAS DA OMC. GENEBRA , SUÍÇA, 21/07/2008 55

REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC

PRONUNCIAMENTO À IMPRENSA DO MINISTRO CELSO AMORIM, APÓS A SESSÃO FINAL DO GREEN ROOM - REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC PARA DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES DA RODADA DOHA. GENEVRA, SUÍÇA, 29/07/2008 57

COSTA RICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA COSTA RICA, OSCAR ARIAS. BRASÍLIA - DF, 31/07/2008 59

ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A CERIMÔNIA DE ABERTURA DO ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-ARGENTINA, COM A PRESENÇA DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 04/08/2008 61

SESSÃO ORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, NA XII SESSÃO ORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL. MONTEVIDÉU, URUGUAI, 18/08/2008 69

ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE O ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER. PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA – DF, 08/09/2008 75

NORUEGA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO DA NORUEGA, JENS STOLTENBERG. BRASÍLIA -DF, 16/09/2008 79

63ª ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 63ª ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. NOVA IORQUE, EUA, 23/09/2008 83

III CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL - IBAS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA III CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL – IBAS. NOVA DELHI, ÍNDIA, 15/10/2008 87

ALMOÇO EM HOMENAGEM À SUA MAJESTADE O REI ABDULLAH II, DA JORDÂNIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM À SUA MAJESTADE O REI ABDULLAH II, DA JORDÂNIA. BRASÍLIA - DF, 23/10/2008 89

XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA. SÃO SALVADOR, EL SALVADOR, 30/10/2008 93

**REUNIÃO PLENÁRIA DOS MINISTROS DA
FAZENDA DO G-20 FINANCEIRO**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE REUNIÃO PLENÁRIA DOS MINISTROS DA
FAZENDA DO G-20 FINANCEIRO. SÃO PAULO - SP, 08/11/2008 99

**VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À ITÁLIA**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO
PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA, GIORGIO
NAPOLITANO. ROMA, ITÁLIA, 10/11/2008 103

**CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS
E ECONOMIA MUNDIAL**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, NA CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E
ECONOMIA MUNDIAL. WASHINGTON D.C. - EUA, 15/11/2008 105

**ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
DA INDONÉSIA, SUSILO YUDHOYONO**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
DA INDONÉSIA, SUSILO YUDHOYONO. BRASÍLIA - DF, 18/11/2008 109

**ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DA CORÉIA DO SUL, LEE MYUNG-BAK**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO EM
HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA
DO SUL, LEE MYUNG-BAK. BRASÍLIA - DF, 19/11/2008 111

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NO SEGMENTO INTERGOVERNAMENTAL DE ALTO NÍVEL DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS. SÃO PAULO - SP , 20/11/2008 115

REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-ASEAN

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA ABERTURA DA I REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-ASEAN. BRASÍLIA - DF , 24/11/2008 119

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DE CINGAPURA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DE CINGAPURA, LEE HSIEN LOONG. BRASÍLIA - DF, 25/11/2008 121

3º CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA ABERTURA DO 3º CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. RIO DE JANEIRO - RJ, 25/11/2008 123

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO RUSSA, DMITRI MEDVEDEV

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO RUSSA, DMITRI MEDVEDEV. RIO DE JANEIRO - RJ, 26/11/2008 127

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SEGUIMENTO DO CONSENSO DE MONTERREY SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SEGUIMENTO DO CONSENSO DE MONTERREY SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO. DOHA, CATAR, 30/11/2008 131

CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. GENEBRA, SUÍÇA, 12/12/2008 133

XXXVI CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA XXXVI CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL. COSTA DO SAUÍPE - BA, 16/12/2008 137

CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA ABERTURA DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC). COSTA DO SAUÍPE - BA, 16/12/2008 141

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CUBA, RAÚL CASTRO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CUBA, RAÚL CASTRO. BRASÍLIA - DF, 18/12/2008 145

CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. BRASÍLIA - DF, 18/12/2008 149

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA. RIO DE JANEIRO - RJ, 22/12/2008 153

ATOS INTERNACIONAIS 157

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 167

NOTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SOBRE O RESGATE DE REFÊNS EM PODER DAS FARC (02/07/2008) 167

ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE (04/07/2008)	167
RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (04/07/2008)	167
REUNIÃO DE CÚPULA DO G-8 - HOKKAIDO, JAPÃO – 7 A 9 DE JULHO DE 2008 (06/07/2008)	168
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ÁSIA (07/07/2008)	168
ATENTADO À EMBAIXADA DA ÍNDIA NO AFGANISTÃO (07/07/2008)	169
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO VIETNÃ E À INDONÉSIA - MISSÃO EMPRESARIAL (08/07/2008)	170
REUNIÃO DE CÚPULA DO G-8 - HOKKAIDO, JAPÃO - 7 A 9 DE JULHO DE 2008 - DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-REINO UNIDO (09/07/2008)	170
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO VIETNÃ - 9 E 10 DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (10/07/2008)	171
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO TIMOR- LESTE - 11 DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (11/07/2008)	173
BRASILEIROS NO MUNDO: I CONFERÊNCIA SOBRE AS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR (11/07/2008)	175
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À COLÔMBIA - BOGOTÁ - MISSÃO EMPRESARIAL (11/07/2008)	175

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À INDONÉSIA - 11 E 12 DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (12/07/2008)	176
REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DE MINISTROS DO MERCOSUL SOBRE A RODADA DOHA - 14 DE JULHO DE 2008 (12/07/2008)	178
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA JORDÂNIA, SALAHEDDIN AL-BASHIR - 15 E 16 DE JULHO DE 2008 (14/07/2008)	178
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA REPÚBLICA DO BURUNDI, ANTOINETTE BATUMUBWIRA - 14 A 18 DE JULHO DE 2008 (14/07/2008)	179
ADIAMENTO DA VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA REPÚBLICA DO BURUNDI, ANTOINETTE BATUMUBWIRA (14/07/2008)	179
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS - 16 A 18 DE JULHO DE 2008 (15/07/2008)	179
NOVO GABINETE DE MINISTROS NO LÍBANO (15/07/2008)	180
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA, JOÃO BERNARDO MIRANDA - 17 E 18 DE JULHO DE 2008 (16/07/2008)	180
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS - 16 A 18 DE JULHO - DECLARAÇÃO CONJUNTA (16/07/2008)	180

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À BOLÍVIA - 18 DE JULHO DE 2008 (17/07/2008)	183
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À COLÔMBIA - BOGOTÁ E LETÍCIA -, 19 E 20 DE JULHO DE 2008 (18/07/2008)	184
COMUNICADO MINISTERIAL DO G-20 - GENEBRA, 20 DE JULHO DE 2008 (20/07/2008)	184
COMUNICADO CONJUNTO DO GRUPO DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - G-20, G-33, NAMA-11, ACP, PMDRS, GRUPO AFRICANO, ECONOMIAS PEQUENAS, VULNERÁVEIS (SVES), CARICOM E ALGODÃO-4 - GENEBRA, 20 DE JULHO DE 2008 (20/07/2008)	187
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À COLÔMBIA - LETÍCIA, 20 DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO TRIPARTITE (21/07/2008)	188
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE TRINIDAD E TOBAGO - 23 DE JULHO DE 2008 (22/07/2008)	188
VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP - LISBOA, 25 DE JULHO DE 2008 (23/07/2008)	189
ASSINATURA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE GRUPOS POLÍTICOS NO ZIMBÁBUE (25/07/2008)	190
ATENTADO NA TURQUIA (28/07/2008)	190
ATENTADOS NA ÍNDIA (28/07/2008)	190

VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP - LISBOA, 25 DE JULHO DE 2008 - DECLARAÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA (28/07/2008)	190
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COSTA RICA - 30 DE JULHO A 1º DE AGOSTO DE 2008 (29/07/2008)	194
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DO COMÉRCIO DA INDONÉSIA - 1º DE AGOSTO DE 2008 (01/08/2008)	194
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARGENTINA - 3 E 4 DE AGOSTO DE 2008 (01/08/2008)	195
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - 3 A 5 DE AGOSTO DE 2008 (01/08/2008)	195
COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW) - REELEIÇÃO DA PROFESSORA SÍLVIA PIMENTEL (01/08/2008)	196
VISITA A PEQUIM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 6 A 9 DE AGOSTO DE 2008 (05/08/2008)	196
INCIDENTE NA EMBAIXADA DO BRASIL EM SANTIAGO (06/08/2008)	197
SITUAÇÃO NA MAURITÂNIA (06/08/2008)	197
INAUGURAÇÃO DE ROTA AÉREA REGULAR ENTRE BRASIL E EQUADOR (08/08/2008)	197
CONFLITO NA OSSÉTIA DO SUL (08/08/2008)	197

REFERENDO REVOGATÓRIO NA BOLÍVIA (11/08/2008)	197
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU (11/08/2008)	198
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO EGITO - 10 A 14 DE AGOSTO DE 2008 (12/08/2008)	198
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO EGITO - 10 A 14 DE AGOSTO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (12/08/2008)	198
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA, JAIME BERMÚDEZ MERIZALDE - 13 E 14 DE AGOSTO DE 2008 (12/08/2008)	199
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRO-AMERICANO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA - 12 E 13 DE AGOSTO DE 2008 (12/08/2008)	199
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PARAGUAI - 14 E 15 DE AGOSTO DE 2008 (13/08/2008)	200
ATENTADO NO LÍBANO (13/08/2008)	200
CONFLITO NA OSSÉTIA DO SUL (13/08/2008)	200
VISITA AO BRASIL DA CONSELHEIRA FEDERAL PARA ASSUNTOS EXTERIORES DA SUÍÇA - 13 A 15 DE AGOSTO DE 2008 (13/08/2008)	201
POSSE DOS DIPLOMATAS APROVADOS NO CONCURSO DE 2008 (14/08/2008)	201

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO URUGUAI - 18 DE AGOSTO DE 2008 (15/08/2008)	202
LIBERTAÇÃO DO CONSELHEIRO DA EMBAIXADA DO VIETNÃ (17/08/2008)	202
FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA ZÂMBIA (19/08/2008)	203
CINCO ANOS DO ATENTADO TERRORISTA CONTRA AS NAÇÕES UNIDAS EM BAGDÁ (19/08/2008)	203
ATENTADOS TERRORISTAS NA ARGÉLIA (20/08/2008)	203
ACIDENTE AÉREO NA ESPANHA (21/08/2008)	203
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À AUSTRÁLIA - 26 E 27 DE AGOSTO DE 2008 (22/08/2008)	204
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À NOVA ZELÂNDIA - 28 E 29 DE AGOSTO DE 2008 (22/08/2008)	204
ATENTADOS NO PAQUISTÃO (22/08/2008)	205
MENSAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM PARA O CHANCELER DA BOLÍVIA (25/08/2008)	205
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS PLENAS ENTRE SÍRIA E LÍBANO (25/08/2008)	205
LIBERTAÇÃO DE PRISIONEIRO PALESTINOS POR ISRAEL (25/08/2008)	206

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM E DO MINISTRO DO COMÉRCIO DA AUSTRÁLIA, SIMON CREAN - 26 DE AGOSTO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (26/08/2008)	206
CALENDÁRIO BRASILEIRO DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS (26/08/2008)	206
BRASIL-AUSTRÁLIA: UMA PARCERIA REFORÇADA - COMUNICADO CONJUNTO (27/08/2008)	207
MENSAGEM DE PÊSAMES PELO FALECIMENTO DO EX-MINISTRO OLAVO SETÚBAL (27/08/2008)	207
ENCONTRO ENTRE OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DA NOVA ZELÂNDIA: APROFUNDANDO O RELACIONAMENTO - 28 DE AGOSTO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (29/08/2008)	208
APOIO À INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA NO PARAGUAI (02/09/2008)	209
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, OLDEMIRO BALÓI - 3 A 5 DE SETEMBRO DE 2008 (02/09/2008)	210
COMUNICADO DOS ESTADOS-MEMBROS DO MERCOSUL E ASSOCIADOS EM APOIO À DEMOCRACIA NO PARAGUAI (02/09/2008)	210
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI, ALEJANDRO HAMED FRANCO - 5 DE SETEMBRO DE 2008 (04/09/2008)	210
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - 7 E 8 DE SETEMBRO DE 2008 (05/09/2008)	211

APROVAÇÃO DO NOVO GABINETE DO HAITI (05/09/2008)	211
AUXÍLIO BRASILEIRO AO HAITI (06/09/2008)	212
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - 7 E 8 DE SETEMBRO DE 2008 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (08/09/2008)	212
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM ANGOLA (08/09/2008)	221
CIRURGIA DO MINISTRO CELSO AMORIM (10/09/2008)	222
SITUAÇÃO NA BOLÍVIA (10/09/2008)	222
EXPOSIÇÃO SOBRE A OBRA DE OSCAR NIEMEYER (11/09/2008)	222
ELEIÇÃO DE BRASILEIRAS PARA CARGOS DE DIREÇÃO DO IPCC (11/09/2008)	223
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO SRI LANKA - 15 A 18 DE SETEMBRO DE 2008 (15/09/2008)	223
ACORDO POLÍTICO NO ZIMBÁBUE (15/09/2008)	223
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA NORUEGA, JENS STOLTENBERG - 13 A 17 DE SETEMBRO DE 2008 (15/09/2008)	224
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, FERNANDO LUGO - 17 DE SETEMBRO DE 2008 (16/09/2008)	225

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NAMÍBIA, MARCO HAUSIKU - 17 DE SETEMBRO DE 2008 (17/09/2008)	225
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA - 18 DE SETEMBRO (17/09/2008)	225
REPRESENTANTE BRASILEIRO NA COMISSÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO GOVERNO DA BOLÍVIA (18/09/2008)	226
MENSAGEM DE FELICITAÇÕES DO MINISTRO CELSO AMORIM À MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ISRAEL, TZIPI LIVNI (20/09/2008)	226
ATENTADO NO PAQUISTÃO (22/09/2008)	226
PACTO EUROPEU SOBRE IMIGRAÇÃO E ASILO (26/09/2008)	226
ATENTADO EM DAMASCO (27/09/2008)	227
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - MANAUS, 30 DE SETEMBRO DE 2008 (29/09/2008)	227
REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO G-5 (29/09/2008)	228
REUNIÃO MINISTERIAL DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA - BRASIL - ÁFRICA DO SUL (IBAS) À MARGEM DA 63ª SESSÃO DA AGNU - 29 DE SETEMBRO DE 2008 (29/09/2008)	229
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - MANAUS, 30 DE SETEMBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (30/09/2008)	230

ATENTADOS NA ÍNDIA (02/10/2008)	233
REUNIÃO DE CHANCELERES PREPARATÓRIA DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - RIO DE JANEIRO, 6 DE OUTUBRO DE 2008 (03/10/2008)	233
I REUNIÃO DO MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA POLÍTICA BRASIL-SICA - RIO DE JANEIRO, 7 DE OUTUBRO DE 2008 (03/10/2008)	234
180º ANIVERSÁRIO DO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A RÚSSIA (03/10/2008)	234
REUNIÃO ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO E AGÊNCIA SUÍÇA DE COOPERAÇÃO - BRASÍLIA, 1º DE OUTUBRO DE 2008 (04/10/2008)	235
CONSELHO BRASILEIRO DO MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO (04/10/2008)	236
FESTIVAL DE CULTURA BRASILEIRA EM MOSCOU (06/10/2008)	236
ENCONTRO DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA GUIANA, CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT, COM O MINISTRO CELSO AMORIM - RIO DE JANEIRO, 7 DE OUTUBRO DE 2008 (06/10/2008)	237
ENCONTRO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA NICARÁGUA, SAMUEL SANTOS LÓPEZ, COM O MINISTRO CELSO AMORIM - RIO DE JANEIRO, 8 DE OUTUBRO DE 2008 (07/10/2008)	237
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA I REUNIÃO DO MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA POLÍTICA BRASIL-SICA - RIO DE JANEIRO, 7 DE OUTUBRO DE 2008 (07/10/2008)	237

ATENTADO NO SRI LANKA (07/10/2008)	239
ENCONTRO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA NICARÁGUA, SAMUEL SANTOS LÓPEZ, COM O MINISTRO CELSO AMORIM - RIO DE JANEIRO, 8 DE OUTUBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (08/10/2008)	239
REUNIÃO INTERMINISTERIAL SOBRE A COOPERAÇÃO DO BRASIL COM O HAITI - BRASÍLIA, 9 DE OUTUBRO DE 2008 (08/10/2008)	241
SITUAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS NO EQUADOR (09/10/2008)	241
ENCONTRO DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA GUIANA, CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT, COM O MINISTRO CELSO AMORIM - RIO DE JANEIRO, 7 DE OUTUBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO 09/10/2008	242
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ESPANHA - TOLEDO E MADRI, 13 DE OUTUBRO DE 2008 (11/10/2008)	244
CURSO SOBRE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA OS ESTADOS MEMBROS DA CPLP (11/10/2008)	244
ENCONTRO DOS MINISTROS CELSO AMORIM E KAMAL NATH - 13 DE OUTUBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (13/10/2008)	245
PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA - MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES DO MINISTRO CELSO AMORIM (13/10/2008)	245
III CÚPULA DO IBAS - NOVA DELHI, 15 DE OUTUBRO DE 2008 (13/10/2008)	246

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE - MAPUTO, 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2008 (14/10/2008)	246
FESTIVAL DE CULTURA BRASILEIRA NA ÍNDIA (15/10/2008)	247
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO ZIMBÁBUE E À ZÂMBIA - 17 A 19 DE OUTUBRO DE 2008 (16/10/2008)	247
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CPLP, DOMINGOS SIMÕES PEREIRA - BRASÍLIA, 20 A 24 DE OUTUBRO DE 2008 (21/10/2008)	248
MENSAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTOS DA BOLÍVIA, DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES (22/10/2008)	248
COMUNIDADES BRASILEIRAS NO PARAGUAI (22/10/2008)	248
VISITA AO BRASIL DO REI DA JORDÂNIA, ABDULLAH II - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 23 E 24 DE OUTUBRO DE 2008 (22/10/2008)	249
VISITA AO BRASIL DO REI DA JORDÂNIA, ABDULLAH II - BRASÍLIA, 23 DE OUTUBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (23/10/2008)	250
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, RIAD AL-MALKI - BRASÍLIA E PORTO ALEGRE - 24 A 26 DE OUTUBRO DE 2008 (23/10/2008)	252
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE - MAPUTO, 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (24/10/2008)	253

II REUNIÃO DO COMITÊ DIRETIVO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA - BRUXELAS, 22 A 23 DE OUTUBRO DE 2008 (24/10/2008)	256
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM SOBRE A CRISE FINANCEIRA - BRASÍLIA, 27 DE OUTUBRO DE 2008 (24/10/2008)	256
IX CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL - SALVADOR, 28 DE OUTUBRO DE 2008 (27/10/2008)	257
IX CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL - SALVADOR, 28 DE OUTUBRO DE 2008 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (28/10/2008)	258
XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO - EL SALVADOR, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2008 (29/10/2008)	261
TERREMOTO NO PAQUISTÃO 29/10/2008	262
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A CUBA - HAVANA, 30 E 31 DE OUTUBRO DE 2008 (29/10/2008)	262
III REUNIÃO DO DIÁLOGO DE PARCERIA ECONÔMICA MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - DEPARTAMENTO DE ESTADO - BRASÍLIA, 30 DE OUTUBRO DE 2008 (29/10/2008)	262
PLANO DE AÇÃO CONJUNTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E RACIAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE - BRASÍLIA, 31 DE OUTUBRO DE 2008 (30/10/2008)	263
ATENTADOS NA ÍNDIA (30/10/2008)	263

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O CHANCELER DO PARAGUAI À MARGEM DA XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA - EL SALVADOR, 30 DE OUTUBRO DE 2008 (30/10/2008)	263
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO IRÃ (31/10/2008)	264
CAPOEIRA BRASILEIRA EM ANGOLA (03/11/2008)	264
MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DO MINISTRO CELSO AMORIM AO PRESIDENTE ELEITO DOS ESTADOS UNIDOS (05/11/2008)	265
ELEIÇÃO DO PROFESSOR ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE PARA A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (06/11/2008)	265
ENFRENTAMENTOS EM GAZA (06/11/2008)	266
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ITÁLIA - ROMA, 10 A 12 DE NOVEMBRO DE 2008 07/11/2008	266
AUDIÊNCIA PRIVADA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COM SUA SANTIDADE O PAPA BENTO XVI - VATICANO, 13 DE NOVEMBRO DE 2008 (07/11/2008)	267
FESTIVAL DE GASTRONOMIA BRASILEIRA - LUANDA, 10 A 15 DE NOVEMBRO DE 2008 (07/11/2008)	267
MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DO MINISTRO CELSO AMORIM AO GOVERNO DO HAITI (08/11/2008)	268

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ITÁLIA - ROMA, 10 A 12 DE NOVEMBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (10/11/2008)	268
REUNIÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS PREPARATÓRIA DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - ZACATECAS, MÉXICO, 14 DE NOVEMBRO DE 2008 (13/11/2008)	269
CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E ECONOMIA MUNDIAL - WASHINGTON, 15 DE NOVEMBRO DE 2008 (13/11/2008)	270
V REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-RÚSSIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (V CIC) - BRASÍLIA, 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2008 (14/11/2008)	270
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA, SUSILO BAMBANG YUDHOYONO (17/11/2008)	271
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA, SUSILO BAMBANG YUDHOYONO - 18 A 20 DE NOVEMBRO DE 2008 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (18/11/2008)	271
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA, LEE MYUNG-BAK - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 17 A 20 DE NOVEMBRO DE 2008 (18/11/2008)	272
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA, LEE MYUNG-BAK - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 17 A 20 DE NOVEMBRO DE 2008 (18/11/2008)	274

I REUNIÃO DO CONSELHO BRASILEIRO DO MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO - BRASÍLIA, 19 DE NOVEMBRO DE 2008 (18/11/2008)	274
ELEIÇÕES EM GUINÉ BISSAU (19/11/2008)	274
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA A JUNTA EXECUTIVA DO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (19/11/2008)	275
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA, LEE MYUNG-BAK - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 17 A 20 DE NOVEMBRO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO (19/11/2008)	275
EXPANSÃO DA COOPERAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS AO AMPARO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO BRASIL - ESTADOS UNIDOS - COMUNICADO CONJUNTO - SÃO PAULO, 20 DE NOVEMBRO DE 2008 (20/11/2008)	279
I REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-ASEAN - BRASÍLIA, 24 DE NOVEMBRO DE 2008 (21/11/2008)	280
III CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (21/11/2008)	280
DECISÃO DO GOVERNO EQUATORIANO DE RECORRER À CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL NO CASO DA DÍVIDA JUNTO AO BNDES RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA SAN FRANCISCO (21/11/2008)	280
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DE CINGAPURA, LEE HSIEN LOONG (24/11/2008)	281

SEMINÁRIO SOBRE A ABERTURA DOS PORTOS ÀS NAÇÕES AMIGAS: 200 ANOS DE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO - BRASÍLIA, 25 DE NOVEMBRO DE 2008 (24/11/2008)	281
---	-----

ARTIGOS	283
----------------	-----

CARTA DO SUBSECRETÁRIO POLÍTICO I, EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS, AO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”. 31/08/2008	283
---	-----

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PARA A REVISTA DO JORNAL “FINANCIAL TIMES”, DO REINO UNIDO, INTITULADO “A MUDANÇA DO CLIMA E AS RESPONSABILIDADES GLOBAIS”. 16/09/2008	285
--	-----

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO JORNAL ESPANHOL “EL PAÍS”, PUBLICADO NO SUPLEMENTO SEMANAL EM 30 DE NOVEMBRO 2008 E INTITULADO “CRISE: A HORA DA POLÍTICA”. 30/11/2008	287
---	-----

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PUBLICADO NA REVISTA “NEWSWEEK”, EDIÇÃO ESPECIAL, INTITULADO “AGORA É A HORA DA POLÍTICA”. 20/12/2008.	289
--	-----

ENTREVISTAS	291
--------------------	-----

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, AO JORNAL “VALOR ECONÔMICO”. BRASÍLIA - DF, 14/07/2008	291
--	-----

PROGRAMA DE RÁDIO “CAFÉ COM O PRESIDENTE”, COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E COM O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM. SÃO PAULO - SP, 03/08/2008	297
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ANTES DA I SESSÃO PLENÁRIA DA CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E ECONOMIA MUNDIAL - WASHINGTON DC, EUA, 15/11/2008	301
ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À REVISTA “L’EXPRESS”. BRASÍLIA- DF, 03/12/2008	303
ÍNDICE REMISSIVO	317

DISCURSOS

REUNIÃO DE CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE REUNIÃO DE CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E
ESTADOS ASSOCIADOS. SAN MIGUEL DE TUCUMÁN, ARGENTINA, 01/07/2008

Meus queridos e queridas companheiras
chefes de Estado do Mercosul,

Excelentíssimos senhores e senhoras
presidentes, Cristina Fernández de Kirchner, da
Argentina; Tabaré Vázquez, do Uruguai; Hugo
Chávez Frias, da Venezuela; Evo Morales, da
Bolívia; Michelle Bachelet do Chile,

Senhoras e senhores ministros, Senhoras e
senhores chefes das delegações do Paraguai,
Colômbia, Equador, México, Peru, Jordânia e
Turquia,

Meu caro companheiro Carlos Chacho
Álvares, presidente do Comitê de
Representantes Permanentes do Mercosul,

Senhores representantes de organismos
internacionais,

Representantes dos trabalhadores, do
movimento social e do Parlamento do
Mercosul, Embaixadores e embaixadoras,

Meus amigos e minhas amigas,

As minhas primeiras palavras são para
saudar e agradecer a nossa querida amiga
Cristina Fernández de Kirchner, pelo trabalho

desenvolvido durante a presidência Pro
Tempore argentina. Sob sua liderança demos
passos importantes em direção às metas
traçadas para o Mercosul neste último semestre.

O Mercosul é hoje fator fundamental do
desenvolvimento de nossas economias e de
nossa inserção internacional. Por isso, Cristina,
receber a presidência Pro Tempore de suas
mãos é um orgulho e um grande desafio. Há
alguns anos este bloco parecia desacreditado.
Nossas economias passavam por dificuldades e
muitos de nós experimentávamos sentimentos
de frustração. Os parceiros menores
sentiam, com razão, que não lhes chegavam
os benefícios da integração. Resolvemos
enfrentar as dificuldades dobrando a aposta
no Mercosul. Com mais integração e com
mais solidariedade, aprofundamos onde era
possível aprofundar. Flexibilizamos (falha
na gravação) onde isso ajudava as economias
mais vulneráveis. Hoje estamos colhendo os
frutos das decisões tomadas ao longo desses
últimos anos.

O Mercosul demonstrou ser um instrumento fundamental para aumentar o comércio, fomentar os investimentos e gerar empregos. Permite aos nossos cidadãos se conhecerem melhor e se sentirem cada vez mais parte desse projeto comum. Meus amigos e minhas amigas, O comércio é elemento importante na integração. Nossas economias estão crescendo fortemente, impulsionadas, em boa medida, pelo aumento do intercâmbio dentro do Bloco. Os números mostram o salto qualitativo que já demos. As trocas do Brasil com os demais sócios do Mercosul vêm aumentando de forma exponencial: de 9 bilhões de dólares em 2002, para 29 bilhões de dólares em 2007. Incluindo a nossa querida Venezuela, esse comércio chega a 34 bilhões de dólares.

O Brasil está empenhado em diminuir o superávit que vem acumulando na região. O crescimento consistente das importações brasileiras, provenientes de nossos sócios, é um importante passo. Subiram 30% em 2007 e continuam a avançar em ritmo acelerado. Em 2008 nossas importações da Argentina já cresceram, nesse período, 37% comparadas com o ano passado. As importações procedentes do Paraguai subiram 87% nesse período, as do Uruguai, 37%, e as da Venezuela, 39%. Mais importante ainda é o crescimento da qualidade, com significativa participação de produtos manufaturados nas importações brasileiras. É sempre importante lembrar que a integração não se esgota no comércio.

Por isso, estamos trabalhando para trazer novas dimensões ao Mercosul e permitir ganhos qualitativos que o comércio, sozinho, não pode proporcionar. Os acordos automotivos que o Brasil negociou com a Argentina e o Uruguai abrem caminho para ganhos de sinergia em escala regional. Vamos fazer do Mercosul um dos maiores pólos mundiais de produção de veículos. Estamos integrando cadeias

produtivas em um dos segmentos industriais mais dinâmicos, com extraordinário potencial de geração de empregos e de difusão de tecnologias. Queremos levar essa lógica integradora para um maior número de setores, de forma que todos ganhem. Por iniciativa argentina, estamos constituindo grupos de trabalho para estudar como integrar cadeias produtivas em setores estratégicos, tais como o de petróleo e o de gás. Vamos fazer com que a riqueza energética de nosso continente esteja à disposição de nossos cidadãos e do crescimento sustentável.

O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul tem papel decisivo nesse esforço, ao contribuir para superar as assimetrias dentro do Bloco. Os recursos são ainda modestos frente à enormidade dos desafios, mas seu impacto já pode ser sentido, especialmente nas áreas de habitação, saneamento, transporte e capacitação tecnológica. Ver as fotos das primeiras casas populares construídas no Paraguai com recursos do Focem é motivo de orgulho para todos nós. É prova de que os benefícios do Mercosul estão chegando às pessoas que mais precisam. Tomamos, ontem, a decisão de criar o Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Ele permitirá a pequenos empreendedores se associarem em cadeias produtivas, com profundo impacto social no Mercosul.

Senhoras e senhores, O Mercosul tem avançado muito além do campo econômico e comercial. Na busca do desenvolvimento econômico com justiça social, contamos com instituições democráticas cada vez mais sólidas. A participação crescente do cidadão na discussão dos rumos do Bloco sinaliza o amadurecimento político de nossas instituições comuns. Nesses últimos semestres, multiplicaram-se as formas de participação da sociedade civil nas atividades

de nosso Bloco. Quero trabalhar para aprofundar esse processo.

Por essa razão, vou assinar decreto que institui no lado brasileiro o programa Mercosul Social e Participativo que resgatará, durante a Presidência Pro Tempore brasileira, o esforço de incrementar a relação com os movimentos sociais e as instituições da sociedade. As eleições diretas para o Parlamento do Mercosul representarão um maior compromisso de todos os setores de nossos governos com as deliberações e os objetivos de nosso Bloco. Penso que esses congressistas - e aqui estou vendo um deles - logo estarão trabalhando juntos em defesa de ideais e de projetos que atravessam fronteiras.

Alguns dos problemas do Bloco exigem o fortalecimento de outras instituições, sobretudo de nossa estrutura em Montevideu. Esse é um debate do qual não podemos e não devemos fugir. Meus caros colegas, É com muita honra que assumo novamente a presidência Pro Tempore do Mercosul, em nome do Brasil. Muitas tarefas nos esperam no semestre que está começando. Confio em que avançaremos com base no diálogo permanente e na vontade política de enfrentar decisões difíceis. Estamos determinados a fortalecer nossa união aduaneira. Para isso, assumimos o compromisso de, rapidamente, eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Vamos afastar obstáculos na continuada expansão de nossas trocas comerciais e queremos superar entraves tributários a um maior intercâmbio na área de serviços.

Estaremos atentos ao avanço da Agenda Social do Mercosul. Vamos estimular o Banco de Preços de Medicamentos, que reforçará a capacidade de negociação de nossos governos. Queremos fortalecer o fórum de difusão de conhecimentos em agricultura familiar. Estamos empenhados

na criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, para articular a pesquisa entre nossas instituições de ensino superior. Continuaremos prestigiando os canais de participação da sociedade civil e favorecendo a livre circulação de homens e mulheres quando, no outro lado do oceano, desencadeia-se odiosa perseguição aos latino-americanos, muitas vezes cercada de conteúdo racista. Nesse sentido, quero dar parabéns à decisão unânime do Parlamento do Mercosul de repúdio à diretriz aprovada pela União Européia.

Senhoras e senhores,

No momento em que o mundo se defronta com desafios graves, que exigem respostas coletivas e solidárias, é imperativo reforçarmos o diálogo e a coordenação econômica no nosso Bloco. Precisamos desenvolver estratégias que nos protejam da instabilidade nas economias desenvolvidas. O sistema de pagamento em moedas locais a ser implantado primeiramente entre Argentina e Brasil, já nesse segundo semestre, é passo necessário para resguardar nossa soberania financeira.

Diante da alta do preço do petróleo, da crise de alimentos e do debate sobre as mudanças climáticas, cabe perguntar onde estaríamos sem o Mercosul. Estaríamos mais confiantes e solidários? Ou mais dependentes e isolados no contexto internacional? Nossa integração nos faz mais fortes, respeitados e independentes. A criação de um pólo regional de biocombustíveis, por exemplo, garantirá a nossa segurança energética e reforçará nossa posição nas negociações sobre aquecimento global. Juntos estamos em condições de transformar nossas vastas riquezas naturais e potencialidades econômicas em mais bem-estar comum. Unidos temos melhores condições para reclamar justiça, igualdade e equilíbrio na arena internacional.

Daí minha convicção de que devemos redobrar esforços para concluir, o quanto antes, o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Com igual convencimento, penso que nossos projetos de integração exigem aprofundar as negociações com os parceiros da América Latina e do Caribe. Sediaremos em Brasília, no mês de setembro, reunião com os países centro-americanos. Em Salvador, no dia seguinte à Cúpula do Mercosul, retomaremos o diálogo com os presidentes dos países-membros de mecanismos de integração da América Latina e Caribe.

O Mercosul é uma idéia que se confunde com os projetos e aspirações de desenvolvimento e integração de todo um continente. Não é por outra razão que, em seguida a esta Cúpula, seus membros e associados participarão de uma reunião da Unasul. Minha cara companheira Cristina, em todos esses passos, temos contado com a liderança e a experiência da presidência argentina. É com plena confiança de que continuaremos a contar com essa indispensável contribuição que o Brasil assume a presidência Pro Tempore do Mercosul.

Meus amigos e minhas amigas,

Duas palavras, aqui, para terminar e bater o martelo nesta reunião. Primeiro, reforçar, companheiro Chávez, o que a Cristina disse aqui, ao deixar a Presidência. A reunião do Banco do Sul, no dia 27, teve uma boa decisão, eu acho que já está praticamente consagrado, apenas o companheiro Ali não pôde participar, por problemas, mas certamente o Banco do Sul já é um problema a menos na nossa agenda e nas nossas inquietudes. A segunda coisa que eu queria dizer aos nossos participantes é que essa questão do alimento

possivelmente seja mais séria do que nós a estejamos compreendendo. Neste momento, esse grupo de trabalho que o Chávez propôs, e que está acordado para discutir segurança alimentar, precisa, companheiros, não apenas ouvir as pessoas que participam, na área da agricultura, nos nossos países, mas preparar um documento para que haja o enfrentamento internacional sobre esse tema.

Nós não temos o direito de permitir que sejamos tratados como coadjuvantes num assunto em que nós somos os artistas principais. Nós temos tecnologia, nós temos o sol de que precisamos, temos a água de que precisamos. Temos um problema energético porque, no passado, não foi feito o que precisaria ser feito para a integração energética do nosso continente. Temos condições de fazer com que essa integração aconteça.

Por isso, foi constituído um grupo para discutir a questão da integração energética, porque nós precisamos cobrar as propostas concretas para que esse grupo comece a produzir propostas de políticas para que nós comecemos a trabalhar. E queria dizer para vocês que os avanços tecnológicos que, certamente, os países que estão aqui, alguns têm, outros ainda não têm - por isso montamos o escritório da nossa Empresa de Pesquisa na Venezuela e queremos ajudar o Chávez a ser um grande produtor de soja, de pollo, de "maíz". Ontem, ele me convidou para chupar uma laranja "dulce" aí, na praça, e agora eu fico sabendo que é limão. "Es uma vergüenza" o teu conhecimento de cítricos.

O dado concreto é que nós temos todas as possibilidades. O que precisamos é estabelecer, respeitando a soberania de cada

país, respeitando a situação da liberdade de expressão de cada presidente... O que precisamos, neste momento, é ter um discurso comum para enfrentar um problema comum a todos nós. Nós passamos quase duas décadas “comendo o pão que o diabo amassou”, vendo os países ricos ficarem mais ricos e os nossos países ficarem mais pobres. A lógica que predominava aqui na América do Sul era a lógica de quem era mais amigo da Europa ou de quem era mais amigo dos Estados Unidos.

Eu me lembro que a Argentina tinha um presidente, e o Brasil tinha outro, que ficavam disputando quem conversava mais com os governantes da Europa e dos Estados Unidos. Nós não precisamos disso. Eu digo sempre, Cristina, que na história da Humanidade nenhum interlocutor respeita outro que não se respeita. Nós acumulamos essa experiência política. As pessoas que estão aqui, nesta mesa, são resultado de eleições democráticas e livres, se submeteram, com um programa muito claro, à vontade do povo, e ganharam as eleições. O que nós precisamos, todas as vezes que pudermos - Chávez, companheira Cristina, companheiro Evo, companheiros do Uruguai, do Chile, do Paraguai - é falar em alto e bom som e deixar bem claro que a única possibilidade que nós temos de alcançar o padrão de desenvolvimento justo que queremos, é num clima de paz onde prevaleça a democracia, em que as decisões eleitorais sejam respeitadas, em que as instituições possam funcionar.

Eu falo, Evo, olhando para você, e posso repetir aqui no Mercosul, agora como presidente Pro Tempore, que a sua vitória na Bolívia foi a vitória mais significativa de

toda a América Latina. Um povo que durante 500 anos foi segregado, foi tratado como se fosse de terceira categoria, eleger um dos seus presidente da República, o mínimo que nós queremos, torcemos e exigimos é que a democracia seja cada vez mais sólida na Bolívia, e que o povo continue cada vez mais dono do seu destino, elegendo quem quiser eleger e garantindo que essa pessoa possa exercer a plenitude do seu mandato.

Nesta mesa, todos nós já fomos vítimas de momentos de crise. Eu olho para a cara da Michelle Bachelet e fico sabendo que o inferno astral dela foi na questão do transporte de Santiago. Fico olhando para o Chávez e vejo quantos problemas ele já enfrentou. Eu pensava que no Brasil não teria problemas e sei o que eu passei em 2005. Sei o que os companheiros do Paraguai enfrentaram, e sei o que a Cristina está enfrentando.

Nesse momento só existe uma coisa para nós. Primeiro, acreditar nas instituições democráticas que nós mesmos criamos. Segundo, acreditar na sabedoria do povo que nos elegeu. Terceiro, não perdermos nunca a paciência, porque tudo o que os adversários querem é que a gente “se quede nervioso”, para não ter tranquilidade para trabalhar. Cada um de nós tem um compromisso, esse compromisso foi vencedor e nós precisamos estar juntos para garantir que a democracia nunca mais deixe de existir, para que a gente não viva os anos duros da década de 60 e de 70 no nosso continente. Com essas palavras, eu quero dizer a todos vocês: tentarei ser um presidente pelo menos igual ao que a Cristina foi nesse período. Muito obrigado pela presença de todos.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO VIETNÃ

DECLARAÇÃO À IMPRENSA POR OCASIÃO DA VISITA
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, AO VIETNÃ - HANÓI - VIETNÃ, 10/07/2008

Excelentíssimo senhor presidente da República Socialista do Vietnã, Nguyen Minh Triet,

Senhoras e senhores ministros vietnamitas,
Companheiros da delegação brasileira,
Jornalistas do Vietnã e do Brasil,
Meus amigos e minhas amigas,

Quero, de início, agradecer a gentil acolhida do governo e do povo vietnamita. Em Hanói, minha comitiva e eu recebemos várias demonstrações de carinho. Esta é a primeira visita de um presidente brasileiro ao Vietnã. Por isso, estamos cumprindo uma agenda intensa. Participarei do encerramento de seminário empresarial. Estarei também com o Presidente da Assembléia Nacional, o Primeiro-Ministro e o Secretário-Geral do Partido Comunista. É uma honra visitar este país e retribuir as visitas que nos fizeram o predecessor do atual Presidente, em 2004, e o Secretário-Geral do Partido Comunista, no ano passado.

O Vietnã tem história que causa respeito e admiração. O povo vietnamita sempre soube defender sua soberania e sua independência. Com a mesma perseverança

com que conquistou sua independência, hoje o país se distingue pelo bom desempenho e por elevadas taxas de crescimento de sua economia. O país se destaca tanto no âmbito regional quanto no plano multilateral. Ocupa, pela primeira vez, um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal como o Brasil, orienta-se pelos preceitos fundamentais da Carta da ONU. Ambos os países preconizam um sistema multilateral capaz de dar respostas adequadas aos desafios com os quais nos deparamos. Juntos, podemos buscar maior legitimidade dos processos decisórios internacionais.

É por isso que defendemos que o Conselho de Segurança seja representativo da realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes. Sentimo-nos honrados com o apoio vietnamita para que venhamos a ocupar assento permanente em um Conselho ampliado.

Essa nossa parceria também se observa no sistema multilateral de comércio. Desde o ano passado, com o ingresso do Vietnã na OMC, temos um aliado importante para pôr fim às

distorções no comércio agrícola internacional.

O combate à fome e à exclusão social é nossa prioridade número um. Temos mostrado que é possível conciliar crescimento econômico acelerado com redução das desigualdades sociais e regionais. Queremos unir nossas forças por meio do Acordo de Cooperação na Luta contra a Fome e a Pobreza, que assinamos hoje.

A busca do desenvolvimento abre caminho para que trabalhemos juntos também na área dos biocombustíveis. O Protocolo de Entendimento sobre Etanol reflete a vontade de lançarmos as bases de uma nova e promissora parceria entre nossos países. Os biocombustíveis têm uma relevância especial para países como os nossos. Têm um potencial formidável de geração de empregos; diversificam e democratizam o acesso à energia, diminuindo a dependência mundial de combustíveis fósseis, mais caros e poluentes; contribuem para reduzir as emissões de gases de efeito estufa; e podem ser instrumento essencial para tirar países da insegurança energética e alimentar.

No campo comercial, nossas trocas bilaterais atingiram níveis inéditos nos últimos anos. Entre 2002 e 2007, passaram de 43 para 323 milhões de dólares - um aumento de 650%. Mas nosso comércio ainda está muito aquém do seu potencial. Há grandes oportunidades de negócios para nossos empresários, que poderão ser identificadas e aproveitadas no evento empresarial de hoje. Nós, governantes, precisamos continuar a estimular nossos homens e mulheres de negócios. Essa é uma das razões principais da minha visita. Precisamos diversificar parcerias e mercados, a fim de maximizar as chances de obtermos benefícios no longo prazo.

Além disso, os instrumentos que assinamos hoje abrem caminho para aprofundar nossa cooperação em áreas como ciência e tecnologia, agricultura, saúde e esportes. O estabelecimento de uma Comissão Mista facilitará a coordenação dos mecanismos e iniciativas de consulta e cooperação entre nossos governos.

Outra esfera em que há muito potencial para trabalharmos juntos diz respeito ao Mercosul e Asean. Em novembro, sediaremos a primeira reunião ministerial entre os dois blocos.

Por fim, conversei com meus interlocutores vietnamitas sobre a reunião do G-8, em Hokkaido, da qual o Brasil participou junto com importantes economias emergentes. Discutimos temas muito importantes, como o aquecimento global e a alta do preço do petróleo e dos alimentos. Tenho absoluta convicção de que o Vietnã compartilha conosco a visão de que problemas globais não podem ser solucionados unicamente pelos principais países industrializados. Por isso, precisamos ter uma atuação conjunta cada vez mais forte na arena internacional, reforçar os alicerces de uma nova parceria Sul-Sul, e construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento.

Meu caro presidente Nguyen Minh Triet, eu ainda estou na metade da viagem, mas gostaria de agradecer, do fundo do meu coração, o tratamento carinhoso que tenho recebido aqui. O povo do Vietnã, por tudo que fez nas lutas pela independência e por sua soberania, merece o respeito da Humanidade, porque o que vocês fizeram aqui foi muito mais do que vencer uma guerra, foi uma lição de vida que ensinou a todos os seres humanos que quando queremos uma coisa e temos

determinação, nós somos invencíveis. Desde muito cedo acompanhei a Guerra do Vietnã e posso lhe dizer que fiquei tão orgulhoso da vitória do Vietnã quanto um vietnamita. A vitória de vocês foi a vitória do oprimido e nós nos sentimos co-participantes e muito orgulhosos do significado da vitória de vocês para a Humanidade.

Meus parabéns.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO TIMOR-LESTE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA AO TRIBUNAL DE RECURSOS DO TIMOR-LESTE. DÍLI, TIMOR -LESTE, 11/07/2008

Senhor presidente do Tribunal de Recursos do Timor-Leste,

Senhor Cláudio Ximenes,

Senhores ministros de Estado do Timor e do Brasil,

Embaixador,

Senhores magistrados timorenses,

Meus amigos e minhas amigas,

É uma honra especial dirigir-me aos membros do órgão máximo do Judiciário timorense. Muitas vezes, em visitas oficiais, a ida de um chefe de Estado estrangeiro ao Judiciário de outro país pode parecer um evento puramente protocolar. Não é o caso do Timor-Leste, onde a própria existência desta Corte é símbolo das vitórias alcançadas na luta pela consolidação da paz. Por isso, fiz questão de vir ao Supremo Tribunal de Recursos.

Para nós, brasileiros, a independência do Timor-Leste teve significado especialmente importante: solidarizamos-nos com a luta do povo timorense, respaldamos seu direito à autodeterminação. Hoje, acompanhamos de perto os passos firmes dados pelos timorenses para consolidar uma nação democrática e pacífica.

Quero fazer aqui uma homenagem à memória de Sérgio Vieira de Mello. Ele

desempenhou um dos mandatos mais complexos assumidos pelas Nações Unidas na construção de um Estado-Nação. Por suas qualidades e méritos, nosso saudoso Sérgio ajudou, com muito êxito, no processo de transição para a independência do Timor. Deixou aqui as sementes de um futuro melhor para os timorenses. À frente da administração transitória da ONU, tomou medidas efetivas para colocar em funcionamento instituições verdadeiramente timorenses.

Tempos depois, essas instituições já se revelaram sólidas para enfrentar o criminoso atentado contra o presidente Ramos-Horta e souberam reagir de modo sensato à lógica da violência.

Apesar dos progressos, é importante que as Nações Unidas permaneçam neste país pelo tempo que os timorenses considerarem necessário. A ONU tem desempenhado papel crucial na reconstrução do Timor-Leste, com a prestação de assistência em setores-chave, inclusive no fortalecimento do Estado de Direito.

De nossa parte, estamos profundamente comprometidos e queremos continuar a contribuir para a estabilidade de longo prazo do Timor-Leste. O Brasil tem vínculos fortes com o Timor que vão além da nossa língua

comum. Com vários programas em andamento, queremos aprofundar nossa cooperação em áreas como educação, justiça e segurança.

Exemplo concreto é o Programa de Formação e Treinamento de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos. Nossa participação ocorre com o envio de profissionais da Justiça brasileira. No momento, estão aqui alguns defensores públicos brasileiros.

Outra iniciativa relevante é o estabelecimento de grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de Código de Justiça Militar. O texto deverá ser submetido ao governo timorense em breve, e continuaremos contribuindo para o treinamento das forças timorenses de segurança.

Senhor Presidente,

No Brasil, não são poucos os desafios que enfrentamos em matéria de segurança pública, mas estamos procurando combater o crime e, ao mesmo tempo, as causas do crime. Estamos procurando aprimorar as instituições que aplicam a lei.

Nosso Judiciário vem passando por uma renovação sem precedentes. Houve um tempo, no Brasil, em que algumas pessoas acreditavam que estavam acima da lei. Isso vem mudando muito ultimamente. Creio que estamos combatendo a impunidade e garantindo os direitos fundamentais e aperfeiçoando o nosso Estado Democrático de Direito. Mas é um aperfeiçoamento que requer esforços contínuos. E precisamos

empreender esses esforços porque é no Estado de Direito que as tensões e conflitos são solucionados pacificamente. Onde há um Judiciário independente, imparcial, acessível e célere, a justiça pode ser mais facilmente realizada. Se as normas jurídicas são justas e aplicadas de modo eqüitativo, o povo tende a confiar em suas instituições.

Em situações pós-conflito, o funcionamento adequado dos órgãos judiciais é condição fundamental para romper o ciclo de violência e evitar a recorrência dos conflitos. A prevalência do Direito deve pressupor a observância de princípios como a igualdade perante a lei, a separação de poderes, a justiça social, entre outros preceitos fundamentais. Tudo isso levando em conta o compromisso com o fortalecimento da democracia.

Esse Tribunal é a prova maior de que instituições fortes podem garantir o diálogo e a concórdia. Vossa Excelência e os demais magistrados timorenses, assim como os membros do Ministério Público e os advogados, sabem da importância do papel dos profissionais da Justiça na consolidação da paz e da estabilidade timorense. Sabem que o povo timorense conta com as senhoras e os senhores para que seus direitos sejam garantidos e realizados.

O Timor-Leste anseia por paz, segurança e desenvolvimento. É preciso criar condições para que os timorenses realizem seus plenos potenciais. Contem com o Brasil nessa empreitada.

Muito obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À INDONÉSIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA INDONÉSIA,
SUSILO BAMBANG YUDHOYONO. JACARTA, INDONÉSIA, 12/07/2008

É com grande satisfação que visito a República da Indonésia, esta bela nação de mil ilhas e múltiplas culturas. Estamos separados por oceanos e pela história, mas a Indonésia e o Brasil compartilham a determinação de forjar seu lugar num mundo em rápida mudança. É este o sentido da parceria sólida e solidária que estamos lançando hoje.

Nossos países são grandes democracias multiétnicas. Estamos aperfeiçoando nossas instituições políticas para dar a nossos povos os benefícios do crescimento com justiça social. Nossas sociedades valorizam a tolerância e respeitam as diferenças. Aprendemos a reconhecer, na variedade e na diversidade, uma riqueza de potencial inestimável. Nossos países estão superando o desafio da pobreza e da desigualdade. Temos como prioridade e compromisso fundamental garantir uma vida melhor e mais digna para todos nossos cidadãos. Para isso, assumimos a defesa dos direitos humanos em organismos multilaterais e em nossas respectivas regiões. E somos consistentes no claro repúdio ao terrorismo.

Senhores e senhoras,

Indonésia e Brasil têm sido parceiros em momentos importantes da luta das nações em desenvolvimento por uma ordem

internacional mais justa, próspera e solidária. Construímos, juntos, capítulos memoráveis nessa história. A Conferência de Bandung, de 1955, foi um dos marcos do multilateralismo. Ela pôs no centro do cenário mundial os países que saíam da longa noite do colonialismo ou da dependência.

Hoje compartilhamos interesses e posições em temas cruciais da agenda internacional. No passado, defendemos o princípio do não-alinhamento como forma de preservar nosso direito de definir o próprio caminho. Hoje, a necessidade de buscarmos respostas adequadas à realidade do Sul tornou-se ainda mais premente.

Vivemos em um mundo profundamente interdependente, que se defronta com o impacto das mudanças climáticas e busca respostas urgentes para o aumento dos preços dos alimentos e da energia. Sabemos que para enfrentar desafios em escala mundial precisamos de soluções globais. Não podemos aceitar que os países em desenvolvimento continuem meros espectadores de decisões que nos afetam diretamente. Para que nossa voz seja ouvida, devemos intensificar a coordenação nos foros e negociações e valorizar as relações Sul-Sul.

A nova arquitetura internacional que almejamos já está em construção. Prova disso é a participação da Indonésia e do Brasil no diálogo com os países do G-8, em Hokkaido.

Na defesa de um multilateralismo mais legítimo e eficaz, nossos Governos reafirmam hoje o compromisso com a renovação das Nações Unidas. Em particular, queremos a reforma de seu Conselho de Segurança, de forma a incluir países em desenvolvimento de todas as regiões do mundo como membros permanentes.

Indonésia e Brasil são países megadiversos e, por isso, comprometidos com a preservação do patrimônio ambiental. Estamos fazendo nossa parte na luta contra o aquecimento global, reduzindo emissões e o desmatamento. A cooperação trilateral que estamos desenvolvendo para reflorestar o Timor-Leste demonstra como podemos trabalhar solidariamente. Mas insistimos na necessidade de os países industrializados nos apoiarem com financiamento e transferência de tecnologia.

Senhor Presidente,

Nossa união é cada vez mais necessária. No momento em que se multiplicam os protestos contra a escassez de alimentos, muitos países em desenvolvimento reúnem as condições para tornarem-se celeiros do mundo. A crise financeira internacional mostra a importância de democratizar as instituições de Bretton Woods. Se não atuarmos juntos, corremos o risco de que nos passem uma conta pela qual não somos responsáveis.

Somos parceiros de primeira hora na Organização Mundial do Comércio e continuaremos a lutar pela maior liberalização do comércio internacional, sobretudo de produtos agrícolas. Estivemos juntos na criação do G-20 para transmitir uma mensagem inequívoca. Queremos a conclusão das negociações comerciais, mas não a qualquer

preço: é preciso que faça jus a seu nome de Rodada do Desenvolvimento e salde sua dívida com os países mais pobres. No momento em que se articula uma campanha mundial contra o etanol, precisamos forjar um mercado internacional para os biocombustíveis. Só assim evitaremos novos obstáculos à exportação de uma fonte limpa, barata e sustentável de energia para o século XXI.

Caro Presidente Yudhoyono,

As relações entre Indonésia e Brasil são um exemplo extraordinário do potencial para parcerias entre países do Sul. Com o estabelecimento hoje de uma Comissão Mista, damos um grande passo na coordenação dos mecanismos e iniciativas de consulta e cooperação entre nossos Governos. De nossa diversidade, nascem inúmeras oportunidades para colaborar em educação, cultura e esportes, formação profissional, ciência e tecnologia, saúde e justiça.

No seminário empresarial que vou abrir aqui, em Jacarta, vamos explorar as muitas possibilidades de negócios que se abrem entre nossos países. Há muito espaço para a diversificação de uma pauta comercial ainda concentrada em poucos produtos e para investimentos de parte a parte. Somos as maiores economias de nossos blocos regionais e temos a responsabilidade de promover uma maior aproximação entre nossas regiões. Estou certo de que a Primeira Reunião Ministerial Mercosul-Asean, a realizar-se em novembro, no Brasil, dará importante impulso à integração entre nossos dois grupos.

Senhor Presidente, Vossa Excelência conhece bem o ditado popular que recomenda não se colocar todos os ovos numa única cesta. O momento que o mundo vive hoje recomenda, cada vez mais, seguir esse ditado. Fortalecer novas parcerias e criar novos canais de diálogo. É também com esse espírito muito pragmático,

de busca de uma relação mutuamente benéfica, que desejamos intensificar nossos laços com a grande nação indonésia.

É dentro dessa perspectiva auspiciosa que gostaria de convidar os presentes a elevar um brinde à saúde e ao bem-estar de Vossa Excelência e à crescente amizade entre os povos brasileiro e indonésio.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DA LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS. BRASÍLIA - DF, 16/07/2008

Excelentíssimo senhor Valdas Adamkus,
Presidente da República da Lituânia,
Senhora Alma Adamkiene,
Minha companheira Marisa,
Embaixador Celso Amorim, Ministro das
Relações Exteriores,

Senhores e senhoras integrantes da
delegação da Lituânia,

Autoridades brasileiras aqui presentes,
Meus amigos e minhas amigas,

É com grande satisfação que acolhemos
o Presidente Valdas Adamkus e sua senhora,
bem como os demais membros da delegação
lituana.

A Lituânia é um país com o qual o Brasil
teceu laços que vão além da dimensão
comercial e política. São também de natureza
cultural e humana. Desde a última década do
século XIX se instalaram na cidade gaúcha
de Ijuí os primeiros imigrantes lituanos. A
partir de então, os cidadãos de seu país vêm
enriquecendo ainda mais uma paisagem
humana diversificada de que nós, brasileiros,
muito nos orgulhamos.

Os brasileiros de origem lituana somam
hoje cerca de 260 mil pessoas. A maior parte
desse contingente reside em São Paulo, que,

depois de Chicago, é a cidade que abriga
a maior comunidade de descendentes de
lituanos no mundo. Foi nessa cidade que
viveu Lasar Segall, pintor cuja obra ilumina
as artes visuais do Brasil no século XX. Estou
certo de que, em sua visita a essa comunidade,
o Presidente Adamkus poderá comprovar
que os imigrantes lituanos estão plenamente
integrados e vivem em harmonia com
brasileiros das mais variadas origens.

Num momento em que a Europa
discute o tema da imigração, sua visita a
essa comunidade de imigrantes me parece
especialmente apropriada. É muito importante
que os europeus não percam de vista a história
do movimento de pessoas entre nossos dois
continentes. Uma história construída com
base na solidariedade e na valorização das
diferenças, e não com base no preconceito e
na exclusão.

Senhor Presidente,

Sei que um dos objetivos dessa viagem de
Vossa Excelência é o de divulgar a riquíssima
cultura da Lituânia, por meio de exposições
que serão abertas amanhã na cidade de São
Paulo. Estou seguro de que haverá grande
receptividade e interesse por uma cultura

milénar, especialmente quando Vilnius se prepara para ser, em 2009, a capital europeia da cultura.

A celebração da cultura é a celebração da vida. A assinatura de um acordo de cooperação cultural entre Brasil e Lituânia, no dia de hoje, permitirá maior aproximação e conhecimento mútuo entre nossos povos. Esse acordo constituirá um marco institucional para a realização de numerosos eventos nos dois países.

Sei também que outro objetivo da visita de Vossa Excelência ao Brasil está vinculado ao interesse lituano na expansão dos fluxos de comércio e investimento entre nossos países. Asseguro que esse é também nosso interesse. Por isso, alegro-me em saber que muitos empresários lituanos que integram a sua comitiva terão encontros com seus pares brasileiros na Fiesp, em São Paulo. Será oportunidade importante para explorar novos negócios e parcerias, para garantir que o comércio bilateral continue se expandindo e diversificando.

Senhoras e senhores,

Nossas relações bilaterais contam a história de uma longa amizade. O Brasil manteve relações diplomáticas com seu país durante o período de independência lituana, entre as duas guerras mundiais. Em 1991, reconhecemos novamente a independência da Lituânia e passamos a acompanhar a rápida transformação desse país amigo. Hoje, a Lituânia está plenamente integrada aos organismos internacionais e às estruturas euro-atlânticas, onde exerce papel dinâmico e construtivo.

Na semana passada, estive reunido no Japão com os demais parceiros do G-5 e os membros do G-8. Em nossas conversas, pude comprovar que cresce a consciência de que estamos perante desafios globais que só podem ser resolvidos com a participação

dos países em desenvolvimento. Não há mais espaço para decisões unilaterais ou para visões paternalistas. A Lituânia, junto com o Brasil, continua a defender que o Conselho de Segurança das Nações Unidas seja representativo da realidade contemporânea, com países em desenvolvimento, das várias regiões do mundo, entre seus membros permanentes.

Contamos, também, com o apoio da Lituânia na concretização de nossa Parceria Estratégica com a União Europeia. Esse é um projeto que pode gerar frutos importantes para nossos países.

Senhor Presidente,

Sei que esta sua viagem ao Brasil faz parte de um roteiro mais amplo pela América do Sul. Quero felicitá-lo por essa iniciativa. Nossa região vive um momento de profundas mudanças. Sua visita certamente ajudará a que a América do Sul conte com mais um interlocutor com visão clara e objetiva do grande potencial para a cooperação com a Europa.

Espero que sua visita à região também reforce a importância de retomar o Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul, processo que ficou à sombra das negociações da OMC, mas que também pode trazer grandes benefícios para nossos países e nossas relações.

Senhor Presidente, É com satisfação que noto a presença de membros da comunidade lituana no Brasil. Quero saudá-los pelo trabalho que realizam para manter vivos os traços culturais e lingüísticos de seu país de origem, contribuindo, ao mesmo tempo, para o enriquecimento da cultura brasileira. Em nome dos laços de amizade que unem nossos dois países, peço a todos os presentes que ergam suas taças para que façamos um brinde pela saúde do Presidente Adamkus, de sua senhora e de toda a sua comitiva, e pelo futuro das relações entre Brasil e Lituânia.

Iª CONFERÊNCIA DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA Iª CONFERÊNCIA DAS COMUNIDADES
BRASILEIRAS NO EXTERIOR. RIO DE JANEIRO - RJ , 17/07/2008

Bom dia a todos.

É realmente com muito emoção que, na presença de amigos e autoridades tão importantes - Ministro Joaquim Barbosa, Ministro Luiz Dulci, Senador Cristóvão Buarque, meus colegas Oto Maia, Jerônimo Moscardo - abro esse encontro.

É com uma emoção forte, por alguns motivos. O primeiro deles é que nessa sala muitos de nós diplomatas demos os primeiros passos para os exames do Instituto Rio Branco. Eu mesmo fiz meu exame prévio aqui nessa sala, que é o salão nobre da Biblioteca do Itamaraty, sala de muitas tradições, e que agora dá um passo na renovação dessas tradições, abrindo-se mais às populações brasileiras, não só às que vivem no Brasil, mas fora do Brasil.

É com emoção também porque o Governo Lula, desde o início, teve uma preocupação muito grande em melhorar e aumentar o convívio das autoridades brasileiras com as comunidades brasileiras no exterior. Eu mesmo tive ocasião de ter vários contatos, alguns com o Presidente Lula, em outras ocasiões na minha qualidade apenas de Ministro das Relações Exteriores.

Lembro-me especialmente de duas ocasiões, ambas em Portugal, muito importantes: uma logo no início do Governo, em 2003, quando

se conseguiu dar algum passo positivo para ajudar na legalização de brasileiros que lá viviam, uma negociação conduzida pelo Presidente, mas da qual também participei intensamente.

A segunda ocasião, também em Lisboa, é a que está mais imediatamente na origem deste encontro. Em contato com a comunidade brasileira em Lisboa e diante dos reclamos de um maior diálogo com as autoridades, surgiu a idéia de fazer um encontro, não apenas com a comunidade em Lisboa, não apenas com uma outra comunidade - que poderia ser de Bruxelas, de Boston, ou a japonesa, ou no Paraguai, para mencionar as mais numerosas - mas uma que fosse representativa de todas as comunidades brasileiras no exterior.

Esse encontro que eu tive na ocasião gerou uma promessa da minha parte de organizar essa reunião de hoje e é com grande alegria que vejo que há uma grande presença, uma resposta muito positiva das autoridades. Temos aqui os três poderes bem representados: mesmo que eu exclua o Itamaraty, temos o Ministro de Estado Dulci, sempre muito interessado no contato com a sociedade civil em geral, inclusive com a sociedade civil que está no exterior; temos o Ministro Joaquim Barbosa; representando o Superior Tribunal

Federal e também o Eleitoral; e temos aqui o Senador Cristóvão Buarque sempre muito interessado nas questões que afetam todos os nossos concidadãos.

Eu não vou fazer um longo discurso, porque acho que haverá ocasiões para uma discussão mais detalhada de vários aspectos que são do interesse de todos. Vou dizer duas ou três coisas que para nós são importantes. Primeiro, o fato de que nós temos uma realidade nova. No Governo Lula, eu tive oportunidade de ser Ministro das Relações Exteriores pela segunda vez. Embora o tempo decorrente entre um período, primeiro o Governo do Presidente Itamar Franco, e outro, o Governo Lula, não tenha sido tão longo assim - talvez 10 anos -, a realidade da presença de brasileiros no exterior mudou qualitativamente. A mudança já vinha ocorrendo, mas ganhou uma dimensão muito maior. A tal ponto que nós sentimos a necessidade de tratar de forma diferente.

Quando eu fui ministro, ainda no Governo Itamar Franco, nós tínhamos um Departamento Consular, que se ocupava de muitas coisas, entre outras, a questão das comunidades brasileiras no exterior. Mas, o número muito maior de brasileiros fora, a multiplicidade de problemas que hoje nós enfrentamos, levou o Presidente Lula a criar, dentro do Ministério das Relações Exteriores, o que na prática é quase um Vice-Ministério. No jargão interno da nossa burocracia, nós chamamos de Subsecretaria, mas se nós estivéssemos em muitos outros países ela seria chamada de Vice-Ministério. É a função que ocupa o embaixador Oto Maia, o Vice-Ministério exclusivamente para tratar das comunidades brasileiras no exterior. Ou predominantemente: noventa por cento de sua atividade é dedicada a isso. E com uma variedade de situações que é imensa, porque há desde as questões, digamos, de pequenos

posseiros ou pequenos agricultores brasileiros na Bolívia, até as comunidades brasileiras no Japão, os brasileiros indocumentados, alguns documentados, outros, em grande número na Europa e nos EUA. São situações muito diversas e, justamente, o que nós achamos que seria importante é que um encontro como esse possibilitasse uma troca de idéias e uma troca de experiências também.

Nós temos, hoje, um seminário muito bem organizado, com várias palestras curtas e, amanhã, uma oportunidade para uma discussão mais ampla. Mas, o que acho que é muito importante é que, em todos os seus seguimentos, este seja um encontro interativo. Este não é um encontro tanto para o Governo falar. É claro que o Governo também prestará contas do que tem feito, de como temos procurado atuar para atender as necessidades da comunidade brasileira, também acentuando em alguns casos as limitações que temos. Algumas são limitações materiais hoje; outras limitações são até, digamos, intrínsecas, porque às vezes há expectativas que nós não poderemos cumprir. É importante também que haja clareza sobre isso. Qual o esforço que devemos fazer para atender ao máximo as necessidades desses nossos concidadãos? Mas, ao mesmo tempo, precisamos ver até onde o Governo pode fazer, o que devem fazer as comunidades e o que podem fazer, interagindo, as comunidades e o Governo.

A atenção que temos dado a esta questão dos brasileiros se espelha, entre outros fatores, na criação ou na recriação de consulados brasileiros que haviam sido fechados. Nós já criamos ou recriamos 12, 13 ou 14, creio eu, consulados brasileiros desde o início do Governo. E a cada dia estamos criando alguns novos: em Harford nos Estados Unidos, por exemplo, numa área onde há muitos brasileiros que não eram cobertos. Na área de

Washington, é um outro tipo de público, mas que também tem que ser atendido: uma grande comunidade ligada às instituições oficiais que lá existem, internacionais, muitas, mas não apenas essas. Em Hamamatsu, por exemplo, no Japão, onde também há uma grande presença de brasileiros. Então, tem havido um esforço realmente grande, dadas todas as limitações que conhecemos - orçamentárias e outras -, para melhorar esse atendimento. Também, muitas vezes, até na melhoria do espaço físico.

Eu, também no início do Governo, tive ocasião de ir a Roma, já não me recordo em que situação, e vi o acanhamento das instalações do nosso Consulado. Diante daquele imenso, belíssimo palácio da Piazza Navona, os brasileiros todos fazendo uma enorme fila do lado de fora, enfrentando o frio, para poderem ser atendidos. Eu não sei se nós resolvemos inteiramente, mas melhoramos muito a situação, por exemplo, no Consulado em Roma, que hoje tem um atendimento decente, além de tentar, digamos, trabalhar a parte de informática, com a ajuda do SERPRO e de outras organizações, para também minimizar a necessidade de deslocamento. O Consulado em Lisboa, se não me engano, está passando por uma grande reforma. Era uma reivindicação. Então, nós temos, realmente, procurado atuar amplamente.

A situação das comunidades brasileiros no exterior é uma prioridade do Governo do Presidente Lula e é uma prioridade dentro do Ministério das Relações Exteriores. Não creio que no passado não tenha merecido atenção, mas era um aspecto lateral, até porque o crescimento do número de brasileiros no exterior foi geométrico, foi exponencial. Isso também nos obrigou a uma nova atitude, uma atitude muito mais aberta. Nós temos procurado ouvir mais as próprias comunidades

e esse é um dos objetivos dessa conferência: ouvir reivindicações, ouvir sugestões, algumas que já foram feitas no passado, como a Carta de Lisboa, a Carta de Boston, a Carta de Bruxelas. Tudo isso, creio eu, nós teremos oportunidade de discutir. E estamos fazendo isso em cooperação com vários Órgãos da Administração federal: Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência, Ministério da Justiça. Vários órgãos estão envolvidos nesse processo. Eu vejo que há sugestões até na área de Ciência e Tecnologia: também utilizar a presença de brasileiros no exterior como um fator de enriquecimento para o desenvolvimento brasileiro. Mas, certamente na área cultural também haverá muito a ser feito, porque acho que uma das dimensões da nossa atividade cultural no exterior, além da promoção da cultura brasileira, é manter esse sentido da identidade nacional que é tão caro aos brasileiros.

Não vou me estender. Vou fazer apenas um comentário, Embaixador Oto Maia, Embaixador Moscardo, se me permitem, porque eles foram os principais organizadores do evento. Eu acho que no evento da tarde há muitas palestras interessantes, mas eu acho que elas deveriam ser, de alguma maneira, curtas, para permitir que haja uma interação. Porque, por mais douradas que elas sejam, acho que o objetivo aqui é o diálogo, é tanto ouvir, ou talvez até mais ouvir que falar. Esta é apenas uma sugestão que eu faço, a partir da leitura do próprio programa.

Um último comentário: esta reunião se dá num momento especialmente delicado, em função das atitudes que vários países desenvolvidos, especialmente na Europa, têm adotado em relação à questão da imigração em geral, e que afeta a todos. Afeta os que já vivem no país, afeta aqueles que às vezes estão viajando a título de turismo, a título

de estudos, etc. Todos conhecem o episódio recente que tivemos com a Espanha, o esforço que foi feito para, se não resolver de todo, pelo menos enquadrar a situação. Obviamente, há situações que caem dentro da soberania de cada país, do ponto de vista jurídico, mas há alguns aspectos que têm que ser considerados.

Um é de natureza de direitos humanos, que é o bom tratamento independentemente de qualquer situação. Independentemente do direito ou não do estrangeiro, no caso o brasileiro, de ficar no país, ele deve ser bem tratado em qualquer condição. Segundo, uma questão, também política, que não pode ser desprezada. Ontem mesmo o Presidente Lula lembrava ao Presidente da Lituânia, que está aqui - aliás, país que tem 250.000 descendentes vivendo no Brasil e que é hoje membro da União Européia -, o acolhimento que o Brasil deu a todos esses refugiados que vieram, nas situações mais diversas: uns movidos por guerras, outros movidos por perseguições políticas, por perseguições raciais, mas outros também que vieram simplesmente por questões econômicas, e que vieram ganhar a vida, e ao ganhar a vida, contribuíram muito para o desenvolvimento nacional.

A nossa visão é que o mesmo tratamento deve ser dado aos brasileiros que se encontram fora do país. Então, o que eu queria dizer com isso é que em função dessas últimas medidas da União Européia - não só ela, mas em função sobretudo dessas últimas medidas - a questão da migração se tornou um problema de política externa. Não é apenas um problema do Ministério das Relações Exteriores, enquanto encarregado de aspectos consulares ou de proteção de brasileiros no exterior, mas é um problema de política externa, é um problema de diplomacia também. Não é à toa que quando nós tivemos a questão na Espanha, não sei se o Embaixador Gelson está aqui, não foi apenas o Consulado Geral que

tratou, mas nossa Embaixada teve que tratar e os ministros tiveram que estar envolvidos.

E agora, na reunião do G-8, à qual o Presidente Lula foi convidado, participando do seguimento G-8 mais 5, dos países em desenvolvimento, o Presidente fez questão de fazer desse tema um dos temas importantes das suas alocações, em todos os momentos, inclusive nos contatos bilaterais que teve com alguns Presidentes ou Primeiros-Ministros, como foi o caso, por exemplo, do Primeiro-Ministro da Itália. Então, eu digo que o tema da imigração, do tratamento dos nacionais, do respeito aos direitos humanos dos nossos compatriotas no exterior, é um tema, hoje, que tem um alto perfil na política externa brasileira, na diplomacia do Presidente Lula.

Queria dizer que essa reunião será histórica. Estou repetindo aqui uma frase do Presidente, com a permissão do Ministro Dulci, que às vezes colabora nos discursos do Presidente: nunca antes na história deste país houve uma reunião desse tipo, que envolvesse representantes de todas as comunidades brasileiras, muitos deles convidados pela Fundação Alexandre de Gusmão, à qual agradecemos, mas muitos também que vieram por meios próprios e eu acho que é uma boa mistura. É uma mistura de trabalhos acadêmicos, de trabalhos científicos, de depoimentos de pessoas que viveram essa situação, de apresentações governamentais, mas também, e sobretudo, de contribuição daqueles que estão fora do Brasil e que necessitam dessa presença do Governo brasileiro, porque a mesma lealdade que eles sempre demonstram ao Brasil, seja torcendo nos jogos de futebol, seja defendendo nossa imagem quando ela é atacada ou agredida de alguma maneira, seja mesmo quando estão honestamente tratando de ganhar a vida e contribuindo para o desenvolvimento dos países em que estão, a nossa retribuição é dar a eles o melhor tratamento possível.

Claro, algumas medidas não dependem apenas de nós, por isso a presença aqui também dos outros poderes da República, mas, enfim, eu quero que essa reunião seja efetivamente uma reunião em que funcione não apenas a razão, mas também o coração, porque é uma reunião para encontrar soluções, para encontrar propostas novas, mas sempre dentro de um espírito de solidariedade, de plena consciência da responsabilidade que tem o Governo e que o Presidente Lula demonstrou desde o início, mesmo na sua campanha, ao escrever uma carta aos brasileiros no exterior, ainda em 2002. Então, eu queria - pedindo desculpas aos meus colegas de mesa, porque eu terei que receber o Ministro de Angola que chega agora ao Brasil - dizer da grande alegria que eu tenho, que o Governo tem, que o Itamaraty tem, em recebê-los a todos aqui. Tenho certeza de que será uma reunião histórica.

Muito obrigado a todos.

REUNIÃO INFORMAL DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES TÉCNICAS DA OMC

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO AMORIM, NA REUNIÃO INFORMAL DO COMITÊ DE
NEGOCIAÇÕES TÉCNICAS DA OMC. GENEBRA, SUÍÇA, 21/07/2008

Obrigado Senhor Presidente,

Como sou provavelmente - não sei se isso é uma virtude - uma das pessoas mais idosas nesta sala, assim como meu colega Ruffus Yerxa, que não é tão idoso, mas é de fato um veterano, começarei com uma metáfora sobre o Mont Blanc. Um dos seus predecessores, senhor Presidente, o muito lembrado Arthur Dunkel, uma vez nos disse, quando estávamos nos preparando para os momentos finais da Rodada Uruguai, que ele estava buscando alcançar o Everest. Já que estávamos em Genebra, perguntei-lhe se não seria mais realista pensar no Mont Blanc. Todos os que viveram em Genebra sabem que há um falso Mont Blanc, o qual é infelizmente chamado de “Mont Blanc des Anglais”. Meu único medo é, portanto, de que algumas pessoas estejam pedindo pelo Everest, mas oferecendo o “Mont Blanc des Anglais” em troca.

Passemos a temas menos leves, Senhor Presidente,

É inestimável a importância de um resultado da Rodada que seja orientado a promover o desenvolvimento. É crucial restabelecer

a confiança neste momento crítico por que passa a economia internacional. Crucial em particular para a credibilidade e a relevância da OMC. Tomando apenas um exemplo dentre os muitos citados hoje aqui, como a crise dos alimentos, está fora de dúvida que eliminar ou reduzir substancialmente os subsídios faria muito para evitar a disseminação da pobreza e da fome no mundo.

Vim a Genebra com a melhor disposição para concluir a negociação das modalidades em Agricultura e em NAMA, a fim de que possamos terminar a Rodada este ano. O Brasil tem um interesse central no sistema multilateral de comércio e em sua Rodada do Desenvolvimento. O Presidente Lula disse repetidamente que o Brasil fará sua parte, desde que os outros - e especialmente os países ricos - façam também a sua parte. Acho que um acordo é possível, mas requererá muito trabalho árduo. Devemos manter a ambição e também o realismo, devemos acima de tudo ter a visão clara do que está acontecendo e não acreditar em mitos que às vezes nós mesmos criamos.

Alguns pontos importantes, por exemplo, estão em aberto em Agricultura, embora seja ouvido freqüentemente que a negociação agrícola está quase pronta. Redução dos subsídios internos distorcivos (OTDS) - as margens ainda estão muito altas; flexibilidade para a implementação da redução de subsídios de “caixa amarela”; margem para flexibilidades nos limites de subsídios de “caixa azul”; redução de subsídios ao algodão - e a questão do algodão vai ainda além da questão dos subsídios, pois, como todos sabem, é de grande interesse para alguns países muito pobres no mundo e também para meu próprio país; teto tarifário - não sabemos de fato como ficaremos; aumento do número de produtos elegíveis como sensíveis - a assim chamada criação de quotas, que estabelece zona de indeterminação nos textos agrícolas; tamanho de quotas tarifárias; simplificação tarifária; direitos intraquota; salvaguardas especiais; outros direitos e taxas. Todas essas coisas demonstram muito claramente que a idéia de que o texto de Agricultura está quase pronto é com certeza fora de propósito.

Lendo o texto de Agricultura, podemos concluir que, apesar todos os bons esforços feitos, o texto foi baseado na lógica de acomodar exceções em vez de buscar ambição. Quase 30 parágrafos do texto de Agricultura instituem exceções específicas para países específicos.

O texto de NAMA, por outro lado, baseia-se na lógica de forçar os países, em especial os países em desenvolvimento, para fora de suas “zonas de conforto”. Embora algumas flexibilidades tenham sido incluídas recentemente, a lógica do texto de NAMA ainda tem natureza totalmente diferente. Os temas a serem resolvidos nele são muito mais diretos e claros.

Não pretendo entrar em detalhes, mas alguns desses temas já foram citados. Digo

aqui que uma tentativa de extrair vantagem adicional em matéria de anticoncentração ou acordos setoriais obrigatórios, mas disfarçados de voluntários, sobrecarregaria a negociação e tornaria impossível sua conclusão.

Vou tentar finalizar sucintamente minha intervenção. Acho que podemos concluir a Rodada. Não temos tempo para encenações. Devemos avançar o mais diretamente possível. Poderemos avançar se, sempre que tivermos de optar, formos capazes de escolher a opção mais pró-desenvolvimento - afinal, esta é a Rodada do Desenvolvimento - e, é claro, de levar em conta especialmente os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo (LDCs), das economias pequenas e vulneráveis (SVEs), de outros grupos de economias vulneráveis e do Cotton-4. Questões como o comércio livre de quotas e tarifas para países de menor desenvolvimento relativo (duty free quota free) devem ser tratadas com prioridade.

Se agirmos assim, se decidirmos pela opção mais pró-desenvolvimento sempre que pudermos, teremos um caminho fácil rumo ao sucesso. Senão, teremos um caminho tortuoso rumo ao fracasso. Considero importante começar bem. Assim, indicações positivas concretas dos países desenvolvidos, logo no início, a respeito dos elementos-chave das negociações agrícolas são indispensáveis para dar o tom de uma dinâmica positiva em todas as áreas de negociação. É claro que se pode sempre deixar a moeda de troca para o momento final, mas o momento final pode ser tarde demais.

Por fim, Senhor Presidente, junto-me aos demais com bom ânimo. Teremos uma semana de trabalho árduo. Estarei aqui pelo tempo que se julgar necessário para tentarmos concluir esta Rodada com base em negociações e sem surpresas, como eu disse.

Muito obrigado.

REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC

PRONUNCIAMENTO À IMPRENSA DO MINISTRO CELSO AMORIM, APÓS A SESSÃO FINAL DO GREEN ROOM - REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC PARA DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES DA RODADA DOHA. GENEVRA, SUÍÇA, 29/07/2008

[Falhamos.] É uma pena, pois para qualquer observador externo - alguém de outro planeta, por exemplo - seria inacreditável que, depois do progresso alcançado, nós não conseguimos chegar a uma conclusão.

Eu entendo a posição em que se encontra o Diretor-Geral, na qualidade de presidente do TNC (Comitê de Negociação Comercial), ao não encontrar consenso entre os membros do G7. Apesar disso, vou dizer aqui algo que ia falar na reunião, mas não tive tempo. Eu estava justamente quase pedindo a palavra quando a sessão foi encerrada.

Eu ouvi vários apelos de vários países, tanto de renda média quanto ricos, países pequenos, países pobres, para fazer uma tentativa. Talvez - ou provavelmente - eu seja a pessoa mais velha naquela sala, mas ainda sou ingênuo e ainda sou alguém que acredita que valeria a pena continuar tentando. Se me permitirem uma analogia com o futebol, foi dito que colocaram o resultado na mão de sete pessoas, ou sete países, e nós falhamos. Se eu fosse o técnico, eu mudaria os jogadores, e veria se um resultado ainda seria possível. Porém é inacreditável, inacreditável que falhamos por

conta de uma questão... Não que essa questão não seja importante para alguns países, mas muitas outras questões, que pareciam incontornáveis, foram superadas. Então é muito difícil entender, e recorro a uma frase de um escritor italiano, em um livro chamado "A Consciência de Zeno", que diz: "Lembro-me de tudo. Não compreendo nada" e essa é a sensação com que saio daqui. Acredito que o fracasso é coletivo, mas que poderíamos ter feito mais e até - pois temos os jogadores - poderíamos ter dado o pequeno passo que não fomos capazes de dar.

Certamente, ouvimos de muitas pessoas que deveríamos preservar o que já foi obtido. Eu concordo com isso, mas isso está fora de nosso alcance, e a vida continua. Você tem a crise dos alimentos. Haverá outras crises. Outras preocupações assumirão mais importância do que têm hoje. Os interesses protecionistas vão analisar e esmiuçar o que foi feito aqui, algumas vezes, como disse, antes de darmos um passo no escuro. Eles vão voltar. E vão apresentar seus pontos de vista e será muito difícil. Não nos enganemos sobre manter intacto o que temos aqui. Logicamente,

nosso propósito será o de manter o que temos aqui intacto. Estou seguro de que seja o propósito de todos, mas sejamos francos, está fora de nosso alcance e a vida continua, nem sempre da melhor maneira possível. Então eu realmente sinto muito. Como eu disse, junto-me ao apelo de outros: mudemos o time e façamos nova tentativa. Obrigado.

COSTA RICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA COSTA RICA, OSCAR ARIAS. BRASÍLIA - DF, 31/07/2008

Minhas primeiras palavras são de calorosas boas-vindas ao Presidente da Costa Rica, meu amigo Oscar Arias. Sua luta pela paz, democracia e direitos humanos tem sido uma inspiração para todos nós. O Prêmio Nobel que Vossa Excelência recebeu foi o justo reconhecimento por sua contribuição para a pacificação da América Central.

A América Central hoje se junta ao resto das Américas na construção de sociedades prósperas e vibrantes. A democracia conquistada amplia a cidadania, e o desenvolvimento econômico e social fazem prosperar a paz duradoura.

Hoje, a união de nosso continente continua essencial para enfrentar os desequilíbrios e assimetrias que se multiplicam em escala planetária. A Costa Rica e o Brasil defendem a reforma das instituições e práticas multilaterais.

Senhores e senhoras, Estendi convite ao caro amigo Oscar Arias para vir ao Brasil na certeza de que chegou a hora de alargar os horizontes das relações entre os dois países. A sociedade costarriquense tem sido justamente

admirada pela capacidade de aliar ética comunitária e igualdade de oportunidades. O êxito do programa “Avancemos”, na diminuição dos índices de pobreza, demonstra que a luta contra a exclusão social exige políticas inovadoras e consistentes.

O acordo que assinamos hoje em matéria de biocombustíveis é um poderoso aliado nessa luta. O etanol e o biodiesel têm extraordinário potencial na geração de renda e de postos de trabalho, sem falar do impacto na redução da dependência de combustíveis fósseis, mais caros e poluentes. A Costa Rica é uma referência mundial em matéria de preservação ambiental e é também conhecida por sua longa tradição no cultivo da cana-de-açúcar. Apresenta, portanto, todas as condições para liderar a “revolução dos biocombustíveis” na América Central.

Na visita que fará esta tarde à Embrapa, Vossa Excelência conhecerá o patrimônio brasileiro de tecnologia em agricultura tropical. Estamos colocando a empresa a serviço de outros países na América Latina, na África e na Ásia. Ao ajudar países pobres a produzir

mais e melhores alimentos, contribuiremos para erradicar a fome e a extrema pobreza no mundo. Apesar da frustração das negociações na OMC, a Costa Rica e o Brasil seguirão empenhados na luta para a liberalização do comércio agrícola. Esperamos que os avanços já alcançados durante as discussões sejam preservados, e é o que esperam os países mais pobres, que mais teriam a ganhar com um acordo na OMC.

Senhor Presidente,

Nosso comércio bilateral mais do que dobrou nos últimos cinco anos. O Seminário de Negócios que Vossa Excelência abrirá amanhã, em São Paulo, oferecerá oportunidades para ampliar e diversificar ainda mais nossas trocas. O Brasil enxerga, nessa parceria com a Costa Rica, o modelo que deseja desenvolver com toda a América Central. A conclusão de uma área de livre comércio entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americano (Sica) aproveitará complementaridades, multiplicará investimentos, bem como promoverá cooperação técnica e transferência de tecnologia.

Nossa união é indispensável no momento em que assistimos à grave crise financeira que assola os países desenvolvidos. Por isso, decidi convidar todos os países da América Latina e do Caribe para uma reunião de cúpula sobre integração e desenvolvimento, no estado da Bahia, na cidade de Salvador, nos dias 16 e 17 de dezembro. A presença de Vossa Excelência é fundamental.

Senhor Presidente,

Nos difíceis anos 80, a vontade de superar os conflitos na América Central aproximou os países latino-americanos. Por meio do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, que mais tarde resultaram no Grupo do Rio, o continente se uniu para trazer paz à região. Hoje nos anima o mesmo espírito de diálogo e cooperação. Sabemos que, coesos, estaremos mais fortes para responder aos desafios de uma economia crescentemente globalizada.

É com plena confiança nessa aliança solidária que peço a todos que me acompanhem num brinde à amizade entre a Costa Rica e o Brasil, e ao nosso compromisso em favor de um mundo mais próspero, justo e democrático.

ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE A CERIMÔNIA DE ABERTURA DO ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-
ARGENTINA, COM A PRESENÇA DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA
FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 04/08/2008

Excelentíssima senhora Cristina Fernández de Kirchner, presidente da República Argentina,
Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Jorge Taiana,

Ministro do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina, Julio De Vido,

Senhores e Senhoras ministros da Argentina,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Senhor Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Senhores Ministros brasileiros, Dilma Rousseff, da Casa Civil; Nelson Jobim, da Defesa; Luiz Barretto, do Turismo; Franklin Martins, da Comunicação,

Meu caro Juan Carlos Lascurain, Presidente da União das Indústrias Argentinas,

Meu caro Paulo Skaff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo,

Senhoras e senhores empresários e empresárias da Argentina, empresários e empresárias brasileiras,

Primeiro, quero dizer da minha profunda

alegria de poder participar, neste dia, deste encontro com a Presidenta Cristina e com os empresários brasileiros e argentinos. Certamente a história registrará que este é o mais importante encontro empresarial entre os dois países até agora. Eu espero que o próximo seja muito maior e que, daqui para a frente, a gente possa bater recorde em cada reunião que fizermos com os empresários argentinos e brasileiros. Tomamos o café da manhã com alguns empresários brasileiros e, certamente, o Paulo Skaff irá falar. Nós, agora, queremos convidá-los para irem ao Brasil, para repetirmos um evento como este lá no Estado de São Paulo.

É uma grande satisfação inaugurar este Seminário, ao lado da minha querida amiga, Cristina Fernández de Kirchner. Estamos aqui reunidos para discutir ações e iniciativas concretas para consolidar ainda mais as relações entre Argentina e Brasil, países que vivem um momento, eu diria, excepcional. Os empresários têm papel crucial nesta aliança estratégica que estamos construindo. É importante que os homens de negócios, argentinos e brasileiros, tenham adotado o hábito de reunir-se regularmente para debater nossos desafios comuns.

Partimos de uma base muito positiva. A corrente de comércio cresceu 35% entre janeiro e junho. Se esse ritmo for mantido - e estou seguro de que será - fecharemos 2008 com um recorde de mais de 30 bilhões de dólares de intercâmbio entre os dois países. Eventuais distorções numa ou noutra direção de nosso comércio têm de ser corrigidas, e estejam certos de que, se depender do Brasil, o serão.

Nosso comércio reflete a pujança de nossas economias. Estamos crescendo consistentemente a taxas elevadas, com níveis históricos de geração de renda e de empregos. Nossas contas internas e externas estão equilibradas e acumulamos reservas cambiais elevadas, o que nos resguarda da atual instabilidade nos mercados internacionais. Deixamos para trás um passado de níveis de crescimento incompatíveis com nossas aspirações. Superamos décadas de experimentações econômicas, eu diria, até irresponsáveis, que deixaram milhões sem perspectiva ou dignidade.

O nível intenso dos investimentos brasileiros na Argentina e dos argentinos no Brasil é garantia de que nossa parceria pelo desenvolvimento é sólida e duradoura. Mais importante do que a quantidade é a qualidade desses investimentos: grande parte dos capitais que entram não é apenas para comprar firmas e patrimônio já existente. Têm servido para ampliar e aprimorar a capacidade produtiva, o que redundará em ganhos de eficiência e geração de empregos de qualidade. O Brasil já é o terceiro maior investidor na Argentina. A partir de 2002 passou a ser o primeiro investidor em fluxo de capitais. Muitas empresas brasileiras apostam na Argentina: são fábricas tecnologicamente avançadas e competitivas em setores estratégicos como energia, alimentos, bebidas, têxtil, cimento e siderurgia. Da mesma forma, capitais

argentinos no Brasil conquistam espaço em áreas cruciais como infra-estrutura, alimentos e fármacos.

Tenho dito, enfaticamente, que uma Argentina industrializada e competitiva fortalece o Brasil, o Mercosul e nosso projeto sul-americano. Por isso, a presidenta Cristina e eu examinamos medidas concretas para reforçar esse ciclo virtuoso. No Brasil, já estamos dando um passo importante: a criação de um fundo soberano que ajudará empresas brasileiras a investirem na América do Sul e na América Latina.

Meus amigos e minhas amigas,

Nossos países conquistaram o crescimento e a estabilidade aprofundando a democracia, sem recorrer a modelos externos. Mas essa democracia tem de ser cada vez mais inclusiva e solidária socialmente. Esse sentimento atravessa toda nossa região. Não adianta esperar o bolo crescer para depois distribuí-lo. Essa estratégia passada só aumentou o fosso entre os que têm e os que não têm. Não tem sido fácil construir alternativas para resgatar a nossa histórica dívida social. Requer decisão, vontade política, e compromisso com os de baixo para romper com antigos paradigmas. Exige políticas macroeconômicas consistentes, que estimulem o investimento produtivo capaz de garantir o crescimento de longo prazo. Exige, também, medidas para estender oportunidades a todos, de forma a ampliar o mercado interno capaz de impulsionar a atividade econômica.

Senhoras e senhores empresários,

A economia mundial vive momentos de turbulência e incerteza. Pressões inflacionárias em escala global e a especulação financeira encarecem alimentos, energia e matérias-primas. Subsídios dos países ricos encarecem os alimentos e inibem investimentos em países com vocação agrícola. Mas há também um fator positivo: dezenas ou centenas de

milhões de homens e mulheres passaram a se alimentar melhor em todo o mundo, sobretudo em nossos países. A frustração da Rodada de Doha exige que multipliquemos, em outros tabuleiros, nossos esforços para eliminar as distorções e barreiras ao comércio internacional.

A Argentina e o Brasil podem liderar a resposta do Mercosul e da América do Sul a esses desafios. Nossa aliança estratégica é a espinha dorsal desse projeto. Com o fortalecimento de nosso bloco e as iniciativas de integração regional, estamos lançando as bases de um espaço sul-americano verdadeiramente unido, capaz de nos projetar globalmente. Os biocombustíveis, em particular, podem ser importante alternativa para retirar países pobres da insegurança alimentar e energética, além de gerar emprego e renda. Nossos empresários dos setores agro-alimentares têm relevante papel na superação da crise alimentar que o mundo vive. As parcerias entre empresas da região, especialmente argentinas e brasileiras, são decisivas para nossa inserção competitiva na economia mundial. É essa a motivação dos mais de 300 empresários que me acompanham nesta visita e que participam deste Seminário.

Mas não basta liberalizar o comércio. Precisamos diminuir custos logísticos, fomentar o comércio regional e tornar viáveis projetos voltados para a integração de cadeias produtivas. Estamos empenhados em promover uma verdadeira articulação de políticas agrícolas, industriais e tecnológicas. É necessário gerar produção para competir nesses mercados, assumindo riscos, investindo em tecnologia e na modernização dos processos produtivos. Melhorar nossa competitividade significa integrar dinamicamente os tecidos produtivos, conjugando o que há de melhor em cada país, para ambos ganharem escala e qualidade em bens e serviços. Isso permitirá

realizar a integração produtiva que está na origem do Mercosul. O regime automotivo que assinamos recentemente mostra como podemos trabalhar juntos para agregar valor e transferir tecnologia. Ao mesmo tempo, estamos combatendo assimetrias e criando, em parceria com nossos sócios do Mercosul, um dos maiores e mais competitivos parques de produção em setor industrial, com grande impacto e irradiação.

A integração passa por coisas muito concretas, entre elas a construção e a modernização de pontes, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, infra-estrutura de energia e telecomunicações. Por isso, o BNDES financiou a ampliação dos gasodutos do Norte, San Martín e Neuba II, no valor de quase 300 milhões de dólares. O mesmo vale para as redes de gás TGN e TGS, com adicionais de 882 milhões de dólares. Outros projetos aprovados pelo BNDES, num total de 1,7 bilhão de dólares, aguardam apenas a contratação. O Brasil continua a apostar na Argentina: em seus trabalhadores, em seus empresários e em seu governo. Precisamos, também, fortalecer as pequenas e médias empresas como verdadeiros motores da integração. Por isso, estamos instituindo no Mercosul um fundo específico.

Senhoras e senhores,

A Presidente Cristina e eu estamos acompanhando, pessoalmente, os principais projetos bilaterais por meio de um mecanismo de encontros semestrais. Assim, asseguramos impulso político para avançar em todas as áreas do relacionamento bilateral: da economia e do comércio às políticas de desenvolvimento e sociais, passando pela cooperação em defesa, educação, cultura, ciência e tecnologia. Pretendemos avançar na coordenação de políticas públicas, na harmonização de regras e na simplificação dos trâmites que incidem sobre o dia-a-dia das

empresas. Estamos atentos às possibilidades de aumentar a sinergia em setores estratégicos onde já há investimentos cruzados: bens de capital, calçados, indústria naval, “software”, químico e petroquímico, têxtil, financeiro, pequenas empresas, turismo, biocombustíveis, alimentos e bebidas.

Quero lançar um desafio a todos: criar um foro permanente reunindo governo e empresariado para pensar a integração como um interesse estratégico das empresas e dos dois países. É preciso estabelecer novas parcerias, gerar investimentos que aumentem a produtividade de seus negócios e que lhes permitam conquistar novos mercados.

Os governos da Argentina e do Brasil farão a sua parte. É fundamental que o Banco de la Nación, o Bice e o BNDES estabeleçam uma parceria renovada e estudem modalidades de financiamento conjunto de associações entre nossos setores privados. Em breve, as três instituições estarão assinando um Convênio de Cooperação. Cabe aos setores privados dos dois países desenhar empreendimentos comuns, com impacto na integração de cadeias de valor. Concluímos as medidas para a implementação de um sistema de pagamentos em moeda local, que baixará os custos do comércio, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Aproximará os sistemas dos nossos bancos centrais e estimulará a consolidação de mercados cambiais em moeda nacional. Pode ser o germe de uma futura integração monetária. Não há dúvida de que unidos, e contando com marcos regulatórios adequados, nossos empresários estarão melhor preparados para enfrentar a marcha da economia globalizada.

Prezada Presidente,

O Brasil mais justo e solidário que almejamos somente será possível se toda a região também o for. Esse é o sentido estratégico

da integração, essa é a essência do projeto histórico que nos une. Argentina e Brasil não temem divergências que nascem daquilo que construímos juntos. Responderemos com serenidade e perseverança, na certeza de que nossos interesses soberanos sempre se reforçarão no seio de nosso projeto comum. Não me canso de repetir: juntos seremos mais soberanos. Com esse ânimo nos engajamos na construção de um novo modelo capaz de assegurar crescimento econômico e desenvolvimento social com geração de emprego e distribuição de renda. Temos um imenso potencial pela frente. Vamos juntar forças para garantir nossa inserção soberana na economia mundial e responder às legítimas aspirações de bem-estar e justiça social de nossas sociedades. Após o encerramento deste seminário, vamos receber dos líderes empresariais as suas conclusões.

Por isso, eu quero, minha amiga Cristina... Já cumpro com a formalidade de ler o meu discurso nos anais da história do Brasil, e agora quero falar um pouco do meu sentimento com a Presidente Cristina e com os empresários brasileiros e argentinos.

Eu fico sempre imaginando quanto tempo nós perdemos na construção de uma relação estratégica mais forte entre Argentina e Brasil. Aliás, eu fico pensando quanto tempo nós perdemos na construção de uma união sul-americana de nações, que agora estamos começando a construir. Eu sei que para cada presidente, para cada empresário, seria melhor se nós não fôssemos tão pobres ou se não tivéssemos, vizinhos a nós, países tão pobres. Quem sabe todo mundo sonhasse que o nosso continente estivesse fazendo fronteira com toda a União Européia, e por isso, poderíamos ser mais ricos e mais desenvolvidos. Vamos analisar um pouco a história e chegar à conclusão de por que perdemos tanto tempo

para nos fortalecer, acreditando que a solução para os nossos problemas estava além do Atlântico ou do Pacífico.

O empresário argentino não pode olhar o Brasil como um país competidor. O empresário argentino precisa olhar o Brasil como um potencial de mercado consumidor de 190 milhões de pessoas. O Brasil tem que olhar para a Argentina como um país com potencial de consumo de 40 milhões de habitantes, mas, muito mais importante: o somatório da sinergia dos dois países perfaz uma sociedade de 230 milhões de habitantes. Possivelmente sejam os únicos, fora dos países grandes, a ter competitividade e, certamente, a levar vantagem na questão agrícola. Quando se fala em crise de alimentos, alguns países podem tremer, ficar preocupados. Eu penso que Argentina e Brasil precisam ver essa crise de alimentos com uma certa preocupação, mas também como uma grande oportunidade histórica de se transformarem em países ainda mais competentes para fornecer, não apenas aos nossos, mas lá fora, alimentos de qualidade para as pessoas comerem.

Nós precisamos começar a perceber que se Argentina e Brasil estiverem juntos, poderão fortalecer o Mercosul, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, o Equador, a Venezuela, a Colômbia, o Chile. Todos esses países, sem distinção, serão muito mais fortes se Brasil e Argentina estiverem juntos e tiverem políticas conjuntas para atuar. Afinal de contas, somos mais industrializados, temos mais tecnologia, temos mais experiência em comércio exterior. A chance está colocada. O empresário brasileiro não pode ver o argentino como um concorrente. Concorrente sim, na lógica da boa competitividade, até porque a concorrência existe, mesmo entre os brasileiros e entre os argentinos. O que precisamos começar a enxergar é que juntos poderemos disputar

o comércio dos países mais ricos e atender países que até agora não foram atendidos por ninguém. Temos o continente africano à disposição de parcerias. Muita gente pode pensar: “Por que esse Lula fala tanto da África? Tem muito pobre na África”. Daqui a 30 anos a África será um continente de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. Se 300 milhões forem pessoas que têm poder aquisitivo para almoçar, jantar e tomar café da manhã, ou para ter uma televisão, imaginem quanto vai ter que crescer a nossa produção para atender esse mercado.

Eu vi agora, na Rodada de Doha - um sacrifício imenso - o quanto é difícil conseguir tirar uma vírgula, um centavo de um país rico. Aliás, certamente, Cristina e eu nos preocupamos em discutir com nossos ministros cada passo, cada decisão. Na verdade, lá são os representantes que, possivelmente, nem cheguem perto dos presidentes para tomar as decisões. Há dois anos, Cristina, eu, pessoalmente, falei umas quatro vezes com o presidente Bush, falei com o Chirac, com o Sarkozy e com a Angela Merkel duas vezes, falei com o Tony Blair, com o Gordon Brown, que tinha se esgotado a parte técnica da Rodada de Doha. Os nossos técnicos já tinham feito o que era possível fazer e estava na hora de juntar os dirigentes políticos para tomarmos uma decisão política, porque a questão não era mais econômica, era eminentemente política. Afinal de contas, tem eleição nos Estados Unidos este ano, e na Índia no ano que vem. Em época de eleições, não é apenas na Argentina que é difícil tomar decisões ou no Brasil que é impossível tomar decisões. Lá também, nos países distantes de nós, é difícil, sobretudo quando se mexe com agricultura, porque são muitos os interesses e, possivelmente, as pessoas permitam que o político sobreponha os interesses econômicos das nações.

Eu não estou desanimado. Quero dizer a vocês que ainda vou continuar teimando para ver se nós construímos uma saída. Acho que se nós não concluirmos o acordo de Doha, possivelmente a Argentina ou o Brasil não sofram tanto, mas os países mais pobres, que têm que ser incentivados a produzir alimentos e, para produzirem alimentos, têm que ter o mercado dos países ricos aberto para eles, não irão produzir alimentos e muita gente continuará passando fome.

No mundo rico, cada vez mais, haverá legislação mais dura para proibir o trânsito das pessoas pobres, criando mais dificuldades para a imigração. É esse mundo, minha querida companheira e President Cristina, que Argentina e Brasil têm a responsabilidade de ajudar a mudar. Eu não sei se acontece com você, mas muitas vezes a gente se sente pequeno por ser do Terceiro Mundo, a gente pensa que não tem forças por ser de um país emergente.

Eu me lembro, quando era presidente do Sindicato, que fazíamos um documento para incentivar os trabalhadores a lutar: colocávamos uma varinha e mostrávamos que era fácil quebrar uma única vara. Colocávamos um feixe de varas e percebíamos que era impossível quebrar aquele feixe. Se juntarmos os interesses de Argentina e Brasil, mais os interesses de países emergentes como nós, os interesses da América do Sul - temos que construir os consensos no limite do possível para andar juntos no mundo, defendendo a mesma bandeira - nós poderemos fazer diferença nas negociações internacionais. Obviamente que sem abrir mão da soberania de cada país, fazendo os acordos bilaterais que cada país entenda ser melhores. Isso nós não discutiremos porque a soberania dos países é intocável, os interesses soberanos de cada Estado são intocáveis, mas poderemos construir muitas coisas juntos. Eu tenho a convicção de que não interessa à Argentina crescer sozinha e

ficarem a Bolívia, o Uruguai e todos os demais países pobres. Como tenho certeza que não interessa ao Brasil, até por uma questão de inteligência, de interesse estratégico, crescer e os outros países não crescerem.

Empresários argentinos, nós temos muita coisa acontecendo no Brasil. Temos o Programa de Aceleração do Crescimento que, até 2010, teremos que investir 504 bilhões de reais, o equivalente hoje a quase 300 bilhões de dólares. Além disso, temos praticamente mais 400 bilhões de dólares da iniciativa privada em investimentos anunciados e planejados até 2012, 2013 ou 2014. Estamos construindo 4.700 quilômetros de ferrovias; vamos licitar, em março do ano que vem, um trem de alta velocidade; temos mais duas refinarias para fazer no Brasil; temos mais quatro siderúrgicas para fazer no Brasil; temos muitos investimentos na política de reflorestamento, na produção de papel e celulose, além do crescimento dos outros setores industriais. Na indústria naval, por exemplo, nós teremos que contratar, até 2014, 200 navios. Temos que contratar 200 sondas, e cada uma custa 700 milhões de dólares. Temos que construir várias plataformas. E nós queremos partilhar essas possibilidades com a Argentina. Por que só a indústria naval brasileira crescer, e a gente não fazer com que cresça a indústria naval de outros países junto conosco? Por que não criar um pólo de indústria naval poderoso aqui na América do Sul? Isso é possível.

Eu me lembro que, em 2002, quando disputei a primeira eleição, dizíamos que íamos construir plataformas no Brasil, e diziam que eu estava contando inverdades porque o Brasil não tinha condições. Hoje, 75% dos componentes de uma plataforma são feitos no Brasil. Portanto, temos as condições, os empresários, financiamento e conhecimento tecnológico. O que precisamos é conversar mais, nos juntarmos, tentar aparar

todas as arestas, diminuir a burocracia na Argentina e no Brasil, fazer com que as coisas fluam com mais facilidade, não permitir que os interesses individuais de uma fábrica ou de um setor atrapalhem o acordo estratégico de uma nação, porque senão não andaremos e não iremos para a frente.

Gostaria de terminar dizendo a vocês que tenho mais 2 anos e 5 meses de mandato no Brasil. Gostaria de, ao concluir o meu mandato, poder deixar como legado a contribuição de um presidente que olhou para o continente sul-americano como se Deus nos tivesse dado um sinal. Por que Deus nos construiu grudados? Mesmo que a gente queira se separar, não pode, porque é o mesmo território. As fronteiras são imaginárias e são demarcadas por nós, mas isso não impede que nós nos vejamos como o mesmo país, respeitando tudo o que um país soberano deve respeitar. Do ponto de vista do crescimento econômico, por que Deus nos fez grudados? Por que Deus coloca um homem e uma mulher juntos? Para o homem ficar olhando para um lado e a mulher para o outro? Não, é para se olharem. Durante todo o século XX nós olhamos para a Europa, para os Estados Unidos, para o Japão e, em muitos casos, os nossos presidentes disputavam quem era mais amigo dos Estados Unidos ou da Europa. Tem um presidente de um país vizinho que um dia me procurou e disse o seguinte: “Lula, eu estou há 50 anos achando que os Estados Unidos iam nos ajudar, e continuo tão miserável como 50 anos atrás. Agora, eu quero procurar novas oportunidades”.

O que estou querendo dizer concretamente é que olhemos mais para nós, descobramos o nicho de oportunidades que nós temos, vamos construir as parcerias que precisamos construir. Não é apenas as empresas brasileiras

virem aqui comprar empresas argentinas, ou os argentinos irem ao Brasil para comprar empresas brasileiras. Não. Vamos fazer associações, vamos construir juntos aquilo que os nossos avós não conseguiram construir e vamos permitir que os nossos filhos herdem de nós uma América do Sul mais integrada, uma Argentina e um Brasil mais unidos, porque os interesses são os mesmos, os ideais, certamente, são os mesmos.

Quero terminar com esta convocação, meus amigos e minhas amigas: está em nossas mãos. Cristina e eu somos passageiros, e o que nós podemos fazer é o que estamos fazendo: coordenar, tentar fazer os ajustes na política e na economia. Mas vocês podem muito mais. Muitas vezes a gente perde tempo brigando internamente, e a cada vez que a gente briga, sufoca um pouco a possibilidade de crescimento do país. Vamos construir, vamos juntar os empresários, as cadeias produtivas. O que está faltando entre nós? Onde a burocracia está atrapalhando? O que o Banco Central do Brasil quer que o Banco Central da Argentina não quer? O que pode ser feito para que as coisas comecem a funcionar? Nós ficamos olhando a beleza da União Européia e não somos capazes de construir a nossa? Pelo amor de Deus, gente. Vamos fazer do século XXI o século que nos tiraram no século XX. Vocês, argentinos, não podem se esquecer que, no século passado, eram a quinta economia mundial. O Brasil não pode se esquecer que durante 30 anos foi o país que mais cresceu no mundo, de 1950 a 1980. Ainda assim, temos desigualdades sociais irreparáveis que vamos demorar décadas para consertar. Quando consertarmos, esses cidadãos serão mais que cidadãos: serão consumidores daquilo que a nossa economia terá condições de produzir. O desafio está colocado. Boa sorte.

SESSÃO ORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, NA XII SESSÃO ORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL. MONTEVIDÉU, URUGUAI, 18/08/2008

Excelentíssimo Senhor Presidente do Parlamento do Mercosul, Deputado Dr. Rosinha,

Senhores Vice-Presidentes,

Senhoras e Senhores Parlamentares do Mercosul,

Senadores e Deputados,

Senhoras e Senhores,

É uma honra estar presente hoje perante o Parlamento, que se afirma a cada dia como verdadeira casa dos povos do Mercosul.

No Brasil e nos demais países da região, os debates realizados no Parlamento do Mercosul são acompanhados com crescente interesse. Suas manifestações públicas revestem-se de grande significado político, como, por exemplo, no caso do repúdio à Diretiva de Retorno da União Européia.

Quando se ocupa de importantes temas da agenda internacional, tais como segurança alimentar e energética, mudança do clima e crises financeiras, o Parlamento vocaliza os anseios e interesses da nossa cidadania. Empresta, assim, maior legitimidade e respaldo à ação diplomática dos nossos países.

Mas é sobretudo como espaço para o fortalecimento da institucionalidade democrática do Mercosul que o Parlamento cumpre sua maior vocação. A consolidação do

Parlamento traduz o fato de que o Mercosul é patrimônio das sociedades, do conjunto da comunidade política dos países da região.

Senhores Parlamentares, Passados mais de 17 anos desde o Tratado de Assunção, o comércio intra-Mercosul cresceu de modo expressivo e a integração ganhou novas dimensões. Hoje, segmentos da sociedade civil organizada se mobilizam e se articulam em nível regional. Anseiam, sobretudo, por maior representatividade na formulação e implementação das políticas de integração.

Esse anseio decorre em grande medida da clara percepção da importância da integração regional como instrumento para o desenvolvimento econômico e social dos países do Mercosul.

É natural que assim seja. É também natural que a dinâmica adquirida pelo Mercosul seja fruto da consolidação da democracia e do Estado de direito e do respeito aos direitos humanos, que englobam direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais. Essa nova dinâmica reflete o ambiente de liberdade e pluralidade que vivemos no Mercosul e - mais amplamente - na América do Sul.

O Protocolo de Ushuaia estabeleceu a centralidade da democracia como condição indispensável para que a integração avance.

A preservação da ordem democrática e o seu fortalecimento são hoje não apenas objetivos de cada país isoladamente. São também um compromisso comum, inseparável do próprio projeto da integração.

A participação crescente da sociedade civil traz cobranças e demandas aos Governos da região. Espera-se que haja cada vez mais Mercosul, que haja mais integração e que essa integração seja sempre melhor.

O Parlamento tem assumido papel decisivo na projeção do Mercosul em nossas sociedades. Não apenas aproxima o Mercosul dos cidadãos; também permite que nossas sociedades se sintam parte desse nosso projeto comum.

Para o futuro do Mercosul, é fundamental que se desenvolva uma interação fluida e construtiva entre o Parlamento e o Conselho do Mercado Comum. Será imprescindível que o Conselho, no exercício de suas competências, atribuídas pelos Tratados fundacionais, escute com toda a atenção a voz do Parlamento, tomando-a em devida conta em suas deliberações.

As pautas básicas para essa interação já estão dadas no Protocolo Constitutivo do Parlamento. Mas é importante definir de forma mais precisa os procedimentos a serem observados.

Nesse sentido, parece positiva a idéia de se concluir um Acordo Interinstitucional entre o Parlamento e o Conselho, cuja necessidade já se faz sentir. Entendo que o Parlamento já deu início a estudos para elaborar um texto de base. Pretendo sugerir a meus colegas no Conselho a designação de um grupo de trabalho ad hoc para, em conjunto com os representantes que o Parlamento venha a indicar, redigir o texto do acordo, a fim de tornar possível sua assinatura no mais breve prazo possível.

Outro aspecto decisivo na colaboração entre o Conselho e o Parlamento será, quando plenamente regulamentado, o procedimento rápido para a aprovação de normas que requeiram incorporação legislativa ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

Na origem da vocação do Parlamento, está a ampliação do debate sobre os rumos da integração e o conseqüente aprofundamento da legitimidade democrática do projeto regional. Um dos elementos essenciais nesse esforço será a definição de critérios de representação cidadã. Conforme determina o Protocolo Constitutivo do Parlamento, essa questão deve ser objeto de decisão do Conselho, com base em proposta a emanar do Parlamento.

Não cairei no erro de querer ensinar o Padre-Nosso ao vigário. Mas, sendo esse um trabalho conjunto do Parlamento e do Conselho, não posso deixar de mencionar que existe certa premência do calendário.

Senhores Parlamentares,

A participação do Parlamento do Mercosul no processo decisório regional, em representação das sociedades, empresta impulso político fundamental ao tratamento de questões cruciais para o projeto de integração. Em outras palavras, ajuda-nos a tomar decisões corajosas e inovadoras.

Desejaria mencionar brevemente os principais temas que o Brasil buscará impulsionar à frente da Presidência Pro Tempore do Mercosul.

Em primeiro lugar, quero ressaltar a questão que, a meu ver, irá exigir atenção prioritária e urgente: a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Esse será um passo de enorme transcendência para a consolidação da União Aduaneira. O Brasil está firmemente empenhado em que o Mercosul dê esse passo, definitivamente, no

corrente semestre. Dentro desse objetivo, já estamos trabalhando com afinco para definir um mecanismo justo e equilibrado para a distribuição da renda aduaneira.

Desde o início do Mercosul, as exceções à TEC têm sido aceitas com espírito construtivo, como um reconhecimento das necessidades específicas das economias do bloco. No entanto, no longo prazo, caminhar em direção à consolidação plena da União Aduaneira, de modo concreto e definitivo, é o que realmente dará força ao Mercosul como ator no cenário internacional.

A eliminação da dupla cobrança de tarifas de importação entre os países do Mercosul representará um avanço excepcional para a consolidação interna do bloco. Abrirá novas oportunidades para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas regionais. Terá efeitos positivos no comércio intrazona. Facilitará as negociações externas do bloco, seja na Organização Mundial do Comércio, seja com outros parceiros, como a União Européia.

Queremos um Mercosul equilibrado, benéfico para todos, em que as assimetrias entre os seus membros sejam cada vez menores. É nosso compromisso lutar para superá-las.

Estaremos discutindo este conceito, em profundidade, no contexto da definição de um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias.

O FOCEM demonstrou o que somos capazes de empreender quando nos dispomos a trabalhar por uma integração ambiciosa e ousada.

O FOCEM significou o reconhecimento, na prática, das assimetrias. Seu impacto já se faz sentir em comunidades com necessidades em matéria de habitação, saneamento, energia,

transporte e capacitação tecnológica. Já são 23 projetos aprovados, entre os quais 13 apresentados pelo Paraguai e 6 pelo Uruguai, somando cerca de 130 milhões de dólares de recursos do Fundo.

Há ainda projetos para lidar com problemas que afetam a todos, como é o caso do combate à febre aftosa.

Até o final de 2008, as contribuições dos Estados Partes para o FOCEM terão alcançado 225 milhões de dólares.

Outra área para avançarmos - e que terá impacto na redução das assimetrias - diz respeito ao Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Deveremos aprovar um sistema de garantias que contribua para facilitar a pequenos empreendedores a obtenção de crédito junto a instituições financeiras. Pretendemos, também, estabelecer um sistema de cooperação entre organismos que atuam, em cada país, no desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Com esses mecanismos, muitos dos pequenos e médios empreendedores de nossa região, especialmente aqueles instalados nos países menores, passarão a exportar para o mercado regional.

Outra iniciativa que trará muitos benefícios para as empresas, especialmente as pequenas e médias, é a implementação do sistema de pagamento em moedas locais, que funcionará primeiramente entre o Brasil e a Argentina, a partir de setembro próximo. Esperamos que, a partir da experiência entre o Brasil e a Argentina, os demais Estados Partes possam juntar-se à iniciativa.

A conclusão da adesão da Venezuela no Mercosul, que espero se dê em 2008, significa muito para todos nós. O ingresso definitivo da Venezuela dará vértebra à integração sul-americana. Um Mercosul que se estenda

do Caribe à Terra do Fogo, com seu grande potencial produtivo, sua capacidade energética e sua diversidade climática e biológica, terá grande peso nas relações internacionais. Num mundo de grandes blocos e que cada vez mais se organiza em regiões, devemos fortalecer a integração da América do Sul. A assinatura este ano do Tratado Constitutivo da UNASUL amplia nossa perspectiva integracionista, conferindo maior equilíbrio aos vários processos associativos na região. Resgata parte de uma longa história de desconhecimento recíproco entre os países sul-americanos.

Nesse processo, as Cúpulas do Mercosul têm sido encontros com uma nítida dimensão sul-americana. Isso reforça a vitalidade do Mercosul e mostra sua capacidade de articular a integração em escala regional.

No plano institucional, a Presidência Pro Tempore dará prioridade à ampliação e fortalecimento da Secretaria do Mercosul. Vamos apoiar os trabalhos para a implementação da Decisão CMC 7/07, em particular a expansão do quadro de funcionários, acompanhada do correspondente ajuste nas contribuições dos Estados Partes.

Para fortalecer a Secretaria, será essencial incentivar o recrutamento de profissionais qualificados para o adequado cumprimento de suas tarefas, cada vez mais complexas.

Senhores Parlamentares,

Há ainda longo caminho a ser trilhado em relação ao acompanhamento pela sociedade civil das atividades dos órgãos institucionais do Mercosul. No Brasil, estamos criando o Programa Mercosul Social e Participativo para divulgar políticas e iniciativas do Governo relacionadas ao Bloco, fomentar discussões sobre diversos temas da integração e ampliar,

de forma regular e permanente, os espaços de participação da sociedade civil brasileira. O Brasil está disposto a assumir contribuição orçamentária diferenciada para estimular essa participação no âmbito do Mercosul.

Nossas sociedades reclamam também um aprofundamento do conteúdo social da integração. Não é pouco o que já alcançamos em áreas de especial relevância para a construção do Mercosul cidadão: circulação de pessoas, facilitação de residência, direitos previdenciários, educação e outros.

Vamos implementar, a partir deste semestre, a Decisão que aprovamos em Tucumán de realizar uma sessão específica do Conselho do Mercado Comum, com a participação de Ministros da área social dos Estados Partes e Associados.

Em Tucumán, os Presidentes do Mercosul decidiram também discutir possibilidades de cooperação em setores estratégicos, como a segurança alimentar. Esse poderá ser, se todos estiverem de acordo, o tema central da reunião ampliada do Conselho do Mercado Comum.

Os países do Mercosul reúnem uma das maiores e melhores extensões de terras cultiváveis do planeta. Somos, inquestionavelmente, um dos atores centrais nas discussões sobre a segurança alimentar no plano global. O Mercosul tem uma contribuição importante a dar nesse tema, como já vem fazendo na OMC, pleiteando o fim dos nefastos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, que distorcem e prejudicam o comércio mundial.

A falta de consenso para a conclusão da Rodada de Doha, em Genebra, não é sinônimo de paralisia. Embora o acordo não tenha sido fechado, avançamos em vários pontos. Temos

o dever de continuar a buscar consensos para concluir a Rodada, que poderá trazer extraordinários benefícios para os países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres. A ausência de acordo na OMC - ou seja, o status quo - afeta de modo mais grave os países pobres, porque as barreiras e os subsídios à agricultura privam as populações daqueles países da oportunidade de competir no mercado mundial. Atrasam, assim, o seu desenvolvimento.

Enquanto houver uma fresta de esperança de obtermos um resultado justo e equilibrado, o Brasil seguirá lutando. Achamos que isso será bom para o Mercosul como um todo e para cada um dos países que o integram.

As negociações em Genebra representaram um aprendizado para o Mercosul. Divergências tópicas são normais numa negociação de tamanha complexidade. O importante é que em nenhum momento, repito, em nenhum momento faltou disposição - e não faltará - para acomodar as preocupações de todos.

Temos o firme propósito de reativar as negociações para um Acordo de Associação Interregional com a União Européia. Um acordo equilibrado com a UE poderá resultar em importantes ganhos comerciais, em especial para os sócios menores do Mercosul.

Temos negociações e diálogos em vários estágios com diferentes parceiros: os cinco países africanos integrantes da SACU, o Conselho de Cooperação do Golfo, a Jordânia, o Marrocos, o Egito, a Turquia, a Rússia, a Índia, a Coreia, os dez países da ASEAN, entre outros.

Na América Latina e Caribe, há várias frentes importantes. O Mercosul já tem Acordos de Livre Comércio com praticamente todos os países da América do Sul.

Pretendemos aprofundar esse relacionamento, aperfeiçoando esses instrumentos e incorporando novas disciplinas.

Durante a Presidência Pro Tempore argentina, concluímos o Acordo de serviços entre o Mercosul e o Chile, primeiro instrumento desse tipo do Mercosul com terceiros países. É nossa intenção buscar acordos semelhantes com outros parceiros na região - com os membros da Comunidade Andina, por exemplo.

Desejamos estreitar os laços políticos e econômicos entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-americana (SICA) e a Comunidade do Caribe (Caricom). Já temos uma reunião Mercosul-SICA agendada para o próximo mês de setembro.

Para promover e intensificar um diálogo próprio no âmbito latino-americano e caribenho, o Presidente Lula convidou todos os Chefes de Estado e de Governo da região para uma inédita "Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento", que se realizará em Salvador, Bahia, nos dias 16 e 17 de dezembro próximo, logo após a Cúpula do Mercosul.

Essas são, em grandes linhas, as ações que iremos desenvolver durante a Presidência Pro Tempore brasileira.

Senhores Parlamentares, caros amigos,

Concluo reafirmando a disposição do Brasil, do Presidente Lula e a minha pessoal de manter um relacionamento intenso e fluido com as Senhoras e os Senhores representantes do Parlamento do Mercosul. Esse diálogo certamente ajudará muito no esforço por levar a bom termo as responsabilidades da Presidência do Mercosul.

Muito obrigado.

ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE O ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER. PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA – DF, 08/09/2008

Excelentíssima Senhora Cristina Fernández de Kirchner, Presidente da nação argentina,

Meu caro companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República,

Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal,

Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Minha companheira Marisa,

Doutor Enrique Taiana, Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina,

Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Senhoras e Senhores Ministros e integrantes da delegação argentina,

Senhoras e Senhores companheiros Ministros e Ministras do Brasil,

Senhores Embaixadores,

Senhores Deputados,

Senadores,

Meus amigos e minhas amigas,

Ontem tive a honra de contar com a presença da Presidente Cristina Fernández de Kirchner nas comemorações de nossa data nacional. Hoje e sempre celebramos a Independência que nossos povos alcançaram no século XIX, mas também a que estamos

logrando agora, quase duzentos anos depois. Estamos nos libertando de pesada herança: estagnação econômica, desigualdade social, ceticismo político, renúncia de soberania. Consolidamos democracias comprometidas com o desenvolvimento e a justiça para todos em um continente de paz e prosperidade. Junto aos parceiros do Mercosul, unimos forças para enfrentar os desafios de um mundo competitivo e turbulento. Estamos construindo uma união sul-americana baseada na solidariedade para garantir presença soberana no mundo.

Minha cara Presidente Cristina,

O Brasil sabe que conta com a amizade e o compromisso do seu governo. Valorizamos nossa aliança estratégica e queremos coordenar mais ainda nossas iniciativas. Temos de aproveitar este momento muito especial da relação de nossos países. A Argentina se destaca entre nossos sócios comerciais e o Brasil é o primeiro parceiro da Argentina. Nosso intercâmbio anual se aproxima de 30 bilhões de dólares - dez vezes mais do que uma década atrás. Estamos tomando medidas para que esse intercâmbio seja equilibrado e reforce cadeias produtivas binacionais. Hoje, 70% do que a Argentina vende para o Brasil são produtos manufaturados, de alto valor agregado. Os mais

de trezentos empresários brasileiros que me acompanharam a Buenos Aires são testemunhas da aliança que estamos forjando.

Nossos países vêm seus desenvolvimentos nacionais a partir da lógica da integração binacional e da coesão regional. Por isso lançamos, em fevereiro passado, o Mecanismo de Integração e Coordenação Argentina-Brasil. Por meio dele, acompanhamos os projetos que aprofundam o caráter estratégico de nossa parceria.

Para garantir nossa segurança energética, vamos acelerar o cronograma de construção da hidrelétrica de Garabi e intensificar a cooperação ambiciosa em matéria nuclear. Por meio de consórcios produtivos, vamos unir nossas forças e competências para viabilizar o extraordinário potencial de setores, como a indústria naval, que passa por acelerada ampliação e modernização. A Argentina pode e deve participar da construção da grande infraestrutura necessária à exploração do petróleo brasileiro na camada pré-sal.

Alegra-me ver os progressos que temos tido nas áreas estratégicas da cooperação espacial, nuclear e na área de defesa. Ainda este ano, deveremos concluir o desenho técnico do satélite conjunto Sabiá-Mar. Além dos 30 projetos conjuntos para uso pacífico da energia nuclear, decidimos avançar nas discussões para a constituição da empresa binacional de enriquecimento de urânio. No campo da defesa, esperamos iniciar, em 2009, a produção do veículo militar “Gaúcho. Estão igualmente avançados os entendimentos para que a Fábrica Militar de Córdoba forme parceria com a Embraer na produção de aviões. Também no eixo da inovação científica estamos forjando sinergias por meio de escolas binacionais de nanotecnologia ou pela cooperação no campo

da TV digital, decisiva para o desenvolvimento industrial e para a democratização da informação.

A integração que almejamos exige maior capacidade de financiar investimentos produtivos plurinacionais. A cooperação entre o BNDES, o Banco Nación e o Bice já é uma realidade em importantes obras de infraestrutura na Argentina. Com o funcionamento, a partir deste mês, do sistema de pagamentos em moeda local, damos o passo inicial para uma futura integração monetária regional. Logo veremos os primeiros resultados, na forma de queda dos custos de exportação e importação, sobretudo para as pequenas e médias empresas brasileiras e argentinas.

Amiga Presidente,

Após anos de retrocesso, nossos países reverteram um quadro dramático de exclusão e injustiça. Estamos estendendo a todos os direitos cidadãos fundamentais. Isto não é possível sem forte crescimento, aliado à geração recorde de empregos nos dois países. A ampliação do mercado interno garante um ciclo virtuoso de prosperidade. A estabilidade dos fundamentos macroeconômicos, que conquistamos com méritos próprios, reduziu nossas vulnerabilidades e abre caminho para o crescimento racional e responsável. Em momento de acirrada competição global pelo acesso à energia, nossos países apresentam condições ideais para desenvolver energias renováveis e também para explorar juntos a vasta riqueza de nossos países em matéria de gás e petróleo.

Argentina e Brasil estão articulando políticas agrícolas, industriais e tecnológicas para confirmar nossa vocação como celeiros do mundo. Por essa razão, consideramos fundamental eliminar distorções e barreiras ao comércio internacional. Elas inibem

o potencial agrícola de muitos países e contribuem para aumentar a fome no mundo. Seguiremos empenhados em concluir a Rodada de Doha. Argentina e Brasil certamente têm muito a ganhar. Já os prejudicados por um fracasso serão os países mais pobres e mais vulneráveis do mundo.

Senhores e senhoras,

Não devemos temer divergências. Elas serão sempre menores do que o que temos em comum. Insisto em que a resposta para os problemas do Mercosul é mais Mercosul. Precisamos continuar a aprofundar nossa integração para consolidar nosso bloco. Com flexibilidade e atenção às preocupações de cada sócio, a Presidência brasileira do Mercosul se empenha para consolidar nossa União Aduaneira. A eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum dará outra qualidade ao bloco comercial. Permitirá adotarmos poderoso mecanismo de distribuição da renda aduaneira. Junto com o FOCEM, ajudará na tão necessária correção das assimetrias entre os sócios do Mercosul. O Fundo de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, aprovado na Presidência argentina, trará ganhos para as economias menores. Estamos também empenhados em finalizar a adesão da Venezuela ao Mercosul, de forma a ampliar os horizontes de integração produtiva e dar dimensão continental ao nosso bloco. Vamos realizar sessão especial do Conselho do Mercado Comum com a participação dos Ministros da área social do bloco, inclusive dos países associados. O amadurecimento institucional em nossos países renovou as expectativas sobre o Mercosul. Prova disso é nosso Parlamento regional, que começa a debater temas fundamentais para a construção de um espaço de prosperidade e bem-estar compartilhado.

Minha cara amiga Cristina,

No momento em que nos preparamos para retomar negociações com outros blocos, é fundamental que o Mercosul possa falar com uma só voz no mundo. Vamos redobrar esforços para concluir um acordo com a União Européia e aprofundar as discussões com outros agrupamentos de importância estratégica, como a SACU, o Conselho de Cooperação do Golfo e a ASEAN. Isto sem falar no diálogo em curso com Rússia, Índia e Turquia. O fortalecimento do Mercosul torna mais sólida a integração sul-americana e consolida nosso patrimônio latino-americano. Temos acordos de livre comércio com praticamente todos os nossos vizinhos. Nosso diálogo com o conjunto da América Central e com os países do Caribe ganhou uma nova densidade.

Foi este sentimento, compartilhado pela presidente Cristina, que me animou a propor a realização, em dezembro, de uma reunião de Cúpula de toda a América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento.

Amiga Cristina,

Será um prazer recebê-la na Bahia, terra de adoção daquele que foi, talvez, o mais brasileiro dos argentinos: o nosso artista plástico Carybé. Homem de duas pátrias, amigo e ilustrador da obra de Jorge Amado, Carybé retratou o cotidiano e a alma da Bahia com os olhos do homem do Prata e nos ajudou a vermos a nós mesmos. Com este sentimento de compreensão e entendimento mútuo e com este mesmo olhar solidário, trabalhamos hoje, argentinos e brasileiros, em benefício de nossos dois países e do conjunto da região.

Dito isso, eu gostaria de convidar a todos para que pudéssemos, de pé, fazer um brinde à Presidente Cristina e ao povo da Argentina.

Muito obrigado.

NORUEGA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO DA NORUEGA, JENS STOLTENBERG. BRASÍLIA -DF, 16/09/2008

A primeira vinda ao Brasil do Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, consolida uma parceira voltada para os desafios do século XXI. Já estamos colhendo os frutos do compromisso que assumimos há exatamente um ano, por ocasião de minha visita de Estado a Oslo, a primeira de um presidente brasileiro.

O Brasil é, hoje, o maior parceiro comercial da Noruega na América Latina, e a Noruega tornou-se o principal destino das exportações brasileiras para os países nórdicos. Desde 2003, nosso comércio dobrou para mais de um bilhão de dólares anuais. A Noruega investe mais no Brasil do que na China. Mais de cem empresas norueguesas estão aqui. Na outra direção, a Vale desenvolve importante projeto de mineração de ferro-manganês na Noruega. Os empresários que acompanharam Vossa Excelência ao Rio de Janeiro puderam conhecer de perto o momento excepcional por que passa a economia brasileira. Uma economia cujos fundamentos sólidos nos resguardam do agravamento da crise financeira internacional.

No Brasil, para tornar sustentável esse ciclo virtuoso de expansão da produção, das exportações e do mercado consumidor,

lançamos um ambicioso plano de modernização da infra-estrutura e da logística do País. Energia, indústria naval e serviços marítimos são estratégicos nesse esforço. São também setores de reconhecida competência e tradição da indústria norueguesa. Para que se tenha uma idéia da dimensão das oportunidades à frente, nos próximos anos a Petrobras vai construir cinco novas refinarias. Para explorar as novas reservas de petróleo do pré-sal, vai contratar a construção de 200 navios e de 28 sondas de grande profundidade, sondas que custam 700 milhões de dólares cada uma.

Quero reiterar o convite para que nossos amigos noruegueses apostem também em outras áreas nas quais o Brasil vem ganhando competência e escala, como papel e celulose, e alumínio. Um esforço de investimentos que, entre iniciativas já contratadas e compromissos, alcançará 1 trilhão e 400 bilhões de reais.

Caro Primeiro-Ministro,

De minha visita à Escandinávia, trouxe a convicção de que nossa ambiciosa parceria pode ir além de nossas fronteiras. Podemos enfrentar juntos desafios verdadeiramente

globais, tais como a mudança do clima, a proteção do meio ambiente e a luta contra a fome e a pobreza. Só assim, asseguraremos níveis superiores de bem-estar e prosperidade sem excluir ninguém nem hipotecar o futuro das próximas gerações.

Noruega e Brasil são pioneiros na exploração de óleo e gás natural, mas também estamos entre os grandes produtores de energia hidrelétrica. Possuímos matrizes energéticas dentre as mais limpas do mundo. Entretanto, podemos fazer muito mais. O mundo vive o desafio de uma crescente competição por energia. A exitosa experiência brasileira com os biocombustíveis mostra que é possível multiplicar, sobretudo em países em desenvolvimento, os benefícios de uma fonte de energia renovável, mais limpa e barata que os combustíveis fósseis. Tal como o Brasil, a Noruega investe nessas fontes renováveis, mostrando compromisso com a mudança dos padrões globais de consumo energético.

O apoio da Noruega ao Fundo Amazônia é mais uma expressão de nossa parceria inovadora em favor do uso sustentável dos recursos naturais. Estamos conciliando a preservação ambiental com o desenvolvimento humano e social em região habitada por milhões de pessoas que aspiram aos benefícios do acesso a crédito, conhecimento e tecnologia. Por meio do acordo hoje firmado, vamos repartir essa experiência com outros países tropicais.

Senhoras e senhores,

Num momento em que os altos preços dos alimentos ameaçam os avanços globais no combate à fome, Noruega e Brasil têm uma responsabilidade especial. A Noruega é líder na pesca e na aquicultura, bem como na indústria de fertilizantes e químicos, insumos fundamentais para a expansão do potencial agrícola mundial. Já o Brasil

possui vasta fronteira agrícola e instituições de excelência na pesquisa agropecuária para multiplicar sua produtividade. Apoiamos mecanismos inovadores de financiamento e mantemos cooperação triangular para implementar as Metas do Milênio na África. Também no Haiti, estamos reafirmando nosso compromisso com a transformação das condições sociais indispensáveis ao desenvolvimento com paz e segurança. Todos esses esforços poderão ser em vão se fracassar a Rodada de Doha. É preciso rever padrões de comércio que inibem o potencial agrícola de muitos países mais pobres. Caso contrário, milhões de pessoas continuarão a sobreviver na incerteza e na dependência.

A reforma das Nações Unidas está no centro de nosso compromisso com transformações das instâncias decisórias multilaterais. Por isso, somos reconhecidos pelo apoio da Noruega para tornar o Conselho de Segurança mais representativo da realidade contemporânea. Meu caro Primeiro-Ministro,

Descobertas de formidáveis reservas de petróleo e gás poderão alçar o Brasil ao grupo dos grandes produtores mundiais. Queremos que essa riqueza, enterrada a mais de 7 mil metros de profundidade, nos ajude a construir uma sociedade mais justa e menos desigual. Se investirmos esses recursos com sabedoria e prudência, poderemos emancipar o Brasil definitivamente das duas mazelas que ainda hoje retardam nosso avanço: educação, saúde de qualidade para todos e, ao mesmo tempo, combater a pobreza. Ao mesmo tempo, teremos condições de transformar o Brasil em pólo de desenvolvimento industrial e tecnológico no setor energético, com ressonância em toda a cadeia produtiva da América do Sul. A valiosa experiência da Noruega na administração de sua riqueza petrolífera é uma referência fundamental nesse debate.

Na perspectiva das oportunidades de cooperação e diálogo que se abrem, convido todos a erguerem um brinde à saúde do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, à prosperidade do povo amigo do Reino da Noruega, e ao contínuo fortalecimento das relações entre nossos povos.

Muito obrigado.

63ª ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 63ª ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. NOVA IORQUE, EUA, 23/09/2008

Senhores e senhoras chefes de Estado e de Governo,

Senhor Miguel d'Escoto, presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhoras e senhores chefes de Delegação,

Saúdo, com alegria, o presidente da Assembléia Geral, meu ilustre amigo Miguel d'Escoto. Desejo-lhe pleno êxito em sua missão.

Esta Assembléia realiza-se em um momento particularmente grave. A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial. As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas

finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas.

A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas. O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia.

Uma crise de tais proporções não será superada com medidas paliativas. São necessários mecanismos de prevenção e controle, e total transparência das atividades financeiras. Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases completamente novas. Dado o caráter global da crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais,

tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós.

Há outras questões igualmente graves no mundo de hoje. É o caso da crise alimentar, que ameaça mais de um bilhão de seres humanos; da crise energética, que se aprofunda a cada dia; dos riscos para o comércio mundial, se não chegarmos a um acordo na Rodada de Doha; e da avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando sobretudo os mais pobres.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores,

O Muro de Berlim caiu. Sua queda foi entendida como a possibilidade de construir um mundo de paz, livre dos estigmas da Guerra Fria. Mas é triste constatar que outros muros foram se construindo, e com enorme velocidade. Muitos dos que pregam a livre circulação de mercadorias e capitais são os mesmos que impedem a livre circulação de homens e mulheres, com argumentos nacionalistas, e até fascistas, que nos fazem evocar, temerosos, tempos que pensávamos superados. Um suposto “nacionalismo populista”, que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, é praticado sem constrangimento em países ricos.

As crises financeira, alimentar, energética, ambiental e migratória, para não falar das ameaças à paz em tantas regiões, demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais. Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar

iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs.

Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo. No passado, os navegantes miravam a estrela polar para “encontrar o Norte”, como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso “norte” às vezes está no Sul.

Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado - em 200 anos de vida independente - que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política vamos articular os países da região em termos de infra-estrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa.

Reunidos em Santiago do Chile, há pouco mais de uma semana, os presidentes da América do Sul, comprovamos a capacidade de resposta rápida e eficaz da Unasul frente a situações complexas, como a que vive a nação-irmã boliviana. Respaldamos seu governo legitimamente eleito, suas instituições democráticas e sua integridade territorial e fizemos um apelo ao diálogo como caminho para a paz e a prosperidade do povo boliviano.

Em dezembro, o Brasil irá sediar, na Bahia, uma inédita cúpula de toda a América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Será uma reunião de alto nível, sem qualquer tutela, assentada em uma perspectiva própria latino-americana e caribenha.

Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África.

Quero também enfatizar nosso compromisso com o Haiti, país em que exercemos o comando das tropas da Minustah e ajudamos a restabelecer a paz. Renovo

meu chamamento à solidariedade dos países desenvolvidos com o Haiti, muito prometida e pouco cumprida.

Senhor Presidente,

A força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força. É preciso que haja instrumentos legítimos e eficazes de garantia da segurança coletiva.

As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembléia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança.

O multilateralismo deve guiar-nos também na solução dos complexos problemas ligados ao aquecimento global, com base no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O Brasil não tem fugido a suas responsabilidades. Nossa matriz energética é crescentemente limpa.

As crises alimentar e energética estão profundamente entrelaçadas. Na inflação dos alimentos estão presentes - ao lado de fatores climáticos e da especulação com as commodities agrícolas - os aumentos consideráveis do petróleo, que incidem pesadamente sobre o custo de fertilizantes e transporte. A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade.

A experiência brasileira comprova - o que poderá valer também para outros países com características semelhantes - que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis, criam empregos, regeneram terras deterioradas e são plenamente compatíveis

com a expansão da produção de alimentos. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo.

Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a uma conclusão positiva da Rodada de Doha. Continuamos insistindo em um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos. O êxito da Rodada de Doha terá impacto muito positivo na produção de alimentos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Há quatro anos, junto com vários líderes mundiais, lancei aqui em Nova Iorque a Ação contra a Fome e a Pobreza. Nossa proposta era, e continua sendo, a de adotar mecanismos inovadores de financiamento. A Unitaid, Central de Compra de Medicamentos, é um primeiro resultado dessa iniciativa, ajudando a combater Aids, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar, e muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio.

Em dezembro serão comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não pode ser objeto de uma homenagem meramente protocolar. Ela traduz compromissos inalienáveis, que nos interpelam a todos. Como governantes, mais do que a defesa retórica da Declaração, somos chamados a lutar para que os valores proclamados há seis décadas se transformem em realidade em cada país e em todo o mundo.

Senhor Presidente,

O Brasil de hoje é muito distinto daquele de 2003, ano em que assumi a Presidência do meu país e em que, pela primeira vez, compareci a esta Assembléia Geral. Governo e sociedade deram passos decisivos para transformar a

vida dos brasileiros. Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuimos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa participação popular.

No ano em que celebramos o centenário do grande brasileiro Josué de Castro, o primeiro diretor-geral da FAO e um dos pioneiros da reflexão sobre o problema da fome no mundo,

vale a pena recordar sua advertência: “Não é mais possível deixar-se impunemente uma região sofrendo de fome, sem que o mundo inteiro venha a sofrer as suas conseqüências.” Tenho orgulho de dizer que o Brasil está vencendo a fome e a pobreza.

Senhor Presidente,

Reitero o otimismo que expressei aqui há cinco anos. Somos muito maiores do que as crises que nos ameaçam. Dispomos de sentimento, razão e vontade para vencer qualquer adversidade. Esse, mais do que nunca, é o espírito dos brasileiros.

Muito obrigado.

III CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA- BRASIL-ÁFRICA DO SUL - IBAS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA III CÚPULA DO FÓRUM DE DIÁLOGO
ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL – IBAS. NOVA DELHI, ÍNDIA, 15/10/2008

Quero felicitar o Governo indiano pela organização deste evento e agradecer a hospitalidade com que fomos recebidos. Nossas boas-vindas ao Presidente Kgalema Motlanthe em sua primeira participação no nosso Grupo. Sua trajetória política e militância no Congresso Nacional Africano muito contribuirão para o avanço do IBAS.

Meus amigos,

Estamos, hoje, fechando o primeiro ciclo de nossas Cúpulas. Passo à condição de decano de nossa aliança, pois sou o único governante do IBAS que acompanha o Foro desde sua instauração. Sei, por experiência pessoal, quanto já alcançamos e quanto temos a celebrar. Cinco anos após sua fundação o IBAS já é uma referência no cenário internacional. Não é possível falar em relações Sul-Sul sem mencionar nossa aliança. Ela é identificada como a aliança de grandes democracias do Sul, um espaço de cooperação entre países emergentes que estão determinados a redefinir seu lugar na comunidade de nações.

Nessa empreitada, países com menor grau de desenvolvimento esperam de nós gestos de solidariedade e iniciativas concretas de

cooperação e parceria. Mas também somos países determinados a unir nossa voz sobre temas globais, contribuindo para a construção de uma nova arquitetura internacional, cada vez mais necessária neste momento de incertezas.

Essa responsabilidade é hoje muito maior. Corremos o risco de ser vítimas de uma crise financeira gerada nos países ricos. Isso não é justo. Nossos países reconstruíram suas economias com grande esforço. Graças a isso vivem uma fase excepcional de expansão e de equilíbrio macroeconômico. É inadmissível, assim, que venhamos a pagar pela irresponsabilidade de especuladores que transformaram o mundo em um gigantesco cassino, ao mesmo tempo em que nos prodigavam lições sobre como deveríamos governar nossos países. Se não quisermos ser arrastados por essa crise, não são suficientes medidas isoladas para resguardar nossos interesses nacionais.

Precisamos nos fazer ouvir coletivamente nas discussões e na tomada de decisões sobre assuntos com impacto global. Não só sobre os temas econômicos e financeiros, mas também sobre questões como o aquecimento global

ou na formulação de respostas à insegurança alimentar e energética.

A comunidade internacional começa a reconhecer essa realidade. Assim devemos entender a sugestão de personalidades como o Presidente Sarkozy, da França, e o Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, para que nossos países participem mais diretamente na coordenação internacional para enfrentar a crise financeira.

Meus amigos,

Vejo com alegria que o Foro se renova sem perder seus avanços. É esse o desafio que motivou nossa determinação de tornar o IBAS mais ágil e eficaz. Para isso, estamos reunindo os 16 grupos de cooperação do IBAS, e convocando reunião de pontos focais. Os eventos empresariais, culturais, acadêmicos e o Foro de Mulheres que foram organizados pela Índia reafirmam nossa ambição de fazer do IBAS um verdadeiro encontro de sociedades e culturas. O IBAS não tem uma sede, não tem um secretariado permanente, não tem sequer um documento que legisla sobre sua estrutura. Mas está aí, coeso e ampliado num exercício que se assenta em alicerces sólidos. Provamos que havia razões profundas para nos associarmos e tirarmos proveito pleno de nossa aproximação.

Muito obrigado.

ALMOÇO EM HOMENAGEM À SUA MAJESTADE O REI ABDULLAH II, DA JORDÂNIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM À SUA MAJESTADE O
REI ABDULLAH II, DA JORDÂNIA. BRASÍLIA - DF, 23/10/2008

Vossas Majestades, Rei Abdullah II e Rainha Rania, da Jordânia,

Minha companheira Marisa Letícia,

Meu caro amigo e companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República, e senhora Mariza Gomes da Silva,

Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal,

Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados,

Vossas Altezas Reais, príncipe Hamzah bin Al Hussein, princesa Noor Hamzah e príncipe Rashid,

Senhor Nasser Lozi, chefe da Corte Real,

Senhor Saleheddin al Bashir, Ministro de Relações Exteriores da Jordânia,

Demais membros da delegação jordaniana,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores,

em nome de quem cumprimento os demais ministros brasileiros,

Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao governo brasileiro,

Deputados federais,

Senadores,

Senhoras e senhores,

A primeira visita de um chefe de Estado da

Jordânia ao Brasil é um marco nas relações de duas nações com forte identidade nacional e projeção internacional. É, portanto, com especial satisfação que recebo o Rei Abdullah II. Vossa Majestade é admirado pela liderança que exerce nas principais iniciativas de pacificação no Oriente Médio. Seu empenho é fonte de inspiração para todos aqueles que acreditam na paz.

Majestade,

Sua vinda ao Brasil fortalece um diálogo político inadiável entre dois povos comprometidos com um futuro de paz e bem-estar para o Oriente Médio. O Brasil é a casa de mais de dez milhões de descendentes árabes. Com igual orgulho, acolhe importante comunidade judaica. Sonhamos com o dia em que a coexistência amistosa dessas duas comunidades no Brasil possa se repetir em todo o mundo. Queremos o fim de crises, como a que obrigou o Brasil a resgatar, em 2006, milhares de brasileiros ameaçados pela violência no Líbano. Nesses momentos difíceis, sempre pudemos contar com sua ajuda e solidariedade.

Nossa preocupação comum com a paz levou-nos a participar da Conferência de Annapolis e da Conferência de Doadores de

Paris, onde anunciamos nossa contribuição financeira para a reconstrução da Palestina. Juntamente com nossos parceiros do Fundo IBAS, estamos engajados em projetos para mitigar o sofrimento do povo palestino. Mas não escondemos nossa preocupação com a falta de avanços concretos nas negociações e a contínua deterioração das condições de vida nos territórios palestinos ocupados.

Majestade,

Sua visita abre promissor capítulo nas relações entre nossos países. É esse o sentido dos acordos que assinamos. Por meio de uma cooperação educacional vamos intensificar o intercâmbio entre nossos professores e estudantes. No campo do turismo, vamos adotar medidas para permitir que um maior número de pessoas possa conhecer duas das “sete novas maravilhas do mundo”, Petra e Rio de Janeiro. E temos ainda acordos sobre cooperação científica e tecnológica, em agricultura e em matérias econômicas e comerciais. Acordos que certamente ajudarão a dar novo impulso aos nossos laços nesses temas.

Sei que Vossa Majestade e sua comitiva empresarial terão importantes encontros em São Paulo. Nossos empresários saberão identificar oportunidades de negócios à altura do potencial de nossas economias. A Petrobras já saiu na frente, com estudos para a prospecção de xisto betuminoso. São boas as perspectivas para a exploração de fosfato, potássio e fertilizantes, insumos fundamentais para o crescimento sustentado da atividade produtiva brasileira.

Nosso comércio aumentou exponencialmente nos últimos anos, saltando de 30 milhões de dólares, em 2002, para quase 300 milhões de dólares em 2007. As trocas permanecem, no entanto, modestas e desequilibradas, o que recomenda redobramos esforços para concluir um acordo de livre comércio Mercosul-

Jordânia. Na Presidência Pro Tempore do Mercosul, posso assegurar-lhe, o Brasil dará alta prioridade a essas negociações.

Senhoras e senhores,

Queremos a Jordânia como interlocutor privilegiado na aproximação que o Brasil busca com parceiros do Oriente Médio e do Magrebe. Na Primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, de 2005, reunimos, de forma pioneira, duas regiões que precisam se conhecer melhor. Na Segunda Cúpula ASPA, em Doha, em 2009, daremos novos passos para unir nossas vozes na defesa de uma ordem internacional mais justa e equilibrada.

Os países em desenvolvimento podem contribuir, de forma criativa e solidária, para a superação de crises que afetem a comunidade internacional. É o que Jordânia e Brasil fazem no Haiti, onde a Jordânia é o quinto maior contribuinte de tropas para a Minustah.

Majestade,

Tenho acompanhado seu empenho em criar melhores condições de vida para o povo jordaniano; em levar saúde e educação a regiões marginalizadas. Meu governo está fazendo o mesmo no Brasil. Nossos países não serão verdadeiramente livres e seguros enquanto deixarem parcelas de suas populações para trás.

Sabemos que muitos dos conflitos no mundo se amplificam à sombra da fome, da pobreza e da desesperança. Mas os avanços obtidos por nossos países correm riscos. A crise financeira global pode atingir, de maneira injusta e particularmente dura, os países em desenvolvimento. A crise atual nos mostra que as instituições financeiras internacionais precisam ser urgentemente reformadas.

Estou certo de que continuaremos contando com o empenho de seu governo na construção de um mundo mais solidário e mais justo. Um mundo com paz no Oriente Médio. São essas

as perspectivas e as esperanças que a visita de Vossa Majestade ao Brasil nos deixa.

Em meu nome e em nome do povo brasileiro, expresso meus melhores votos de saúde e felicidade para Vossa Majestade e para a Rainha Rania, desejando paz e prosperidade ao povo jordaniano.

Muito obrigado.

XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA. SÃO SALVADOR, EL SALVADOR, 30/10/2008

Meu caro amigo, Presidente da República de El Salvador, Elias Antonio Saca,

Meu caro amigo José Sócrates, Primeiro-ministro da República Portuguesa,

Nossa companheira Michele Bachelet, Presidente da República do Chile,

Meu caro Enrique Iglesias, Secretário-geral Ibero-americano,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-americana,

Majestade, rei Juan Carlos,

Senhoras e senhores delegados,

Primeiramente, quero unir-me às palavras de solidariedade com o povo espanhol pelo bárbaro atentado terrorista na Universidade de Pamplona. Reitero aqui o mais vivo repúdio aos atos terroristas de qualquer espécie e de qualquer pretexto, na esperança de que nunca mais se repitam.

Quero saudar o presidente Saca e agradecer mais uma vez a generosa acolhida do povo salvadorenho. Saúdo igualmente meu amigo Enrique Iglesias. O tema desta Cúpula Ibero-americana, “Juventude e Desenvolvimento”, é de crucial importância, sobretudo neste momento de crise que atravessa a Humanidade.

A juventude é nosso maior patrimônio.

Um trunfo para a construção de um mundo mais próspero, solidário e democrático. Vamos aprovar o Plano Ibero-americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015, em cooperação com a Organização Ibero-americana de Juventude. Este Plano será referência para as ações de nossos governos, estimulando a troca de boas experiências. Ele ajudará a comprometer todos os setores da sociedade nesse esforço, a começar pelos jovens, que são os que melhor conhecem seus problemas e suas aspirações.

Senhoras e senhores,

O Brasil é um país de jovens: são 50 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos de idade. O Estado tem papel essencial na busca do seu desenvolvimento e bem-estar, sobretudo onde há enormes dívidas sociais a serem saldadas. O lado dramático da realidade é que muitos dos nossos jovens não contam hoje com o abrigo da própria família. Outros tantos ingressaram no século XXI sem emprego, sem escola e sem perspectivas. Com inquietante frequência, a sociedade passou a vê-los apenas no noticiário policial.

Para jovens vítimas do trabalho infantil ou que tiveram de interromper seus estudos

criamos programas específicos de inserção. São programas destinados a recuperar a confiança dos jovens no seu futuro. Permitem complementar a escolaridade e melhorar a qualificação profissional. É o caso do programa ProJovem, para capacitar e empregar jovens em situação de risco. Deverá atingir mais de quatro milhões de jovens e adolescentes até 2010, jovens do campo e da cidade.

O programa que apresento nesta Cúpula tem uma característica especial. O projeto Segundo Tempo, coordenado pelo ministro Orlando, que está aqui, na minha comitiva, busca democratizar o acesso ao esporte, talvez a mais universal das iniciativas de diálogo e comunicação. Seu enfoque principal é o esporte educacional. Promove a integração social e o pleno desenvolvimento da cidadania dos jovens. Cultiva bons valores sociais. Diminui a exposição a situações potencialmente perigosas para o futuro de muitas de nossas crianças e adolescentes. O Segundo Tempo já atende hoje a mais de um milhão de crianças e adolescentes e tem tido um grande êxito no Brasil. Esse bom desempenho pode repetir-se em outros países ibero-americanos.

Caros colegas presidentes,

Neste momento, torna-se ainda mais urgente que nossa comunidade também se pronuncie de forma coesa sobre a questão das migrações, por sua relação com o emprego e com a renda, e por seu impacto sobre os jovens. E, sobretudo, à luz da Diretiva de Retorno da União Européia, que vemos com preocupação. A Cúpula Ibero-americana é foro privilegiado para discutir esse tema com franqueza e muita serenidade.

Laços históricos e culturais profundos unem Portugal, Espanha e América Latina. O Brasil, em particular, recebeu de braços abertos milhões de imigrantes e descendentes europeus, hoje plenamente integrados à

sociedade brasileira. Por isso, peço o empenho de todos na construção de uma agenda positiva sobre as migrações, valorizando a contribuição do imigrante para nossas sociedades.

É chegada a hora de construir uma governança realmente global, capaz de maximizar os benefícios da globalização e de minorar seu lado negativo. Não se pode fazer a apologia da livre circulação de bens e capitais e proibir a livre circulação de pessoas. Precisamos encontrar formas de convívio mais solidárias.

Senhoras e senhores,

Pensar na nossa juventude é pensar no futuro. Exige uma reflexão estratégica. Que mundo estamos legando para as próximas gerações no momento em que vivemos esta dramática crise financeira? De pouco servirão as medidas que adotarmos em benefício de nossos jovens se os países ibero-americanos, especialmente os mais vulneráveis, forem abalados por essa crise; se todo o esforço que fizemos para superar a pobreza e a exclusão até agora for comprometido pela ação irresponsável daqueles que fizeram da economia um cassino.

Essa crise adquiriu um caráter sistêmico e estrutural. Não poderá ser contida sem um esforço de coordenação internacional. Esse esforço de coordenação será ineficaz e injusto se não contar com a participação dos países em desenvolvimento. Afinal de contas, ficou provado que os mecanismos decisórios existentes não foram capazes de prever a crise. E não têm sido capazes, tampouco, de combater a grave situação que estamos enfrentando.

É preciso refundar os mecanismos de governança global, com maior participação dos países em desenvolvimento. É diante das crises que a nossa capacidade de inovar é posta à prova. Num mundo em que os países em desenvolvimento ou emergentes são vistos

como a esperança de retomada do crescimento não podemos aceitar um processo decisório que praticamente nos exclui.

É também necessário repensar os organismos financeiros internacionais, conferindo-lhes a indispensável capacidade regulatória. Afinal, todos somos vítimas do comportamento irresponsável daqueles que especulam com esperanças e vendem ilusões. De imediato, temos que voltar a permitir que os fluxos de créditos voltem a lubrificar os canais do comércio internacional. É o que estamos fazendo no Brasil. É o que esperamos dos países mais ricos, com maior capacidade financeira.

Nesta semana, realizamos em Brasília uma reunião extraordinária do Mercosul para debater a delicada conjuntura econômica no mundo. A conclusão que nós, no Brasil, tiramos é que só podemos responder à crise com mais integração, mais comércio justo, menos distorções e menos subsídios. Por isso, continuamos a apostar na conclusão rápida e exitosa da Rodada de Doha. Interna como internacionalmente, precisamos encontrar respostas que estimulem a economia real e promovam o crescimento.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu talvez fuja dos sete minutos determinados pela coordenação deste encontro, mas queria dizer duas coisas. Num momento delicado como este, o encontro precisaria definir se nós iremos priorizar a discussão da crise econômica ou se iremos priorizar a questão da juventude. Vai parecer muito estranho se nós, ao deixarmos este encontro e regressarmos aos nossos países, não tenhamos uma decisão conjunta sobre a crise econômica que o mundo atravessa.

E, também, meu caro Enrique Iglesias, eu queria fazer uma sugestão: ao colocar como tema específico a juventude, seria importante que a Secretaria tivesse organizado um informe para todos os países sobre o que está sendo feito em cada país para a juventude, para que a

gente saísse daqui com informações de todas as políticas bem-sucedidas nos outros países e que pudéssemos uns copiar dos outros e, quem sabe, construir uma política para a juventude muito mais sólida na nossa querida América Latina.

Lembrar a todos os colegas que a nossa geração de governantes herdou a juventude produzida no final da década de 70 e nos anos 80 e 90. Foram jovens que hoje estão entre 29 anos, 20 anos, 25 anos, que passaram praticamente a sua infância, a sua adolescência e viraram adultos, sem que a economia dos seus países crescessem, porque foram os anos duros da dívida externa sobre os países de toda a América Latina. Foram jovens que foram prejudicados por não ter educação, foram jovens prejudicados por não ter possibilidade de formação profissional, foram jovens que foram prejudicados por não ter emprego e são os jovens que hoje, com 20 anos, 24 anos, são a maioria que preenche as cadeias públicas de todos os países da América Latina.

O que é lamentável é que esses jovens, que foram vítimas de políticas econômicas excludentes, estejam hoje sendo presos, e os responsáveis pelas políticas continuem sendo autoridades espalhadas por todos os países do nosso continente. Esse é um dado sério, porque a nossa geração de governantes herdou um estoque de jovens muito próximo do crime organizado, muito próximo do narcotráfico e que agora está ficando muito mais caro para que a gente possa recuperar esse jovem e trazê-lo a participar de uma vida cidadã no seu país.

No Brasil - e eu quero terminar dando esse dado - nós não iremos resolver o problema da juventude, que ficou esquecida durante duas décadas, se o Estado não estiver de corpo presente na periferia de cada país, fazendo investimentos em educação, formação profissional, cultura, saúde e gerando empregos para essa juventude. Não adianta

tentar resolver o problema da juventude com a polícia. A polícia não é a solução para enfrentar o problema social, resultado da década de 80 e da década de 90.

Portanto, a nossa geração de governantes está cuidando do desprezo que a geração do Consenso de Washington deixou nos nossos países. E é importante a gente sempre reiterar, porque se não reiterarmos isso, daqui a dois anos vai ficar na história que esta crise é por conta dos nossos governos. E é importante que a gente situe muito bem.

No Brasil, nós não vamos permitir que essa crise econômica, praticada por especuladores que transformaram a economia numa ciranda financeira, num cassino, venha a proibir que o Estado faça os investimentos que tem que fazer. Nós não iremos parar nenhuma obra do governo. Não aceitamos a tese, mais uma vez, de conservadores, que acham que nós precisamos diminuir os gastos do Estado. Não vamos diminuir, vamos continuar fazendo os investimentos, porque todos aqueles que na década de 80 e na década de 90 diziam que o Estado não podia ser forte, que o Estado atrapalhava, que o Estado gastava demais, na hora em que o sistema financeiro entra em crise, quem vai salvá-los é o Estado, que eles diziam que não prestava para nada.

Portanto, eu penso que é o momento de nós tomarmos decisões políticas. É preciso que a gente redefina o papel do Estado, porque eu conheço bancos que durante a década de 80 e a década de 90, e ainda hoje, continuam dando palpites na economia da América Latina, continuam dizendo o que o Evo tem que fazer, o que o Lugo tem que fazer, o que o Lula tem que fazer, o que o Saca tem que fazer, ou seja, andam aí dizendo. Agora, eles não tomaram conta deles próprios. Eles não cuidaram sequer de fazer do sistema financeiro um instrumento alavancador do setor produtivo que no fundo, no fundo, é o que ajuda a desenvolver as nações.

Eu penso que todos nós precisamos ter consciência de que contra a crise é preciso mais ousadia, contra a crise é preciso mais investimentos, é preciso mais comércio, é preciso que a gente faça com mais vigor aquilo que nós não conseguimos fazer no começo dos nossos mandatos. Nós não iremos enfrentar essa crise apenas lamentando a quebradeira de bancos. Nós iremos enfrentar essa crise fazendo com que o Estado assuma a responsabilidade de não permitir que sejamos vítimas de uma crise que nós não construímos.

É verdade que se houver uma recessão forte nos Estados Unidos, e se houver uma recessão forte na Europa, obviamente que vai causar problemas nas exportações de vários países da América Latina. Portanto, nós precisamos nos unir ainda mais, aumentar as nossas trocas comerciais, descobrir novos nichos de oportunidades entre nós, porque assim nós vamos cuidar da nossa economia, do nosso desenvolvimento e vamos cuidar da nossa juventude.

Se a gente aceitar a tese que prevaleceu nos anos 80, nos anos 90, de que é preciso a gente parar qualquer investimento, nós vamos produzir mais jovens sem emprego, sem escola, mais jovens na cadeia. E eu não quero deixar esse legado na minha passagem pelo governo do Brasil.

Eu quero poder provar que os Estados, agindo corretamente, construindo as alianças que precisam construir, fortalecendo as nossas relações de conhecimento, fortalecendo as nossas exportações e importações, trocando investimentos entre os nossos empresários, experiências das nossas políticas sociais, certamente nós poderemos vencer essa crise de cabeça erguida.

Em 2006, eu anunciei que iríamos investir no Brasil, até 2010, R\$ 504 bilhões, o equivalente a US\$ 250 bilhões. Vamos fazer investimento de cada centavo, porque eu tenho consciência

de que a única possibilidade de nós vencermos essa crise econômica é com mais produção, mais comércio e mais emprego.

No Brasil, meu caro Enrique Iglesias, queria lhe dar um dado importante: nós estamos terminando o oitavo ano de mandato com 14 novas universidades federais construídas, inclusive a Universidade da América Latina e uma universidade afro-brasileira. Em cem anos foram construídas no Brasil 140 escolas técnicas profissionais, em oito anos nós vamos construir 214 escolas técnicas profissionais. O programa ProJovem, que eu disse aqui que é um programa que pega jovens que tinham abandonado a escola, paga o equivalente a US\$ 70 para eles, traz de volta para a escola para que eles possam terminar o ensino fundamental, aprender uma profissão e entrar no mercado de trabalho.

Essa é a única possibilidade que os países da América Latina têm, que cada um de nós

temos, ao entregar o nosso mandato para o nosso sucessor, de poder entregar um país muito melhor e muito mais justo do que aquele que nós recebemos. E a juventude tem que ser a nossa prioridade, porque eles serão os governantes de amanhã.

E eu queria terminar, Iglesias, pedindo para que em cada encontro Ibero-americano, que o assunto que fosse prioritário, que a gente pudesse ter um caderno das coisas que estão acontecendo em cada país, específico. Porque por mais que eu tenha relação com a Cristina, com a Michele, com o Colom, com o Evo Morales, a verdade é que nós nunca temos tempo de discutir o que cada um está fazendo especificamente para cuidar da juventude, para cuidar da mulher, para gerar empregos. E eu acho que isso faz falta para que a gente possa aprender uns com os outros e governar melhor do que estamos governando.

Muito obrigado.

REUNIÃO PLENÁRIA DOS MINISTROS DA FAZENDA DO G-20 FINANCEIRO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE REUNIÃO PLENÁRIA DOS MINISTROS DA
FAZENDA DO G-20 FINANCEIRO. SÃO PAULO - SP, 08/11/2008

Senhoras e senhores ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais,

Senhoras e senhores membros das delegações,

Quero dar as boas-vindas a todos que comparecem a esta importante reunião que temos a honra de presidir.

A economia mundial atravessa seu momento mais grave em décadas. Medidas tomadas por governos impediram o pior, mas ainda há muito o que fazer. Persistem riscos e incertezas sobre o comportamento da economia, sobre o impacto da crise nos países em desenvolvimento, no comércio e nas finanças internacionais.

Uma coisa é, no entanto, evidente: a desordem que se instaurou nas finanças mundiais nos últimos anos ameaça o funcionamento da economia real. O preço a pagar por essa irresponsabilidade se pode medir de várias formas.

Para nós, o que importa é a ameaça de uma recessão generalizada e, na sua esteira, a perda de milhões e milhões de empregos, o aumento da pobreza e da exclusão. Não podemos permitir que o pânico que se instalou em muitos lugares atinja os setores produtivos.

Cabe aos líderes mundiais, com serenidade e responsabilidade, não nos deixarmos contaminar pelo medo.

Mas esta é uma crise global, e ela exige soluções globais. Este é o momento de formular propostas para uma mudança substantiva na arquitetura financeira mundial. A crise nasceu nas economias avançadas. Ela é consequência da crença cega na capacidade de auto-regulação dos mercados e, em grande medida, na falta de controle sobre as atividades de agentes financeiros.

Por muitos anos especuladores tiveram lucros excessivos, investindo o dinheiro que não tinham em negócios mirabolantes. Todos estamos pagando por essa aventura. Esse sistema ruiu como um castelo de cartas e com ele veio abaixo a fé dogmática no princípio da não-intervenção do Estado na economia. Muitos dos que antes abominavam um maior papel do Estado na economia passaram a pedir desesperadamente sua ajuda.

Em meu discurso na abertura da Assembléia Geral da ONU afirmei que era chegada a hora da política. Associe-me, agora, aos que pensam ter chegada a hora da mudança. Temos de trazer para a esfera pública decisões antes

tomadas por supostos “especialistas”, mas que só serviam interesses privados. É amplamente reconhecido que o G-7, sozinho, não tem mais condições de conduzir os assuntos econômicos do mundo. A contribuição dos países emergentes é também essencial.

Precisamos de uma nova governança, mais aberta e participativa. O Brasil está pronto a assumir sua responsabilidade. Esta não é a hora de nacionalismos estreitos, de soluções individuais. É hora de um pacto entre governos para a criação de uma nova arquitetura financeira mundial, capaz de promover segurança e desenvolvimento em bases equitativas para todos.

Essas reformas devem ser norteadas pelos seguintes princípios:

Representatividade e legitimidade: as instituições financeiras globais devem se adequar à nova realidade econômica, devem abrir-se à maior participação dos países emergentes e em desenvolvimento;

Ação coletiva: situações de risco e custos compartilhados exigem respostas coletivas, tanto para a elaboração de soluções quanto para a implementação de políticas nacionais coordenadas.

Boa governança nos mercados domésticos: a importância do crédito, os crescentes riscos e a complexidade dos mercados financeiros impõem o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, supervisão, governança corporativa e de avaliação de riscos. Nestas atividades, o Estado deve buscar o equilíbrio entre a eficiência dos mercados financeiros, a estabilidade de todos os mercados e a promoção do desenvolvimento econômico.

Responsabilidade: as políticas de cada país não podem transferir riscos e custos a outros países. Cada país deve assumir suas responsabilidades. Nacionalmente, setores cujas políticas expõem a sociedade a riscos desproporcionais devem contribuir, inclusive

financeiramente, para a solução das crises e para o retorno à estabilidade.

Transparência: os agentes financeiros privados devem observar regras internas de governança corporativa e de transparência de informações relevantes ao mercado e à sociedade, em especial aquelas relacionadas a riscos e ativos.

Prevenção: as políticas nacionais e as instituições financeiras internacionais devem incorporar o sentido de prevenção de crises financeiras em suas políticas e mecanismos de supervisão e acompanhamento dos mercados.

Nesse contexto, o G-20 tem muito a contribuir. É um foro de diálogo representativo que congrega países ricos e emergentes. A superação da atual crise passará pela cooperação desses dois grupos de nações, ouvindo o conjunto da comunidade mundial. Afinal, se a riqueza ainda se concentra nos chamados países desenvolvidos, o crescimento econômico está sendo mais robusto nas economias emergentes e em desenvolvimento. O próprio Fundo Monetário Internacional estima que, nos últimos anos, os países emergentes responderam por 75% do crescimento da economia mundial. Essa tendência se manterá em 2009.

Senhoras e senhores,

Nenhum país está a salvo da crise financeira. Todos estão sendo contagiados pelos problemas originados em países avançados. O colapso da confiança nos mercados financeiros dos países desenvolvidos gerou escassez de crédito para o resto do mundo. A crise fez os bancos dos Estados Unidos e da Europa pararem de emprestar. Para os menos capitalizados, a falta de financiamento externo poderá levar a problemas de balanço de pagamentos. Mesmo para os países mais preparados, como o Brasil, os empréstimos ficaram mais caros. Fundos de investimento estrangeiros estão sacando suas aplicações no mercado acionário dos

países emergentes para cobrir os prejuízos que tiveram nos mercados avançados. Essa perda de recursos afeta balanços de pagamentos e dificulta o financiamento das empresas. Os países desenvolvidos e instituições como o Fundo Monetário Internacional devem adotar medidas para restaurar a liquidez nos mercados internacionais.

Um dos efeitos mais preocupantes da crise ocorre no comércio. Com a já anunciada recessão, os países ricos vão reduzir suas importações, o que afetará a balança comercial dos países pobres. Essa redução na corrente de comércio mundial não interessa a ninguém.

O Brasil acredita que os países devem evitar a tentação de utilizar o protecionismo financeiro e comercial como artifício para superar a crise. As lições da crise de 1929 devem servir de alerta para todos. Naquela ocasião, medidas unilaterais apenas prolongaram a depressão econômica e alimentaram a desconfiança. Ao contrário, é hora de uma ação coordenada. Mas o exemplo deve partir dos países ricos. É deles que se espera a adoção das principais medidas nesse sentido.

No dia 27 de outubro, reunimos no Brasil Chanceleres, Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul e dos países associados - na prática, toda a América do Sul. Chegamos à conclusão de que é preciso mais integração, mais comércio, menos distorções e menos protecionismo. Entendemos que este é o momento para o impulso final das negociações da Rodada de Doha. A maior abertura do comércio mundial é um excelente antídoto contra a crise, uma das melhores medidas contracíclicas que poderemos tomar.

A conclusão da Rodada deixou de ser uma oportunidade e passou a ser uma necessidade. Já há um bom conjunto de propostas sobre a mesa. Temos de resolver uns poucos problemas, temos de enfrentá-los com

grandeza. Os países desenvolvidos não devem, neste momento, aumentar as exigências sobre os países em desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

Esta crise não colhe o Brasil desprevenido. Nossos fundamentos econômicos são consistentes. Meu governo e a sociedade fizemos sacrifícios e agora começamos a colher os resultados de nosso trabalho. Em 2007, nosso PIB cresceu 5,4% e esperamos que cresça 5% este ano. Esse crescimento está sendo feito com justiça social. Nos últimos anos, tiramos 9 milhões da miséria e outros 20 milhões se incorporaram aos contingentes da classe média no Brasil.

Ampliou-se nosso mercado interno, o que nos protege em muito contra a turbulência internacional. Diversificamos nossos mercados de exportação. O aprofundamento da integração regional e o aumento do comércio com outros países em desenvolvimento tiveram e continuarão a ter papel fundamental. A inflação permanece em níveis baixos, as contas públicas estão em ordem.

O Brasil vem mantendo superávit primário em torno de 4% desde 2004 e nossa dívida pública hoje está na casa dos 37% do PIB, e continua a cair. Desde 2007, o Brasil passou de devedor a credor nominal no mercado internacional. Nossas reservas internacionais somam mais de US\$ 200 bilhões, um aumento de US\$ 143 bilhões desde março de 2006.

Este cenário positivo nos permite navegar pela crise com responsabilidade e confiança. Mas estamos atentos. Não estamos paralisados. O governo não permitirá que nosso crescimento seja comprometido. Manteremos todas as obras de infra-estrutura de nosso Plano de Aceleração do Crescimento. O Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil estão tomando as medidas necessárias para aumentar o financiamento interno e facilitar o crédito ao comércio exterior. Estamos assegurando que

nosso sistema bancário continue a apresentar níveis adequados de liquidez.

Senhoras e senhores,

Esta reunião tem como tarefa iniciar o desenho de uma nova arquitetura financeira mundial. Ela prepara o encontro de Washington, no próximo sábado, no qual procuraremos avançar mais no diagnóstico e na formulação de alternativas globais e de outras reuniões que se seguirão. Para logarmos verdadeiras soluções, precisamos realizar um esforço concertado, vencendo a tentação de tomar medidas unilaterais.

Enfatizo o que disse antes. Precisamos aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos mecanismos decisórios da economia mundial. Devemos revisar o papel dos organismos existentes ou criar

novos, de forma a fortalecer a supervisão e a regulação dos mercados financeiros. É imperioso aumentar a transparência com novos mecanismos universais de revisão de políticas domésticas para os mercados financeiros. Afinal, é a vida de seres humanos que está em jogo.

As crises são também momentos em que a história abre grandes oportunidades para as verdadeiras mudanças. Nelas se evidenciam não só os erros do passado, mas as promessas do futuro. Bilhões de seres humanos - sobretudo os mais vulneráveis - esperam que estejamos à altura dos desafios que a realidade nos colocou por diante. Não podemos, não devemos e não temos o direito de falhar.

Muito obrigado e bom trabalho para todos vocês.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À ITÁLIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA, GIORGIO NAPOLITANO. ROMA, ITÁLIA, 10/11/2008

Excelentíssimo senhor Giorgio Napolitano, Presidente da República italiana e senhora Clio Napolitano,

Neste encontro não só celebramos uma amizade secular, como renovamos o compromisso de enfrentarmos juntos - Itália e Brasil - os desafios que temos pela frente. Nossos países estão unidos pelos valores que nortearam a trajetória de meu amigo, o Presidente Giorgio Napolitano. No combate ao fascismo, durante a longa noite que se abateu sobre a Europa, Napolitano construiu uma trajetória de coragem, idealismo e tolerância. A sociedade brasileira fez clara opção pela democracia. Valoriza a diversidade. Rechaça a xenofobia. Este é o caminho para tornar realidade nossa aspiração comum de paz e justiça social.

Essas afinidades fortalecem nossa parceria e norteiam as consultas entre nossos governos no mais elevado nível político. A aliança entre Itália e Brasil é importante para a construção de uma nova arquitetura global. É o que o Brasil espera do próximo diálogo ampliado entre o G-8 e os países emergentes que formam o G-5. Temos de dar uma resposta conjunta

às questões mundiais como o aquecimento global, a segurança alimentar e a segurança energética. Seu enfrentamento requer que a voz dos países em desenvolvimento seja cada vez mais ouvida. É com esse ânimo que o Brasil comparecerá à Cúpula do G-8 mais G-5 de 2009, na Ilha de la Madalena. No entanto, nossa parceria está sendo posta à prova nos dias de hoje.

Na reunião de líderes do G-20 em Washington, este sábado, Itália e Brasil devem juntar esforços para que desse encontro surjam respostas concretas e eficazes à grave crise financeira internacional. É preciso um controle rigoroso dos mercados para pôr fim às aventuras especulativas. É necessário mais transparência. Mas, fundamentalmente são urgentes soluções coletivas e uma radical democratização - ou, se necessário, refundação das instituições internacionais.

No momento em que estão ameaçadas as aspirações de bem-estar de milhões de pessoas, precisamos reencontrar o caminho do crescimento sustentável em escala global. Essa resposta tem de incluir um acordo final para a Rodada de Doha. Precisamos oferecer

aos países mais vulneráveis a esperança de fazerem do comércio uma alavanca para o desenvolvimento.

Caro Presidente Napolitano,

Neste momento de grande incerteza e perplexidade, não podemos sucumbir ao pânico ou à paralisia. Para reverter o impacto do desaquecimento econômico que se avizinha, devemos estimular a atividade produtiva e os investimentos. Garantir o emprego das pessoas.

Esta é a lição que Itália e Brasil estão dando. Nosso comércio quase dobrou nos últimos cinco anos. Temos de apostar em seu aumento e diversificação. O crescimento dos fluxos comerciais passa pela redução das tarifas e das barreiras não-tarifárias. É imperativo, portanto, fazer um derradeiro esforço para concluir a Rodada de Doha, e é também importante retomarmos as negociações Mercosul-União Européia.

Amanhã, participarei de seminário da Confindustria para expor nosso Programa de Aceleração do Crescimento. O Programa de Aceleração do Crescimento apresenta grandes oportunidades de investimentos para empresas italianas e ótimas oportunidades para parcerias bilaterais. São grandes projetos de expansão de infra-estrutura, nos transportes, comunicações, modernização de portos, rodovias e ferrovias. Projetos que beneficiarão as empresas italianas instaladas no Brasil, tornando mais atrativa a integração de nossas economias.

Durante esta visita, vamos assinar muitos acordos. Vamos expandir nosso diálogo nas áreas de defesa, saúde e ciências médicas, e cooperação em tecnologias espaciais. Todas essas novas iniciativas atestam a vitalidade e a diversidade de nossas relações. Um de nossos maiores trunfos é a combinação do vigor de

pequenas e médias empresas italianas com a experiência brasileira de cooperação técnica com países em desenvolvimento.

Notável potencial tem nossa cooperação triangular na área de biocombustíveis em países africanos. Podemos ajudar esses países a encontrar vocações econômicas. A gerar empregos e renda, sobretudo no campo, ajudando milhares de africanos a realizar - em sua própria terra - o sonho de viver e trabalhar com dignidade. Queremos aprofundar esses temas na próxima semana, durante a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis que estamos organizando em São Paulo.

Senhoras e senhores,

Os quase trinta milhões de brasileiros de origem italiana - dentre os quais minha companheira Marisa - simbolizam, de forma eloquente, a natureza de nossa relação. Aí estão razões adicionais para aprofundarmos mais nossas iniciativas comuns. Este é o momento para evocar a contribuição dos italianos para a construção do Brasil moderno. Mas também a ocasião de lembrar o papel dos migrantes brasileiros para o progresso da Itália.

Senhor Presidente,

Nada expressa melhor o espírito generoso de nossas relações, do que as atenções e expressões de carinho que Marisa, minha delegação e eu temos recebido de Vossa Excelência, da Dona Clio e de todo o povo italiano. Confio em que saberemos renovar e multiplicar esses laços em prol de uma parceria cada vez mais estratégica para nossos povos e para o mundo.

É com essa convicção que convido todos os presentes a erguer um brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Giorgio Napolitano, de Dona Clio e de todo o povo italiano.

CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E ECONOMIA MUNDIAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E ECONOMIA MUNDIAL. WASHINGTON D.C. - EUA, 15/11/2008

Um agradecimento inicial ao presidente Bush pela acolhida que nos está sendo dispensada. Quero, sobretudo, felicitá-lo pela iniciativa de convocar esta reunião.

Uma grave crise se abateu sobre a economia global. Ela atinge não só a esfera financeira, como começa a afetar seriamente os setores produtivos. A desaceleração econômica de umas poucas semanas atrás está se transformando perigosamente em recessão.

Ao longo dos últimos anos, muitos países, dentre eles o Brasil, se empenharam em estabilizar suas economias, ao mesmo tempo em que retomavam o crescimento e desenvolviam ambiciosos programas de inclusão social e de redução da pobreza e das desigualdades.

Todo esse esforço, resultante de forte mobilização social e política em nossos países, está hoje ameaçado por uma crise que não criamos. Ela nasceu nos países centrais. É fruto da ganância de irresponsáveis especuladores e - tenho de dizê-lo com franqueza - da absoluta falta de mecanismos sérios de regulação dos mercados financeiros.

Sobraram conselhos, de supostos especialistas, para os países pobres e em desenvolvimento. Faltaram esses mesmos

conselhos para os países ricos, a despeito dos sinais de descontrole financeiro que se avolumavam há tempos.

Hoje estamos reunidos para reduzir os efeitos dessa crise que se espalha por toda a economia mundial. Mas também temos de buscar soluções duradouras para as graves dificuldades que estamos enfrentando. São necessários mecanismos de controle e supervisão das finanças mundiais. Para tanto, precisamos mudar a forma pela qual a economia global é governada pelas atuais instituições multilaterais.

A realização deste encontro mostra que a comunidade internacional tem consciência do grave momento que vivemos e do que nele está em jogo. É um primeiro e positivo sinal de que as soluções têm de ser coletivas.

Saúdo as muitas iniciativas tomadas nas últimas semanas para combater os efeitos imediatos da turbulência internacional. Elas impediram que, no curto prazo, o pior viesse a ocorrer. Mas necessitamos de respostas estruturais para impedir que a crise financeira contamine definitiva e irremediavelmente a economia real. E as necessitamos com urgência. Somente assim impediremos que o pânico que afeta os mercados acabe por agravar mais ainda

a crise, tornando-a irreversível. É fundamental estabelecer mecanismos de vigilância e de regulamentação do mundo financeiro.

Em São Paulo, na semana passada, apresentei aos ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais lá reunidos, alguns princípios que quero aqui reiterar:

- A necessidade de restabelecer a representatividade e a legitimidade das instituições financeiras multilaterais;

- A importância de resolver nossos problemas por meio de ações coletivas;

- A regulamentação adequada dos mercados financeiros e a responsabilidade que cada país tem de não transferir riscos e custos a outros países, sobretudo aos mais pobres;

- Falei também da transparência que devem observar os agentes financeiros;

- Concluí mencionando a necessidade de prevenção que deve presidir a ação de governos e instituições para evitar novos episódios de crise.

Mas é essencial a reativação dos setores produtivos. No Brasil, não vamos abdicar de nosso Plano de Aceleração do Crescimento que envolve US\$ 250 bilhões de investimentos até 2010. Nossa receita contra a crise é expandir nosso mercado interno. Precisamos de mais produção, mais emprego, mais inclusão social.

A comunidade internacional não pode, por outra parte, reduzir os programas de ajuda, sobretudo aos países mais pobres.

Uma das medidas mais eficazes que podemos adotar para evitar que a crise se alastre mais para a economia real será a pronta conclusão da Rodada de Doha. Ela indicaria a decisão de uma ação global coordenada, que injetaria confiança nos mercados e conteria o surgimento de tendências protecionistas.

Senhores chefes de Estado e de Governo,

Precisamos não só estancar a crise no imediato, como impedir que ela venha a se repetir no futuro. Tenho dito de forma enfática

que chegou a hora da política. Evidentemente, são necessárias soluções técnicas. Temos de restabelecer a liquidez e a confiança no sistema financeiro. Mas é essencial uma decisão política. É preciso aumentar o grau de coordenação na adoção de medidas anti-recessivas. Para tanto, precisamos construir uma nova governança em matéria de finanças internacionais.

Os organismos multilaterais existentes e as regras internacionais vigentes foram reprovados pela história. Tanto o FMI como o Banco Mundial devem se abrir para uma maior participação das economias em desenvolvimento. Isso significa mais voz, representação e voto para os países em desenvolvimento. Só assim poderemos garantir uma efetiva supervisão e regulação dos mercados financeiros nos níveis nacional e internacional.

Espero que este encontro seja o início de um processo que terá como tarefa atacar os efeitos mais imediatos da crise e preparar a volta a um crescimento sustentável. Os olhos de grande parte da Humanidade estão postos sobre nós. Por essa razão, proponho que esta instância seja alçada à condição de um foro permanente de chefes de Estado e de Governo para produzir propostas que ajudem a debelar a crise e a construir uma nova arquitetura financeira global.

Além das medidas substantivas aqui apresentadas, quero propor a criação de Grupos de Trabalho para se ocuparem de temas concretos, com prazos publicamente definidos para apresentarem suas propostas. Nossas próximas reuniões terão de ser apoiadas por uma reflexão comprometida com a solução da crise, especialmente em benefício dos setores mais vulneráveis da população mundial.

A crise não pode ser vista apenas, nem principalmente, como um conjunto aterrador de números, de estatísticas. Antes de tudo, a crise representa ameaças concretas à

vida de milhões de homens e mulheres, perda de empregos, diminuição de renda, aposentadorias comprometidas, mas, sobretudo, aniquilamento de expectativas em relação ao futuro.

Para que a esperança possa vencer o medo, temos de estar à altura dos graves desafios do momento atual. É nessas horas difíceis que afirmamos nossa liderança, que correspondemos plenamente à confiança em nós depositada.

Muito obrigado.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA INDONÉSIA, SUSILO YUDHOYONO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA
INDONÉSIA, SUSILO YUDHOYONO. BRASÍLIA - DF, 18/11/2008

Excelentíssimo Presidente da República da Indonésia, senhor Susilo Yudhoyono,

Presidente do Conselho Representativo Regional da Indonésia, Senhor Hassan,

Ministro das Relações Exteriores da Indonésia,

Demais membros da delegação da Indonésia,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, em nome de quem cumprimento todos os ministros brasileiros aqui presentes,

Senhores e senhoras embaixadores acreditados junto ao governo brasileiro,

Meus amigos e minhas amigas,

Com grande prazer, recebo o presidente Susilo Yudhoyono em sua primeira visita ao Brasil. Esta é a ocasião para lembrar as atenções de que fomos objeto - eu e minha delegação - quando de minha recente visita a Jacarta.

Estamos formalizando uma parceria estratégica entre duas nações determinadas a assumir o lugar que lhes corresponde num mundo em profunda transformação.

Indonésia e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento. Duas grandes

democracias multiétnicas, baseadas no respeito às diferenças. Somos donos de rico patrimônio natural e de grande parte da biodiversidade do Planeta, fatores que nos permitem antever prosperidade para esta geração e esperança para as próximas.

Em Bali, reafirmamos nosso compromisso em aperfeiçoar políticas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Convocamos os países desenvolvidos a também assumir suas responsabilidades para que os mais pobres e vulneráveis não venham a ser as primeiras vítimas da mudança do clima.

Senhor Presidente,

A humanidade atravessa um momento difícil. Há apenas três dias, estivemos na Cúpula do G20, em Washington. Juntamos a outros líderes mundiais para buscar soluções emergenciais e estruturais à grave crise financeira global.

Temos de impedir que a recessão se alastre por todo o Planeta. Temos de reordenar uma arquitetura financeira internacional falida. Não aceitamos que os responsáveis pela derrocada econômica mundial nos repassem a conta. Exigimos soluções verdadeiramente justas e consensuais, que não façam retroceder nosso

desenvolvimento. Não podemos sacrificar os êxitos que tivemos na luta contra a pobreza e a desigualdade.

É importante que o G20 tenha se transformado na instância fundamental de discussão e coordenação de iniciativas contra os efeitos perversos da crise. Nas próximas reuniões do Grupo, temos de colocar no centro dos debates os passos necessários para a democratização das instituições financeiras. Só com responsabilidade e transparência garantiremos que os mercados estejam a serviço dos interesses coletivos e não da ganância irresponsável de uns poucos.

Não podemos mais postergar reformas essenciais para garantir a paz e promover a segurança. A renovação das Nações Unidas e, mais particularmente, de seu Conselho de Segurança é o primeiro passo para construirmos um verdadeiro multilateralismo.

Como acordamos em Washington, a crise reforça a urgência de concluirmos a Rodada de Doha até o final do ano. É a garantia que teremos contra o protecionismo. Queremos usar o poder do comércio para gerar empregos e renda. Indonésia e Brasil terão um papel central nesses esforços.

Meu caro presidente Yudhoyono,

Nossos países estão no caminho do crescimento. Em 2007, o comércio bilateral ultrapassou um bilhão e meio de dólares. Em 2008, deve chegar a cerca de dois bilhões e trezentos milhões de dólares. A diversificação de nossa pauta, assim como as grandes possibilidades de negócios que se abrem, me dão confiança de que chegaremos à marca inédita de dois bilhões ou, quem sabe, chegaremos no ano que vem a três bilhões de dólares.

A presença da Vale na Indonésia é hoje o maior investimento individual brasileiro

na Ásia. O encontro que Vossa Excelência manterá com empresários brasileiros mostra que não estamos paralisados pela incerteza e o medo e que apostamos no crescimento de nossas trocas.

O Memorando de Entendimento sobre cooperação em etanol, assinado em minha visita a Jacarta, começa a render frutos. Indonésia e Brasil estão juntando esforços e competência para mostrar ao mundo como os biocombustíveis podem contribuir para a sustentabilidade social e ambiental.

Compartilhamos a determinação de combater a pobreza e a exclusão social. O Memorando de Entendimento assinado hoje é importante para mitigar a crise alimentar. Penso que a cooperação com a Embrapa, empresa brasileira de pesquisa em agricultura tropical, como a que estamos fazendo na África, ajudaria a ampliar a oferta de alimentos e a combater a carestia. Mas os benefícios de nossa parceria não devem parar em nossas fronteiras. Estamos, juntos, ajudando o Timor Leste a encontrar o caminho da reconstrução.

A aliança entre nossos dois países será um indutor de aproximação e cooperação entre regiões que começam a conhecer-se. Confio na determinação dos povos indonésio e brasileiro de trabalhar solidariamente para moldar uma globalização mais humana e equitativa.

Por partilharmos esses valores, Indonésia e Brasil sairão da atual crise internacional maiores e mais robustos. Mais preparados para exercer a liderança que os desafios à frente exigem e que nossos povos esperam.

É com essa confiança no futuro de nossa parceria que convido todos os presentes a saudar à amizade entre a Indonésia e o Brasil e à felicidade pessoal do presidente Susilo Yudhoyono. Muito obrigado.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA DO SUL, LEE MYUNG-BAK

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA DO SUL, LEE MYUNG-BAK. BRASÍLIA - DF, 19/11/2008

Excelentíssimo Presidente da República da Coréia do Sul, senhor Lee Myung-bak,

Senhor Yu Myung-hwan, Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Comércio da República da Coréia,

Demais membros da delegação da Coréia, Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Hélio Costa, ministro das Comunicações, Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao governo brasileiro,

Senadores,
Deputados,

Meu caro Cid Gomes, governador do estado do Ceará,

Meus amigos e minhas amigas,

Com satisfação, recebemos o presidente Lee Myung-bak, líder de um país respeitado pelo progresso obtido nas últimas décadas graças à determinação de seu povo.

A parceria que o Estado coreano desenvolveu com o setor privado colocou o país na vanguarda internacional. Permitiu a emergência de marcas mundiais que hoje competem em pé de igualdade com grandes empresas dos países desenvolvidos. A Coréia

também avançou no caminho da democracia, ampliando os direitos de seus cidadãos. O exemplo coreano é um paradigma para a construção de uma economia sólida e dinâmica.

Coréia e Brasil estão empenhados em reduzir as brechas econômicas e sociais que dividem nossas sociedades, diminuindo a pobreza e a desigualdade. Valorizamos a aposta coreana numa educação de qualidade para todos, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Senhor Presidente,

Estas e outras coincidências têm contribuído para a parceria que fomos construindo nos últimos anos. O comércio bilateral tem avançado de forma espetacular. O intercâmbio saltou de 1,9 bilhão de dólares, em 2002, para 5,4 bilhões de dólares, em 2007, um aumento de 183%. Em 2008, o intercâmbio comercial chegará próximo a 8 bilhões de dólares.

Temos muito espaço para crescer e, sobretudo, de forma mais equilibrada. Prova disso é a presença de importantes empresas coreanas em setores de ponta da economia brasileira, como o eletrônico, o da construção, das telecomunicações e transportes.

Com o Plano de Aceleração do Crescimento, que lançamos em 2007, abriram-se novas oportunidades de investimento no Brasil. Penso em projetos como o do Trem de Alta Velocidade, o Plano Nacional de Dragagem e a construção naval, em que a capacidade tecnológica coreana é reconhecida internacionalmente.

Abrem-se novas oportunidades para a associação entre empresas brasileiras e coreanas em energia e mineração. A cooperação avança em setores de ponta, como os da biotecnologia e da tecnologia agrícola. Queremos também combinar vantagens comparativas e agregar valor em áreas chave como energias renováveis, uso pacífico da energia nuclear, tecnologia aeroespacial, nanotecnologia e informática.

A parceria entre Coréia e Brasil torna-se ainda mais estratégica no momento em que o mundo enfrenta uma crise financeira de proporções sem precedentes. O presidente Lee Myung-bak e eu coincidimos, na recente reunião do G20 em Washington, sobre a necessidade de uma pronta e abrangente ação para debelar os principais fatores da turbulência global.

Devemos privilegiar a economia real, os investimentos produtivos e as atividades geradoras de renda e empregos para conter a ameaça da recessão.

Concordamos sobre a necessidade de criar mecanismos transparentes e eficazes de regulação. Somente com regras claras e previsíveis poderemos evitar a repetição de crises no futuro.

A consolidação do G-20 como instância política é um grande passo no sentido da democratização das instituições financeiras, que garantirá a participação efetiva das economias emergentes. Na presidência atual e

futura do G-20, Coréia e Brasil vão trabalhar juntos para implementar as medidas que permitirão alcançar esses objetivos.

Caro Presidente,

Coréia e Brasil estão unidos na defesa de mais integração, mais comércio, menos distorções e menos protecionismo. A conclusão da Rodada de Doha deixou de ser uma oportunidade. Ela é hoje uma necessidade urgente. O comércio livre será um poderoso instrumento de resolução da crise.

Coréia e Brasil também são chamados, por seu peso econômico e político, a engajar-se numa solução coletiva para o desafio do aquecimento global. Com igual sentido de justiça e equilíbrio, queremos que prevaleça uma solução que respeite as responsabilidades diferenciadas e nosso direito ao desenvolvimento.

A eleição de Ban Ki-moon, como Secretário-Geral das Nações Unidas, foi apoiada desde a primeira hora pelo Brasil, em reconhecimento ao empenho da Coréia pelo fortalecimento do multilateralismo. Sei que poderemos contar com a Coréia e com a ação do Secretário-Geral para avançar na urgente tarefa de tornar a ONU - e seu Conselho de Segurança, em particular - mais representativos da realidade contemporânea.

Quero aqui recordar o empenho do Presidente da Coréia em prol dos altos ideais do diálogo e da paz. O Brasil acompanha com interesse os avanços alcançados nas conversações para desnuclearizar a Península Coreana.

Meus amigos e minhas amigas,

Em 2009, vamos comemorar os 50 anos do estabelecimento das relações entre nossos dois países. É um momento especialmente propício para recordarmos a presença da comunidade coreana no Brasil, esses homens e mulheres

que atravessaram oceanos para aportar seu trabalho e criatividade na construção de uma nação acolhedora e agradecida.

Com a certeza de que nossa parceria continuará a nortear a caminhada da Coréia e do Brasil rumo ao desenvolvimento, peço a todos que me acompanhem em um brinde à saúde e à felicidade do presidente Lee Myung-Bak e de todo o povo da Coréia.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NO SEGMENTO INTERGOVERNAMENTAL DE ALTO NÍVEL DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS. SÃO PAULO - SP , 20/11/2008

Senhores Ministros, altos representantes e chefes de delegação,

Senhores representantes de organismos internacionais,

Demais autoridades aqui presentes,

Senhoras e Senhores,

Inicialmente, gostaria de registrar que hoje comemoramos, no Brasil, o dia da Consciência Negra.

Quando discutimos assuntos que se relacionam com desenvolvimento social e econômico, não podemos nos esquecer das discriminações que ainda afetam segmentos importantes de nossas populações. Vencer o preconceito é parte do desenvolvimento humano que todos desejamos.

Desejo expressar minha satisfação pessoal e do Governo brasileiro pelo elevado nível de participação neste segmento da Conferência. É prova do vivo interesse que o tema suscita hoje.

Estou informado de que se encontram presentes representantes de quase 100 países e 30 organismos internacionais, além de expressivo número de eminentes especialistas em temas afetos a energia e

desenvolvimento sustentável.

Neste momento de crise financeira, é indispensável não perder de vista a economia real. E para falar de crescimento econômico, investimentos produtivos e geração de emprego, iniciar um debate sobre os biocombustíveis é particularmente oportuno.

Desde que produzidos de forma sustentável, os biocombustíveis representam parte da solução para enfrentar três grandes desafios da atualidade: a segurança energética, a mudança do clima e o combate à fome e à pobreza.

A experiência brasileira sintetiza de maneira exemplar as vantagens múltiplas da produção de biocombustíveis nos três aspectos mencionados. Desde que iniciou, há quase quatro décadas, seu programa de produção do etanol à base de cana de açúcar, o Brasil logrou, entre outros benefícios, reduzir sua dependência de combustíveis fósseis, diminuir significativamente as emissões de gases de efeito estufa e gerar empregos e renda no campo sem prejudicar a produção de alimentos.

De fato, a produção de etanol cresceu, ao

mesmo tempo que a de grãos. Tornamo-nos produtores e usuários de biocombustíveis, ao mesmo tempo que reduzimos consideravelmente os índices de desnutrição. Ou seja, a produção de biocombustíveis ajudou o Brasil a crescer e a se tornar mais próspero, do ponto de vista sócio-econômico, e mais limpo, do ponto de vista ambiental.

Em sua concepção original, esta Conferência se destinaria a explorar aspectos técnicos e de mercado da questão dos biocombustíveis, tais como inovação e padronização. Contudo, os debates que presenciamos este ano, marcados muitas vezes por desinformação e distorções, nos inspiram a promover uma discussão mais ampla, envolvendo todos os aspectos relacionados ao tema.

O Presidente Lula e eu próprio, em viagens a vários países africanos, da América Central e do Caribe, e mesmo da Ásia, temos detectado forte interesse em projetos de cooperação em biocombustíveis. O Brasil está pronto a cooperar com esses países, transferindo-lhes sua tecnologia, seja de forma direta, seja por meio de esquemas que envolvam outra nação ou entidade que disponha de mais recursos financeiros.

De fato, já estamos fazendo isso. Mas para que os biocombustíveis se tornem opção viável para os países mais pobres, é fundamental que se abram mercados para sua efetiva comercialização. E, para tanto, é necessário e urgente que os países ricos se disponham a eliminar os dois maiores obstáculos ao setor: a prática de subsídios agrícolas bilionários e a imposição de barreiras comerciais proibitivas, tarifárias e não tarifárias.

O Brasil continuará a insistir no potencial dos biocombustíveis como instrumento de transformação econômica e social nos países mais pobres. Uma das ironias do debate que se instalou até aqui sobre a relação entre biocombustíveis e segurança alimentar é a

inexplicável falta de referências, nesse debate, ao fato de que os países mais atingidos por crises alimentares jamais produziram uma gota de biocombustível. Entendemos que, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, os biocombustíveis podem ser um valioso instrumento para promover o desenvolvimento, gerar emprego, e pôr à disposição dos países, hoje carentes, um produto potencialmente de grande valor econômico.

Avaliações preliminares indicam que mais de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Em muitos deles, menos de 20% da população têm acesso a fontes de energia para as suas necessidades básicas.

Esta Conferência nos oferece, assim, a oportunidade para discutirmos de forma franca e aberta os grandes temas da agenda internacional relacionados aos biocombustíveis. Isso inclui não só a segurança energética e a mudança do clima, mas também toda a questão da sustentabilidade, o combate à fome e à pobreza, a inovação tecnológica e o comércio internacional.

Faço votos de que, com base nas discussões havidas desde o início da semana, tenhamos nos próximos dois dias, no segmento ministerial, um debate abrangente, que aponte para conclusões objetivas.

Um dos desafios desta Conferência é aproveitar a riqueza dos debates ocorridos para continuar a dar impulso a um diálogo informado sobre os biocombustíveis. Gostaria assim de ouvir as sugestões dos ministros sobre como poderíamos dar seguimento aos trabalhos aqui realizados.

As mesas redondas intergovernamentais, que vamos iniciar, estão estruturadas de modo a espelhar as discussões que tiveram lugar nos últimos três dias, que envolveram cientistas, acadêmicos, empresários, representantes da

sociedade civil e parlamentares. Por isso cada uma delas será iniciada com um brevíssimo resumo das conclusões dessas discussões. A idéia é que possamos dialogar e identificar maneiras de conectar o que foi debatido às nossas realidades e experiências nacionais.

Muito obrigado.

REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-ASEAN

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA ABERTURA DA I REUNIÃO
MINISTERIAL MERCOSUL-ASEAN. BRASÍLIA - DF , 24/11/2008

Prezados Ministros,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, gostaria de dar as boas vindas aos ministros e altos representantes da ASEAN e do Mercosul. Estamos profundamente honrados por sua presença em Brasília.

A ascensão da Ásia é um dos traços cruciais de um novo mundo que está tomando forma neste exato momento. O crescimento e o desenvolvimento na Ásia criam oportunidades globais. O mesmo se aplica à América do Sul.

Os fluxos de comércio do Mercosul com países da Ásia têm se tornado cada vez mais relevantes. Eles são agora tão importantes quanto nosso comércio com parceiros mais tradicionais como a União Européia e os Estados Unidos.

O lançamento deste processo Mercosul-ASEAN é de enorme importância. Em conjunto, nossas duas regiões têm uma população de aproximadamente 815 milhões de pessoas, um PIB de mais de 3 trilhões de dólares - ou, aproximadamente, 6 trilhões de dólares em paridade de poder de compra - e um comércio global de aproximadamente 2 trilhões de dólares. A ASEAN tornou-se

agora o sexto mercado mais importante para as exportações brasileiras. Os números falam por si.

Nosso encontro transmite poderosa mensagem acerca de nossas intenções comuns de desempenhar um papel cada vez mais ativo nos temas globais. Consultas e coordenação entre o Mercosul e a ASEAN em organizações multilaterais tais como a ONU ou a OMC formam já parte de nossa tradição diplomática. Esse novo fórum Mercosul-ASEAN dará continuidade a essa tradição.

Enfrentamos atualmente prementes desafios globais. Nesta reunião, temos uma oportunidade de discutir questões da maior importância: a crise financeira global, a crise energética, segurança alimentar, questões comerciais e a Rodada Doha.

Tanto o Mercosul quanto a ASEAN são grupos de enorme diversidade. Incluem grandes economias emergentes e países menores e menos desenvolvidos. Existem enormes disparidades regionais e sociais no interior de nossos próprios países. Essa diversidade nos confere uma perspectiva única para abordar as questões globais.

Precisamos reformar os atuais mecanismos de governança global. Medidas pela paridade

do poder de compra, os PIBs dos países em desenvolvimento estão prestes a se tornar mais da metade da economia mundial. Uma resposta efetiva para a atual crise mundial - desta vez originada nos países desenvolvidos - requer uma maior participação dos países em desenvolvimento no processo decisório das instituições internacionais, a começar pelas de Bretton Woods.

A crise energética e o desafio da segurança alimentar transmitem a mesma mensagem a respeito do crescente impacto dos países em desenvolvimento na economia mundial. Aqui, como em outros temas, nós somos parte da solução.

Como produtores eficientes de alimentos (sejam eles grãos, carnes, etc) e biocombustíveis, o Brasil e o Mercosul contribuem para os objetivos de segurança alimentar e energética. A Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em São Paulo na semana passada, reafirmou nosso compromisso de compartilhar conhecimentos técnicos nessa área. Os biocombustíveis são uma oportunidade atraente e viável para a agricultura nos países em desenvolvimento.

Na medida em que avaliamos o impacto dos desafios globais, é essencial mantermos o foco na Rodada Doha. Sua conclusão exitosa terá repercussões positivas muito além do comércio, especialmente em tempos de séria crise financeira. É a melhor medida anti-cíclica à disposição imediata dos Governos. Como o Presidente Lula recentemente afirmou, o êxito de Doha deixou de ser uma oportunidade e passou a ser uma necessidade. Esse resultado está ao nosso alcance. Na Cúpula realizada em Washington, no dia 15 de novembro, os líderes do G-20 enviaram uma forte mensagem nesse sentido, demandando um acordo sobre as modalidades em agricultura e em NAMA antes

do fim do ano. Não podemos nos esquivar de nossas responsabilidades. Mensagem de teor semelhante foi adotada pelos líderes da APEC na Cúpula de Lima, encerrada ontem, 23 de novembro.

O Mercosul e a ASEAN sempre favoreceram o Sistema Multilateral de Comércio. Estou certo de que as consultas nessa reunião ministerial contribuirão para aproximar ainda mais nossas posições em Genebra.

Caros Ministros, meus amigos,

Promover a cooperação Sul-Sul é uma contribuição vital para uma ordem mundial mais equilibrada. Não se trata de retórica. Trata-se de oportunidades concretas de desenvolvimento.

Permitam-me ilustrar esse ponto com o exemplo do Brasil. Nossas exportações cresceram de 60 para 160 bilhões de dólares entre 2002 e 2007. Os países em desenvolvimento foram o principal motor desse desempenho extraordinário. Sua participação em nossas exportações cresceu de 42% para mais de 54% em números brutos. Certamente não negligenciamos a importância dos mercados tradicionais nos países desenvolvidos. É óbvio, no entanto, que grandes oportunidades estão sendo criadas a partir de uma nova geografia econômica mundial.

Estou confiante a respeito do caminho à nossa frente. Hoje, discutiremos uma ambiciosa agenda, que cobre tópicos tais como cooperação política, comércio, investimentos, finanças, propriedade intelectual, energia, segurança alimentar, agricultura, transportes, contatos entre os povos e cooperação técnica.

Deixaremos esta reunião com um bom roteiro para os próximos passos de nossa parceria.

Quero brindar à felicidade de todos os presentes, bem como à crescente cooperação entre o Mercosul e a ASEAN.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DE CINGAPURA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DE CINGAPURA, LEE HSIEN LOONG. BRASÍLIA - DF, 25/11/2008

Senhor Lee Hsien Loong, Primeiro-Ministro da República de Cingapura,

Senhores ministros de Estado do Brasil,

Senhores ministros de Cingapura,

Empresários do Brasil e empresários de Cingapura,

É com grande satisfação que recebemos o Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong, de Cingapura. Vossa Excelência dirige um país que soube combinar bem-estar social com soberania e desenvolvimento. Em 2009, espero ter a oportunidade de visitar seu país e conhecer de perto suas notáveis realizações.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil consolida um diálogo que já dá importantes frutos. Nos últimos cinco anos, nossas trocas comerciais cresceram 230%. Este ano, devemos superar a marca de 3 bilhões de dólares. Cingapura vem se tornando importante fonte de investimentos em setores prioritários para o desenvolvimento industrial e energético do Brasil. Apostou na construção naval e nos equipamentos para prospecção de petróleo. São áreas que se tornaram ainda mais promissoras com a descoberta de novas reservas de petróleo e gás no pré-sal.

A abertura em São Paulo de escritório da agência governamental de investimentos de Cingapura, a Temasek, confirma a aposta que Cingapura fez no futuro do Brasil. Empresas brasileiras estão abrindo escritórios e subsidiárias em Cingapura para explorar suas vantagens comparativas e sua localização estratégica. A Embraer, por exemplo, instalou lá um centro de treinamento e de manutenção. Essas iniciativas contribuem para realizar o potencial de duas economias diversificadas e abertas às oportunidades da globalização.

Estamos bem preparados para enfrentar os efeitos da crise financeira internacional. Ao estimular o comércio e os investimentos bilaterais, geramos novos negócios, renda e emprego. Protegemos a economia real de um contágio maior. Por isso, convido os homens de negócios de Cingapura para apostar no nosso Programa de Aceleração de Crescimento. Estão previstos investimentos públicos e privados de grande magnitude, sobretudo em setores de infra-estrutura, onde é notável a competência das empresas de Cingapura.

Meu caro Primeiro-Ministro,

Queremos multiplicar o potencial de nossa parceria, por meio de projetos de cooperação

em campos estratégicos. Assinamos, hoje, Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos e um Memorando de Entendimento sobre Ciência e Tecnologia, com ênfase em Saúde Pública. Esse segundo instrumento habilita Cingapura e Brasil a compartilharem avanços em áreas de ponta como informática e fármacos.

No momento em que a comunidade internacional debate os caminhos da segurança energética, estamos engajados na diversificação de nossas matrizes energéticas e na produção dos biocombustíveis. Sei que Cingapura realiza pesquisas sobre biodiesel e quer conhecer melhor o potencial do etanol. São extraordinárias as possibilidades de desenvolvermos projetos conjuntos de pesquisa, abrindo caminho para a expansão dessas fontes limpas e baratas de energia em toda a Ásia.

Senhoras e senhores,

A crise financeira mundial mostrou a urgência de reformularmos instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Precisamos torná-las mais transparentes e, sobretudo, mais representativas. Os líderes do G-20, reunidos em Washington, confirmamos, também, que

a conclusão da Rodada de Doha enviará uma mensagem de estímulo aos agentes econômicos neste momento de turbulência e incerteza.

Nossa capacidade de resposta às transformações na ordem mundial passa pela reforma da ONU. Assim estaremos equipados para lidar com complexos desafios, como mudança do clima e segurança alimentar. Por isso, agradeço o apoio de Cingapura ao ingresso do Brasil como membro permanente de um Conselho de Segurança ampliado.

Quero agradecer ainda a contribuição de Cingapura para os excelentes resultados da Primeira Reunião Ministerial Mercosul-Asean, celebrada ontem em Brasília. Com esse encontro, demos um primeiro passo para aproximar duas regiões que estão afirmando seu lugar na nova ordem internacional em construção. Nessa caminhada, Cingapura poderá sempre contar com o apoio e a solidariedade do Brasil.

Meu caro Lee,

Com confiança e otimismo no futuro de nossas relações bilaterais, convido todos a erguer um brinde à amizade entre nossos países, e à saúde e à felicidade de Vossa Excelência e do povo de Cingapura.

3º CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA
ABERTURA DO 3º CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. RIO DE JANEIRO - RJ, 25/11/2008

Sua Majestade, rainha Sílvia, da Suécia, em nome da qual eu cumprimento as primeiras-damas e convidadas especiais estrangeiras presentes a este Congresso,

Minha companheira Marisa,

Senhora Mariza Gomes, esposa do meu Vice-Presidente,

Ministros aqui presentes,

Parlamentares,

Empresários,

Representantes de ONGs,

Governadores de estados,

Prefeitos,

Militantes deste movimento extraordinário que luta contra a exploração sexual,

Meu querido companheiro Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro, e sua senhora, Adriana,

Representantes de 137 países que estão presentes neste 3º Congresso,

Quero apenas alertar o meu intérprete, Sérgio, que eu vou falar devagar, mas não vou ler o meu discurso porque, lamentavelmente, eu estou com uma hora e meia de atraso para o compromisso com o Presidente da Rússia.

Quero deixar apenas uma mensagem para os delegados e delegadas deste 3º Congresso.

Este é um assunto que, no Brasil, nós tratamos na Constituição de 1988. É um assunto que depois foi regulamentado - seis meses depois - no Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso fez com que nós descobríssemos que é preciso uma legislação dura, que é preciso acabar com a impunidade, mas não é apenas isso.

Eu tenho certeza de que neste Congresso, se a gente permitir que as crianças que estão aqui participando falem, e se a gente permitir que os especialistas aqui falem, certamente nós poderemos dar passos importantes para encontrar soluções mais rápidas para esse caso.

A exploração sexual é um dos temas tão importantes para a Humanidade, que não pode ser tratado com nenhuma hipocrisia, não pode ter hipocrisia neste tema. É preciso convencer os pais, no mundo inteiro, de que a educação sexual dentro de casa é uma obrigação tão importante quanto dar comida todos os dias para a criança sobreviver.

É preciso convencer os estados de que não existe nenhuma lógica em não ter educação sexual nas escolas - como propuseram os dois primeiros meninos que falaram - a partir dos dez anos de idade. O que nós não ensinarmos com

metodologias corretas dentro de casa e na escola, os nossos adolescentes e as nossas crianças aprenderão, até de forma animalésca, nas ruas ou nos recantos dos bairros onde moram.

É preciso acabar com a hipocrisia religiosa, de não permitir que temas importantes como este sejam tratados à luz do dia. E vale para todas as religiões.

Este é um tema crucial, que não tem cor, que não tem classe social e que não tem idade, porque a verdade é que uma criança adolescente, seja de dez, 12 ou 14 anos, muitas vezes é levada a vender o seu corpo atrás de um prato de comida. Mas quem a leva à prostituição, ao crime, na verdade, são pessoas que têm dinheiro para montar bares, boates e lugares em que levam essas crianças. E os que se utilizam dessas crianças também, muitas vezes, têm poder aquisitivo e não precisariam fazer isso com crianças e adolescentes.

É importante que nós não tratemos este assunto como uma questão de pobreza. É importante que a gente não trate a questão da exploração sexual apenas como uma questão dos pobres. É importante que a gente saiba que muitas vezes a exploração sexual, não por um prato de comida, mas por apetite de resolver o problema animalésco de quem a pratica, é feita por classes médias no mundo inteiro, por pessoas que tiveram educação, por pessoas que têm recursos.

Há um outro ingrediente, além do econômico: é o processo de degradação a que está submetida a Humanidade, a partir da família, pela qualidade das informações que nós recebemos pelos meios de comunicação 24 horas por dia.

Na hora em que a família entra em um processo de degradação, que passa pelo econômico, pelo social, mas que passa pelo que ela vê na televisão 24 horas por dia...

Quem tem, sobretudo, televisão a cabo, sabe do que eu falo: é sexo de manhã, de tarde e de noite; é violência de manhã, de tarde e de noite. Quantos programas culturais nós temos nas televisões para que as crianças possam ver às 7 horas da manhã, às 10 horas, ao meio-dia, às 2, 3 horas da tarde?

Eu assinei essa lei agora, aumentando a punição dos crimes de pedofilia pela internet, porque uma CPI realizada no Brasil provou que são mais do que bárbaras as cenas que a gente vê na internet, feitas por gente quase rica ou rica, para ficar mais rica às custas da exploração de crianças e de adolescentes.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, convidados, delegados e estrangeiros aqui presentes,

Por favor, não pensem apenas nos recursos que os Estados têm para gastar ao tomarem a decisão de vocês e as sugestões. Não pensem apenas na legislação que cada Congresso, em cada país, pode fazer para acabar com este assunto.

Coloquem a alma de vocês para falar, quem sabe, mais do que a razão da consciência, porque este é um tema que, além da paixão, exige um pouco do radicalismo do ser humano para que ele seja mais humano e menos animal, como muita gente tem sido neste planeta Terra.

É importante uma posição muito forte deste Congresso, que, ainda assim, não permitirá que nós acabemos com esse drama da exploração sexual de crianças e adolescentes, e talvez nem com outro congresso.

Mas eu sou um homem que tenho fé e que acredito que um dia a gente pode - com atitudes, com gestos e com políticas - acreditar que é possível, com congressos como este, com gente como vocês, criar um ser humano mais justo, mais solidário e, sobretudo, aquele

animal racional que todos nós pensamos que é o ser humano e que, muitas vezes, tem muita gente irracional no nosso Planeta.

Eu queria só dizer para vocês que Deus abençoe a consciência de cada um de vocês e que, ao terminar este Congresso, as decisões daqui não possam ficar apenas para que nós debatamos no próximo congresso. É preciso que elas sejam instrumento de combate e de luta para que a gente possa, no mundo inteiro, concomitantemente, acreditar que não é porque é negro, não é porque é latino-americano, não é porque é asiático, não é porque é pobre, que precisa continuar a exploração sexual de crianças e de adolescentes. É muito mais: é quase uma questão de ética e de moral e, por que não dizer, é quase uma questão de vergonha da espécie humana, de praticar crimes tão horrendos.

Boa sorte e muito obrigado.

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO RUSSA, DMITRI MEDVEDEV

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS COM O PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO RUSSA, DMITRI MEDVEDEV. RIO DE JANEIRO - RJ, 26/11/2008

Excelentíssimo senhor Dmitri Medvedev,
presidente da Federação Russa,

Senhores ministros e integrantes da
comitiva russa,

Senhores parlamentares da delegação
russa,

Senhores ministros que me acompanham
nesta viagem,

Senhoras e senhores jornalistas russos e
jornalistas brasileiros,

É uma honra e uma alegria receber o
Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev,
no Rio de Janeiro, a bela e antiga capital
do Brasil. Sua primeira visita ao nosso país
coincide com a celebração dos 180 anos de
nossas relações diplomáticas.

Brasil e Rússia são países mais próximos
do que a distância geográfica sugere. Gigantes
territoriais com populações numerosas e
eticamente diversas, abrigamos economias
complexas. Possuímos culturas ricas e
criativas, e estamos presentes nos debates dos
mais importantes temas da agenda global.

Compartilhamos do compromisso com uma
ordem internacional multipolar e mais justa.
Isso nos levou a estabelecer uma parceria
estratégica e uma aliança tecnológica às quais

queremos dar significado concreto, ampliando
e aprofundando nossa cooperação.

O presidente Medvedev e eu conversamos
sobre o momento promissor de nossas
relações bilaterais. O comércio entre nossos
países mais do que triplicou desde 2003. Em
setembro deste ano já superamos os US\$ 6
bilhões. Empresas brasileiras instalaram-se
na Rússia, onde também exportam para países
vizinhos. Hoje o maior mercado consumidor
de carnes brasileiras fora do próprio Brasil é o
mercado russo.

Mas nossos fluxos de comércio e
investimento podem e devem crescer muito
mais. Precisamos ir além das commodities,
ampliando e incluindo nas nossas pautas
exportadoras produtos de maior valor
agregado. Tenho certeza de que o evento
empresarial realizado aqui no Rio de Janeiro
contribuirá para isso.

Falei com o Presidente russo sobre as
oportunidades que o nosso Plano de Aceleração
do Crescimento oferece. A Rússia poderia
fornecer equipamentos para as novas usinas
hidrelétricas que estão sendo construídas no
Brasil. Gostaríamos de poder contar com
a participação e a experiência russas na

construção de ferrovias no Brasil e em outras obras de infra-estrutura. No setor energético, saudamos a instalação da Gazprom no Brasil, onde já coopera com a nossa Petrobras.

As autoridades russas que participaram da Conferência Internacional dos Biocombustíveis viram o imenso potencial de cooperação e de negócios que existe nessa área.

A cooperação tecnológica e espacial merece lugar de destaque. A Rússia já vem colaborando com o Brasil na modernização do nosso veículo lançador de satélites. Identificamos setores prioritários em nanotecnologia, biotecnologia e tecnologia da informação. O Acordo de Cooperação Técnico-Militar que assinamos permitirá o desenvolvimento de novas tecnologias na área da defesa.

Sabemos que para estreitar os laços bilaterais precisamos aproximar nossos povos. Com a assinatura do acordo para a supressão de vistos de curta duração em passaportes comuns, o fluxo turístico entre nossos países certamente vai aumentar. Nossas sociedades vão se conhecer melhor, nossas culturas estão se descobrindo.

A escola do Teatro Bolshoi, em Santa Catarina, é referência de sucesso, não só na formação profissional de artistas brasileiros, mas também na sua missão social, ao privilegiar jovens e adolescentes de comunidades carentes. Espero que tenham o mesmo êxito as escolas de futebol brasileiro em Moscou e Krasnodar.

Senhoras e senhores,

O presidente Medvedev e eu estivemos, há poucos dias, em Washington, na reunião do G-20. Ali, discutimos com outros líderes soluções para a grave crise que assola o mundo. Defendemos a criação de mecanismos de regulação transparentes e eficazes, e coincidimos em que países como os nossos têm um papel indispensável nesse processo.

Precisamos reativar a economia real para a produção de riquezas, evitar tentações protecionistas. Por isso, trabalhamos pela conclusão da Rodada de Doha, queremos fortalecer a OMC. A adesão da Rússia vai tornar a Organização mais representativa.

Nossos países concordam quanto à necessidade de reforma urgente das Nações Unidas. Ampliar o seu Conselho de Segurança é indispensável para garantir sua representatividade e eficácia. Agradeço o apoio da Rússia à aspiração brasileira de ocupar lugar permanente em um Conselho reformado.

O presidente Medvedev e eu também celebramos os avanços dos BRICs como fórum de diálogo e de ações comuns. Nossos países representam uma força poderosa no diálogo sobre questões de interesse global. Temos grandes expectativas para a Primeira Cúpula Presidencial do grupo, a realizar-se na Rússia, em 2009.

Saudamos, também, a crescente aproximação do Mercosul com a Rússia. Já existe um acordo para impulsionar o diálogo político e a cooperação. Essa parceria pode ser expandida, levando em conta o papel central do Bloco no processo de integração na América do Sul.

Meu caro amigo e presidente Medvedev,

No Brasil, sempre admiramos as realizações da nação russa: sua história, seu desenvolvimento científico, a vastidão e riqueza de sua produção artística, seus feitos esportivos. O povo russo mostrou ao mundo sacrifício e coragem, determinação e superação, quando teve em suas mãos o destino da Humanidade.

O vasto patrimônio diplomático que continuamos a construir reflete nosso empenho em estreitar uma cooperação em benefício de nossos povos e do mundo. Traduz nossa determinação de continuar a trabalhar

para fazer da amizade Brasil-Rússia um elo inquebrantável.

Mais uma vez quero agradecer de coração ao presidente Medvedev, em nome do povo brasileiro, por sua visita ao nosso País. Lamentamos que tenha sido muito rápida. Lamentamos que o presidente Medvedev e sua delegação não possam ficar mais uns dias para desfrutar das belezas do Rio de Janeiro, das belezas da Amazônia, das belezas do Pantanal e, sobretudo, da beleza da nossa capital, Brasília.

Ele, como presidente de um país muito importante, sai daqui muito rápido e vai para a Venezuela fazer uma visita de Estado. E eu saio daqui correndo para ir ao estado de Santa Catarina prestar solidariedade ao povo que vive uma tragédia por conta da quantidade de chuvas nos últimos meses naquele estado. A última informação é de que já são 87 mortos.

De qualquer forma, eu quero dizer ao presidente Medvedev da profunda alegria de poder afirmar ao povo brasileiro que, a partir da visita dele ao Brasil, certamente as relações

entre Rússia e Brasil serão intensificadas em todas as áreas.

Não queremos mais ter uma balança comercial apenas em commodities. Nós queremos trocar experiências na área de inteligência, na área de tecnologia, na área de indústria, na área de petróleo. Afinal de contas, essa crise que nasceu no seio dos países ricos é uma oportunidade para que os países em desenvolvimento - que são responsáveis por 75% do crescimento da economia no mundo hoje - não permitam que a crise prejudique o crescimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda.

Por isso, Rússia e Brasil, junto com outros países, mas sobretudo China e Índia, têm condições de tirar dessa crise não lágrimas, mas oportunidades, e fazer com que as nossas parcerias sejam mais fortes e que o nosso povo possa sair muito mais forte ao terminar essa crise.

Muito obrigado, presidente Medvedev.

Muito obrigado, companheiros da delegação russa.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SEGUIMENTO DO CONSENSO DE MONTERREY SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SEGUIMENTO DO CONSENSO DE MONTERREY SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO. DOHA, CATAR, 30/11/2008

Senhor Presidente,
Vossa Alteza, Emir do Catar,
Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas,
Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

Parabenizo o Governo do Catar por sediar esta importante conferência da ONU. Também expressei o meu profundo apreço pela hospitalidade estendida a mim e à minha delegação.

Quando os líderes do G-20 reuniram-se em Washington, no dia 15 de novembro, eles estavam concentrados nas ações necessárias para lidar com a atual crise financeira, que muitos reconhecem como a pior desde os anos 30. Eles expressaram sua determinação de intensificar a cooperação e de trabalharem juntos para restabelecer o crescimento global e reformar o sistema financeiro mundial. Eles também tinham em mente o impacto da crise sobre os países em desenvolvimento.

Eu gostaria de destacar quatro pontos:

- a crescente importância da ajuda oficial ao desenvolvimento no contexto atual;
- a necessidade urgente de conclusão da

Rodada de Doha;

- cooperação Sul-Sul e o papel da comunidade internacional;
- (e em quarto lugar) - a reforma das instituições internacionais.

Visto que a crise originou-se nos países desenvolvidos, deveria ser responsabilidade deles restabelecer o crescimento econômico global e minimizar seu impacto sobre os países em desenvolvimento. É verdade, como muitos já disseram, que estamos todos no mesmo barco. E o barco ainda corre risco de afundar. Mas, desta vez, o buraco apareceu na primeira classe.

devem ser audaciosas e urgentes. O papel do investimento público é crucial. Esta lógica da recuperação econômica conduzida pelo Estado requer uma ação coordenada em nível internacional. A discussão sobre a ajuda oficial ao desenvolvimento também deveria ser examinada nesse contexto. Não apenas como uma obrigação moral, mas também como a resposta certa para manter a economia mundial à tona.

Nessa reunião organizada pelo Secretário-Geral e pelo Emir do Catar, muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento,

ênfâtizaram a necessidade de concluir imediatamente as negociações na OMC.

Alguns líderes dos países menos desenvolvidos salientaram que os ganhos advindos da eliminação de subsídios que distorcem o comércio e de outras barreiras seriam muito maiores do que aqueles originados da assistência financeira. Os países menos desenvolvidos também ganharão com o acesso a mercados sem cobrança de impostos de importação e sem limites de cotas.

Estivemos muito próximos da conclusão das negociações em julho. Todos parecem estar de acordo com o conceito de salvaguardas disponível para os países em desenvolvimento, que evita altas nas importações e que, ao mesmo tempo, não afeta o comércio normal. É apenas uma questão de atribuir os números certos a esse conceito. E, contudo, não fomos capazes de superar esse obstáculo. Dada a vontade política, essa tarefa ainda está ao nosso alcance.

A essa altura, os países em desenvolvimento já fizeram todas as concessões que eles poderiam oferecer. Este não é o momento para exigências excessivas que possam virar o jogo contra os países em desenvolvimento e prejudicar o acordo como um todo.

É claro que há muitas coisas que os países em desenvolvimento podem fazer por si mesmos, em áreas como investimentos, cooperação e comércio Sul-Sul. No caso do Brasil, as exportações para os países em desenvolvimento, que aumentaram de 42% para mais de 54% em seis anos, ajudaram a minimizar o impacto da crise.

Mas a comunidade internacional também pode ajudar. O financiamento para o comércio é uma área na qual o impacto da crise foi muito severo para os países em desenvolvimento. O Banco Mundial, por exemplo, deveria criar novos meios para oferecer financiamento para

o comércio e assim aliviar a contração do crédito.

Outra forma de assistir ao o comércio Sul-Sul seria por meio do desenvolvimento de novos instrumentos que facilitariam o acesso de países mais pobres a créditos à exportação de outros países em desenvolvimento.

A Ação Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2004, por iniciativa do Presidente Lula, convocou a mobilização de recursos adicionais para acabar com a fome e cumprir as Metas do Milênio. Mecanismos financeiros inovadores são atualmente uma realidade positiva e podem contribuir com importantes fontes adicionais de financiamento. Naturalmente, eles não devem ser considerados como parte da ajuda oficial ao desenvolvimento.

As instituições internacionais devem sofrer uma reforma profunda. Isso se aplica à ONU, e especialmente ao seu Conselho de Segurança, assim como às instituições de Bretton Woods. Há um crescente consenso acerca da necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional, na qual a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões reflita o seu peso crescente. A Cúpula do G-20 foi um passo positivo nessa direção.

No entanto, o G-20 não vai suprir as expectativas e os interesses de todos.

A ONU pode e deveria contribuir para esse debate. A ONU continua sendo o fórum mais democrático e representativo e o único que pode dar legitimidade ao processo de reforma. Tendo isso em mente, o Presidente Lula propôs convocar uma Reunião de Alto Nível do ECOSOC para discutir a crise em todos os seus aspectos.

Eu reitero essa proposta ante este fórum agosto.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS 60
ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. GENEBRA, SUÍÇA, 12/12/2008

Senhor Presidente,
Senhor Secretário-Geral,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Em 1948, o Brasil esteve entre os 58 membros das Nações Unidas que adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesta celebração dos 60 anos da Declaração, estou honrado em representar o Brasil.

Nas últimas décadas, assistimos a uma evolução significativa dos esforços de promoção e proteção dos direitos humanos. Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era há sessenta anos. Essa mudança tem muito a ver com uma maior consciência a respeito da necessidade de reconhecer e respeitar os direitos humanos para todos.

A legislação sobre os direitos humanos tem-se ampliado tanto na temática como na abrangência geográfica. Hoje os direitos humanos são reconhecidos como universais, interdependentes, interrelacionados, indivisíveis e mutuamente sustentáveis.

Este é um momento de celebração. É, também, o momento de agir de acordo com esta responsabilidade compartilhada.

Senhor Presidente,

O Brasil, e a América Latina em geral, está ciente de como os direitos políticos e civis são essenciais. Grande parte da região conheceu por anos ou, em alguns casos, por décadas regimes ditatoriais ou autoritários em um passado não muito distante. Dessa forma, temos total compreensão do valor dos direitos civis e políticos pelos quais nossos povos lutaram.

A democracia é um conceito que não se pode qualificar. Apenas aqueles privados da liberdade podem avaliar seu real valor.

A tortura não pode, em nenhuma circunstância, ser tolerada ou aceita. O estupro tem-se tornado uma arma de destruição em massa. Isso deve ser combatido. Não se devem poupar esforços no combate ao abuso de crianças, seja em situação de paz ou guerra.

Senhor Presidente,

A promoção dos direitos políticos e civis também abrange a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. De fato, como se afirmou em Resolução originalmente proposta pelo Brasil, a democracia e o racismo são incompatíveis. A plena igualdade de gênero deve permanecer um tema central.

A liberdade política e o progresso social estão intimamente ligados. Um indivíduo não pode participar de forma integral da vida

política de seu país sem o acesso apropriado à alimentação, à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, são cruciais para a justiça social o respeito aos direitos individuais, a liberdade de opinião, o respeito às leis e o direito de escolher o próprio governo.

O Presidente Lula está pessoalmente engajado no combate à fome e à injustiça social, tanto no plano doméstico quanto no plano internacional. Sob sua liderança, e em plena vigência das liberdades democráticas, o Brasil está mais próximo de atingir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A luta contra a fome e a pobreza e a erradicação de doenças que ainda ameaçam a vida dos mais necessitados são condições necessárias para a completa realização dos direitos humanos.

O acesso à saúde e à medicina são reconhecidos como direitos humanos essenciais. A redução do enorme volume de subsídios generosamente concedidos ao setor agrícola dos países ricos, em detrimento dos agricultores nos países em desenvolvimento, melhoraria, igualmente, das condições de vida de centenas de milhões de pessoas. Essa também é uma forma de trabalhar a favor dos direitos humanos.

Senhor Presidente,

A criação do Conselho de Direitos Humanos é o passo mais recente que tomamos para o fortalecimento do sistema de direitos humanos da ONU. Há alguns anos, o Brasil defendeu a elaboração de um relatório global sobre direitos humanos. Estávamos convencidos da necessidade de um mecanismo por meio do qual a situação dos direitos humanos em todos os países, sem discriminação, estaria sujeita a alguma forma de revisão entre pares.

A Revisão Universal Periódica (RPU) reflete o espírito da proposta brasileira. Agora temos um instrumento democrático não-seletivo por meio do qual compartilhamos nossas

conquistas e debatemos nossos problemas.

O Brasil apresentou seu relatório à RPU em sua primeira sessão, em 2008. O Brasil acolheu, com satisfação, todas as recomendações feitas por nossos parceiros na RPU. Também nos comprometemos a informar o Conselho, anualmente, sobre como as estamos implementando.

Senhor Presidente,

A completa fruição dos direitos humanos demanda engajamento e cooperação.

Devemos ir além da mera crítica. A cooperação, o diálogo e a persuasão são os meios mais adequados de promover os direitos humanos. O papel das organizações regionais e dos países que compartilham condições econômicas e sociais semelhantes é, com frequência, o mais eficaz.

Há alguns anos, eu presidi um painel da ONU sobre sanções. Minha firme convicção, após revisar muitos casos, é de que, na maioria das vezes, as sanções econômicas apenas os mais vulneráveis sem atingir os objetivos proclamados.

A cooperação Sul-Sul no campo dos direitos humanos deve ser aprofundada. O Brasil tem procurado ampliar o diálogo e as ações concretas com outros países em desenvolvimento a fim de realizar direitos humanos fundamentais tais como a paz, a saúde, a educação e o desenvolvimento.

A recente crise alimentar, energética e financeira mostra a extensão da relação intrínseca entre os direitos humanos e a agenda social e econômica.

O Conselho de Direitos Humanos também deveria dar sua contribuição a esse debate. Isso abrange questões como emprego, trabalho em condições dignas, direito de migrantes e redes de proteção social.

Não pode haver total respeito aos direitos humanos em um mundo onde prevalece a desigualdade entre pessoas e nações. A reforma

das instituições internacionais, com maior participação dos países em desenvolvimento em suas decisões, é essencial para assegurar uma governança justa e eficaz, sem a qual continuará a vigorar a injustiça.

Senhor Presidente,

As Metas Voluntárias de Direitos Humanos foram aprovadas por consenso durante a 9ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Estamos, portanto, comprometidos, pelos próximos 10 anos, com o combate à fome e a pobreza, a ratificação de instrumentos internacionais, o fortalecimento do quadro legal e político em direitos humanos, o estabelecimento de instituições nacionais, a cooperação com o sistema das Nações Unidas e a concretização do direito ao desenvolvimento, entre outros.

Como disse uma vez o grande filósofo francês Jean Paul Sartre, o pleno êxito de um ser humano é inconcebível sem o pleno êxito de todos os seres humanos. A universalidade dos direitos humanos implica idéia semelhante: os direitos humanos deveriam ser promovidos e protegidos em todos os cantos do mundo, independentemente do nível de renda e de desenvolvimento sociopolítico. Ao mesmo tempo, nenhum indivíduo será totalmente livre enquanto outros ainda sofrem com privações e com a opressão.

Muito obrigado.

XXXVI CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, NA XXXVI CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO
DO MERCOSUL. COSTA DO SAUÍPE - BA, 16/12/2008

Companheiros, primeiro quero agradecer a presença de todos os presidentes, ministros e companheiros representantes dos países do Mercosul e da América do Sul.

Durante a reunião desta manhã, vai ocorrer o diálogo presidencial da Cúpula do Mercosul. O relatório do semestre, preparado pela Presidência Pro Tempore brasileira, está disponível para consulta no material que foi distribuído a cada delegação.

Após as falas dos presidentes dos Estados Parte, da Venezuela, dos Estados Associados, e dos convidados especiais, franquearei a palavra aos representantes do Parlamento do Mercosul, da Cúpula Social, do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul e da Coordenação de Centrais Sindicais do Sul.

Ao final do diálogo adotaremos, então, três documentos: o Comunicado dos Presidentes dos Estados Parte do Mercosul, o Comunicado dos Presidentes dos Estados Parte e Associados do Mercosul e a Declaração de Solidariedade com a Bolívia.

Após o encerramento da Cúpula do Mercosul, a partir das 12h15, terá início a Cúpula Extraordinária da Unasul, que será

dirigida pela presidenta Bachelet. Às 13h, faremos a tradicional foto oficial Mercosul-Unasul; às 14h, iremos almoçar, e às 15h haverá a foto oficial da Calc. Às 16h, daremos início à Cúpula da América Latina e do Caribe.

Eu acho que merece um destaque especial aqui entre nós a presença do nosso amigo Raúl Castro, na sua primeira viagem ao Brasil, e certamente à Bahia, que parece muito com Santiago de Cuba. É muito importante para nós, Raúl, a sua presença nesta reunião, e espero que seja a primeira de uma série de reuniões que você participará conosco.

É com grande satisfação que os recebo na Bahia. Quero saudar muito especialmente os Presidentes de Cuba, Guiana, México, Panamá e Suriname. Suas presenças numa reunião do nosso Mercosul simbolizam um compromisso em torno da união da América Latina e Caribe. Estaremos dando um passo sem precedentes nessa direção logo mais, quando reuniremos os líderes de toda nossa região.

Enfrentamos um cenário internacional marcado por novas ameaças. Conjunturas de crise como esta revelam as perversões do sistema econômico dominante. Mas elas são, também, oportunidades para grandes

mudanças que requerem clareza de análise e redobrada vontade política.

A voz do Mercosul começa a ser ouvida nos foros internacionais. Temos de aprofundar nossas propostas para enfrentar a grave crise da economia global. Vejo, com satisfação, que nossos países têm dado, nacionalmente, respostas muito coincidentes.

A preocupação central de nossos governos está em proteger o emprego e a renda dos trabalhadores e em continuar impulsionando a inclusão social. Nossa resposta coletiva deve ser dobrar a aposta em nosso Bloco, numa integração voltada para o desenvolvimento e a superação de desigualdades regionais.

Foi essa a agenda que promovemos durante a Presidência brasileira. De janeiro a outubro de 2008, o fluxo de comércio entre o Brasil e seus sócios no Mercosul foi de US\$ 32 bilhões, cerca de quatro vezes o valor de 2002. Na Aladi, os números são impressionantes. Este ano, as trocas intra-regionais poderão chegar a US\$ 140 bilhões, o triplo de cinco anos atrás.

O comércio de bens e serviços, assim como o desenvolvimento de nossa infraestrutura física, depende de sólido apoio financeiro. Neste momento de forte restrição ao crédito, é preciso diversificar fontes de recursos e reduzir a dependência de divisas internacionais. É o que estamos fazendo, ao lançar mecanismo de pagamento em moedas locais, começando com Argentina e Brasil. Ao eliminar a intermediação financeira, as empresas reduzem seus custos de transações.

O Mercosul não realizará seu pleno potencial enquanto os produtos não puderem circular livremente. Continuaremos a trabalhar, sob a Presidência paraguaia, para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Para isso, é fundamental estabelecer um mecanismo justo, confiável e, tanto

quanto possível, automático de redistribuição da renda aduaneira. A eliminação da dupla cobrança da TEC é essencial para integrarmos cadeias produtivas e aprofundarmos acordos de associação com outros países e blocos.

A atual crise financeira, com seus reflexos no comércio, sublinhou a importância de diversificarmos nossos mercados. Saudamos a ratificação do Acordo Mercosul-Índia e a assinatura do Acordo Mercosul-Sacu. O desenvolvimento do comércio Sul-Sul é fundamental para o nosso crescimento. Em nossa região, a ampliação do acordo com o Chile, de modo a abarcar o setor de serviços, foi um importante passo para maior integração. Em breve, estaremos iniciando negociações semelhantes com a Colômbia.

O Estatuto do Fundo de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas do Mercosul vai ajudar a realizar o potencial do espaço econômico continental que estamos consolidando. Com acesso ao crédito, nossos empresários buscarão com mais confiança parcerias do outro lado da fronteira. Ampliar o horizonte de atuação das empresas é essencial à integração produtiva. Projetos para integrar os setores automotivo, de petróleo e gás, de madeira, de móveis e do turismo gerarão milhares de empregos. Para capacitar empreendedores, em particular no Paraguai e no Uruguai, a beneficiarem-se dessas oportunidades, vamos recorrer ao Focem e à solidariedade de nossas comunidades empresariais. Estamos, assim, ampliando o acesso a mercados.

O Brasil tem consciência de suas responsabilidades perante os sócios menores, ainda mais em contexto de forte desaceleração econômica mundial. Mas não podemos restringir o Mercosul à sua dimensão comercial. É preciso investir em projetos que

reforcem as economias menores. Por isso, tomei a decisão de que, a partir de 2009, o Brasil dobrará sua contribuição ao Focem.

O Mercosul só estará completo quando nossos povos sentirem em seu cotidiano e em seu trabalho os frutos da integração. A perspectiva de eleições diretas em todos os nossos países para nosso Parlamento é passo decisivo nessa direção. Quero saudar, na figura de seu Presidente - o companheiro deputado Doutor Rosinha - aqueles que se dedicam a essa tarefa. Foi este também o sentido da criação do Conselho do Programa Brasileiro do Mercosul Social e Participativo. Estabeleceu um canal de diálogo entre o governo e a sociedade civil sobre os rumos da integração.

O Conselho do Mercado Comum fez ontem um debate extremamente importante sobre os efeitos da crise financeira, em particular para os setores mais vulneráveis de nossas sociedades. Vamos impedir retrocessos na melhoria das condições de vida de nossas populações. Temos de manter, e mesmo ampliar, programas sociais que protegem os mais pobres, os trabalhadores de baixa renda e a agricultura familiar. Precisamos continuar investindo na produtividade e competitividade de nossas economias.

Mas nossa força para enfrentar a recessão global não está apenas no desempenho de nossas economias, está no vigor das nossas democracias. Uma crise como a atual exige transformações profundas na forma de decidir as grandes questões econômicas e políticas do mundo.

É por isso que afirmo, reiteradamente, ter chegado a hora da política. O Mercosul,

juntamente com nossos amigos da América Latina e Caribe, não assistirá passivamente ao debate sobre a crise mundial. Teremos um papel importante a jogar na construção de uma nova arquitetura política e econômica internacional, multipolar e multilateral.

Meus amigos,

Como na reunião que nós vamos ter na parte da tarde, da América Latina e Caribe, um dos temas é a crise econômica, a crise energética e a crise de segurança alimentar, eu vou deixar para, na parte da tarde - também com a presença da companheira Cristina, que acaba de chegar - a gente fazer uma breve exposição para vocês do que foi a reunião do G-20 em Washington, para discutir a crise econômica e quais foram as coisas que nós sentimos que podem acontecer depois da reunião de Washington.

Eu penso que seria extremamente importante que cada companheiro presidente, na hora de fazer uso da palavra, pudesse explicitar um pouco como está a situação do seu país nesse momento, em que a falta de crédito tem provocado restrições em muitos lugares do mundo, e certamente nos nossos países. Seria extremamente importante para que a gente, na parte da tarde, pudesse aprofundar um pouco a discussão da crise e saber quais as medidas que nós poderíamos adotar conjuntamente.

Dito isso, eu paro de falar e passo a palavra aos companheiros que quiserem fazer uso da palavra. Obviamente que, democraticamente, vou esperar que cada presidente se inscreva para falar, não vou indicar quem deve falar, e fico aqui aguardando as inscrições.

CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA ABERTURA DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC). COSTA DO SAUÍPE - BA, 16/12/2008

Bem, primeiro gostaria de repetir da alegria de receber todos os companheiros aqui na nossa querida Bahia, cujo governador, um carioca nascido no Rio de Janeiro, governa este estado. E é importante que todos saibam que a gente deste estado, assim como sua cultura e sua arquitetura, mostra um Brasil profundamente latino-americano e caribenho. A Bahia testemunhou o sistema de exploração colonial e a violência intolerável da escravidão. Dessa experiência, emergiu um povo que enaltece a liberdade, mas valoriza a tolerância.

Hoje, nos reunimos, os líderes da América Latina e do Caribe, para afirmar nossa singularidade regional e debater um futuro comum. Queremos dar respostas nossas para as aspirações de bem-estar e prosperidade de nossos povos. Passados dois séculos desde nossas independências, esta é a primeira vez que a região une suas vozes. Vivíamos uma mesma realidade, mas olhando para longe, em busca de soluções que muitas vezes estavam à mão, em nosso entorno.

Esta Cúpula tem uma mensagem simples, mas fundamental: só superaremos os desafios à integração e ao desenvolvimento se assumirmos nossa vocação latino-americana

e caribenha. Devemos fazê-lo sem espírito de confrontação com quem quer que seja. Nossa unidade deve ser entendida como contribuição para um novo mundo, multipolar e multilateral.

Os desafios são muitos, como mostram os temas que escolhemos para as nossas discussões: as crises financeira, energética, alimentar e ambiental. As incertezas que o mundo vive tornam mais urgente conjugarmos esforços e demonstrarmos liderança na busca de soluções inovadoras e solidárias. Os diferentes mecanismos de integração em nossa região oferecem um sólido ponto de partida.

Nossos países deram, nos últimos anos, passos importantes em direção ao crescimento sustentado e à estabilidade econômica. Esses avanços estão ameaçados pela irresponsabilidade de aventureiros que lançaram a economia mundial em um precipício, sob o olhar complacente de governos e instituições internacionais que historicamente buscaram tutelar nossos países. É inadmissível que nossas legítimas expectativas sejam agora frustradas.

Neste momento de grave turbulência internacional, estamos adotando medidas para reduzir o impacto sobre a economia real e

preservar conquistas sociais. Mas não podemos ter ilusões. Não sairemos dessa crise agindo de forma isolada. Devemos somar forças para exigir maior transparência e democratização dos mecanismos que regulam e disciplinam o sistema financeiro mundial. Tampouco podemos admitir que se levantem barreiras protecionistas e contrárias à integração econômica. A crise seria mais uma razão para termos concluído a Rodada de Doha, em favor dos países em desenvolvimento.

Mas não podemos esperar indefinidamente que os países mais ricos - justamente os causadores da crise - flexibilizem suas posições. Mesmo sem desistir de um acordo multilateral global, devemos aprofundar os acordos regionais e as associações com outros países e blocos, sobretudo do Sul.

Amigos e amigas,

Uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa só será possível se superarmos os desafios da segurança energética e do aquecimento global. Estou convencido de que nossa região dispõe de poderosa resposta na diversificação de sua matriz de energia. Além de enormes reservas de hidrocarbonetos e hidroeletricidade, possuímos importantes fontes energéticas renováveis, como são os biocombustíveis.

A experiência brasileira demonstra que está a nosso alcance uma alternativa que gera empregos, renda e receitas de exportação, e ainda contribui para reduzir emissões de gases de efeito estufa, sem comprometer a segurança alimentar de nossos povos. O Brasil já desenvolve cooperação na América Latina e no Caribe para difundir esse modelo de uso sustentável de energia. Estamos prontos a trabalhar com outros parceiros interessados nessas fontes renováveis, limpas e baratas.

Nossa região também tem todas as condições para liderar o debate sobre a crise alimentar, sobretudo agora, quando os dados

da FAO demonstram que a desnutrição avança no mundo. Hoje, nossos pobres estão comendo mais e melhor, graças aos avanços econômicos e sociais. Por meio de nossa Empresa de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, o Brasil desenvolve projetos de cooperação técnica em vários países da região.

Queremos repetir na América Latina e Caribe o notável aumento e diversificação da produção agrícola que alcançamos aqui. Mas é importante que este tema seja tratado com prioridade na próxima reunião da FAO, em março próximo, em Trinidad e Tobago.

Caros companheiros e companheiras,

Não há desenvolvimento regional sem integração da infra-estrutura física. É inconcebível que continue sendo mais fácil ir à Europa ou aos Estados Unidos do que viajar entre nossos países. Enquanto não tivermos meios eficientes e rápidos de comunicação e transporte, não realizaremos todo o potencial de comércio, investimentos e turismo de um espaço integrado com mais de 400 milhões de habitantes.

Mais solidariedade e mais coordenação. Esta também deve ser nossa resposta aos desastres naturais que assolam muitos de nossos vizinhos.

Os avanços de nossa região no campo da inclusão social e do combate à fome e à pobreza são realmente notáveis. Oferecem oportunidades para compartilharmos iniciativas inovadoras e exitosas de combate às doenças, acesso à saúde e educação, saneamento e moradia.

Proponho que nossos ministros das áreas sociais estabeleçam diálogo regular para identificar áreas de cooperação que permitam alcançarmos, juntos, as Metas do Milênio.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Para onde quer que se olhe, na América Latina e Caribe, vê-se uma capacidade

extraordinária para superar desafios. Em meio a uma crise global sem precedentes, nossos países estão descobrindo que não são parte do problema. Podem e devem ser peças fundamentais da solução.

Por isso, pensamos que nosso empenho em favor da América Latina e Caribe também ajuda a construir uma ordem mundial mais equilibrada e justa. Isto se explica pela própria identidade de nossos países. Quando alguns tentam transformar os migrantes em bodes expiatórios para as mazelas de suas sociedades, lembramos a importância da diversidade. Recordamos a integração dos imigrantes no seio de nossas nações e seu papel na construção de sociedades tolerantes e plurais.

Companheiros e companheiras,

Estamos reunidos hoje não apenas para uma profissão de fé na integração. Queremos

traduzir as expectativas e aspirações de nossos povos em projetos concretos. Só assim realizaremos nossos sonhos de justiça social, e de fortalecimento da democracia em nossos países e no plano global. Não devemos ter receio de ousar, de estabelecer metas e objetivos ambiciosos. Mas temos, igualmente, a responsabilidade e a obrigação de torná-los realidade para essa e futuras gerações.

É com esse ânimo que a América Latina e o Caribe assumirão seu devido lugar no plano internacional. Queremos ser protagonistas - e não meros espectadores - nos teatros em que se decidem as perspectivas de bem-estar e prosperidade para nossos povos. Com essas palavras eu quero, mais uma vez, agradecer a presença tão carinhosa de todos vocês ao nosso querido país e à nossa querida Bahia.

Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CUBA, RAÚL CASTRO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, EM ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DE CUBA, RAÚL CASTRO. BRASÍLIA - DF, 18/12/2008

Meu caro amigo Raúl Castro, Presidente da República de Cuba,

Senhor Ricardo Cabrisas Ruiz, vice-presidente do Conselho de Ministros de Cuba, em nome de quem cumprimento os demais ministros cubanos,

Ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Ministro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, em cujo nome cumprimento os ministros brasileiros aqui presentes,

Deputados federais Jackson Barreto e Vanessa Grazziotin,

Senhores embaixadores,

Demais membros das delegações do Brasil e de Cuba,

É com grande satisfação e muita alegria que recebemos hoje a primeira visita do presidente Raúl Castro ao Brasil. Cuba e Brasil são unidos por laços de história, cultura e afeto que nos fazem compartilhar um compromisso com um mundo mais igual e solidário.

Muitas gerações de brasileiros, inclusive a minha, celebraram as transformações sociais que Cuba realizou nesses 50 últimos anos. Essas mudanças colocaram seu

país na condição de nação extremamente desenvolvida em matéria de saúde e de educação. Igualmente, admiramos o sentimento de solidariedade que Cuba revelou em relação aos países pobres da América Latina, do Caribe e da África. O patrimônio de realizações desse povo revolucionário nos inspirou nos tempos terríveis da opressão e continua a nos motivar na construção de um Brasil melhor.

Companheiro presidente Raúl Castro,

Sua presença no Brasil vem na seqüência de minhas três visitas a Cuba. É o coroamento de uma intensa agenda que acelera a nossa parceria.

Acompanhei, com muita preocupação, os trágicos efeitos da recente passagem de furacões por Cuba e por outros países da região. Participei pessoalmente na organização da ajuda humanitária. Visitei Havana, para ver de perto como o Brasil poderia melhor colaborar para o trabalho de reconstrução.

Neste momento de reconstrução nacional, Cuba está empenhada em uma revolução modernizadora no campo de transportes, agricultura e energia. O Brasil quer ajudar Cuba a levar adiante seu projeto de desenvolvimento.

Com financiamento brasileiro, Cuba está adquirindo do Brasil equipamentos agrícolas, está reformando estradas e vai inaugurar um pólo científico. Empresas brasileiras estudam investimentos em transportes, siderurgia, química, cimento e mineração. São setores estratégicos para a criação de um parque industrial cubano diversificado e competitivo.

Desde 2002, nosso comércio bilateral multiplicou-se por cinco, alcançando US\$ 412 milhões no ano passado. Para que esse crescimento seja mais equilibrado, inaugurei, durante minha última visita a Havana, o escritório da Apex. Vamos incrementar as exportações de lado a lado e promover parcerias comerciais.

Está em fase de implementação parceria entre Petrobras e Cupet para explorar petróleo e gás em águas profundas e produzir lubrificantes. Queremos ajudar Cuba a fazer como o Brasil: alcançar a auto-suficiência energética.

A independência alimentar é outro alvo prioritário do povo cubano. Por meio da Embrapa, vamos ajudá-lo a alcançar esse objetivo. Muito em breve esta parceria terá seus efeitos na primeira colheita de soja e na melhoria de técnicas agrícolas.

Meus amigos e amigas,

Nossa cooperação é uma via de mão dupla. A reconhecida excelência tecnológica cubana oferece oportunidade para somarmos competências e conhecimentos em setores de ponta.

Queremos colaborar na inovação científica, formando especialistas em nanotecnologia. Capacitação cubana no combate à malária está sendo aplicada com a ajuda de 40 peritos cubanos no estado do Amazonas, no Brasil. Tecnologia cubana permite a produção em larga escala, pela Fiocruz, de remédios para câncer e hepatite, antes importados pelo Brasil a altíssimo custo.

Estamos levando essa parceria de solidariedade e inovação para os amigos da África. Vacina contra meningite, desenvolvida a preço acessível por laboratórios cubanos e brasileiros, dá à Organização Mundial da Saúde condições de salvar a vida de milhares de crianças africanas todos os anos.

O mesmo compromisso com o atendimento prioritário aos mais necessitados motivou o programa cubano de formação de médicos brasileiros. São jovens de origem humilde que desejam colocar em prática o que aprenderam em Cuba para salvar vidas no interior do Brasil. Meu governo está determinado a garantir que esses profissionais possam realizar essa nobre vocação de trazer dignidade e saúde de qualidade para todos. Expressamos aqui nossa gratidão pela generosa ajuda que Cuba tem dispensado à nossa juventude.

Meu caro presidente Raúl,

Quando a ganância de uns poucos ameaça as legítimas aspirações de bem-estar de muitos, torna-se inadiável uma profunda revisão do sistema internacional. A reforma que almejamos deve ir além da economia e das finanças, para promover um mundo mais democrático e menos desigual. Isto exige que os países em desenvolvimento ganhem uma voz mais ativa nas decisões que afetam toda a humanidade.

É nesse sentido que entendemos o apoio de Cuba à participação do Brasil como membro permanente de um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. Gesto de confiança que quero, mais uma vez, agradecer em público.

A participação de Vossa Excelência na Primeira Cúpula América Latina e Caribe deixa claro que Cuba também quer ter uma voz nos destinos de nossa região. É esse o sentido da incorporação, anteontem, de Cuba no Grupo do Rio, nosso tradicional

mecanismo de concertação política. E é por isso que o Brasil vai se empenhar, com outros países, para que seja revogado o ato de exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Aquela decisão teve, em seu momento, a oposição firme e inteligente do grande brasileiro Santiago Dantas, chanceler do governo do presidente João Goulart.

Esperamos que o levantamento das restrições à Cuba pela União Européia seja seguido por outros países. Saudamos a adesão de Cuba aos Pactos Internacionais de Direitos

Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Isso demonstra que o caminho é o da negociação, e não apenas do enfrentamento. Por essa razão, é fundamental que tenha fim um embargo que não tem sustentação econômica, política, ética e moral.

É com essa determinação e com a certeza da força de nossa cooperação e amizade que quero convidar todos os presentes a erguer um brinde à felicidade e à saúde do presidente Raúl Castro, e ao progresso e ao bem-estar do povo cubano.

CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. BRASÍLIA - DF, 18/12/2008

Deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,

Senhor Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Embaixadores estrangeiros acreditados no Brasil,

Ministro da Defesa, Nelson Jobim,

Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim,

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge,

Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende,

Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix,

Ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins,

Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger,

Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos,

Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha,

General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército,

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Britto, Comandante interino da Aeronáutica,

Senhores parlamentares,

Deputados,

Companheiros que aqui vieram, certamente todos especialistas nesse assunto,

Senhores oficiais-generais das Forças Armadas,

Senhores representantes dos tribunais militares, ou da Justiça Militar,

Como vocês sabem, estive na Bahia até ontem, participando de quatro reuniões de cúpula simultâneas, nas quais conseguimos significativos avanços na integração regional e na inserção soberana das nações latino-americanas no cenário internacional.

Estou falando das reuniões da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, a Calc; do Mercosul, do Grupo do Rio e da União das Nações Sul-americanas, a Unasul. Não havia nenhum outro momento em que em dois dias conseguíssemos fazer quatro cúpulas diferentes no mesmo espaço físico, mudando apenas os assentos e as bandeiras para cada reunião.

Os eventos foram de grande importância para a política internacional, e devem trazer orgulho para todos nós, brasileiros. Fiquei especialmente feliz porque, em Sauípe, pudemos aprovar a criação do Conselho

Sul-Americano de Defesa, um dos mais importantes espaços para a integração pacífica e soberana dos países da América do Sul, coroando um processo que envolveu mais de um ano de debates entre os países da Unasul.

Fiz questão de citar este Conselho porque entre seus objetivos estão temas coincidentes com a Estratégia Nacional de Defesa que hoje estamos lançando. Destaco o fomento, a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de material de defesa.

Além disso, o Conselho Sul-Americano e a Estratégia Nacional dão mais força a um objetivo que vimos perseguindo desde o ano passado: inserir os temas da defesa no debate nacional, reunir civis e militares num debate aberto, sobre todos os temas que envolvem a defesa nacional.

É importante lembrar que quando nós propusemos, no ano passado, a criação do Conselho de Defesa da América do Sul, numa primeira reunião, em que nós fizemos a apresentação, com justificativa aceitável, alguns países entenderam que não poderiam aceitar e precisariam discutir. Qual não foi minha surpresa quando, no dia seguinte, eu leio a manchete dos jornais que “fracassou o Conselho de Defesa Sul-Americano”.

No mesmo dia em que saía essa matéria no jornal, mostrando o fracasso, me telefonava o Presidente do Peru dizendo que tinha chegado ao Peru e discutido com os seus pares e que ia participar do Conselho de Defesa, e que ia conversar com o Presidente Uribe, da Colômbia, para também aceitar a aprovação do Ministério (Conselho) da Defesa.

Passados alguns meses, Jobim, eu e o Celso Amorim fomos a uma reunião de trabalho na Colômbia e, em meia hora de conversa com o Presidente Uribe e com o seu Ministro da Defesa, os dois também se colocaram de acordo, que queriam participar do Conselho de Defesa.

E isso virou unanimidade entre todos os países da América do Sul. E hoje eu posso dizer para vocês que todos os presidentes vêem o Conselho da Defesa como uma necessidade de garantir a soberania da nossa América do Sul.

Por isso, em 6 de setembro de 2007, criei o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa, que envolvia o Ministério da Defesa, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, da Ciência e Tecnologia, Ministério de Assuntos Estratégicos, o Comandante da Marinha, o Comandante do Exército e o Comandante da Aeronáutica.

Pouco mais de um ano depois, podemos afirmar com orgulho que o objetivo do governo foi atingido com brilhantismo. A Estratégia Nacional de Defesa já foi apresentada ao Conselho de Defesa Nacional e lá recebeu aprovação unânime. E vem sendo debatida por amplos setores da sociedade brasileira e pelos Poderes da República. A criação pelo Congresso Nacional, no mês passado, da Frente Parlamentar de Defesa Nacional é uma clara demonstração de como o tema ganhou relevância.

Meus amigos e minhas amigas,

Com o lançamento desta Estratégia Nacional de Defesa, estamos cumprindo as metas estabelecidas em 2007 e tratando as Forças Armadas com a seriedade e o respeito que merecem de todos nós, cidadãos brasileiros. Finalmente vamos poder atender aos anseios das Forças Armadas, quando pleiteiam a modernização dos seus equipamentos, armamentos, aviões, navios e viaturas blindadas.

O lançamento da Estratégia irá ensejar uma saudável discussão sobre a reorganização das três Forças, e também sobre a reestruturação da indústria brasileira de material de Defesa, para que esta estratégia... para que esta garanta o suprimento das necessidades logísticas

sem depender de fornecedores estrangeiros. Quando se trata de Defesa, temos que depender somente do uso de tecnologia de domínio nacional.

Queria dizer, Jobim - não sei se você conversou com alguns presidentes ontem - da alegria de alguns presidentes, que não estavam apenas felizes pelo nosso projeto. Estavam felizes porque eles sabem que no nosso Programa eles estão inseridos, como co-participantes do desenvolvimento da indústria que nós queremos. E alguns diziam: “Finalmente, a gente vai poder acreditar que daqui a alguns anos não vai estar precisando comprar equipamentos de países tão distantes de nós, porque nós seremos capazes de produzi-los na nossa América do Sul”.

Devemos ter sempre em mente a importância desta cerimônia: ela está encerrando apenas um capítulo da história. Temos que prosseguir trabalhando intensamente, para transformar tudo o que foi pensado e discutido em projetos de lei, em planos detalhados. Aí, sim, nós vamos precisar da compreensão dos deputados, dos senadores, porque grande parte do que foi explicitado no Programa vai ser transformado em projeto de lei e aí nós precisamos, através do Congresso Nacional, fazer um debate ainda mais contundente e mais forte do que já foi feito na primeira etapa.

O papel da Frente Parlamentar de Defesa Nacional terá importância fundamental para que os próximos passos possam ser dados com o mesmo êxito que obtivemos até agora, e o conjunto da sociedade brasileira poderá e deverá participar ativamente dos debates que serão feitos de maneira democrática nas duas Casas do Congresso Nacional.

Reitero, portanto, os meus cumprimentos pelas conquistas do Comitê Ministerial, e agradeço a compreensão e a seriedade de todos os envolvidos nas discussões, sejam eles os civis ou os militares que trabalharam juntos

de forma aberta, produtiva e harmoniosa na construção desta Estratégia Nacional.

Agradeço também ao Congresso Nacional, pela receptividade que vem dando a este tema, receptividade que, tenho certeza, continuará presente nas próximas etapas deste processo.

Portanto, eu quero dizer, meu caro amigo Jobim, Mangabeira Unger, Gilmar e Arlindo, oficiais e deputados. Eu penso que nós estamos cumprindo uma etapa extremamente importante do papel, não apenas das Forças Armadas, mas do papel do Ministério da Defesa.

Eu me lembro dos grandes debates que tivemos no Congresso constituinte sobre a instituição do Ministério da Defesa. E penso, deputado, Jobim, deputado Genoíno - não sei se tem outros deputados constituintes aqui - que muitas vezes nós debatíamos com uma certa inocência, muitas vezes nós debatíamos sem ter a compreensão, meu caro Luciano Coutinho, do significado e do papel das Forças Armadas. No fundo, no fundo, o que persistia na cabeça de muitos deputados naquela época era que os militares tinham governado o País durante 23 anos e, portanto, era preciso ter o Ministério da Defesa apenas imaginando que ele fosse tirar poder das Forças Armadas. E acho que o Ministério foi criado de uma forma, eu diria, muito inibida.

Na verdade, nós não chegamos a ter um ministério da Defesa que exercesse o papel de Ministério da Defesa. Por isso, quando convidei o ministro Jobim, eu falei: Jobim, nós precisamos repensar o papel das Forças Armadas, nós precisamos reequipar as Forças Armadas e nós precisamos que o Ministério da Defesa exerça o papel que está previsto para ele na nossa Constituição. E esse planejamento, este Programa que apresentamos agora é mais ou menos a cara daquilo que acho que todos nós queremos para o Brasil.

Quando o Mangabeira disse “uma nação em arma”, certamente alguns pensaram: “Bom, o

Mangabeira está pensando que vai começar uma guerra hoje”. É mais profundo do que isso. Quando o Mangabeira fala “uma nação em arma”, é, na verdade, uma interligação, uma integração entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira, sem distanciamento.

Da mesma forma que o almirante Moura Neto vê um cidadão que produz um carro, e ele usa o carro, e esse cidadão é tido e tratado como brasileiro, um militar brasileiro, seja ele quatro estrelas ou uma estrela, tem que ser visto não apenas como um soldado. Ele tem que ser visto como um cidadão brasileiro, cumprindo uma função constitucional em defesa da soberania do nosso país e em defesa da nossa nação.

Se aquele metalúrgico que produz o carro dá tranquilidade para a nossa locomoção, aquele almirante que está com quatro estrelas, aquele general ou aquele brigadeiro, dá garantia de que nós poderemos dormir muito mais tranquilos porque temos as nossas Forças Armadas preparadas. Eu diria preparadas do ponto de vista político, preparadas do ponto de vista de material bélico, para defender o País em caso de necessidade.

Afinal de contas, está provado: no século XX, no século XIX, no século XVIII ou em qualquer época da história, um país bem-preparado, um país com uma boa indústria de defesa, um país com conhecimento tecnológico profundo, um país bem equipado, certamente estará muito mais perto de não fazer uma guerra do que se ele não tiver absolutamente nada e for totalmente despreparado.

Por isso, eu não poderia terminar sem agradecer aos comandantes das Forças Armadas, pela compreensão e pela participação política; aos deputados, que aceitaram o debate proposto pelo ministro Jobim e pelo Mangabeira Unger; e ao ministro Jobim e ao ministro Mangabeira, que tiveram a competência de convencer, mesmo em momentos de adversidade, muita gente neste país da importância de a gente criar um país com uma cara, uma cara que quando as pessoas olharem para este plenário, não tenha apenas oficiais ou deputados. Tenha brasileiros, cada um cumprindo com a sua missão e todos pensando no melhor para o Brasil.

Muito obrigado e parabéns, ministro Jobim e ministro Mangabeira.

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-
UNIÃO EUROPÉIA. RIO DE JANEIRO - RJ, 22/12/2008

Excelentíssimo Presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy,

Senhor José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Européia,

Ministros brasileiros e ministros franceses, integrantes das duas comitivas,

Amigos da imprensa brasileira e amigos da imprensa estrangeira, sobretudo da imprensa francesa,

Com especial satisfação recebo o Presidente Sarkozy, que nos honra com sua primeira visita ao Brasil como chefe de Estado e como Presidente do Conselho da União Européia. Tenho também grande alegria em receber o Presidente da Comissão Européia, meu amigo, e amigo do Brasil, José Manuel Durão Barroso.

Esta reunião tem importância singular para o aprofundamento das relações Brasil-União Européia. Adotamos o Plano de Ação da Parceria Estratégica, que constituirá o principal marco de nosso diálogo e cooperação.

A Parceria resultou de uma convergência de interesses que vai além dos valores e princípios que defendemos nos foros internacionais. Neste momento de tanta incerteza e turbulência no cenário global, podemos trabalhar juntos

em temas cruciais para nossos países e para a comunidade internacional.

Desde que lançamos a Parceria, na Cúpula de Lisboa, em 2007, confirmaram-se as expectativas quanto ao potencial dessa aliança. Neste ano, nosso intercâmbio comercial cresceu 26% e superou os US\$ 77 bilhões, ou seja, 22% do comércio global do Brasil. Os investimentos diretos dos países membros da União Européia no Brasil, em 2007, somaram US\$ 18 bilhões. Isso equivale a 54% do que recebemos naquele ano.

Temos amplo espaço para crescimento e diversificação. Penso, por exemplo, no diálogo sobre questões agrícolas, com ênfase nos problemas sanitários e fitossanitários, ou no diálogo sobre transporte marítimo.

A iniciativa privada tem papel importante a desempenhar. No evento empresarial que organizamos hoje de manhã, representantes dos principais setores europeus e brasileiros examinaram novas perspectivas e oportunidades de negócios.

Falou-se sobre a necessidade de um novo impulso às negociações do acordo de associação entre União Européia e Mercosul.

Coincidimos sobre a importância de concluir a Rodada de Doha e de fortalecer o sistema mundial de comércio. Também se discutiu sobre a crise financeira internacional.

A reunião do G-20, em Washington, demonstrou haver espaço para uma resposta concertada de países desenvolvidos e em desenvolvimento diante dos complexos desafios da atualidade. Tenho confiança de que o diálogo regular sobre questões macroeconômicas e financeiras que lançamos no âmbito de nossa Parceria representará canal adicional importante para a discussão dessas questões.

Meus amigos e minhas amigas,

O Plano de Ação vai muito além dos temas econômicos e comerciais, abrange amplo conjunto de áreas para ação conjunta. Sublinha nosso compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral, inclusive nas áreas da paz e segurança. Ressalta nosso empenho em intensificar a colaboração no campo social e ambiental. Dá ênfase à diversificação da cooperação em ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura, e à aproximação das sociedades civis.

Queremos um diálogo condizente com uma parceria que já nasceu madura. Vamos falar sobre direitos humanos, educação, cultura, juventude e esportes.

Vamos examinar de que forma podemos contribuir para a governança global em temas cruciais como desarmamento e não-proliferação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima e política energética.

Decidimos dar prioridade a setores de ponta como biotecnologia e nanotecnologia, e vamos negociar acordo de cooperação no campo da pesquisa nuclear, para que o Brasil participe do Projeto ITER sobre geração de energia nuclear.

Essa é uma agenda ambiciosa. Está à altura da riqueza de um relacionamento que vai abarcar atores dos meios científico e cultural. Os desafios

que se avolumam no horizonte internacional serão também enfrentados se reforçarmos o caráter estratégico de nossa parceria.

Brasil e União Européia enfatizam o multilateralismo, no momento em que caminhamos para uma ordem multipolar. A reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança merece, portanto, destaque em nosso Plano.

O Plano contém mecanismos de diálogo regular que facilitarão o intercâmbio de informações e a cooperação científica e tecnológica. Estaremos, assim, em melhores condições de cooperar, por exemplo, sobre a mudança do clima e sobre energia, temas cruciais para o debate global sobre segurança alimentar e energética.

Quero saudar a União Européia pela adoção de uma Diretiva de Energias Renováveis que pode abrir nova etapa no nosso trabalho conjunto com o etanol e com o biodiesel. Continuamos abertos ao diálogo franco no plano bilateral, e no Fórum Internacional de Biocombustíveis, sobre padrões técnicos que permitam consolidar o mercado internacional para esses combustíveis limpos, renováveis e sustentáveis.

Estou certo de que vamos continuar trabalhando em prol do cumprimento das Metas do Milênio. Nossa parceria estratégica se alicerça na convicção de que a solidariedade global é a base da verdadeira cultura de justiça e paz. Concordamos em promover cooperação triangular em benefício de países mais pobres.

Nossa parceria pode acelerar uma maior aproximação entre nossos blocos. A Cúpula inédita que presidi na semana passada, dos países da América Latina e Caribe, é mais um exemplo de que nossa região fortalece seus objetivos e visões comuns. Senhores Presidentes,

Não nos faltou ambição ao definir nosso programa de trabalho. Temos, agora, de estar à altura do grande número de projetos e iniciativas a que nos propusemos.

Somos chamados a produzir resultados concretos num momento em que a comunidade internacional busca alternativas frente a uma globalização profundamente desigual. Meu país, e eu mesmo, não faltaremos para o êxito deste grande empreendimento.

Antes de agradecer ao Presidente Sarkozy e ao Presidente Durão Barroso, na reunião que tivemos houve uma preocupação muito grande com a questão climática. Eu queria dizer, tanto ao presidente Durão Barroso quanto ao Presidente Sarkozy, que há mais ou menos 15 dias nós lançamos no Brasil um Plano Nacional sobre Mudança Climática.

Esse Plano pretende fazer uma coisa que eu considero revolucionária se nós conseguirmos cumprir o que nos comprometemos. Até 2017, nós queremos reduzir em 71% o desmatamento em relação aos valores observados entre 1996 e 2005. Nós queremos reduzir 71%. Até 2020, nós queremos reduzir 80% do desmatamento no Brasil.

Esses números representam uma coisa muito importante. Isso representa menos 4

bilhões e 800 milhões de toneladas de CO2 emitidos. É mais do que todos os países ricos juntos se comprometeram em Quioto. Portanto, se nós conseguirmos cumprir a meta a que nos propusemos, nós, sozinhos, estaremos dando uma contribuição ao, eu diria, aquecimento global, mais do que tudo o que foi acordado no Protocolo de Quioto pelos países ricos, com exceção dos Estados Unidos da América do Norte, que não assumiram o compromisso em Quioto.

E esse é um compromisso assumido, não apenas pelo governo, mas pelas entidades da sociedade civil que tratam da questão ambiental no Brasil. Portanto, não é um Programa do governo Lula. É um compromisso do País para o País e para o mundo, porque nós dizemos todos os dias que a Amazônia é brasileira, mas que nós queremos partilhar os benefícios da Amazônia, sobretudo no que diz respeito à sua riqueza de biodiversidades, com o mundo científico, para que a gente possa tirar proveito para a própria humanidade.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Ciências Florestais”. 02/07/2008

Memorando de Entendimento para a Promoção do Projeto “Exportação por Envios Postais para Pequenas e Micro Empresas” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai. 04/07/2008

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista entre o Brasil e o Vietnã. 10/07/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Vietnã sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza. 10/07/2008

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da República Socialista do Vietnã. 10/07/2008

Protocolo de Intenções entre o Brasil e Timor-Leste sobre Cooperação Técnica na Área da Previdência Social. 11/07/2008

Protocolo de Intenções entre o Brasil e Timor-Leste sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes. 11/07/2008

Protocolo de Intenções entre o Brasil e Timor-Leste sobre Cooperação Técnica na Área do Trabalho, Emprego e Geração de Renda. 11/07/2008

Protocolo de Intenções entre o Brasil e Timor-Leste sobre Cooperação Técnica na Área de Arquivos. 11/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Timor-Leste para Implementação do Projeto “Desenvolvimento Florestal em Timor-Leste”. 11/07/2008

Emenda, por troca de Notas, ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e Timor-Leste para Implementação do “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça em Timor-Leste”. 11/07/2008

Acordo entre o Brasil e a Indonésia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço. 12/07/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Indonésia sobre Cooperação Educacional. 12/07/2008

Protocolo de Intenções entre o Brasil e a Indonésia sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção de Etanol Combustível. 12/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola”. 17/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola”. 17/07/2008

Visita de Trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia/Declaração de Riberalta: a Infra-Estrutura como Eixo da Integração Bilateral. 18/07/2008

Protocolo entre Brasil e a Bolívia sobre o Financiamento do Projeto Rodoviário Hacia el Norte. 18/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências sobre Gestão Ambiental Urbana”. 19/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Destinação Adequada do Lixo Coletado junto à População em Situação de Vulnerabilidade em Bogotá”. 19/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio de conhecimentos sobre Processamento da Madeira”. 9/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio de conhecimentos sobre a Implementação de Tecnologias Limpas na Produção de Gado na Colômbia”. 19/07/2008

Protocolo sobre Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Colômbia. 19/07/2008

Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Trinidad e Tobago. 23/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implantação/Implementação de Bancos de Leite Humano na Costa Rica”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Conhecimentos sobre os Sistemas de Saúde Pública do Brasil e Costa Rica”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Controle Metrológico de Instrumentos de Medição Utilizados na Área de Serviços Públicos”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Credenciamento do Laboratório Químico da Área controle de Óleo do Centro de Serviços – LIMAT”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Gestão e Conservação de Centrais Elétricas”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Alternativas de Produção de Biocombustível em Costa Rica”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Carreira Postal na Costa Rica”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação

do Projeto “Modelagem de Programa de Capacitação e Otimização dos Processos de Serviços Postais nos Correios da Costa Rica”. 30/07/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Costa Rica”. 30/07/2008

Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto “Capacitação de Docentes e Gestores Escolares de Educação Profissional e Tecnológica”. 30/07/2008

Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Acreditação dos Países da América Através da IAAC (Cooperación Inter-Americana de Acreditación) como Veículo para Facilitar o Comércio Internacional e na Região”. 30/07/2008

Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto “Administração e Certificação Escolar para o Desenvolvimento e Credenciamento de Competências de Trabalho ao Nível de Segundo Grau (Subregião Mercosul)”. 30/07/2008

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução

Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus. 01/08/2008

Memorando de Entendimento sobre Controle de Narcóticos e Aplicação da Lei entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. 01/08/2008

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre Cooperação Financeira para Implementar o Projeto “Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas/Eletronbras”. 13/08/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Suíça para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica. 14/08/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairobi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”. 15/08/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”. 15/08/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”. 15/08/2008

Acordo entre o Brasil e o Quênia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 15/08/2008

Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. 22/08/2008

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 22/08/2008

Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia. 22/08/2008

Protocolo de Intenção sobre Cooperação técnica na área do esporte entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia. 22/08/2008

Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia. 28/08/2008

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Administração, Pesquisa e Proteção em Áreas de Proteção Ambiental entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia. 29/08/2008

Adenda nº 2 ao Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto “Apoio à

Inserção Internacional das PMEs Brasileiras” com a Comunidade Econômica Européia – CEE. 01/09/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico”. 04/09/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e outros Medicamentos”. 04/09/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique”. 04/09/2008

Declaração do Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e do Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina. 08/09/2008

Declaração conjunta em visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernandez de Kirchner. 08/09/2008

Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais

Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Emprendimientos Energéticos S.A (EBISA).

08/09/2008

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto “Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau”. 12/09/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega sobre Cooperação em Temas relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção de Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável. 16/09/2008

Memorandum de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia. 17/09/2008

Primeira Emenda ao Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto “Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira” com a Comunidade Econômica Européia – CEE. 18/09/2008

Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais” com a Comunidade Econômica Européia – CEE. 19/09/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Diplomado em Banca Comercial - Fase V”. 26/09/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Agricultura Familiar. 30/09/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Produção de Soja. 30/09/2008

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha sobre a Continuidade de Projetos de Cooperação Técnica. 06/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana”. 07/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana”. 07/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade

de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana”. 07/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana”. 07/10/2008

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal. 07/10/2008

Acordo sobre a Admissão do Brasil ao Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) na Categoria de observador Regional. 07/10/2008

Instrumento Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Bolívia e o Escritório Regional para o Cone Sul da Organização Internacional para as Migrações (OIM). 14/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto “Capacitação em Análise Sócio-Demográfica, Distribuição Espacial da População e Meio Ambiente e Saúde Reprodutiva no Paraguai”. 15/10/2008

Memorando de Entendimento para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e da Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas do Brasil em Moçambique e de Moçambique no Brasil. 16/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique,

para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Desportiva – Fase II”. 16/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique”. 16/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica. 16/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social. 16/10/2008

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia para Cooperação no Campo do Turismo. 23/10/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia sobre Cooperação Técnica em Agricultura. 23/10/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia sobre o Reconhecimento de Certificados Relativos à Regra I/10 da Convenção Internacional sobre Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, 1978, como Emendada por Ambas as Partes. 23/10/2008

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério

dos Negócios Estrangeiros do Reino Hachemita da Jordânia. 23/10/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para Implementação do Projeto “Assessoria à Gestão Operacional dos Programas Sociais do Governo da República da Guatemala”. 24/10/2008

Programa Executivo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária em São Tomé e Príncipe”. 24/10/2008

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e outros Temas Consulares. 28/10/2008

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre a Implementação de Mecanismo de Consultas Políticas. 28/10/2008

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA para a Gestão e

Modernização de Gestão de Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos. 31/10/2008

Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da República Italiana. 11/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério do Trabalho, da Saúde e das Políticas Sociais da República Italiana sobre Cooperação no Campo da Saúde e das Ciências Médicas. 11/11/2008

Acordo entre o Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. 13/11/2008

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Alteração do Prazo de Validade dos Vistos e os Emolumentos Consulares Incidentes sobre os Mesmos Vistos. 14/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Indonésia sobre Cooperação em Energia e Mineração. 18/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Indonésia sobre Cooperação no Campo da Agricultura. 18/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Indonésia sobre a Erradicação da Pobreza. 18/11/2008

Declaração sobre a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Indonésia. 18/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a República da Coreia para o Estabelecimento do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial. 19/11/2008

Acordo entre o Brasil e o Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço. 24/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e o Ministério do Comércio e Indústria de Cingapura para o Estabelecimento do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimento. 25/11/2008

Memorando de Entendimento entre o Brasil e Cingapura para Cooperação em Ciência e Tecnologia. 25/11/2008

Declaração Conjunta – Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitry Medvedev. 26/11/2008

Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde. 28/11/2008

Memorando de Entendimento para a Promoção do Projeto “Exportação por Remessas Postais para Médias, Pequenas e Microempresas” entre o Brasil e a Colômbia. 02/12/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Construção Institucional e

Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe – Fase II”. 04/12/2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura. 08/12/2008

Termo de Cooperação que entre si Celebram o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Relações Exteriores, para Apoiar a Implantação do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe. 10/12/2008

Emenda, por troca de Notas, ao Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de São Tomé e Príncipe. 11/12/2008

Programa Executivo entre o Brasil e o IICA, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para

a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para Implementar Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos. 22/12/2008

Protocolo entre o Brasil e a França sobre Cooperação no Domínio do Ensino Profissional. 23/12/2008

Protocolo de Cooperação entre o Brasil e a França para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico, tanto do Lado Brasileiro como do Lado Francês. 23/12/2008

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica. 23/12/2008

Pareceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa – Plano de Ação. 23/12/2008

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de Cooperação Financeira sobre o Programa “Parques Eólicos”. 30/12/2008

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

NOTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SOBRE O RESGATE DE REFÉNS EM PODER DAS FARC 02/07/2008

O Presidente da República tomou conhecimento da libertação da Senadora Ingrid Betancourt e de outros 14 reféns que se encontravam seqüestrados pelas FARC.

Ao enviar seu abraço fraternal aos reféns hoje libertados e a seus familiares, o Presidente Lula manifestou satisfação com essa notícia tão aguardada pela comunidade internacional. Expressou a esperança de que tenha sido dado um passo importante para a libertação de todos os demais seqüestrados, a reconciliação de todos os colombianos e a paz na Colômbia.

ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE 04/07/2008

O Governo brasileiro tomou conhecimento das conclusões do Relatório da missão de observação eleitoral da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que o ambiente prevalecente afetou a credibilidade das eleições presidenciais do segundo turno e de que o resultado não representa a vontade do povo zimbabuano.

Ao expressar seu apoio aos apelos da União Africana para que se evitem ações que possam prejudicar o clima de diálogo, o Brasil entende que o Governo do Zimbábue tem a responsabilidade de promover, com o apoio da SADC e da União Africana, um entendimento nacional com as demais forças políticas do país, que permita a retomada da normalidade política e de condições propícias ao desenvolvimento econômico e social do Zimbábue.

RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 04/07/2008

A Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram aprovados no último dia 2, pelo Senado Federal, o que conclui seu processo de ratificação pelo Poder Legislativo.

O principal objetivo da Convenção é o de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. São princípios da Convenção a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade,

o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade.

O texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi resultado de processo de negociação nas Nações Unidas, de 2002 a 2006. O Brasil esteve presente em todas as etapas do trabalho, em atuação conjunta de órgãos governamentais, como o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e representantes da sociedade civil. O instrumento foi assinado em 30 de março de 2007.

REUNIÃO DE CÚPULA DO G-8 -
HOKKAIDO, JAPÃO – 7 A 9
DE JULHO DE 2008
06/07/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita ao Japão, nos dias 8 e 9 de julho, para participar de reunião do G-8+G-5, em Sapporo, na província de Hokkaido.

No dia 8 de julho, o Presidente participará de reunião de coordenação dos líderes do G-5 (Brasil, África do Sul, China, Índia, México).

Na manhã do dia 9 de julho, o Presidente Lula participará de sessão de trabalho entre o G-8 e o G-5 sobre o Processo de Heiligendamm, lançado na reunião do G-8+G-5 do ano passado, na Alemanha. O Processo de Heiligendamm é um diálogo regular, estruturado em torno de quatro pilares: desenvolvimento, energia, inovação e investimentos.

Em seguida, haverá Reunião das Grandes Economias sobre Mudança do Clima (G-8, o G-5, mais Austrália, Indonésia e República da Coréia). Trata-se do diálogo lançado pelo Presidente Bush às vésperas da reunião do G-8, em 2007, e que tem buscado explorar elementos entre as grandes economias para a concretização de um acordo sobre mudança

do clima, pós-2012, a ser adotado em 2009. Estarão na reunião como convidados o Secretário Geral das Nações Unidas, o Diretor Geral da OCDE e o Presidente do Banco Mundial. Ao final do encontro será emitida declaração dos líderes.

O Presidente também participará de almoço de trabalho entre o G-8, o G-5, mais Austrália, Indonésia e República da Coréia. O tema do almoço será a situação da economia mundial e o aumento dos preços dos alimentos. Além dos chefes das agências citados acima, também serão convidados para participar o Diretor Gerente do FMI, o Diretor Geral da Agência Internacional de Energia (IEA) e o Diretor Geral da OMC.

Está prevista, ainda, a realização de reunião de Chefes de Estado ou de Governo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Será o primeiro encontro de cúpula dos quatro países, que se reuniram em nível de Chanceleres em Ecaterimburgo, Rússia, em maio passado.

O Presidente Lula manterá, em paralelo às reuniões, encontros bilaterais com diversos Chefes de Estado ou de Governo. Estão confirmados, até o momento, encontros com os Presidentes dos Estados Unidos, do México, da China, da Coréia do Sul, e com os Primeiros-Ministros da Itália, do Canadá e do Japão.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ÁSIA
07/07/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado ao Vietnã, Timor Leste e Indonésia, nos dias 10, 11 e 12 do corrente.

No Vietnã, o Presidente Lula será recebido pelo Presidente Nguyen Minh Triet, pelo Primeiro-Ministro Nguyen Tan Dung, pelo

Presidente da Assembléia Nacional, Nguyen Phu Trong, e pelo Secretário-Geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh. Nos encontros serão discutidos temas da agenda bilateral e multilateral, bem como iniciativas para intensificar a cooperação entre o Brasil e o Vietnã, nos campos da agricultura, infra-estrutura, inclusão social, formação profissional, energia renovável, comércio e investimentos.

A visita de Estado ao Vietnã reforçará o diálogo e as relações bilaterais de cooperação impulsionadas pelas recentes visitas do Ministro Celso Amorim, em fevereiro de 2008, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, em março último, e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Heráclito Fortes, também em março deste ano.

Na visita de Estado a Timor Leste, o Presidente Lula manterá encontros com o Presidente José Ramos-Horta, com o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e com o Deputado Fernando Lasama, Presidente do Parlamento Nacional, onde fará pronunciamento sobre as relações Brasil-Timor Leste. A realizar-se poucos meses após a vinda ao Brasil do Presidente Ramos-Horta, a visita do Presidente Lula ao único país asiático que tem o Português como língua oficial assinala o compromisso com o estreitamento das relações bilaterais, amparado em iniciativas de cooperação voltadas para a construção institucional do Estado timorense, para a promoção do desenvolvimento social e para a consolidação do ensino da língua portuguesa.

A solidariedade que une o Brasil a Timor Leste reflete-se em projetos de cooperação nas áreas da educação e formação técnica; cultura; justiça; energia; manejo ambiental e técnicas produtivas; saúde e esportes. Reflete-se também na frequência de visitas recentes

de autoridades e missões técnicas brasileiras a Timor.

Última etapa da viagem à Ásia, a visita de Estado do Presidente Lula à Indonésia, onde será recebido pelo Presidente Susilo Bambang Yudhoyono e pelo Presidente do Parlamento indonésio, Hidayat Nur Wahid, permitirá a discussão de novas possibilidades de atuação conjunta em âmbito multilateral, a exemplo do que já ocorre no G-20. Proporcionará, no plano bilateral, o desenvolvimento de iniciativas nas áreas da energia renovável, agricultura, meio ambiente e inclusão social.

O fortalecimento da cooperação técnica com a Indonésia, inclusive com a participação de terceiros países, também figurará como prioridade da agenda da visita presidencial a Jacarta. Exemplo dessa cooperação já em curso é o projeto trilateral que o Brasil e a Indonésia desenvolvem em Timor Leste para a contenção e o reflorestamento de encostas, com vistas à produção de alimentos.

ATENTADO À EMBAIXADA DA ÍNDIA NO AFGANISTÃO

07/07/2008

O Governo brasileiro deplora o atentado terrorista cometido hoje, dia 7 de julho, contra a Embaixada da Índia em Kabul, capital do Afeganistão, que resultou na morte de pelo menos quarenta pessoas, entre elas o Adido de Defesa e o Cônsul indianos, e deixou cerca de 140 feridos.

Ao reiterar seu apoio aos esforços para combater a escalada de violência e defender a ordem pública no Afeganistão, o Governo brasileiro presta sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como aos povos indiano e afegão diante desse ato de inaceitável violência.

O Governo brasileiro reafirma seu veemente repúdio a todas as formas de terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO VIETNÃ E À
INDONÉSIA - MISSÃO EMPRESARIAL
08/07/2008

No âmbito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Hanói e Jacarta, nos dias 10 e 12 de julho, respectivamente, o Itamaraty organizará missão empresarial, composta de representantes dos seguintes setores da indústria brasileira: aeroespacial; agronegócio; química e petroquímica; energia; infra-estrutura e construção; máquinas e equipamentos; mineração e siderurgia; produtos de segurança e defesa; e serviços. Espera-se que mais de quarenta empresários brasileiros acompanhem o Presidente da República aos dois países.

2. A corrente de comércio do Brasil com o Vietnã e a Indonésia tem apresentado crescimento constante e significativo. Entre 2003 e 2007, o comércio bilateral Brasil-Vietnã aumentou em 652%, atingindo, em 2007, a cifra de USD 306,9 milhões (exportações de USD 207,3 milhões e importações de USD 99,6 milhões). As trocas com a Indonésia ampliaram-se, no mesmo período, em 149%, alcançando em 2007 o volume total de USD 1,58 bilhão (exportações de USD 693 milhões e importações de USD 893 milhões). Apesar do alto crescimento verificado nos últimos anos, o intercâmbio com os dois países ainda se encontra aquém do potencial, com diversas áreas inexploradas em que há grandes possibilidades de expansão.

3. Informações sobre o programa da delegação empresarial aos dois países

estão disponíveis no sítio eletrônico da BrazilTradeNet (<http://www.btn.gov.br>).

REUNIÃO DE CÚPULA DO G-8 -
HOKKAIDO, JAPÃO - 7 A 9 DE JULHO
DE 2008 - DECLARAÇÃO CONJUNTA
BRASIL-REINO UNIDO
09/07/2008

O Brasil e o Reino Unido, duas das maiores potências comerciais do mundo, coincidem na avaliação de que um sistema global de comércio aberto trará prosperidade para todos os países do mundo e ajudará a tirar milhões de pessoas da pobreza. Nós acreditamos firmemente que, em uma época de incerteza econômica em escala global e altos preços de alimentos, o que precisamos fazer é abrir mercados e expandir o comércio, e não recorrer ao protecionismo.

Após meses de trabalho árduo e negociações minuciosas, estamos mais perto do que nunca de um acordo. Mas a janela de oportunidade para alcançar este acordo é pequena e está se fechando.

O tempo das negociações técnicas está chegando ao fim. As decisões-chave são, agora, de natureza política. Precisamos agir com firmeza imediatamente. Se não o fizermos, falharemos em relação às pessoas mais pobres do mundo e destruiremos os fundamentos para o crescimento econômico sustentado no futuro. O preço do fracasso seria grande demais.

A reunião ministerial da OMC convocada para o dia 21 de julho pelo Diretor-Geral oferece a todos nós a oportunidade de alcançar um acordo sobre os elementos básicos de um pacote que seja ao mesmo tempo equilibrado e voltado para o desenvolvimento. Não vamos perder a ocasião.

Sapporo, 9 de julho de 2008.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO VIETNÃ - 9 E 10
DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO
CONJUNTO
10/07/2008

A convite de Sua Excelência o Senhor Nguyen Minh Triet, Presidente da República Socialista do Vietnã, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou visita de Estado ao Vietnã, nos dias 9 e 10 de julho de 2008.

2. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido pelo Presidente Nguyen Minh Triet, pelo Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, pelo Primeiro Ministro Nguyen Tan Dung e pelo Presidente da Assembléia Nacional, Nguyen Phu Trong.

3. A visita do Presidente Lula ao Vietnã, realizada um ano após a vinda ao Brasil do Secretário-Geral Nong Duc Manh, em maio de 2007, demonstra a determinação e o compromisso conjuntos de intensificar as relações bilaterais, baseadas na compreensão recíproca e na igualdade, com vistas a obter benefícios mútuos.

4. Ao se reunirem, os dois Chefes de Estado passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e multilateral e concordaram em promover o comércio e os investimentos, bem como a cooperação entre o Brasil e o Vietnã em campos como o da ciência e tecnologia, agricultura, energia renovável, educação, cultura, esportes, turismo, infraestrutura, e inclusão social.

5. Ambos os lados expressaram satisfação com os bons resultados obtidos durante a recente visita oficial ao Brasil do Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, em maio de 2007, sobretudo com o Comunicado Conjunto que afirma a

determinação de se construir uma parceria abrangente entre Brasil e Vietnã. Coincidiram em que as visitas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, em fevereiro de 2008, e de altas autoridades do Governo e do Senado brasileiros contribuíram para aprofundar o diálogo bilateral e a amizade, além de estabelecer novas áreas de cooperação.

6. Os dois Presidentes concordaram quanto à importância de atingir crescimento econômico acompanhado de desenvolvimento social e justiça, em seus esforços para combater a fome, a pobreza e o analfabetismo e promover a inclusão social. Reiteraram o compromisso com a adoção, em seus respectivos países, de práticas que simultaneamente ampliem a inclusão social e acelerem a integração econômica do Brasil e do Vietnã em suas regiões e no mundo.

7. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Nguyen Minh Triet congratularam-se pela pronta implementação do Protocolo de Intenções na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol, assinado por ocasião da visita de trabalho do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a Hanói, em fevereiro de 2008. A colaboração entre os dois países nesse setor baseia-se na rica experiência do Brasil na ampla produção de biocombustíveis, assim como no crescente interesse do Vietnã no desenvolvimento sustentável de fontes de energia renovável.

8. Os dois Chefes de Estado destacaram as possibilidades de intercâmbio em assuntos econômicos e de comércio. Congratularam-se com o crescimento do volume do comércio bilateral nos últimos anos, que se multiplicou 8 vezes entre 2003 e 2007. Expressaram satisfação com os resultados do encontro empresarial realizado por ocasião da visita e solicitaram que os empresários brasileiros e vietnamitas organizassem eventos semelhantes

para aprofundar o conhecimento mútuo, bem como o comércio e os investimentos bilaterais.

9. Os dois Presidentes reconheceram, ainda, a importância da cooperação em matéria de educação como importante canal para o fortalecimento dos laços de amizade entre o Brasil e o Vietnã. Nesse sentido, expressaram o apreço pelos esforços da Universidade de Hanói no ensino do português no Vietnã e na promoção do ensino da língua vietnamita no Brasil.

10. Os dois Presidentes sublinharam a preocupação mútua com a atual conjuntura econômica mundial. Concordaram que se faz urgente uma revisão do modelo mundial de produção de alimentos. Ainda a esse respeito, coincidiram sobre a importância da pronta e exitosa conclusão da Rodada Doha da OMC, destacando o objetivo principal de que venha a promover a eliminação das distorções no comércio agrícola internacional e sua maior liberalização, em benefício dos países em desenvolvimento, bem como assegurar nível correspondente de liberalização nas negociações sobre bens não-agrícolas (NAMA), tendo em conta o princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento. Com base nos amplos compromissos assumidos pelo Vietnã ao entrar na OMC, o Brasil apoiou isentar o Vietnã das obrigações de liberalização acordadas nas negociações de Doha sobre agricultura, NAMA e serviços. O Brasil decidiu criar grupo de trabalho técnico para examinar o status do Vietnã como economia de mercado.

11. Ambos os países reafirmaram o compromisso de seus Governos com o processo de reforma das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança, com a ampliação dos assentos permanentes e não-permanentes para países em desenvolvimento, de maneira a tornar o órgão mais representativo, legítimo

e eficaz. As Partes concordaram com a necessidade de iniciar negociações inter-governamentais na Assembléia Geral das Nações Unidas com vistas a alcançar esses objetivos.

12. O Presidente Minh Triet expressou a gratidão pelo apoio brasileiro ao pleito vietnamita para tornar-se membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2008-2009, e confirmou o apoio vietnamita à candidatura brasileira para um assento não-permanente no CSNU no biênio 2010-2011. O Presidente do Vietnã também reafirmou o apoio do Vietnã ao ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em um Conselho ampliado.

13. Ambos os Presidentes ressaltaram a relevância de intensificar a cooperação entre o Sudeste Asiático e a América do Sul, contribuindo para reforçar o diálogo Sul-Sul. Nesse contexto, os dois Presidentes enfatizaram a importância da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, a realizar-se em Brasília, em novembro próximo, a qual promoverá o conhecimento mútuo entre os dois grupos. O Presidente Lula e o Presidente Triet também sublinharam o significado do papel das atividades do Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL).

14. Durante a visita, os seguintes instrumentos de cooperação foram firmados: Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista; Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica; Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva; e Memorando de Entendimento sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza.

15. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva calorosamente agradeceu ao Governo e ao Povo do Vietnã a generosa hospitalidade dispensada a ele e à Delegação brasileira,

durante a visita de Estado que realizou.

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cordialmente convidou o Presidente Nguyen Minh Triet a visitar oficialmente ao Brasil. O Presidente Nguyen Minh Triet agradeceu e aceitou o convite com satisfação. A data da visita será acordada por via diplomática.

Hanói, em 10 de julho de 2008.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO TIMOR-LESTE - 11
DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO
CONJUNTO
11/07/2008

A convite de Sua Excelência o Senhor José Ramos-Horta, Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou visita oficial a Timor-Leste, no dia 11 de julho de 2008.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido pelo Presidente José Ramos-Horta, pelo Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e pelo Presidente do Parlamento Nacional, Fernando Lasama.

A visita do Presidente Lula, realizada poucos meses após a visita do Presidente Ramos Horta ao Brasil, em janeiro último, reflete o compromisso mútuo de dar prosseguimento ao processo de intensificação das relações bilaterais.

Os dois Presidentes enalteceram o profundo sentimento de amizade que une os dois Povos, decorrente da lusofonia e da herança cultural compartilhadas. Destacaram, ademais, o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na promoção de atividades e projetos de apoio à lusofonia e de aproximação entre os países-membros.

Ao referirem-se ao cenário internacional, sublinharam a preocupação dos dois Governos com a conjuntura atual. Concordaram sobre a pertinência de revisão do modelo mundial de produção e abastecimento de gêneros alimentícios. Ainda a esse respeito, coincidiram sobre a importância do êxito da Rodada Doha da OMC, destacando o objetivo principal de que venha a promover a maior liberalização do comércio internacional, sobretudo de produtos agrícolas, em benefício dos países em desenvolvimento. Enfatizaram o ideal comum de construção de uma ordem internacional mais justa, próspera e solidária, em que os frutos do progresso material e dos avanços na produção de conhecimento sejam distribuídos de forma mais equitativa.

Sublinharam a importância que atribuem ao fortalecimento do multilateralismo e ao papel central desempenhado pela Organização das Nações Unidas. Coincidiram, ademais, sobre a relevância da presença das Nações Unidas em Timor-Leste e sobre a importância da missão da UNMIT no país.

Os Presidentes reafirmaram, igualmente, o compromisso dos dois Governos com o processo de renovação das Nações Unidas, de modo a possibilitar o surgimento de multilateralismo mais legítimo e eficaz, capaz de garantir a manutenção da paz e segurança internacionais. Destacaram a necessidade de reforma do Conselho de Segurança, em particular de sua ampliação com a inclusão de países em desenvolvimento de todas as regiões do mundo como membros permanentes. Nesse sentido, manifestaram apoio ao início imediato de negociações intergovernamentais na Assembléia Geral das Nações Unidas, com vistas a alcançar, com a maior brevidade possível, resultados concretos sobre a reforma do Conselho de Segurança.

O Presidente Lula agradeceu o apoio timorense ao ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Agradeceu, igualmente, o apoio timorense à candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança para o biênio 2010-2011 e à candidatura do Professor Antônio Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça, na Haia.

Ao tratarem da agenda bilateral, os Presidentes convieram a respeito da importância de fortalecer o desenvolvimento social, a fim de combater a fome, a pobreza, o analfabetismo e a exclusão social.

O Presidente Lula reiterou o repúdio do Governo brasileiro aos atentados contra o Presidente José Ramos-Horta e o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, em fevereiro de 2008. Ressaltou ainda o espírito de profunda solidariedade que une o Povo brasileiro ao timorense. Externou o compromisso brasileiro de continuar e, quando possível, ampliar os projetos de cooperação bilateral ora em curso, em setores vitais à consolidação do Estado timorense, particularmente, em áreas como educação, cultura e esportes, formação profissional, saúde, justiça, agricultura e infraestrutura.

Os dois Presidentes acordaram iniciar um Grupo Executivo de Cooperação, que identificará áreas prioritárias de atuação conjunta, para formulação de projetos de interesse para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Expressaram satisfação com os resultados das visitas a Timor-Leste, neste ano, da delegação do Ministério da Educação, em janeiro; do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, em março; da missão de cooperação técnica do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em abril; do Senador Eduardo Suplicy, em junho; bem como da visita ao Brasil do Ministro

da Educação e Cultura de Timor-Leste, João Cândia, também em junho.

Os dois presidentes reconheceram, ainda, a importância, para o fortalecimento dos laços de amizade entre Brasil e Timor-Leste, da cooperação nos campos da educação, da formação profissional e dos esportes. Constataram, com satisfação, êxitos nessas áreas: a prorrogação até 2010 do programa brasileiro de cooperação que prevê o envio de 50 professores para a capacitação de docentes em Timor-Leste, com a previsão de chegada dos profissionais ao país já no corrente mês de julho; a participação brasileira na implantação do primeiro curso de pós-graduação oferecido em Timor-Leste; o projeto de reformulação de currículos das escolas agrotécnicas, o recrutamento de professores a serem enviados a Timor-Leste, com início das atividades previsto para agosto/setembro próximos; o envio de diplomata timorense para o curso de formação do Instituto Rio Branco, no ano letivo 2008/2009; a atuação do centro de formação do SENAI, que prevê o acréscimo de duas áreas de treinamento, em refrigeração e mecânica de motocicletas; assim como a participação de cinco timorenses no programa de treinamento a técnicos de futebol de países da CPLP na Universidade de Brasília.

No campo da Justiça, por sua vez, foi acolhida positivamente a menção de que Grupo de Trabalho, composto por juristas brasileiros, está elaborando projetos de Código Penal Militar e de Código de Processo Penal Militar, em resposta a pedido do Presidente Ramos-Horta, e de que o primeiro texto será em breve enviado a Díli para consideração do Governo. Foi, igualmente, considerada promissora a intenção de fortalecimento da cooperação por meio de convite a funcionários do judiciário timorense a visitar o Brasil para melhor conhecer o sistema jurídico brasileiro.

Foi ainda manifestada satisfação dos dois

Presidentes com a cooperação já existente na área da saúde, mediante fornecimento, pelo programa HIV/AIDS do Ministério da Saúde brasileiro, de medicamentos anti-retrovirais, com custeio do transporte pela UNICEF. No campo da agricultura e do meio ambiente, foi considerado positivo o andamento do projeto trilateral (Brasil-Indonésia-Timor-Leste) de reflorestamento de encostas, que incluirá componentes de produção de alimentos.

Os dois Presidentes acolheram positivamente as perspectivas de ampliação da cooperação bilateral a novas áreas, como em energias renováveis, meio ambiente, cultura, planejamento orçamentário e parcerias em programas de combate à pobreza.

O Presidente Lula reiterou seu compromisso de estabelecer Centro de Estudos Brasileiros em Díli e agradeceu a boa disposição do Governo timorense em oferecer um local apropriado para sua instalação.

Ao final de sua visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Governo e ao Povo de Timor-Leste a generosa hospitalidade dispensada a ele e à Delegação brasileira durante a visita.

Díli, em 11 de julho de 2008.

BRASILEIROS NO MUNDO:
I CONFERÊNCIA SOBRE AS
COMUNIDADES BRASILEIRAS NO
EXTERIOR
11/07/2008

O Ministério das Relações Exteriores realizará nos dias 17 e 18 de julho de 2008, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, a I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior, “Brasileiros no Mundo”. O Ministro Celso Amorim participará, na manhã do dia 17, da sessão de abertura da Conferência.

O evento reunirá autoridades do Poder Executivo, do Congresso Nacional, do Judiciário, e representantes do mundo acadêmico, da mídia e de organizações internacionais para debater assuntos do interesse da diáspora brasileira. Centenas de lideranças comunitárias e representantes de entidades de apoio a brasileiros no exterior estarão presentes, muitos como convidados do Governo brasileiro.

A Conferência está sendo organizada pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE (SGEB), com apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Itamaraty. O programa e outras informações, inclusive quanto a formas de participar e contribuir para os trabalhos, estão disponíveis no Portal Consular do MRE (www.abe.mre.gov.br) e na página da Fundação Alexandre de Gusmão na Internet (www.funag.gov.br).

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À COLÔMBIA -
BOGOTÁ - MISSÃO EMPRESARIAL

11/07/2008

No âmbito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Bogotá, no dia 19 de julho, o Itamaraty está organizando missão empresarial, composta de representantes dos seguintes setores da indústria brasileira: agronegócio; química e petroquímica; energia; infra-estrutura e construção; máquinas e equipamentos; mineração e siderurgia; produtos de segurança e defesa; tecnologia da informação e serviços. Espera-se que mais de oitenta empresários brasileiros acompanhem o Presidente da República à Colômbia.

O comércio bilateral com a Colômbia registrou crescimento significativo entre 2003 e 2007, com média de 35% de aumento ao ano.

O Brasil exportou mais de US\$ 2,3 bilhões em 2007 com superávit comercial de US\$ 1,9 bilhão no mesmo período. Investimentos brasileiros naquele país podem estimular a redução do expressivo déficit comercial colombiano.

Os detalhes do programa da delegação empresarial estão disponíveis no sítio eletrônico da Brazil Trade Net (<http://www.btn.gov.br>). No mesmo endereço, os participantes poderão obter sugestões de hotéis e de vôos, bem como informações sobre o programa do seminário.

As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas no sítio acima. Dúvidas poderão ser esclarecidas por meio do endereço eletrônico da Divisão de Operações de Promoção Comercial do MRE (doc@mre.gov.br) ou pelos telefones (61) 3411 8536/8546.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À INDONÉSIA - 11 E
12 DE JULHO DE 2008 - COMUNICADO
CONJUNTO
12/07/2008

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou Visita de Estado à Indonésia, nos dias 11 e 12 de julho de 2008, atendendo a convite do Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. A Visita do Presidente Lula à Indonésia coincide com a comemoração dos 55 anos de relações bilaterais e representa um marco importante para os esforços comuns em prol de uma cooperação ativa e dinâmica.

Ao tratarem da agenda bilateral, os Presidentes avaliaram que as relações entre os dois países evoluem de forma positiva. Ambos expressaram satisfação com o fato de que as relações atuais entre Brasil e Indonésia são estáveis, mutualmente benéficas e sólidas,

conforme refletido pela intensa troca de visitas entre líderes e autoridades de alto-nível dos dois países.

Os Presidentes concordaram quanto à importância de promover o desenvolvimento econômico e social, bem como sobre a relevância do combate à fome, à pobreza e ao analfabetismo para sua sustentabilidade. A esse respeito, assinalaram a necessidade de concluir-se acordo de cooperação no combate à fome e à pobreza. Reiteraram o comprometimento dos países com políticas que intensifiquem a inclusão social e simultaneamente acelerem a inserção competitiva de Brasil e Indonésia na economia mundial. Nesse ponto, acolheram positivamente a convocação de evento de alto-nível sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, em especial aquelas relacionadas ao combate à pobreza e à fome, como parte da 62a Assembléia-Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York, em 25 de setembro de 2008.

Ambos os Presidentes destacaram as potencialidades de comércio e negócios a serem exploradas pelo empresariado dos dois países. Congratularam-se com a evolução altamente positiva do comércio bilateral nos últimos anos, que passou de US\$ 641 milhões em 2003 a US\$ 1,6 bilhão em 2007. Nos primeiros cinco meses deste ano, o comércio bilateral atingiu US\$ 882,4 milhões, o que representa crescimento superior a 50% com relação ao registrado nos cinco meses equivalentes de 2007. Expressaram, também, satisfação com os resultados do encontro empresarial realizado por ocasião da visita e recomendaram que as entidades empresariais do Brasil e da Indonésia intensifiquem os esforços voltados à promoção do conhecimento mútuo, dos investimentos e do comércio bilaterais.

Os Presidentes manifestaram satisfação pela aproximação crescente entre Brasil e Indonésia

nos campos agrícola, pecuário e de agroenergia. Concordaram em promover e expandir ainda mais o comércio bilateral de bens manufaturados e semi-manufaturados e de produtos de agronegócio. Acordaram, igualmente, avançar nas discussões sobre esses temas no âmbito do Comitê Consultivo Agrícola, criado por Memorando de Entendimento assinado em Jacarta, em março de 2007.

Os dois Presidentes saudaram as perspectivas de ampliação da cooperação bilateral para novas áreas, como energias renováveis, agronegócio, pecuária, aviação, defesa, florestas, meio ambiente, cultura e programas de combate à pobreza, e reiteraram a importância de que Comissão Mista, em sua próxima reunião, aprove um programa de ação voltado à intensificação da cooperação.

Nesse sentido, congratularam-se pela celebração, durante a visita, de instrumentos bilaterais de cooperação nas áreas de etanol e de educação, bem como de acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.

Saudaram com entusiasmo o projeto trilateral que Brasil e Indonésia desenvolvem em Timor-Leste para contenção e reflorestamento de encostas, além da produção de alimentos.

Ao referirem-se ao cenário internacional, sublinharam a preocupação comum com o estado presente da economia global. Concordaram que se faz urgente uma revisão do modelo mundial de produção e distribuição de alimentos. Ainda a esse respeito, coincidiram sobre a importância de concluir-se, tão logo possível, de forma abrangente, justa e equilibrada, a Rodada Doha de negociações da OMC, destacando o objetivo principal de que venha a promover a eliminação das distorções no comércio agrícola internacional e sua maior liberalização, em benefício dos países em desenvolvimento, bem como assegurar um

nível comparável de ambição nas negociações NAMA, tendo em conta o princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento.

As Partes reafirmaram o compromisso dos dois Governos com o processo de reforma das Nações Unidas, a fim de permitir o estabelecimento de um sistema multilateral mais legítimo e eficaz, capaz de assegurar a manutenção da paz e segurança internacionais.

Ambos os Líderes comprometeram-se a trabalhar conjuntamente para atingir os quatro objetivos estabelecidos pelo Fórum das Nações Unidas para as Florestas. Concordaram, também, em adotar medidas concretas para avançar o diálogo e a cooperação dos seus países nessa área, de acordo com a Declaração Conjunta dos Líderes dos Países com Florestas Nativas (F-11), firmado em setembro de 2007, em Nova York.

Ambos os Presidentes concordaram em ampliar a cooperação bilateral na implementação do Plano de Ação e do “Mapa do Caminho” de Bali, com vistas a concluir com êxito a 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Os dois Presidentes reafirmaram a importância da biodiversidade para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a erradicação da pobreza, especialmente nos países mega-diversos. Nesse sentido, destacaram a importância da implementação completa dos três objetivos previstos na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), em particular a adoção de um regime jurídico internacional sobre acesso aos recursos genéticos e compartilhamento dos benefícios, por ocasião da 10ª Conferência das Partes da CDB, a realizar-se em 2010.

Ressaltaram, também, a importância de estreitar os laços de cooperação entre o

Sudeste Asiático e a América do Sul e, dessa forma, contribuir para o fortalecimento do diálogo Sul-Sul. Nesse contexto, enfatizaram a importância que atribuem à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, a realizar-se em Brasília, em novembro próximo, que permitirá promover o conhecimento mútuo entre os dois grupos. Sublinharam também o papel do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL).

Ao final de sua visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Governo e ao Povo da Indonésia a generosa hospitalidade dispensada a ele e à Delegação brasileira. O Presidente Yudhoyono, por sua vez, expressou aceitação ao convite generosamente formulado pelo Presidente Lula para visitar o Brasil em novembro de 2008.

Jacarta, em 12 de julho de 2008.

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DE
MINISTROS DO MERCOSUL SOBRE A
RODADA DOHA - 14 DE JULHO DE 2008
12/07/2008

O Ministro Celso Amorim presidirá, no dia 14 de julho, no Rio de Janeiro, reunião de coordenação dos ministros do Mercosul sobre a Rodada Doha.

O objetivo do encontro é examinar a situação das negociações da rodada, com destaque para os novos textos revistos das modalidades negociadoras em Agricultura e Produtos Não-Agrícolas (NAMA), circulados no dia 10 de julho e que serão considerados na Reunião Ministerial Informal da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra no dia 21 de julho.

A reunião terá início às 15h00 no Hotel Copacabana Palace.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
JORDÂNIA, SALAHEDDIN AL-BASHIR -
15 E 16 DE JULHO DE 2008
14/07/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Hashemita da Jordânia, Salaheddin Al-Bashir, visitará o Brasil nos dias 15 e 16 de julho. No dia 15, será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontro com o Ministro Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua homenagem. Ainda no dia 15, Al-Bashir manterá encontro com os Embaixadores árabes em Brasília. No dia 16, o Chanceler jordaniano viajará a São Paulo, onde visitará a FIESP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

A vinda ao Brasil do Chanceler al Bashir é uma retribuição da visita realizada a Amã, em fevereiro, pelo Ministro Celso Amorim. Terá como objetivo principal preparar a visita do Rei Abdullah II ao Brasil, prevista para outubro próximo. Servirá também para renovar o diálogo sobre a situação política no Oriente Médio e passar em revista as iniciativas de cooperação bilateral.

Brasil e Jordânia, ao compartilharem a defesa do equilíbrio, do diálogo, e da moderação como meios para a superação dos conflitos médio-orientais, têm atuado em conjunto nos mais diversos foros internacionais em benefício da paz e da estabilização do Oriente Médio.

No plano bilateral, pretende-se dar impulso às negociações de acordos em áreas como cooperação econômica e comercial, educação, turismo, ciência e tecnologia e agricultura, entre outras. O comércio bilateral cresceu, em 2007, mais de 140% em relação ao ano anterior e atingiu o recorde de US\$ 292 milhões. A assinatura, durante a última Cúpula do Mercosul em Tucumán (1o de julho de 2008),

do Acordo-Quadro de Livre Comércio entre o Mercosul e a Jordânia, que visa a criar uma Zona de Livre Comércio, fortalece ainda mais os laços econômico-comerciais bilaterais.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DAS RELAÇÕES EXTERIORES E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DA REPÚBLICA DO BURUNDI,
ANTOINETTE BATUMUBWIRA - 14 A 18
DE JULHO DE 2008
14/07/2008

A Ministra das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Burundi, Antoinette Batumubwira, visitará o Brasil de 14 a 18 de julho corrente.

No dia 15, em Brasília, a Ministra do Burundi será recebida em audiência pelo Ministro Celso Amorim, que oferecerá jantar em sua homenagem. Os dois Ministros assinarão o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Burundi. A Ministra Batumubwira também manterá encontro com a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e deverá reunir-se com representantes dos ministérios da Saúde, Educação, Esportes, Agricultura e Minas e Energia.

Em São Paulo, a Ministra e sua comitiva deverão cumprir agenda de compromissos com representantes da iniciativa privada, na FIESP, além de visitar o Centro de Tecnologia Canavieira, em Piracicaba.

A visita da Chanceler burundinesa ao Brasil é reflexo do aprofundamento das relações entre o Brasil e os países africanos. Serão examinadas possibilidades de cooperação técnica em áreas como educação, treinamento em esportes, saúde e agricultura. Em parceria com a Índia e a África do Sul, o Brasil desenvolverá no Burundi projeto, financiado

pelo Fundo IBAS, para fortalecimento da capacidade de combater o HIV/AIDS.

ADIAMENTO DA VISITA AO BRASIL
DA MINISTRA DAS RELAÇÕES
EXTERIORES E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL DA REPÚBLICA
DO BURUNDI, ANTOINETTE
BATUMUBWIRA
14/07/2008

A visita ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da República do Burundi, Antoinette Batumubwira, prevista para o período de 14 a 18 de julho, foi adiada. Nova data para a visita será definida e anunciada oportunamente.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
LITUÂNIA, VALDAS ADAMKUS - 16 A
18 DE JULHO DE 2008
15/07/2008

O Presidente da República da Lituânia, Valdas Adamkus, visitará o Brasil entre os dias 16 e 18 de julho, com o objetivo de estreitar os laços culturais e comerciais da Lituânia com o Brasil.

Durante sua permanência em Brasília, no dia 16 de julho, o Presidente Adamkus manterá encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que oferecerá almoço em sua homenagem. O Presidente lituano será recebido também por representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

No dia 17 de julho, o Presidente Adamkus participará, em São Paulo, de encontro empresarial Brasil-Lituânia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e inaugurará exposições de jóias e fotografias

lituanas na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), além de reunir-se com membros da comunidade lituana. A cidade de São Paulo abriga a segunda maior colônia de lituanos do mundo, atrás apenas de Chicago. Estima-se em 260 mil a população brasileira de origem lituana.

NOVO GABINETE DE
MINISTROS NO LÍBANO
15/07/2008

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da formação do novo Gabinete de Ministros no Líbano, em 11 de julho último, em cumprimento ao acordo entre as diversas facções políticas libanesas celebrado em Doha, em 21 de maio.

O Brasil manifesta sua expectativa de que a formação do Governo represente passo decisivo para a estabilização política do país. Confia em que a designação do novo Gabinete de Ministros contribuirá para o fortalecimento institucional do Líbano e para fomentar o diálogo e o entendimento entre os diversos grupos libaneses, em benefício do progresso e do desenvolvimento do país.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA,
JOÃO BERNARDO MIRANDA - 17 E 18
DE JULHO DE 2008
16/07/2008

O Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo Miranda, visitará o Brasil entre 17 e 18 de julho, no âmbito da I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Angola, mecanismo estabelecido por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola, em outubro de 2007.

O Ministro João Bernardo Miranda terá encontro com o Ministro Celso Amorim no Rio de Janeiro, no dia 17, quando serão discutidos, entre outros assuntos, temas econômico-comerciais e a futura visita ao Brasil do Presidente José Eduardo dos Santos, planejada para o próximo ano. A reunião servirá também para atualizar e consolidar iniciativas de cooperação. O Brasil desenvolve importantes projetos de cooperação técnica com Angola, em particular nas áreas de saúde e educação.

Serão assinados atos sobre cooperação cultural (preservação da memória e da produção audiovisuais; e de gestão do patrimônio cultural), cooperação educacional (educação superior e formação de quadros; e educação não-superior) e um protocolo entre a Empresa Brasil de Comunicação e a Televisão Pública de Angola.

Há mais de 30 empresas brasileiras instaladas em Angola. No ano passado, o comércio bilateral superou os US\$ 2,1 bilhões. De 2003 a 2007, esse montante aumentou quase nove vezes. No mesmo período, as exportações brasileiras passaram de US\$ 235 milhões, para US\$1,21 bilhão. O fluxo comercial deve continuar crescendo, impulsionado pela linha de crédito de US\$ 1 bilhão, anunciada pelo Presidente Lula quando de sua visita a Angola, no ano passado.

VISITA AO BRASIL DO
PRESIDENTE DA LITUÂNIA, VALDAS
ADAMKUS - 16 A 18 DE JULHO -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
16/07/2008

A Visita oficial à República Federativa do Brasil do Senhor Presidente da República da Lituânia, Valdas Adamkus, no período de 15 a 18 de julho corrente, inscreve-se no quadro do

desejo mútuo de estreitar os laços de amizade que unem o Brasil e a Lituânia, constituindo oportunidade para o aprofundamento do diálogo e da cooperação bilateral nas áreas cultural, política e econômico-comercial.

No dia 16 de julho, o Presidente Valdas Adamkus entrevistou-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que os Mandatários repassaram os principais pontos do relacionamento bilateral em suas mais variadas vertentes e abordaram temas de relevo da agenda internacional.

Os dois Presidentes destacaram os laços de amizade e os vínculos históricos, políticos e econômicos entre o Brasil e a Lituânia, e mencionaram o fato de que as relações entre os dois países foram estabelecidas pela primeira vez em 1931. O Presidente lituano, Valdas Adamkus, expressou sua gratidão pelo fato de o Brasil sempre ter reconhecido a independência lituana.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Valdas Adamkus reafirmaram a importância dos laços humanos entre o Brasil e a Lituânia, ilustrados pelo fato de o Brasil abrigar a maior comunidade de origem lituana na América do Sul. O Presidente Lula registrou a positiva contribuição prestada pela imigração lituana à sociedade brasileira.

Os Presidentes do Brasil e da Lituânia realçaram a convergência de visões e o compromisso de seus respectivos Governos com o respeito aos princípios democráticos e aos direitos humanos e reiteraram o engajamento de ambos os países no fortalecimento do multilateralismo, na defesa da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento com justiça social.

No âmbito multilateral, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Valdas Adamkus assinalaram o compromisso dos dois países com o fortalecimento do multilateralismo de acordo com a Carta da

ONU, baseado em valores democráticos e com vistas a assegurar a estabilidade e a segurança nos níveis global e regional e criar condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável. Os dois Presidentes concordaram que a construção de um Conselho de Segurança das Nações Unidas mais democrático e representativo da realidade global deve estar entre as prioridades do processo de reforma das Nações Unidas e assinalaram, nesse contexto, a necessidade de iniciar negociações intergovernamentais na Assembléia Geral das Nações Unidas com vistas a alcançar resultados concretos sobre o assunto, com a maior brevidade possível. Nesse contexto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou seus agradecimentos pelo apoio da Lituânia ao modelo de reforma do CSNU defendido pelo Brasil, inclusive mediante co-patrocínio do projeto de resolução do G-4 e pelo apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente em um CSNU reformado.

Os dois Chefes de Estado acordaram sobre a importância de priorizar resultados equilibrados nas negociações econômico-comerciais multilaterais, com especial menção ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Expressaram, nesse sentido, seu otimismo quanto à conclusão exitosa do processo de negociação da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, levando em conta o compromisso dos membros da Organização no sentido de contribuir para o desenvolvimento com equidade social.

Ao abordarem a agenda dos respectivos cenários regionais, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realçou o processo de integração da América do Sul e discorreu sobre a conformação da UNASUL e a evolução do Mercosul. O Presidente Valdas Adamkus referiu-se à atuação da Lituânia na União Européia e discorreu sobre o processo de ratificação do Tratado de Lisboa e sobre o

processo de alargamento da União Européia. Sublinharam, ainda, o interesse de seus Governos em dar seguimento, de maneira positiva, às negociações para a conclusão do Acordo de Associação Mercosul-UE e congratularam-se com a realização da Cúpula América Latina e Caribe-UE (ALC-UE), em 15 e 16 de maio de 2008. O Presidente Valdas Adamkus referiu-se com satisfação ao lançamento da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Européia, na Cúpula de Lisboa, em julho de 2007, e saudaram os trabalhos de elaboração do Plano de Ação da Parceria, a ser adotado por ocasião da II Cúpula Brasil-UE, a realizar-se no Brasil, em dezembro de 2008.

Recordando que o Tratado constitutivo da UNASUL assinado em Brasília consagra como um de seus objetivos específicos “a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e harmonização de políticas”, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sublinhou a necessidade de se iniciar, com urgência, diálogo bi-regional sobre esse tema, com vistas à adoção de um enfoque integral que considere as contribuições positivas trazidas pelos migrantes à economia e cultura dos países em que residem e não associe imigração à criminalidade. Reiterou, a esse propósito, o apoio brasileiro às declarações emitidas por diversos foros regionais (OEA, UNASUL, Grupo do Rio, ALADI e MERCOSUL) questionando a “Diretiva de Retorno” recentemente adotada pela UE. O Presidente Valdas Adamkus reafirmou que o estabelecimento de padrões comuns mantém completo respeito aos direitos humanos e à dignidade. Os dois Presidentes concordaram

em empenhar-se por uma maior aproximação inter-regional que permita encontrar soluções construtivas para esse e outros temas de interesse mútuo.

O Presidente Valdas Adamkus e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudaram a expansão no volume do comércio bilateral, que se elevou de US\$ 3 milhões em 1999 para US\$ 71 milhões em 2007. Os dois Presidentes manifestaram a expectativa de que o encontro empresarial Brasil-Lituânia, a ser realizado no dia 17 de julho na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com expressiva missão empresarial lituana, possa representar um estímulo ao incremento do volume de trocas bilaterais, de forma a refletir o dinamismo das economias dos dois países.

Os dois Presidentes concordaram com a necessidade de serem organizados encontros entre as comunidades empresariais do Brasil e da Lituânia com vistas a serem identificados setores que permitam ampliar e diversificar a cooperação econômico-comercial entre os dois países.

Os dois Presidentes manifestaram sua preocupação com o impacto da alta do preço do petróleo, especialmente sobre as populações mais pobres. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância da experiência do Brasil na produção e uso de biocombustíveis para o desenvolvimento sustentável e a segurança energética. O Presidente Valdas Adamkus demonstrou interesse em conhecer em maiores detalhes a tecnologia brasileira de produção de biocombustíveis.

Os dois Chefes de Estado expressaram preocupação com a alta dos preços de alimentos, no contexto da segurança alimentar. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que os maiores responsáveis

pela alta do preço dos alimentos são os subsídios, a especulação financeira, o aumento do preço do petróleo, as quebras de safra ocasionadas por fatores climáticos e o crescimento da demanda global.

Os dois Chefes de Estado reafirmaram a convicção de que todos os países devem se engajar no combate à mudança do clima e seus efeitos, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto, em conformidade com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e das respectivas capacidades dos Estados.

Os dois Presidentes saudaram a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Lituânia, ressaltando a sua importância no âmbito do relacionamento bilateral. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Valdas Adamkus manifestaram a disposição de ampliar o quadro institucional do relacionamento Brasil-Lituânia por meio da negociação de acordos em outras áreas de interesse mútuo, como turismo, educação e esporte. Comprometeram-se em promover o intercâmbio entre acadêmicos, cientistas, pesquisadores e estudantes dos dois países. O Presidente Valdas Adamkus chamou a atenção para o fato de que em 2009 seu país comemora o milésimo aniversário da primeira menção escrita do nome “Lituânia”.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Valdas Adamkus expressaram satisfação com a intensificação do diálogo no mais alto nível entre o Brasil e a Lituânia e reafirmaram seu compromisso de continuar trabalhando pelo incremento do relacionamento bilateral nas mais diversas áreas para o mútuo benefício dos dois países e dos povos do Brasil e da Lituânia. Com

esse espírito, o Presidente Valdas Adamkus convidou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a realizar visita à Lituânia em 2009.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À BOLÍVIA - 18 DE
JULHO DE 2008
17/07/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará, no dia 18 de julho, à cidade boliviana de Riberalta, no Departamento de Beni, para encontro com o Presidente da Bolívia, Evo Morales.

Na ocasião, serão formalizados os termos de financiamento, pelo Governo brasileiro, para a construção da Rodovia Rurrenabaque - Riberalta, integrante do projeto viário boliviano “Hacia el Norte”. As condições de financiamento da rodovia foram aprovadas pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) em 3 de julho corrente.

Com extensão de 510 km, ao custo total de US\$ 230 milhões, a rodovia se ligará à ponte entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, a ser construída pelo Governo brasileiro. O projeto permitirá, assim, acesso rodoviário direto entre Porto Velho e La Paz. O empreendimento formará parte do corredor bioceânico que integrará a malha rodoviária brasileira aos portos chilenos e peruanos na costa do Pacífico.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia e seu maior investidor externo. De janeiro a junho de 2008, a corrente de comércio bilateral atingiu cerca de US\$ 2 bilhões, o que representa aumento de quase 70% do fluxo comercial entre os dois países em relação ao mesmo período de 2007.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À COLÔMBIA -
BOGOTÁ E LETÍCIA -,
19 E 20 DE JULHO DE 2008
18/07/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita à Colômbia nos dias 19 e 20 de julho. No dia 19, em Bogotá, manterá encontro com o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, e comparecerá à cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia.

No dia 20, na cidade de Letícia, na fronteira com o Brasil, o Presidente Lula assistirá às cerimônias comemorativas do aniversário da Independência Nacional da Colômbia. O Presidente também se reunirá com os Presidentes da Colômbia, Álvaro Uribe, e do Peru, Alan García.

Durante a visita, o Presidente Lula examinará com seu homólogo colombiano os principais temas da agenda bilateral, sobretudo assuntos relacionados com comércio e investimentos; questões fronteiriças; projetos de cooperação técnica; e a integração sul-americana.

Brasil e Colômbia deverão firmar acordos nas áreas de defesa, cooperação florestal, processamento de madeira, gestão ambiental urbana e projetos agropecuários. Em Letícia, os Presidentes brasileiro, colombiano e peruano deverão assinar acordo relativo ao combate de atividades ilícitas nos rios fronteiriços e comuns.

Em 2007, as exportações brasileiras para a Colômbia somaram mais de US\$ 2,3 bilhões. No mesmo período, as importações brasileiras da Colômbia alcançaram US\$ 426 milhões.

COMUNICADO MINISTERIAL DO G-20 -
GENEBRA, 20 DE JULHO DE 2008
20/07/2008

Os Ministros e Altos Funcionários do G-20 reuniram-se em Genebra em 20 de julho de 2008 para discutir suas ações neste momento decisivo da Rodada Doha. Eles reafirmaram que a unidade do G-20, a exemplo de ocasiões anteriores, permitirá que o grupo continue a ser uma das principais forças nas negociações agrícolas. O Grupo permanece firmemente comprometido com um resultado à altura do Mandato de Doha, em particular com relação ao objetivo comum de eliminar políticas que distorcem o comércio, mantidas por países desenvolvidos.

O G-20 tem enfatizado repetidamente o papel central da Agricultura na Rodada Doha, que determinará o nível de ambição da Agenda para o Desenvolvimento. Este é um imperativo político que deriva do Mandato de Doha no sentido de colocar a Agricultura e o Desenvolvimento no centro do sistema multilateral de comércio.

Os países desenvolvidos são responsáveis pelas principais distorções e restrições no tocante a políticas e comércio agrícolas. Neste momento crítico da Agenda para o Desenvolvimento de Doha e da economia global, os países desenvolvidos devem mostrar desde o início das negociações que estão preparados para assumir suas responsabilidades na execução de reduções substanciais em apoio doméstico; na melhora substancial de acesso a mercados; e na eliminação de todos os subsídios à exportação.

Os Ministros e Altos Funcionários enfatizaram que resultado substancial deve ser alcançado nos três pilares da negociação. A natureza múltipla das políticas distorcivas aplicadas pelos países desenvolvidos requer soluções abrangentes em Apoio Doméstico, Acesso a Mercados e Subsídios à Exportação.

No que tange a Apoio Doméstico, será necessário fazer cortes efetivos em Apoio Geral Distorcivo (“Overall Trade-Distorting Domestic Support”- OTDS), levando em conta mudanças nos padrões de preços mundiais e seu impacto nos níveis atuais de apoio doméstico; igualmente essenciais são disciplinas verossímeis e efetivas sobre produtos específicos que evitem a concentração de desembolsos, com compromissos mais profundos e mais rápidos em Algodão; disciplinas que assegurem que medidas de “caixa verde” tenham pouco ou nenhum efeito na produção e que programas “verdes” de interesse do países em desenvolvimento sejam tratados;

Em Acesso a Mercados, os países desenvolvidos devem produzir resultados que correspondam ao Mandato de Doha relativo a melhora substancial em acesso a mercados, bem como o Mandato de Hong Kong sobre equilíbrio entre Agricultura e NAMA (parágrafo 24). A fórmula para cortes tarifários deve ser ambiciosa, em particular na faixa mais alta, e o corte médio mínimo de 54% deve ser respeitado, em linha com a proposta do G-20. Os limites sobre tarifas (“tariff capping”) devem ser efetivos e aplicados a todos os produtos, sensíveis ou não. Os países desenvolvidos devem apresentar resultados na expansão significativa de quotas tarifárias

que compense efetivamente os desvios do corte por fórmula para produtos sensíveis. O G-20 permanece firmemente contrário à criação de novas quotas tarifárias, as quais representariam um retrocesso no objetivo de longo prazo de reforma na Agricultura. O G-20 enfatizou sua posição firme sobre a eliminação de salvaguardas especiais (“SSG”) por países desenvolvidos desde o início do período de implementação. A conversão de todas as tarifas agrícolas para tarifas ad valorem, em linha com a proposta do G-20, é essencial para assegurar transparência, previsibilidade e o equilíbrio geral em acesso a mercados. As Modalidades devem também ter resultados efetivos quanto ao mandato para Produtos Tropicais e Alternativos, Escalada Tarifária e Erosão de Preferências, bem como tratar efetivamente das preocupações específicas de Membros de Acesso Recente (“RAMs”) e Economias Pequenas e Vulneráveis (“SVEs”).

Quanto a Subsídios à Exportação, o final do período acordado em Hong Kong para a eliminação de todos os subsídios à exportação deve ser respeitado. O G-20 recordou a necessidade de contar com disciplinas específicas que tratem das preocupações dos países em desenvolvimento sobre Ajuda Alimentar, Empresas Estatais Exportadoras (“STEs”) e Créditos à Exportação. As preocupações de Países em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos devem ser atendidas.

Os Ministros e Altos Funcionários também enfatizaram a importância de um Sistema de Monitoramento e Supervisão fortalecido, de modo a assegurar o cumprimento com novos compromissos e disciplinas.

Os Ministros e Altos Funcionários sublinharam a importância de fazer com que o Tratamento Especial e Diferenciado seja operativo e integral nas negociações nos três pilares. Eles também ressaltaram a importância de proporcionalidade geral nos compromissos. Enfatizaram o papel vital dos Produtos Especiais (“SPs”) no tratamento da segurança alimentar, desenvolvimento rural e nas preocupações de subsistência nos países em desenvolvimento, bem como sobre o Mecanismo de Salvaguarda Especial (“SSM”).

A Transparência é um elemento essencial para as Modalidades. Informações nos três pilares devem ser fornecidas pelos países desenvolvidos com a devida antecipação.

O G-20 usará os parâmetros acima nas negociações desta semana. Os Ministros e Altos Funcionários enfatizaram a necessidade de equilíbrio entre as diversas áreas de negociação e dentro delas, em conformidade com o princípio do tratamento especial e diferenciado. Também enfatizaram que o número de flexibilidades para países desenvolvidos na atual Minuta de Modalidades, que têm por objetivo preservar espaço para políticas distorcivas em apoio doméstico e acesso a mercados, deve ser reduzido significativamente.

O G-20 está pronto a trabalhar construtivamente com todos os Membros da OMC com vistas a alcançar modalidades em Agricultura até o final desta semana. O G-20 continuará a trabalhar estreitamente com outros grupos de países em desenvolvimento de modo a assegurar um resultado positivo quanto ao Desenvolvimento dentro da Rodada de Doha.

COMUNICADO CONJUNTO DO GRUPO
DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
- G-20, G-33, NAMA-11, ACP, PMDRS,
GRUPO AFRICANO, ECONOMIAS
PEQUENAS, VULNERÁVEIS (SVES),
CARICOM E ALGODÃO-4 - GENEBRA,
20 DE JULHO DE 2008
20/07/2008

Os Ministros e Altos Funcionários do G-20 e os coordenadores do G-33, NAMA-11, ACP, PMDRs, Grupo Africano, Economias Pequenas Vulneráveis (“SVEs”), CARICOM e Algodão-4 reuniram-se em Genebra, em 20 de julho de 2008, para avaliar, neste momento decisivo, a situação da Rodada de Doha e para aprimorar a coordenação em assuntos de interesse comum entre os grupos de países em desenvolvimento.

Ressaltaram que os países desenvolvidos devem mostrar liderança, demonstrando, desde o início, disposição em cumprir o mandato da Rodada de Doha. Expressaram, igualmente, o compromisso dos grupos de países em desenvolvimento de contribuir e de desempenharem seu papel na Rodada em sintonia com a dimensão do desenvolvimento do mandato de Doha.

Enfatizaram que a participação plena dos países em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio somente será alcançada se a OMC responder às preocupações e necessidades dos países em desenvolvimento. Principal razão pela qual a o mandato de Doha pôs os interesses dos países em desenvolvimento no centro do programa de trabalho.

Enfatizaram o papel central das negociações agrícolas na Agenda do Desenvolvimento de Doha. A maioria dos agricultores do mundo encontra-se nos países em desenvolvimento. Esses agricultores continuam a sofrer com subsídios gigantescos que distorcem o comércio e com barreiras que impedem o acesso aos mercados dos países desenvolvidos. O fim dessas distorções permanece como a principal tarefa da OMC.

Os Grupos recordaram que a dimensão do desenvolvimento do Mandato de Doha requer maior empenho dos países em desenvolvimento. Ressaltaram ainda que as negociações devem assegurar que o nível de ambição existente em agricultura e NAMA deve realizar-se de maneira equilibrada e em conformidade com o princípio do tratamento especial e diferenciado.

Embora Agricultura e NAMA sejam os principais elementos das negociações que acontecerão esta semana, os Grupos reconheceram a importância do equilíbrio geral da Agenda do Desenvolvimento de Doha e a necessidade de resultados significativos e orientados para o desenvolvimento nas outras áreas.

Os Grupos indicaram a natureza transversal do tratamento especial e diferenciado (S&D), que deve ser um elemento integrante de todas as áreas. Reiteraram a importância de aplicar-se o princípio da “reciprocidade menor do que total” (“less than full reciprocity”) na redução de compromissos e de salvaguardarem-se flexibilidades e os demais interesses em NAMA para a promoção do desenvolvimento industrial nos países em desenvolvimento. Enfatizaram a importância vital de Produtos Especiais (SPs) para a promoção da segurança alimentar,

do desenvolvimento rural e dos interesses relacionados ao modo de subsistência dos agricultores dos países em desenvolvimento, e também do mecanismo de salvaguarda para países em desenvolvimento (SSM).

Os Grupos reconheceram a necessidade de total implementação da Decisão Ministerial de Hong Kong sobre acesso a mercado “duty free/quota free”, simplificação de regras de origem e outras questões defendidas pelos PMDRs. Sublinharam a necessidade de salvaguardar os interesses e preocupações dos países importadores líquidos de alimentos (NFIDCs). Ressaltaram a necessidade de darem-se respostas adequadas às questões relacionadas ao comércio das economias pequenas vulneráveis (SVEs). Sublinharam que as preocupações particulares dos membros em desenvolvimento recentemente admitidos à OMC devem receber tratamento adequado. Recordaram a necessidade de tratamento adequado para a questão dos produtos tropicais e alternativos em conformidade com o mandato. Reconheceram também o mandato sobre preferências (“long-standing preferences”) e a necessidade de dar-se tratamento aos diferentes aspectos do problema da erosão de preferências. Ressaltaram que a questão do algodão merece uma solução ambiciosa, rápida e voltada para as dimensões específicas do desenvolvimento e do comércio, com base nas propostas apresentadas pelo Algodão-4.

Prometeram preservar a unidade e a cooperação entre os diferentes grupos de países em desenvolvimento. Comprometeram-se a trabalhar construtivamente para alcançar modalidades plenas para Agricultura até o final desta semana. Sublinharam a

necessidade de um processo realmente multilateral, transparente e conduzido de baixo-para-cima (“bottom-up process”). Reafirmaram o propósito comum de assegurar um resultado capaz de concretizar a dimensão do desenvolvimento da Rodada de Doha.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À COLÔMBIA -
LETÍCIA, 20 DE JULHO DE 2008 -
COMUNICADO TRIPARTITE
21/07/2008

O Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, o Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula Da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil e o Excelentíssimo Senhor Alan García Pérez, Presidente da República do Peru, reuniram-se na cidade de Letícia, Colômbia, por ocasião do 198º aniversário da independência da República da Colômbia.

Durante a reunião, revisaram assuntos de interesse comum para as três nações. Em particular, os Presidentes abordaram temas relacionados à segurança, à infra-estrutura para a integração e o desenvolvimento da zona fronteira comum.

Os mandatários trocaram opiniões sobre a situação regional. Em tal sentido, destacaram a subscrição do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL - e reiteraram sua vontade e seu compromisso em avançar na construção de um espaço de integração e de união regional.

Os Presidentes coincidiram na importância de que se reveste a rede fluvial amazônica, como via para a integração, a complementação econômica e o desenvolvimento regional. Igualmente, estiveram de acordo que as instâncias técnicas pertinentes estudem

a navegabilidade do Rio Putumayo e sua articulação com o eixo Amazonas-Pacífico.

Os mandatários decidiram convocar a Primeira Reunião Tripartite de Coordenação Fronteira de Instituições Colombianas, Brasileiras e Peruanas na luta contra as drogas, durante o segundo semestre de 2008, na cidade de Iquitos, Peru.

Os mandatários, convencidos da necessidade de contar com um mecanismo que melhore a coordenação, cooperação e eficiência das operações fluviais e do controle de rios fronteiriços e/ou comuns, saudaram a subscrição do Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Colômbia, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços e/ou Comuns.

Letícia, 20 de julho de 2008.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE TRINIDAD E TOBAGO -
23 DE JULHO DE 2008
22/07/2008

O Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago, Patrick Manning, realizará visita oficial ao Brasil em 23 de julho. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Governo daquele país ao Brasil. O Primeiro-Ministro estará acompanhado da Ministra das Relações Exteriores, Paula Gopee-Scoon, e de outras autoridades.

O Primeiro-Ministro será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que discutirão os principais temas do relacionamento bilateral, e será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty.

Durante a visita, deverão ser assinados os seguintes instrumentos bilaterais: Memorando

de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia; Acordo sobre Serviços Aéreos Bilaterais; Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e para incentivar o comércio e o investimento bilaterais; e Acordo sobre Cooperação Técnica.

A visita reflete o compromisso do Brasil com a intensificação das relações políticas, econômicas, comerciais e de cooperação com os países caribenhos. Desde a visita do Ministro Celso Amorim a Port-of-Spain, em janeiro de 2005, o relacionamento com Trinidad e Tobago vem merecendo especial atenção.

O comércio bilateral atingiu a cifra de US\$ 803,6 milhões em 2007, valor que equivale a cerca de um terço do total da corrente de comércio do Brasil com os países da CARICOM (Comunidade do Caribe) no ano passado. Desde 2006, o Brasil alcançou o segundo posto entre os fornecedores de mercadorias para Trinidad e Tobago, com participação superior a 12% nas importações trinitárias.

VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP -
LISBOA, 25 DE JULHO DE 2008
23/07/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a realizar-se em Lisboa, no dia 25 deste mês. Criada em 1996 a partir de proposta brasileira, a CPLP é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Cúpula será precedida de reunião ministerial dos países da CPLP. Na ausência

do Ministro Amorim, que se encontra em Genebra, participando de negociações da Rodada Doha, a delegação brasileira à reunião ministerial será chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Integrarão a comitiva presidencial o Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, e o Secretário-Geral das Relações Exteriores. Os Deputados José Fernando Aparecido de Oliveira e Paes Landim também comparecerão à Cimeira.

O tema central da Conferência de Lisboa será a Língua Portuguesa. Serão discutidas sugestões para o fortalecimento do uso do português no mundo - estímulos à sua utilização como idioma oficial em organizações internacionais; fomento ao ensino do português como língua estrangeira; e fortalecimento da atuação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

Durante a Cúpula, serão adotadas a Declaração de Lisboa e uma Declaração sobre a Língua Portuguesa. Os Chefes de Estado e de Governo deverão também adotar resoluções, entre outras, sobre segurança alimentar, combate ao HIV/AIDS, circulação de bens culturais e o reforço da participação da sociedade civil na CPLP.

Está prevista a assinatura de Acordo de Cooperação Consular. O Acordo estabelece as bases para que representação consular de um Estado-membro possa prestar assistência a nacionais dos demais Estados-Membros, em locais onde estes não disponham de consulado próprio.

Conforme proposta brasileira, será estabelecido o “Prêmio José Aparecido de Oliveira”, para distinguir anualmente personalidades dos países-membros que tenham se destacado em áreas afetas ao trabalho da Comunidade.

ASSINATURA DE MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE GRUPOS
POLÍTICOS NO ZIMBÁBUE
25/07/2008

O Governo brasileiro expressa satisfação com a assinatura, em 22 de julho, de Memorando de Entendimento entre o Presidente Robert Mugabe e as duas facções do partido de oposição MDC, com vistas à construção concertada de uma solução sustentável para a situação do Zimbábue. O Brasil faz votos de que as partes envolvidas dediquem-se ao diálogo e ao entendimento, com vistas à reconciliação nacional.

O Governo brasileiro sublinha a importância de que o estabelecimento de mecanismos de reforço do diálogo interno no Zimbábue tenha sido resultado de esforços diplomáticos dos países da região, em especial da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). O Brasil saúda particularmente o papel central desempenhado pelo mediador oficial da SADC para a situação zimbabuana, Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, na busca por uma solução diplomática para a questão.

O Presidente Lula encaminhou mensagem de felicitações ao Presidente Thabo Mbeki por sua atuação como mediador das negociações.

ATENTADO NA TURQUIA
28/07/2008

O Governo brasileiro deplora o atentado, ocorrido no último domingo em Istambul, na Turquia, que causou a morte de 17 pessoas, incluindo 5 crianças, e resultou em mais de 150 feridos.

Ao repudiar esse lamentável ato de violência, o Governo brasileiro transmite sua solidariedade ao povo turco, bem como suas sentidas condolências aos familiares das vítimas

ATENTADOS NA ÍNDIA
28/07/2008

O Governo brasileiro recebeu, com grande pesar, a notícia de uma série de atentados terroristas perpetrados nos últimos dias nas cidades de Hyderabad e Ahmedabad, na Índia, os quais causaram a morte de mais de 40 pessoas e resultaram em centenas de feridos.

Em mensagens enviadas, hoje, ao Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, e ao Ministro de Relações Exteriores, Pranab Mukherjee, o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim manifestaram a seus homólogos suas mais sentidas condolências e a solidariedade do povo e do Governo brasileiros aos familiares das vítimas desses atos de inaceitável violência.

Reafirmaram, igualmente, seu veemente repúdio a todas as formas de terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações.

VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP
- LISBOA, 25 DE JULHO DE 2008 -
DECLARAÇÃO SOBRE A LÍNGUA
PORTUGUESA
28/07/2008

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e o Ministro

dos Negócios Estrangeiros de Moçambique reuniram-se na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008.

Considerando a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização;

Reconhecendo a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos;

Considerando a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas;

Assumindo o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social;

Confirmando o poder da Educação definida por padrões de referência de qualidade;

Tendo em conta que se celebra, em 2008, o Ano Internacional dos Idiomas;

Recordando os objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);

Declaram:

1. A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como Língua Global;

2. A sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:

a. Do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho;

b. Da coordenação de esforços na formação de tradutores e intérpretes e implementação de tecnologias da informação e comunicação ao

serviço da tradução e interpretação;

c. Da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira;

3. O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e económico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;

4. O compromisso, nos espaços da CPLP, de partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, nomeadamente através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda);

5. A necessidade de continuada concertação diplomática no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP;

6. O seu regozijo pela futura entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática.

7. A necessidade de medidas concretas relativamente ao compromisso da desejável unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa.

8. A sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa que esteja ao serviço, entre outros, das políticas supra referidas, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em 2009. Neste contexto, os Estados membros da CPLP reiteram a necessidade de serem criadas as respectivas Comissões Nacionais adstritas ao IILP e de que seja assegurada a operacionalidade daquelas já criadas.

Feita em Lisboa, a 25 de julho de 2008.

1. A VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reuniu em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008, tendo sido eleito Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva, para presidir à Organização nos próximos dois anos.

A Conferência elegeu, igualmente, para Secretário Executivo o Engenheiro Domingos Simões Pereira, da República da Guiné-Bissau.

2. O tema da Conferência, “A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global”, permitiu a adopção de uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, que consagra o compromisso de uma actuação conjunta com vista a uma efectiva universalização da Língua Portuguesa, através de medidas concretas e verificáveis.

Neste âmbito, a Conferência:

i) Reiterando a importância do papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) enquanto Instituição comum para a defesa e promoção da Língua Portuguesa no espaço da CPLP, reconheceu a necessidade de se proceder à reavaliação do seu funcionamento e de prosseguir na elaboração do Plano Estratégico para a Gestão

Internacional da Língua Portuguesa, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros de Julho de 2009, que se realizará na Cidade da Praia.

ii) Constatou o compromisso assumido pelos Estados membros no sentido de continuarem a desenvolver mecanismos com vista à introdução da Língua Portuguesa em Organizações regionais, internacionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas as organizações onde o português já constitui língua oficial ou de trabalho;

iii) Congratulou-se com a ratificação, por São Tomé e Príncipe e Portugal, do Acordo Ortográfico e seus Protocolos Modificativos e instou os Estados membros, que já ratificaram o referido Acordo, a adoptar medidas que permitam a sua entrada em vigor.

iv) Congratulou-se, igualmente, com a recente criação, por parte do Governo português, do Fundo da Língua Portuguesa;

v) Exortou os Estados membros a desenvolver políticas de promoção conjunta da Língua Portuguesa, considerando ser premente uma coordenação eficaz e dinâmica da política da língua entre todos os Estados membros.

3. A Conferência adoptou, também, a Declaração de Lisboa, que reitera:

i) O compromisso de todos os Estados membros para com a democracia, o Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos e pela justiça social, enquanto pressupostos para a paz e segurança, estabilidade e desenvolvimento dos Estados membros.

ii) A necessidade de a CPLP prosseguir e alargar acções de projecção internacional, nomeadamente pelo reforço das suas relações com as Nações Unidas e estabelecimento de parcerias com Organizações Regionais, Sub-regionais e agências internacionais.

iii) A necessidade de reforma e revitalização do sistema das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança. No âmbito das Nações

Unidas foi reiterado o compromisso de endosso a várias candidaturas de Estados membros.

iv) A importância da actuação dos Grupos CPLP nos fora internacionais e nas capitais dos Estados membros e de países terceiros, que, sempre que possível, asseguram a representação da Organização nesses instâncias, dando expressão crescente aos interesses da Comunidade na cena internacional.

v) A grande importância política de que se revestem, quer para a CPLP, quer para os respectivos Estados membros, das missões de observação eleitorais. A este respeito, foram referidas as eleições presidenciais e legislativas em Timor-Leste, em 2007, bem como os actos eleitorais que terão lugar, no segundo semestre de 2008, em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e para os quais a CPLP enviará missões de observação eleitoral.

4. No domínio da concertação político-diplomática, a Conferência analisou ainda as situações na Guiné-Bissau e em Timor-Leste, recomendando o seu acompanhamento regular.

i) No caso da Guiné-Bissau, destacou a participação da CPLP e dos seus Estados membros no Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau e na Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas; realçou a importância da estabilidade política, do reforço da capacidade institucional e de medidas dirigidas às necessidades da população; sublinhou, ainda, a necessidade de intensificar o apoio ao país no combate ao narcotráfico.

ii) No caso de Timor-Leste, constatou a tendência para a estabilização da situação no país, reiterou a decisão de se vir a estabelecer uma Representação da CPLP em Díli; congratulou-se com a elaboração de um Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste que dá cumprimento às decisões emanadas do XII Conselho de Ministros da CPLP.

5. A Conferência saudou a criação da Assembleia Parlamentar da CPLP, no XII

Conselho de Ministros da CPLP, em Novembro de 2007, tendo salientado a sua relevância para o reforço da actuação da CPLP e exortado os Parlamentos nacionais a dar corpo a este novo órgão da Comunidade;

6. A Conferência saudou a crescente relevância reconhecida à CPLP pela comunidade internacional de que é reflexo a apresentação de novas candidaturas ao estatuto a Observadores Associados. A este propósito, aprovou a atribuição deste estatuto à República do Senegal, tendo referido ainda a necessidade de se prosseguir uma política de aproximação com a Guiné-Equatorial e a República da Ilha Maurício.

7. No âmbito da cooperação, a Conferência congratulou-se, com:

i) A aprovação do Plano Indicativo de Cooperação, no XII Conselho de Ministros da CPLP, que tem por objectivo apoiar os esforços de desenvolvimento humano dos Estados membros e reforçar as suas capacidades, tendo como referência o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

ii) A realização das Reuniões de Pontos Focais da Cooperação que permitiram a identificação e o acompanhamento de projectos multilaterais, visando a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

iii) A assinatura do Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia, que visa reforçar a concertação, cooperação e coordenação com o Secretariado Executivo, assegurando a complementaridade e sinergias que permitam aumentar o valor das acções, projectos e programas conjuntos, em domínios como democracia e direitos humanos; prevenção, gestão e resolução de conflitos; educação, formação e juventude; desenvolvimento económico e social, entre outros.

8. A Conferência saudou a assinatura do Acordo de Protecção Consular na CPLP, ciente da sua importância para o desenvolvimento de

relações privilegiadas entre os seus Estados membros.

9. A Conferência tomou, ainda, nota da adoção, pelo Conselho de Ministros, de resoluções sobre:

- i) A Atribuição do Estatuto de Observador Associado à República do Senegal
- ii) O Endosso de Candidaturas de Estados Membros a Órgãos das Organizações Internacionais
- iii) O Empenhamento da CPLP no Combate ao VIH/SIDA
- iv) O Funcionamento Provisório dos Centros Regionais de Excelência
- v) A Concessão do Estatuto de Observador Consultivo da CPLP
- vi) O Reforço da Participação da Sociedade Civil na CPLP
- vii) O Poder Local na CPLP
- viii) A Circulação de Bens Culturais
- ix) A Segurança Alimentar
- x) O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA COSTA RICA - 30 DE JULHO A 1º DE
AGOSTO DE 2008
29/07/2008

O Presidente da Costa Rica, Oscar Arias Sánchez, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1987, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto. Virá acompanhado do Chanceler, Bruno Stagno Ugarte, do Ministro de Comércio Exterior, Marco Vinicio Ruiz Gutiérrez, e do Presidente-Executivo da Refinadora Costarricense de Petróleo (RECOPE), José León Desanti. Integrará também a comitiva presidencial uma delegação de empresários de vários setores.

No dia 30 de julho, o Presidente Arias será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conversações sobre temas das agendas bilateral e internacional.

Em Brasília, o Mandatário costarricense também visitará unidade da EMBRAPA, a fim de conhecer os avanços da empresa nas áreas de agricultura e biotecnologia.

A programação da visita prevê, ainda, a participação do Presidente Arias em evento empresarial em São Paulo, no dia 31 de julho, e visita a usina de etanol na região de Ribeirão Preto, no dia 1º de agosto.

Durante a visita, deverão ser assinados projetos bilaterais de cooperação técnica relativos a biocombustíveis, manutenção de centrais elétricas, serviços postais, saúde e meio ambiente.

A corrente de comércio bilateral evoluiu de US\$ 260,8 milhões em 2003 para US\$ 636,4 milhões no ano passado.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DO
COMÉRCIO DA INDONÉSIA - 1º DE
AGOSTO DE 2008
01/08/2008

A Ministra do Comércio da Indonésia, Mari Elka Pangestu, visitará Brasília em 1º de agosto do corrente, onde manterá encontro com o Ministro Celso Amorim e será por ele homenageada com almoço no Palácio Itamaraty.

A Ministra Pangestu representa o seu país nas negociações da Rodada Doha, e a visita ao Brasil permitirá a discussão da agenda econômico-comercial nos planos bilateral, birregional e multilateral.

Poucas semanas após a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Indonésia, em 12 de julho último, a visita da Ministra Pangestu reflete o crescente dinamismo das relações bilaterais.

Em novembro vindouro, o Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, visitará o Brasil.

Além de Brasília, a programação da Ministra Pangestu também inclui compromissos em São Paulo e Rio de Janeiro.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ARGENTINA - 3 E 4
DE AGOSTO DE 2008
01/08/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita de trabalho a Buenos Aires, nos dias 3 e 4 de agosto, a convite da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Na ocasião, ambos os Presidentes participarão da abertura de seminário empresarial Brasil-Argentina, no qual serão discutidas as relações econômicas e comerciais, os investimentos recíprocos e o processo de integração. Ao final do seminário, os Presidentes da FIESP e da União Industrial Argentina (UIA) apresentarão aos dois Chefes de Estado as principais conclusões dos debates.

No mesmo dia, serão organizadas reuniões setoriais com a participação de empresários brasileiros e argentinos e de representantes governamentais, com o objetivo de estimular a integração de cadeias produtivas. Os principais setores representados serão: autopeças e automotriz; bens de capital e máquinas agrícolas; indústria naval; “software”; química e petroquímica; têxtil; setor público financeiro; pequenas e médias empresas; alimentos e bebidas; turismo; e biocombustíveis.

Cerca de 300 empresários brasileiros deverão participar do seminário e dos encontros setoriais. As discussões terão como pano de fundo o expressivo aumento do comércio bilateral, de 35% entre janeiro e junho de 2008 em relação ao mesmo período

do ano passado, e a perspectiva de que a corrente de comércio alcance a cifra recorde de US\$ 30 bilhões ainda este ano.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS - 3 A 5 DE AGOSTO DE 2008
01/08/2008

O Presidente da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas, Srgjan Kerim, realizará visita oficial ao Brasil de 3 a 5 de agosto. Diplomata, empresário e professor de economia internacional, o Presidente Kerim exerceu, entre outros, o cargo de Ministro das Relações Exteriores (2000-2001) e de Representante Permanente junto às Nações Unidas (2001-2003) da ex-República Iugoslava da Macedônia.

Srgjan Kerim assumiu as funções de Presidente da Assembléia Geral em setembro de 2007. Seu mandato estende-se até o próximo mês de setembro, quando será substituído pelo representante da Nicarágua, Padre Miguel d’Escoto Brockmann.

Em Brasília, no dia 5 de agosto, Kerim será recebido pelo Ministro Celso Amorim e proferirá palestra no Instituto Rio Branco. Nos dias anteriores, cumprirá no Rio de Janeiro e em São Paulo programa de visitas e contatos com empresários brasileiros.

A Assembléia Geral é um dos principais órgãos das Nações Unidas. É integrada por todos os Estados-Membros. Segundo a Carta das Nações Unidas, a AGNU tem, entre outras funções, a tarefa de considerar e fazer recomendações sobre qualquer tema que considere pertinente à Organização; aprovar o orçamento; apreciar relatórios dos outros órgãos das Nações Unidas; e eleger os membros não-permanentes para o Conselho de Segurança.

Sob a presidência de Srgjan Kerim, a Assembléia Geral realizou, nos últimos meses, debates sobre alguns dos principais temas da agenda internacional, como mudança do clima, crise alimentar, objetivos de desenvolvimento do milênio e combate ao HIV/AIDS. Em sua gestão têm prosseguido também as consultas sobre a reforma das Nações Unidas, com ênfase no fortalecimento da Assembléia Geral e na reforma do Conselho de Segurança.

Coerente com seu histórico de atuação nas Nações Unidas, o Brasil tem respaldado a Presidência da AGNU e as iniciativas para tornar a Organização mais habilitada para enfrentar os desafios contemporâneos. O Brasil considera o fortalecimento do papel da Assembléia Geral e a ampliação do Conselho de Segurança, com a maior participação de países em desenvolvimento nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, passos importantes e necessários para dotar a atuação das Nações Unidas de maior capacidade, efetividade e legitimidade.

COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO
DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA A
MULHER (CEDAW) - REELEIÇÃO DA
PROFESSORA SÍLVIA PIMENTEL
01/08/2008

A Professora Sílvia Pimentel, jurista e atual perita do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da Organização das Nações Unidas, foi reeleita em 30 de julho, para exercer novo mandato no Comitê, de 2009 a 2012. A eleição se deu em Nova York, durante a 15ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A candidata brasileira foi reeleita com

129 votos. A Professora Sílvia Pimentel é, atualmente, a única representante da América do Sul no CEDAW. Além do Brasil, foram eleitos para o período 2009-2012 candidatos de Cuba, Índia, França, Finlândia (único candidato do sexo masculino), China, Romênia, Jamaica, Quênia, Espanha e Afeganistão.

Sílvia Pimentel é Professora de Filosofia do Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), onde leciona desde 1972. Ativista histórica do movimento de mulheres no Brasil, Sílvia Pimentel usufrui de amplo reconhecimento por sua atuação em favor dos direitos humanos das mulheres, em âmbito nacional, regional e internacional.

VISITA A PEQUIM DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 6 A 9 DE
AGOSTO DE 2008
05/08/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará à República Popular da China, a convite do Comitê Olímpico Brasileiro, para assistir à cerimônia oficial de abertura da XXIX Olimpíada, a realizar-se no dia 8 de agosto corrente.

A visita do Presidente Lula a Pequim expressa o desejo brasileiro de fortalecer a qualidade e a intensidade do relacionamento entre os dois países. Tem, igualmente, o objetivo de impulsionar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

O Presidente Lula manterá encontros privados com o Presidente Hu Jintao e com o Presidente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo. Nas duas ocasiões, serão discutidos temas da agenda bilateral e multilateral, bem como iniciativas para intensificar a cooperação entre o Brasil e a

República Popular da China.

O Presidente Lula visitará a Vila Olímpica e deverá encontrar-se com atletas e integrantes da delegação brasileira aos Jogos Olímpicos, além de conhecer a Casa Brasil, instalada em Pequim especialmente para promover eventos de divulgação do Brasil durante a Olimpíada. Também está previsto encontro com o Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Jacques Rogge.

INCIDENTE NA EMBAIXADA DO BRASIL EM SANTIAGO

06/08/2008

O prédio da Embaixada do Brasil em Santiago foi atingido, na madrugada de hoje, 6 de agosto, por explosão de artefato de fabricação caseira. Não houve vítimas. A representação diplomática brasileira sofreu apenas danos materiais.

As forças policiais chilenas já iniciaram investigação para identificar o responsável pela explosão. Até o momento, não há suspeitos e nenhum grupo reivindicou a autoria do ato.

O Governo brasileiro lamenta o ocorrido e confia em que as autoridades chilenas concluirão as investigações no mais breve prazo e garantirão a segurança das instalações da representação brasileira.

SITUAÇÃO NA MAURITÂNIA

06/08/2008

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, da deposição, por militares, do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi, da Mauritânia, democraticamente eleito em 2007

INAUGURAÇÃO DE ROTA AÉREA REGULAR ENTRE BRASIL E EQUADOR

08/08/2008

O Governo brasileiro expressa sua satisfação com o início, em 3 de agosto, dos vôos da rota aérea regular entre Brasil e Equador (Guaiquil - Manaus - Quito).

A retomada dos vôos regulares diretos reforça os laços econômicos, comerciais, turísticos e culturais entre os dois países.

Com a inauguração dessa rota, o Brasil passa a dispor de conexão aérea direta com todos os países sul-americanos, o que contribui para o processo de integração física da região.

CONFLITO NA OSSÉTIA DO SUL

08/08/2008

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os episódios de escalada de violência na Ossétia do Sul e lamenta a perda de vidas no conflito.

O Brasil repudia o recurso à violência e defende a solução pacífica de controvérsias. Conclama as partes envolvidas a buscar o diálogo, com vistas ao imediato cessar-fogo e à conciliação para a restauração da paz e da segurança na região, com base no Direito Internacional.

REFERENDO REVOGATÓRIO NA BOLÍVIA

11/08/2008

O Governo brasileiro acompanhou com atenção o Referendo Revogatório de Mandato Popular promovido na Bolívia no dia 10 de agosto.

Ao saudar a Bolívia pela ampla participação dos eleitores e pelo clima de tranqüilidade em que transcorreu a votação, o Governo brasileiro manifesta a confiança de que o processo contribuirá para o desenvolvimento institucional do país por meio do pleno respeito às autoridades constituídas e da promoção do diálogo nacional.

SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

11/08/2008

O Governo brasileiro recebeu, com apreensão, as notícias sobre a tentativa, por parte de setores militares da Guiné-Bissau, de desestabilização do Governo do Presidente João Bernardo Vieira.

O Brasil lamenta a tentativa de intervenção não-democrática no processo político bissau-guineense e expressa firme apoio à ação das autoridades constituídas do país em defesa da normalidade institucional.

O Governo brasileiro conclama o Governo, as Forças Armadas e a sociedade bissau-guineenses a manterem a serenidade, a fim de que o processo de estabilização institucional do país possa continuar a progredir, com o apoio da comunidade internacional e, em particular, das Nações Unidas.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO EGITO -

10 A 14 DE AGOSTO DE 2008

12/08/2008

O Ministro do Comércio do Egito, Rachid Mohammed Rachid, realiza visita ao Brasil no período de 10 a 14/8. O programa da visita inclui contatos com autoridades governamentais e representantes empresariais em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte.

Em São Paulo, no dia 11/8, o Ministro Rachid participou de seminário empresarial Brasil-Egito organizado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e encontrou-se com representantes da indústria automotiva.

Em Brasília, nos dias 12 e 13/8, manterá encontros com os Ministros Celso Amorim, Miguel Jorge (MDIC), Reinhold Stephanes (MAPA), Alfredo Nascimento (Transportes) e Edison Lobão (Minas e Energia). Deverão ser discutidos temas como a Rodada Doha da OMC, possibilidades de incremento dos fluxos de comércio e investimentos bilaterais, biocombustíveis, cooperação no agronegócio e possível lançamento de negociações comerciais entre o Mercosul e o Egito.

No dia 14/8, o Ministro egípcio cumpre agenda em Belo Horizonte, onde deverá manter encontros com o Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia e com o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Alberto Pinto Coelho. Também inaugurará planta da empresa El Sewedy, na cidade de Santa Luzia, na Grande Belo Horizonte.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO EGITO - 10 A 14 DE AGOSTO DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO

12/08/2008

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro da Indústria e Comércio do Egito, Rachid Mohamed Rachid, realizaram reunião bilateral hoje, 12 de agosto de 2008.

O encontro realizou-se em uma atmosfera cordial e construtiva. Os Ministros expressaram sua satisfação pelas relações calorosas, próximas e multifacetadas entre o Brasil e o Egito, e intercambiaram opiniões sobre ampla gama de tópicos, incluindo temas

de comércio e investimentos, nos planos bilateral e multilateral.

Os Ministros reafirmaram a importância da coordenação entre os dois países nas negociações na OMC, bem como seu compromisso continuado com a Rodada de Doha.

Recordaram o Acordo-Quadro entre a República Árabe do Egito e o MERCOSUL, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004, e concordaram com a importância de dar novos passos para sua implementação, com ênfase especial na criação do Comitê Negociador previsto no artigo 4 do Acordo-Quadro. Nesse sentido, os Ministros consideraram possibilidades para lançar negociações com vistas a um Acordo de Comércio, incluindo possíveis abordagens inovadoras para ampliar o escopo da cooperação entre o MERCOSUL e o Egito.

Os Ministros expressaram satisfação pelo nível crescente do comércio bilateral, que se aproximou de US\$ 1,3 bilhão em 2007. Com o objetivo de impulsionar as relações comerciais para níveis mais elevados, concordaram em estimular a troca de missões comerciais entre os dois países e a promoção recíproca de investimentos.

Brasília, 12 de agosto de 2008

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
COLÔMBIA, JAIME BERMÚDEZ
MERIZALDE - 13 E 14
DE AGOSTO DE 2008
12/08/2008

O Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez Merizalde, visitará o Brasil nos próximos dias 13 e 14 de agosto. É a primeira viagem oficial do Chanceler colombiano a um país da região

desde sua posse em 17 de julho.

A visita tem como objetivo dar seguimento aos compromissos alcançados durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, em julho, além de intensificar as relações políticas, econômicas e comerciais entre os dois países.

O Ministro Bermúdez manterá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, ocasião em que deverão passar em revista temas da agenda bilateral, regional e multilateral. O Chanceler colombiano se reunirá também com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e outras autoridades do Itamaraty para conhecer a estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

De 2002 a 2007, o comércio entre Brasil e Colômbia teve incremento de 260%, passando de US\$ 750 milhões para US\$ 2,7 bilhões. Entre janeiro e julho de 2008, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 1,9 bilhão. O Brasil foi o terceiro maior investidor estrangeiro na Colômbia, no ano passado, com aplicação superior a US\$ 500 milhões.

Os dois Chanceleres concederão entrevista coletiva, amanhã, 13 de agosto, às 19h00, na sala de “briefings” da AIG, no Palácio Itamaraty.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO BANCO CENTRO-AMERICANO DE
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA - 12 E 13 DE
AGOSTO DE 2008
12/08/2008

O Presidente-Executivo em exercício do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE), Nick Rischbieth, realiza visita de trabalho a Brasília, nos dias 12 e 13 de agosto, para conversações sobre o ingresso do Brasil na instituição.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a formalização da decisão brasileira de aderir ao BCIE, como membro extra-regional, por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Sistema da Integração Centro-americana (SICA) e do Brasil, realizada em El Salvador em 29 de maio.

No dia 12, o Presidente do BCIE foi recebido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e manteve encontros na Casa Civil da Presidência da República.

No dia 13, o Sr. Rischbieth será recebido pelo Ministro Celso Amorim e pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva.

A adesão ao BCIE possibilitará a ampliação e a dinamização das relações do Brasil com os países centro-americanos, e dará impulso a projetos de desenvolvimento econômico, social e de integração apoiados por essa instituição.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO PARAGUAI - 14 E 15
DE AGOSTO DE 2008
13/08/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará ao Paraguai nos dias 14 e 15 de agosto para participar das cerimônias de posse do Presidente eleito, Fernando Armindo Lugo Méndez.

A visita do Presidente Lula é uma demonstração do bom momento das relações bilaterais. Brasil e Paraguai têm mantido elevado grau de entendimento, resultante do diálogo e da cooperação bilateral. O Presidente Lula viaja a Assunção disposto a aprofundar a parceria do Brasil com o Paraguai nas mais diversas áreas.

ATENTADO NO LÍBANO
13/08/2008

O Brasil recebeu com consternação e pesar a notícia do atentado a bomba ocorrido hoje, 13 de agosto, na cidade de Trípoli, ao norte do Líbano, que causou a morte de pelo menos dezoito pessoas e feriu dezenas de outras.

O Governo brasileiro confia que esse lamentável episódio não abalará o processo de fortalecimento institucional, a estabilidade política e o diálogo interno no Líbano. Ao reiterar seu veemente repúdio a quaisquer atos de terrorismo, independentemente de sua motivação, o Brasil estende às famílias das vítimas suas mais sentidas condolências.

CONFLITO NA OSSÉTIA DO SUL
13/08/2008

O Governo brasileiro acompanha com atenção os desdobramentos do conflito na Ossétia do Sul. O Brasil deplora o uso da força e a perda de vidas humanas e encoraja os Governos da Federação Russa e da República da Geórgia a exercerem autocontenção e buscarem uma solução para a disputa com base nos esforços de mediação da Presidência do Conselho da União Européia.

O Brasil reitera a importância do compromisso com os princípios da solução pacífica de controvérsias, do respeito à integridade territorial dos Estados e do respeito aos direitos humanos.

Ao manifestar a firme expectativa de que seja encontrada uma solução duradoura para a paz na região, o Governo brasileiro urge as partes em conflito para que promovam efetivamente a cessação das operações

militares e reafirma seu apelo em favor da segurança, da justiça e do respeito à vontade dos povos e às suas diversidades culturais.

VISITA AO BRASIL DA CONSELHEIRA
FEDERAL PARA ASSUNTOS
EXTERIORES DA SUÍÇA - 13 A 15 DE
AGOSTO DE 2008
13/08/2008

No quadro do aprofundamento das relações entre o Brasil e a Suíça, a Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey, realiza visita oficial ao Brasil, no período de 13 a 15 de agosto, na seqüência da visita oficial que o Ministro Celso Amorim fez à Suíça, em outubro passado.

Durante o encontro com o Ministro Celso Amorim, será assinado Memorando de Entendimento que estabelece mecanismo bilateral de consultas políticas. Esse instrumento, juntamente com a Comissão Comercial e Econômica Brasil-Suíça, instituída em 2007, conforma a moldura do diálogo regular entre os dois países. Serão ainda discutidos projetos de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, comércio e investimento, turismo, cooperação judicial e cooperação em terceiros países, bem como ações coordenadas em organismos internacionais, especialmente nas Nações Unidas. Os Ministros tratarão, também, do fortalecimento do multilateralismo, em sua vertente política e econômica, bem como de mudança do clima, energia, biocombustíveis e migrações.

Em Brasília, Calmy-Rey se encontrará, igualmente, com o Ministro da Justiça, Tarso Genro. Em São Paulo, se reunirá com

representantes de empresas suíças no País, visitará o Consulado-Geral da Suíça, e receberá membros de sua comunidade no Brasil.

A corrente de comércio bilateral totalizou, em 2007, cerca de US\$ 3,4 bilhões, com aumento de mais de 60% em relação ao ano anterior. Até julho de 2008, o volume de comércio atingiu mais de US\$ 1,9 bilhão. A Suíça ocupa o 12º lugar entre os maiores investidores no Brasil, com estoque de US\$ 6,3 bilhões em 2007.

POSSE DOS DIPLOMATAS APROVADOS
NO CONCURSO DE 2008
14/08/2008

Foi publicada, no Diário Oficial da União de hoje, 14 de agosto, a nomeação de 114 Terceiros Secretários aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008. A posse dos nomeados está marcada para as 10 horas de amanhã, 15 de agosto, em cerimônia a ser presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

A primeira lotação dos novos diplomatas será no Instituto Rio Branco (IRBr), onde realizarão o Curso de Formação. Os alunos poderão, ainda, habilitar-se ao Mestrado em Diplomacia do IRBr.

A nova turma do Instituto Rio Branco, que iniciará suas atividades discentes no dia 18 de agosto, conta com três doutores, 12 mestres e 8 mestrandos.

A formação de base dos novos diplomatas é bastante diversificada, com representantes de mais de vinte áreas do saber. Os alunos provenientes dos cursos de Direito (39 alunos) e de Relações

Internacionais (23) são os mais numerosos, seguidos dos graduados em Jornalismo (9), Letras (7), Economia (6) e História (5). Há também graduados em Ciências Exatas, como Física e Engenharia, e em Ciências da Saúde, como Medicina, Odontologia e Fisioterapia.

O conjunto é constituído de 29 mulheres e de 85 homens. A participação feminina, de pouco mais de 25%, é ligeiramente superior à verificada em turmas anteriores.

A média de idade dos novos diplomatas é de 27 anos e 9 meses. Mais da metade da turma tem entre 25 e 30 anos. O diplomata mais jovem da turma terá 21 anos na data da posse e o mais velho, 45 anos.

A origem geográfica é consideravelmente variada, com pessoas naturais de 15 Unidades da Federação. O Estado com maior número de diplomatas na nova turma é o Rio de Janeiro (26), seguido de São Paulo (23), Minas Gerais (17), Distrito Federal (14) e Rio Grande do Sul (11). Há 10 nascidos no Nordeste e 3 originários da região Norte.

Entre os novos diplomatas, há três beneficiários do “Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco - Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia”, que receberam, por dois anos consecutivos, bolsas de estudos para custear sua prepara o para o concurso e disputaram as vagas em igualdade de condi es com os demais candidatos.

Além dos diplomatas brasileiros, a nova turma do Curso de Forma o do IRBr acolher  alunos indicados pelas Chancelarias de Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Angola. Receber , ainda, dois alunos argentinos, com base em tradicional coopera o entre o IRBr e seu cong nere argentino, o Instituto do Serviço Exterior da Na o (ISEN).

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO URUGUAI - 18 DE AGOSTO DE 2008

15/08/2008

O Ministro Celso Amorim viajará a Montevideú, no dia 18 de agosto, para participar da XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. O Ministro das Rela es Exteriores apresentar  as prioridades e objetivos da Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul no presente semestre.

O Ministro Celso Amorim manterá, também, encontro com o Chanceler uruguaio, Gonzalo Fernández.

LIBERTA O DO CONSELHEIRO DA EMBAIXADA DO VIETNÃ

17/08/2008

O Ministério das Rela es Exteriores recebeu com grande satisfa o a notícia da liberta o do Conselheiro da Embaixada do Vietnã no Brasil, Vu Thanh Nam, que havia sido seqüestrado, ontem, 16 de agosto, no Rio de Janeiro.

Ao ser informado, ontem mesmo, do seqüestro do diplomata vietnamita, o Itamaraty contactou as autoridades competentes federais e do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a que o Conselheiro fosse libertado o quanto antes.

Na tarde de hoje, 17 de agosto, o Ministério das Rela es Exteriores foi informado de que o Senhor Vu Thanh Nam retornou ileso ao hotel, após escapar de seu cativeiro. Segundo informou o Conselheiro, os outros seqüestrados, tr s cidadãos chineses, também lograram fugir, desconhecendo-se, de momento, seu paradeiro. As autoridades policiais do Rio de Janeiro estão procedendo às investiga es pertinentes, cujo andamento o Itamaraty continuará a acompanhar.

FALECIMENTO DO
PRESIDENTE DA ZÂMBIA
19/08/2008

O Governo brasileiro manifesta profundo pesar pelo falecimento do Presidente da Zâmbia, Levy Patrick Mwanawasa, ocorrido hoje, 19 de agosto, em Paris.

O Brasil lamenta a perda de um líder progressista, comprometido com a democracia, o bem-estar de seu povo e a promoção do desenvolvimento de seu país e de sua região. O Governo brasileiro está certo de que as lideranças políticas da Zâmbia darão continuidade ao progresso do país, dentro do marco institucional e legal.

As condolências à família e ao Governo zambiano estão sendo transmitidas pessoalmente pelo Subsecretário-Geral do Itamaraty para Ásia, África, Oriente Médio e Oceania, Embaixador Roberto Jaguaribe, que se encontra em Lusaca para reuniões com o Governo local.

CINCO ANOS DO ATENTADO
TERRORISTA CONTRA AS NAÇÕES
UNIDAS EM BAGDÁ
19/08/2008

O Governo brasileiro registra com tristeza que, hoje, 19 de agosto, se completam cinco anos do ato terrorista contra o escritório das Nações Unidas em Bagdá. O atentado vitimou 22 funcionários da Organização, entre eles o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que exercia a função de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Iraque.

O Brasil renova sua mais firme repulsa ao ato injustificável de violência contra inocentes, em particular por dirigir-se contra aqueles que trabalham pela promoção da paz e do desenvolvimento.

Neste quinto aniversário de morte, o Governo brasileiro reitera seu tributo à memória de Sérgio Vieira de Mello, que dedicou a vida à promoção da paz. Sua carreira na ONU foi marcada pela proteção aos refugiados e pela reconstrução de sociedades assoladas por crises e conflitos, como no Camboja, na Bósnia, no Kosovo e em Timor-Leste. A figura de Sérgio Vieira de Mello estará para sempre associada aos mais altos valores defendidos pelas Nações Unidas.

ATENTADOS TERRORISTAS
NA ARGÉLIA
20/08/2008

O Governo brasileiro recebeu, com grande pesar, a notícia dos atentados terroristas ocorridos na Argélia nos últimos dois dias - ontem, em Issers, contra uma academia de polícia, que causou a morte de mais de 40 pessoas; e hoje, 20 de agosto, em Bouira, com ao menos 11 mortos e 31 feridos.

Ao condenar de forma veemente a violência de atos dessa natureza, quaisquer que sejam os motivos alegados, o Governo brasileiro solidariza-se com os familiares das vítimas, transmitindo-lhes as mais sinceras condolências. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram mensagens de condolências e solidariedade a seus homólogos argelinos.

ACIDENTE AÉREO NA ESPANHA
21/08/2008

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento, com profundo pesar, de que o acidente aéreo ocorrido na Espanha ontem, dia 20, provocou a morte de mais

de uma centena de pessoas, inclusive a do cidadão brasileiro Ronaldo Gomes Silva. A Divisão de Assistência Consular do Itamaraty e o Consulado-Geral do Brasil em Madri estão em contato com os familiares, prestando-lhes o apoio necessário.

O Governo brasileiro expressa suas condolências a todas as famílias atingidas pelo acidente. Ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram mensagens de solidariedade a seus homólogos espanhóis.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
À AUSTRÁLIA -
26 E 27 DE AGOSTO DE 2008
22/08/2008

O Ministro Celso Amorim fará visita a Camberra, nos dias 26 e 27 de agosto, a convite do Governo australiano.

Na capital australiana, será recebido pelo Primeiro-Ministro Kevin Rudd, e manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Stephen Smith, com quem avaliará as relações bilaterais e os principais temas da agenda multilateral.

O Ministro Celso Amorim se reunirá, igualmente, com o Ministro do Comércio, Simon Crean, para discutir formas de ampliar o intercâmbio comercial e os investimentos, bem como para trocar impressões sobre as negociações da Rodada Doha.

Em 2007, o comércio com a Austrália atingiu US\$ 1,39 bilhão, com exportações brasileiras no valor de US\$ 614 milhões. Nos primeiros sete meses de 2008, a corrente de comércio alcançou US\$ 1,1 bilhão, tendo as exportações totalizado US\$ 654 milhões, o que supera o total exportado em 2007 e

representa aumento de 138,57% com relação a igual período do ano anterior. Em 2007, o investimento australiano no Brasil alcançou a cifra de US\$ 1,2 bilhão, concentrado sobretudo no setor mineral.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
À NOVA ZELÂNDIA - 28 E 29 DE
AGOSTO DE 2008
22/08/2008

O Ministro Celso Amorim realizará visita à Nova Zelândia, nos próximos dias 28 e 29 de agosto. Em Auckland, será recebido pela Primeira-Ministra, Helen Clark, e manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Winston Peters, com quem discutirá os principais temas da agenda bilateral e multilateral.

O Brasil tem grande interesse em expandir a cooperação bilateral com a Nova Zelândia, sobretudo no que tange às áreas de conservação ambiental, turismo e ecoturismo, educação e ciência e tecnologia.

Durante a visita, será assinado o Acordo sobre Programa de Férias e Trabalho, que permitirá a jovens de um país passar até um ano no território do outro país em atividades de estudos, trabalho e turismo. Será assinado, igualmente, Memorando de Entendimento sobre Conservação Ambiental.

O Ministro Amorim se reunirá, também, com o Ministro do Comércio, Philip Goff, para examinar as possibilidades de incremento do comércio e dos investimentos entre os dois países.

O intercâmbio comercial com a Nova Zelândia atingiu, em 2007, US\$ 100,8 milhões, tendo as exportações brasileiras alcançado US\$ 72 milhões. Nos sete primeiros meses de

2008, a corrente de comércio somou US\$ 81,6 milhões, valor 42% maior que o verificado no mesmo período do ano anterior. O resultado parcial das exportações no ano em curso atingiu, em julho, a soma de US\$ 41,5 milhões.

ATENTADOS NO PAQUISTÃO

22/08/2008

O Governo brasileiro recebeu, com profundo pesar, a notícia dos atentados que, ontem, 21 de agosto, causaram a morte de cerca de cem pessoas e feriram dezenas de outras na cidade paquistanesa de Wah.

O Governo brasileiro repudia esse injustificável ato de violência e reafirma sua veemente condenação a todas as formas de terrorismo, independentemente de seus autores ou motivações.

Ao manifestar sua solidariedade às vítimas e a seus familiares, o Governo brasileiro expressa sua confiança em que o povo paquistanês saberá, por meio do diálogo e da conciliação, manter a paz e a estabilidade.

MENSAGEM DO MINISTRO CELSO

AMORIM PARA O

CHANCELER DA BOLÍVIA

25/08/2008

O Ministro Celso Amorim recebeu correspondência em que o Chanceler da Bolívia, David Choquehuanca, expressou preocupação com supostas ações de monitoramento ambiental que poderiam ser executadas em território boliviano durante a instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira.

Em resposta, o Ministro Celso Amorim

esclareceu que a licença de instalação concedida pela autoridade ambiental brasileira não autoriza ações de monitoramento fora do território brasileiro. Salientou, igualmente, o desejo do Governo brasileiro de cooperar com o Governo boliviano em questões de interesse mútuo relacionadas com o monitoramento ambiental.

O Ministro Celso Amorim reiterou a plena disposição das autoridades brasileiras de seguir prestando as informações técnicas disponíveis sobre o processo de licenciamento e instalação da usina de Santo Antônio. A esse respeito, indicou a utilidade de realizar-se, tão logo seja possível, reunião técnica bilateral para intercâmbio de informações.

O Ministro assegurou, ainda, que o Governo brasileiro deseja manter o melhor nível de entendimento e comunicação com as autoridades bolivianas com relação ao aproveitamento dos recursos hidrelétricos do rio Madeira.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES

DIPLOMÁTICAS PLENAS

ENTRE SÍRIA E LÍBANO

25/08/2008

O Governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia do estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre o Líbano e a Síria, nos termos anunciados por ocasião da recente visita do Presidente libanês, Michel Sleimane, a Damasco.

O Brasil, que abriga, com orgulho, as mais numerosas comunidades de origem síria e libanesa no exterior, saúda a aproximação entre os dois países e povos irmãos e manifesta sua expectativa de que o gesto contribua decisivamente para promover a estabilidade e o progresso de ambas as partes.

LIBERTAÇÃO DE
PRISIONEIRO PALESTINOS
POR ISRAEL
25/08/2008

O Governo brasileiro saúda a libertação por Israel, hoje, 25 de agosto, de 198 prisioneiros palestinos. O Brasil espera que essa decisão contribua para fortalecer a confiança entre israelenses e palestinos no âmbito do diálogo de paz inaugurado na Conferência de Annapolis, com vistas ao estabelecimento de um Estado palestino independente, em convívio harmônico com Israel.

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO
AMORIM E DO MINISTRO DO
COMÉRCIO DA AUSTRÁLIA, SIMON
CREAN - 26 DE AGOSTO DE 2008 -
COMUNICADO CONJUNTO
26/08/2008

Os Ministros Celso Amorim e Simon Crean encontraram-se hoje, 26 de agosto, em Camberra e divulgaram o seguinte comunicado:

Além de discutirem diversos temas bilaterais, os Ministros Amorim e Crean enfatizaram a importância da Rodada de Doha da OMC para a economia global e reafirmaram seu compromisso em concluir a fase de negociações da Rodada este ano.

Os Ministros concordaram em que as negociações chegaram muito perto de uma conclusão em julho e que a pequena janela de oportunidade ainda existente não deveria ser desperdiçada.

Os Ministros concordaram em trabalhar conjuntamente para esse fim e instruíram seus funcionários a retomarem o mais cedo

possível a discussão de soluções técnicas.

Os Ministros Celso Amorim e Simon Crean também concordaram em mobilizar seus homólogos de modo a criar a necessária vontade política, bem como promover o engajamento político de alto nível para a conclusão das negociações de Doha.

CALENDÁRIO BRASILEIRO DE
EXPOSIÇÕES E FEIRAS
26/08/2008

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior lançarão, em conjunto, pela segunda vez, o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras, publicação que reúne as principais feiras de negócios que acontecem no Brasil.

O lançamento faz parte das atividades do Grupo de Trabalho Permanente Interministerial, criado pelos dois Ministérios com o objetivo de propor e desenvolver ações conjuntas e de evitar a duplicação de esforços na área de promoção comercial. Ações similares estão sendo desenvolvidas juntamente com a APEX.

O calendário terá duas versões impressas: uma em português; e outra nas línguas inglesa, espanhola e francesa. Versão eletrônica em português estará disponível na BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br) e no sítio do MDIC (www.desenvolvimento.gov.br/portalmDIC/sitio/sistema/expofeira).

A fim de preparar as versões impressas e eletrônicas do Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras, edição 2009, os dados das feiras organizadas por empresas brasileiras poderão ser inseridos ou atualizados no sítio da BrazilTradeNet ou do MDIC de 1º até 30 de setembro próximo.

BRASIL-AUSTRÁLIA: UMA
PARCERIA REFORÇADA -
COMUNICADO CONJUNTO

27/08/2008

O Governo australiano recebeu, com satisfação, a visita oficial à Austrália, no período de 26 a 28 de agosto de 2008, do Ministro Celso Amorim. A visita foi a primeira realizada por um Ministro brasileiro à Austrália desde a eleição do Governo Kevin Rudd e a segunda realizada à Austrália pelo Embaixador Celso Amorim na qualidade de Ministro das Relações Exteriores. O Ministro Amorim manteve encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Ele também foi recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Kevin Rudd.

Os Ministros Amorim e Smith passaram em revista as relações bilaterais e trocaram idéias sobre temas multilaterais, inclusive sobre a revitalização da Rodada Doha, mudança climática, reforma das Nações Unidas e progressos em Timor-Leste.

Os Ministros concordaram em que as relações entre o Brasil e a Austrália devem ser reforçadas de forma a refletir o crescente interesse na ampliação e no aprofundamento dos vínculos entre os dois Governos, as comunidades empresariais e os povos das duas nações. Para tanto, os Ministros trabalharão juntos com vistas a aumentar o nível de engajamento e cooperação entre o Brasil e a Austrália.

Como primeiro passo, os Ministros desenvolverão um Plano de Ação para elevar as relações bilaterais a uma Parceria Reforçada, que será submetido à consideração do Senhor Presidente da República e do Primeiro-Ministro australiano. Nesse sentido,

os Ministros enfatizaram a intenção do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro Rudd de trocarem visitas bilaterais.

Os Ministros acordaram instruir suas Chancelarias a darem início imediatamente à tarefa de identificação de elementos do Plano de Ação para explorar a cooperação em comércio e investimentos, agricultura, mineração, energia, ciência e tecnologia, educação, esportes, cultura e outras formas de relacionamento entre australianos e brasileiros. Foi sublinhado o importante papel da sociedade civil e da comunidade empresarial em assegurar o êxito de tal processo.

Os Ministros também reconheceram o compromisso do Brasil com a integração regional da América do Sul e da Austrália com a região Ásia-Pacífico. Concordaram em trabalhar conjuntamente no intuito de promover vínculos mais fortes entre as duas regiões.

O Plano de Ação procurará, ademais, reforçar a cooperação existente em foros multilaterais, inclusive no âmbito das Nações Unidas e da Organização Mundial de Comércio.

O Ministro Amorim convidou os Ministros Smith e Crean a visitarem o Brasil. Ambos os Ministros aceitaram o convite e estão examinando possíveis datas.

MENSAGEM DE PÊSAMES
PELO FALECIMENTO

DO EX-MINISTRO OLAVO SETÚBAL

27/08/2008

O Ministro Celso Amorim e senhora enviaram hoje, 27 de agosto de 2008, à viúva e aos familiares do ex-Ministro Olavo Setúbal a seguinte mensagem de pêsames:

“Cara Daisy Setúbal,

Foi com muito pesar que Ana e eu tomamos conhecimento da perda de nosso bom amigo Olavo Setúbal. Empresário, político e figura

humana notável, sua passagem pelo Itamaraty, como o primeiro Ministro das Relações Exteriores do Governo José Sarney, ocorreu em momento histórico de redemocratização e afirmação da cidadania no Brasil. Coube a Olavo Setúbal impulsionar a reaproximação entre o Brasil e a Argentina, de que foi exemplo a Declaração de Iguazu de 1985, processo que deu partida à integração regional. A defesa que fez de uma “diplomacia para resultados” mostrava seu empenho em atuar sempre em favor do desenvolvimento nacional.

Receba, juntamente com toda a família, nosso abraço sentido neste momento de dor.

Ana e Celso Amorim”

ENCONTRO ENTRE OS MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E
DA NOVA ZELÂNDIA: APROFUNDANDO
O RELACIONAMENTO - 28 DE AGOSTO
DE 2008 - COMUNICADO CONJUNTO
29/08/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Winston Peters, desejou boas-vindas ao Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, no dia 28 de agosto de 2008. O Ministro Amorim, que já visitara a Nova Zelândia como Ministro das Relações Exteriores, em 1994, também manteve encontro com a Primeira-Ministra Helen Clark; com o Ministro do Comércio, Phil Goff; e com a Ministra da Conservação Ambiental, Steve Chadwick, no dia 29 de agosto de 2008.

O Brasil tem sido foco prioritário da “Estratégia Latino-americana” da Nova Zelândia, desde o seu lançamento em 2000.

As relações bilaterais entre o Brasil e a Nova Zelândia desenvolveram-se de forma significativa nesse período, por meio de esforços de ambos os Governos, tendo em vista os objetivos da referida Estratégia.

A visita do Ministro Amorim constituiu oportunidade para examinar novas formas de fazer avançar o excelente e produtivo relacionamento entre o Brasil e a Nova Zelândia. Na ocasião, os dois Ministros trocaram opiniões sobre temas como a reforma da ONU, especialmente a do Conselho de Segurança, e direitos humanos. Conversaram, igualmente, sobre cooperação em ciência e tecnologia.

O Ministro Amorim e o Ministro Peters assinaram acordo para estabelecer um “Programa de Férias e Trabalho”, que permitirá a 300 jovens brasileiros entre 18 e 30 anos viajar à Nova Zelândia por um período de um ano para férias, estudo e trabalho. Em troca, 300 jovens neozelandeses da mesma faixa etária poderão viajar ao Brasil por um ano para férias, estudo e trabalho.

O Ministro Celso Amorim e a Ministra da Conservação Ambiental, Steve Chadwick, assinaram Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação Ambiental. Com base nesse instrumento, o Brasil e a Nova Zelândia cooperarão na gestão, pesquisa e proteção de áreas naturais protegidas, inclusive no manejo de espécies exóticas invasoras, licenciamento e monitoramento de atividades turísticas, trabalho com comunidades indígenas e proteção de mamíferos marinhos.

O Ministro Peters anunciou que a Nova Zelândia tenciona elevar o nível de sua representação no Brasil a partir do início de 2009 com a designação de um Cônsul-Geral de carreira do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio para chefiar o Escritório em São Paulo, atualmente dirigido

pela “New Zealand Trade and Enterprise”. Tal nomeação contribuirá para incrementar os vínculos políticos, econômicos e comerciais entre o Brasil e a Nova Zelândia.

O Ministro Amorim e o Ministro Peters recordaram o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre Consultas em Matérias de Mútuo Interesse, assinado em Brasília, em 20 de novembro de 2001. No âmbito desse Memorando, os dois Governos expressaram o compromisso de realizar consultas regulares sobre temas bilaterais e internacionais por meio do intercâmbio de delegações chefiadas em nível ministerial ou por funcionários de alto nível dos respectivos Ministérios de Relações Exteriores.

Os Ministros registraram sua satisfação com o fato de a frequência e o escopo das consultas terem aumentado em anos recentes, com benefícios mútuos.

A esse respeito, os Ministros lembraram a visita à Nova Zelândia do Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República, Professor Marco Aurélio Garcia, em 2006, a visita do Ministro Peters ao Brasil, em 2007, bem como as visitas do Ministro Phil Goff, como Ministro do Comércio, em 2007, e como Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2004.

Os Ministros também observaram que consultas regulares ocorreram entre altas autoridades e que numerosas outras reuniões e consultas realizaram-se entre Ministros e funcionários de alto nível em foros multilaterais e à margem de outras conferências internacionais e eventos em terceiros países.

Esses desenvolvimentos não só espelham os êxitos alcançados nas relações bilaterais como também contribuem para o fortalecimento e

o adensamento da cooperação mutuamente proveitosa no campo multilateral entre a República Federativa do Brasil e a Nova Zelândia.

Com vistas a aproximar ainda mais os dois países, propuseram marcar a visita do Ministro Amorim à Nova Zelândia com o compromisso de trabalhar conjuntamente para intensificar as consultas sobre temas bilaterais e internacionais.

Assim, o Ministro Amorim e o Ministro Peters acordaram que os dois Governos devem empreender consultas anuais nas respectivas capitais, em nível ministerial ou de funcionários de alto nível. Essas consultas anuais, juntamente com as demais discussões ao longo do ano, deverão incluir os campos das relações políticas bilaterais, regionais e conjunturas políticas internacionais e suas perspectivas; comércio bilateral e relações econômicas; comércio regional e internacional; conjuntura e perspectivas econômicas; Nações Unidas e outros temas políticos multilaterais, entre os quais direitos humanos e meio ambiente, bem como outros temas pertinentes de interesse comum.

APOIO À INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA NO PARAGUAI

02/09/2008

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, das graves denúncias feitas pelo Presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo, ontem, 1o de setembro.

O Governo brasileiro confia em que a institucionalidade democrática será plenamente mantida no país e reafirma seu apoio ao Presidente Lugo, legitimamente eleito pelo povo paraguaio.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
COOPERAÇÃO DE MOÇAMBIQUE,
OLDEMIRO BALÓI - 3 A 5 DE
SETEMBRO DE 2008
02/09/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói, visitará o Brasil de 3 a 5 de setembro. A visita, destinada a iniciar preparativos para nova visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Maputo, ocorre quase um ano após a participação do Presidente Armando Guebuza como convidado de honra nas festividades do Sete de Setembro passado.

O Ministro Celso Amorim receberá seu homólogo moçambicano no dia 4 de setembro. Na mesma data, o Ministro Balói será recebido no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e visitará a Embrapa.

O Chanceler moçambicano cumprirá agenda em Belo Horizonte - onde manterá encontros com o Vice-Governador do Estado e com empresários da FIEMG que deverão integrar missão a Moçambique no final de setembro - e no Rio de Janeiro, para contatos na Fiocruz e no BNDES.

A cooperação com Moçambique mostra-se particularmente relevante na área da saúde pública. Planeja-se instalar em Maputo escritório da Fiocruz para a África. Encontra-se também em fase de detalhamento o cronograma para a instalação de uma fábrica de anti-retrovirais no país, com tecnologia brasileira.

Entre os atos a serem assinados durante a visita do Ministro Oldemiro Balói mencionam-se: acordo para instalação de escritório da Fiocruz em Moçambique; instrumento para o fortalecimento da agência moçambicana reguladora do setor farmacêutico; instrumento para treinamento em produção

de medicamentos anti-retrovirais; e convênio para o fortalecimento do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique.

COMUNICADO DOS ESTADOS-
MEMBROS DO MERCOSUL E
ASSOCIADOS EM APOIO À
DEMOCRACIA NO PARAGUAI
02/09/2008

Ao tomarem conhecimento das denúncias feitas ontem, 1º de setembro de 2008, pelo Presidente Constitucional da República do Paraguai, Fernando Lugo Méndez, os Estados-Membros do Mercosul e Associados declaram que o processo de integração regional é inseparável do respeito pleno à democracia e a suas instituições e reafirmam seu apoio à institucionalidade democrática no Paraguai e a seu Presidente, legitimamente eleito pelo povo paraguaio.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO
PARAGUAI, ALEJANDRO HAMED
FRANCO - 5 DE SETEMBRO DE 2008
04/09/2008

O Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed Franco, visitará o Brasil no próximo dia 5 de setembro. Trata-se da primeira visita ao país de autoridade do novo Governo paraguaio, empossado em 15 de agosto último.

O Ministro paraguaio será recebido pelo Ministro Celso Amorim, ocasião em que discutirão as relações bilaterais e os principais temas da agenda regional. O encontro também permitirá iniciar os preparativos para a visita do Presidente Fernando Lugo ao Brasil.

De 2002 a 2007, o comércio entre Brasil e

Paraguai teve incremento de 121%, passando de US\$ 942 milhões para US\$ 2,1 bilhões. Entre janeiro e julho de 2008, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 1,8 bilhão, o que representa aumento de 68% em relação ao mesmo período de 2007. O Brasil é, individualmente, o principal parceiro comercial do Paraguai.

Os dois Chanceleres concederão entrevista coletiva, amanhã, 5 de setembro, às 14h30, na sala de “briefings” da AIG, no Palácio Itamaraty.

VISITA AO BRASIL DA
PRESIDENTE DA ARGENTINA,
CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER -
7 E 8 DE SETEMBRO DE 2008
05/09/2008

A Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, fará visita de Estado ao Brasil, nos dias 7 e 8 de setembro de 2008, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No dia 7, a Presidente da Argentina participará, na condição de convidada de honra, das comemorações do Dia da Pátria.

No dia 8, será realizada a segunda reunião presidencial no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina. Os dois Chefes de Estado receberão informe sobre a implementação dos compromissos assumidos por ocasião da primeira reunião do Mecanismo, quando se adotou a Declaração da Casa Rosada (22 de fevereiro de 2008) sobre projetos relativos ao estabelecimento de um sistema de pagamentos em moeda local, à construção de satélite conjunto para observação costeira e oceânica, à constituição de uma empresa binacional de enriquecimento de urânio, aos estudos para construção da hidrelétrica de Garabi, ao estudo de viabilidade sobre novas pontes sobre o Rio Uruguai,

à integração ferroviária, à cooperação em matéria de defesa e à cooperação na área dos biofármacos, entre outros.

Deverão ser assinados os seguintes atos: Acordo de Cooperação entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o Banco de Investimento e Comércio Exterior (BICE) e o Banco da Nação Argentina (BNA); Acordo por Troca de Notas para Aprovação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A. (EBISA); e Acordo-quadro de Cooperação entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da Argentina. Os Presidentes assinarão Declaração Conjunta.

Também no dia 8, a Chefe de Estado da Argentina visitará os Presidentes do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

APROVAÇÃO DO NOVO
GABINETE DO HAITI
05/09/2008

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da aprovação, em 5 de setembro, pelo Parlamento haitiano, da indicação da Senhora Michèle Duvivier Pierre-Louis para o cargo de Primeira-Ministra.

A designação do novo Gabinete ministerial é um passo importante no sentido de propiciar ao Haiti melhores condições para enfrentar os desafios urgentes do desenvolvimento econômico e social, e de aproveitar as oportunidades de cooperação internacional.

O Governo brasileiro reafirma sua disposição de continuar, em parceria com o Governo do Haiti, a contribuir para a elevação do nível de vida dos haitianos em ambiente de prosperidade e democracia.

AUXÍLIO BRASILEIRO AO HAITI

06/09/2008

O Governo brasileiro solidariza-se com o Haiti pelas perdas humanas e materiais causadas pela passagem dos furacões Gustav e Hanna. O Governo brasileiro está destinando US\$100 mil para fins de auxílio humanitário de emergência à população haitiana.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - 7 E 8 DE SETEMBRO DE 2008 - DECLARAÇÃO CONJUNTA

08/09/2008

Nos dias 7 e 8 de setembro de 2008, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, realizou visita de Estado ao Brasil para participar como convidada de honra das comemorações do Dia da Pátria e para manter reunião no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oportunidade em que os dois Chefes de Estado passaram em revista o amplo espectro da relação bilateral e avaliaram o estado de implementação das decisões adotadas na Declaração da Casa Rosada, de 22 de fevereiro de 2008.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

1. Reiteraram sua convicção de que a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento com equidade são interdependentes e se reforçam mutuamente. Nesse sentido, ressaltaram seu firme compromisso com o permanente aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia representativa em seus países

e com a implementação de modelos de desenvolvimento baseados na produção, na agregação de valor e na geração de renda e emprego como forma de superar as desigualdades sociais e regionais que ainda persistem nos dois países.

2. Reafirmaram sua determinação de continuar trabalhando em favor de projetos nacionais de desenvolvimento convergentes, assentados em uma vigorosa agenda social e produtiva para o combate à fome e à pobreza e para a promoção da justiça social, da inclusão social e do trabalho decente.

3. Renovaram seu engajamento na construção de uma ordem internacional mais estável e equilibrada por meio da democratização das organizações multilaterais políticas e econômicas e do respeito ao Direito Internacional e aos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, especialmente a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias e a não-intervenção nos assuntos internos dos Estados.

4. Nesse particular, manifestaram que a estrita observância desses princípios, tanto no nível regional quanto global, é essencial para a paz, para a promoção da convivência harmônica entre Estados soberanos e para a busca da prosperidade entre nações e povos.

5. Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do MERCOSUL - principal âmbito de integração regional para ambos os países do ponto de vista político, social e econômico-comercial - e, nesse sentido, salientaram a importância de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) como um passo fundamental para a consolidação da união aduaneira. Saudaram a plena implementação do Fundo Estrutural de Convergência do MERCOSUL (FOCEM), instrumento de grande importância para a correção das assimetrias entre os Estados membros do bloco e reiteraram o compromisso

de instrumentar um sistema de garantias como um primeiro passo no estabelecimento de um Fundo Mercosul de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

6. Renovaram sua disposição de dar continuidade às iniciativas de negociações extra-regionais do MERCOSUL, e de retomar, nesse contexto, as negociações do Acordo de Associação inter-regional MERCOSUL-União Européia, assim como aprofundar as negociações Sul-Sul.

7. Ressaltaram a importância da assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), em Brasília, no dia 23 de maio de 2008, e reiteraram o seu compromisso com uma integração regional que fortaleça o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países sul-americanos, com ênfase na interconexão física, nos projetos de infra-estrutura e nos assuntos energéticos.

8. Reiteraram sua convicção quanto à importância da inovação tecnológica, da ciência e da atividade criativa como fontes de progresso material e bem-estar social. Nesse sentido, reafirmaram a necessidade de preservar a flexibilidade do sistema de propriedade intelectual em respeito ao interesse público, assim como o equilíbrio dos direitos e obrigações em benefício mútuo dos produtores e dos usuários de conhecimentos. Tomaram nota com beneplácito dos avanços na implementação da iniciativa brasileiro-argentina de uma Agenda para o Desenvolvimento para a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), ao mesmo tempo em que expressaram preocupação com recentes iniciativas que pretendem, através de uma estratégia de “mudança de foros”, instaurar padrões de proteção que comprometem o equilíbrio do regime internacional vigente.

9. Manifestaram preocupação com o aumento dos preços dos hidrocarbonetos e combustíveis fósseis no mercado internacional e sua repercussão negativa sobre inúmeros insumos, inclusive os fertilizantes, com consequências negativas na formação dos preços relativos dos alimentos. Ressaltaram, nesse contexto, a importância renovada de uma maior liberalização do comércio agrícola, como forma de mitigar a atual pressão inflacionária sobre os alimentos decorrente, entre outros fatores, da alta dos preços internacionais do petróleo, da especulação financeira e dos subsídios concedidos pelos países desenvolvidos a seus produtores.

10. Reiteraram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e sua decisão de contribuir para melhorar a resposta internacional diante da mudança climática, com base na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, levando em conta as legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Reiteraram igualmente a importância do princípio de responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

11. Concordaram que a crescente escassez de energia no mundo e que a relação da questão energética com a mudança climática tornam urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos. Concordaram igualmente que o desenvolvimento dos biocombustíveis constitui um importante vetor de desenvolvimento econômico e social, promoção tecnológica e geração de energia limpa, com efeitos positivos na redução das emissões de gases que contribuem para o aquecimento global.

12. Reiteraram a importância de que a associação estratégica entre os dois países continue gerando resultados tangíveis e benefícios mútuos nas mais diversas áreas

do relacionamento bilateral, para que as altas aspirações de desenvolvimento e prosperidade de suas respectivas sociedades encontrem nessa associação sua mais legítima expressão política e melhor tradução prática.

13. Saudaram o expressivo crescimento do comércio bilateral, que deve atingir o valor recorde de US\$ 30 bilhões em 2008, e manifestaram a intenção de continuar trabalhando para que o intercâmbio comercial seja mais equilibrado para o aprofundamento da integração de cadeias de valor e dos tecidos industriais dos dois países, contribuindo para o aumento da competitividade sistêmica das respectivas economias e para o fortalecimento da posição das empresas da região no cenário econômico e comercial mundial.

14. Congratularam-se pelo alcance deste seu segundo encontro no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, que constitui marco adequado para o aprofundamento da associação estratégica que une o Brasil e a Argentina, ao permitir o acompanhamento regular dos principais projetos de cooperação da agenda bilateral pelos Chefes de Estado de ambos os países.

15. Receberam informe das Chancelarias sobre o estado de implementação dos projetos prioritários mencionados na Declaração da Casa Rosada, de 22 de fevereiro de 2008.

16. Instruíram os Ministros de ambos os Governos a manter regularidade nas reuniões previstas no Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, de modo a produzir os relatórios sobre os avanços alcançados que serão elevados às reuniões semestrais dos Presidentes.

17. Instruíram igualmente as respectivas Chancelarias a continuar coordenando o Mecanismo e a garantir seu seguimento com vistas a assegurar a concretização dos acordos alcançados nos diversos setores e a identificação de novos objetivos.

18. Concordaram em realizar a Terceira Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral no dia 23 de abril de 2009, em Buenos Aires.

19. Finalmente, a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner agradeceu, em seu nome e no de sua Comitiva, as gentilezas e manifestações de apreço e amizade recebidas do Governo e do povo brasileiros durante a sua visita ao Brasil.

20. Com relação aos projetos e como demonstração de sua firme disposição de avançar com celeridade na integração,

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

A. Subcomissão de Economia, Produção, Ciência e Tecnologia

1.a. Coordenação Macroeconômica

Instruíram os respectivos Ministros da Fazenda e de Economia e Produção a realizar Reunião Ministerial semestral que anteceda a próxima Reunião Presidencial e que seus ministérios implementem um calendário de diálogos entre altas autoridades visando estabelecer coordenação macroeconômica que permita o desenvolvimento de áreas como: questões tributárias, produção industrial, integração produtiva, regime de investimentos e financiamentos.

1.b. Coordenação em políticas setoriais

Determinaram às autoridades responsáveis pelas áreas de Agricultura, Ciência e Tecnologia, Transportes e Infra-Estrutura e Energia que continuem realizando reuniões setoriais periódicas com o propósito de desenvolver melhor conhecimento recíproco dos marcos regulatórios aplicáveis, assegurar a coordenação de ações e promover a progressiva convergência de políticas setoriais.

1.c. Consultas sobre temas da OMC

Instruíram os responsáveis pelas áreas de negociações comerciais internacionais das

respectivas Chancelarias a que se mantenham em contato permanente e realizem reuniões periódicas de consultas e coordenação de posições sobre os temas da agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de avaliação da situação do comércio internacional com vistas a um posicionamento comum no cenário global.

1.d. Comércio bilateral e integração

Instruíram os responsáveis pelas áreas de negociações comerciais internacionais das respectivas Chancelarias a organizar reuniões regulares para avaliar e fomentar o comércio, investimentos e integração produtiva, nos âmbitos bilateral e regional. Esses responsáveis poderão convidar outros setores dos respectivos Governos com competência na matéria a participar desse exercício que tem por objetivo a identificação dos principais desafios nesses campos e a busca coordenada de estratégias para enfrentá-los.

2. Sistema de pagamento do comércio bilateral em moedas locais - SML

Manifestaram satisfação pela assinatura do Convênio entre os Bancos Centrais relativo ao sistema de pagamento em moedas locais e determinaram que o sistema entre em operação no prazo mais breve possível.

3. Cooperação BNDES - Banco de la Nación - BICE

Saudaram a assinatura do Convênio de Cooperação entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de la Nación e o Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE) com o objetivo de dinamizar a execução de novos projetos de interesse de ambos os Governos.

Determinaram que os referidos Bancos dêem início, no terceiro quadrimestre de 2008, à programação de rodadas de negócios voltadas para setores estratégicos selecionados em comum acordo com o objetivo de identificar projetos economicamente

viáveis com potencial impacto positivo no desenvolvimento e, se possível, na integração produtiva entre os dois países e que sejam passíveis de apoio pelas instituições, de acordo com suas políticas operacionais, vigentes ou que determinem, de modo a consolidar uma carteira conjunta de projetos de integração.

4. Cooperação Espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos

Reafirmaram o caráter estratégico da cooperação espacial entre o Brasil e a Argentina e a necessidade de avançar rapidamente no desenvolvimento, construção e lançamento de um satélite conjunto para a observação costeira e oceânica.

Registraram a realização de reuniões técnicas em Buenos Aires e em São José dos Campos, que permitiram progressos significativos da definição da missão SABIA-Mar para a observação costeira e oceânica, que terá impacto positivo em áreas como a proteção do meio ambiente, prevenção de desastres ambientais, manejo costeiro, recursos hídricos, oceanografia, uso sustentável dos recursos marinhos, meteorologia e mudança do clima.

Determinaram que seja finalizada a definição técnica da missão SABIA-Mar e a elaboração de estimativa de custos e do cronograma de desembolso até o final de setembro de 2008. Por ocasião da escolha do lançador, as partes examinarão as opções mais apropriadas, levando em especial consideração a possibilidade de utilização do Cyclone-4, a partir de Alcântara.

Instruíram as Chancelarias a convocarem, após a apresentação da estimativa de custos e do cronograma de desembolso, uma reunião para que as autoridades competentes da área espacial e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento do Brasil e de Economia da Argentina possam identificar as fontes de financiamento necessárias para a consecução do projeto.

5. Centro Binacional de Nanotecnologia (CBAN)

Registraramos importantes avanços logrados pelo Centro Binacional de Nanotecnologia, sobretudo no que se refere ao planejamento para a realização de seis escolas de Nanotecnologia e de um “workshop” envolvendo empresas de ambos os países em 2008. Ressaltaram a importância da continuidade dos esforços no sentido de impulsionar as atividades conjuntas no setor, com ênfase na formação de recursos humanos, no desenvolvimento científico e no avanço industrial.

Determinaram, nesse sentido, a implementação das ações previstas no plano de trabalho para o final de 2008 e para o ano de 2009, em especial a organização de 8 escolas de Nanotecnologia, um “workshop” em Buenos Aires antes do evento NanoMercosul 2009, o lançamento da segunda convocatória de projetos CNPQ-ANPCyT, e o apoio a projetos laboratórios-empresas nas áreas selecionadas em comum acordo.

6. Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis

Expressaram satisfação pela definição de um Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis, que inclui a capacitação de recursos humanos em nível de pós-graduação, pesquisas na produção de biocombustíveis, em energias provenientes do sol, dos ventos, do mar e dos rios, assim como em novas tecnologias associadas à emergente economia do hidrogênio e ao uso racional da energia.

Determinaram que os Ministérios de Ciência e Tecnologia do Brasil e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina convoquem, em um prazo de 90 dias, reunião do Grupo de Coordenação bilateral sobre o tema com o intuito de elaborar o Plano de Trabalho científico-tecnológico com os objetivos, ações e os resultados esperados para cada um dos temas

identificados no Programa.

Acentuaram a necessidade de acompanhamento e avaliação sistemáticos dos trabalhos em execução, cujos resultados deverão ser reportados à próxima reunião presidencial do Mecanismo.

7. TV Digital

Determinaram que o Ministro das Comunicações do Brasil e o Ministro do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina mantenham reuniões regulares com vistas ao intercâmbio de informações técnicas e institucionais sobre o tema e que explorem as oportunidades de uma parceria mutuamente vantajosa para os dois países nos campos dos investimentos, produção de equipamentos, fortalecimento da integração produtiva, desenvolvimento tecnológico, fomento à pesquisa e cooperação no campo de “software”, entre outras possibilidades associadas à questão da TV Digital.

8. Indústria Naval

Expressaram satisfação com a assinatura, no dia 11 de julho de 2008, do “Acordo Marco Internacional de Reciprocidade, Cooperação e Complementaridade” entre o “Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore” (SINAVAL) e a “Federación de la Industria Naval Argentina” (FINA), que tem por objetivo fomentar a integração produtiva, baixar os custos de produção regional e evitar a necessidade de importação de embarcações novas e usadas de origem extra-regional.

Reconheceram a importância estratégica, para ambos os países, de uma maior integração de suas indústrias navais e, nesse sentido, designaram o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil e o Secretário de Indústria da Argentina como pontos focais para coordenar os esforços

conjuntos dos setores público e privado com vistas à busca da complementaridade e da cooperação no campo da indústria naval. Esta coordenação realizar-se-á com a participação dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

Determinaram que os pontos focais nos dois Governos, em consulta com o setor privado, sugiram ações concretas de curto e médio prazos para a obter a integração e a modernização das indústrias de construção naval, inclusive no que tange ao aproveitamento racional e complementar da capacidade instalada em ambos os países para atender à demanda por novas embarcações e reparações proveniente tanto do setor privado quanto do setor público e de empresas controladas pelo Estado.

B. Subcomissão de Energia, Transportes e Infra-estrutura

9. Cooperação nuclear

Manifestaram satisfação pela constituição, em 3 de março de 2008, da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) e pela realização do Seminário Binacional Brasil-Argentina de Cooperação Nuclear (Foz do Iguaçu, 26 a 28 de maio de 2008).

Aprovaram os 30 projetos estruturantes de implementação prioritária propostos pela COBEN, nas áreas de reatores e rejeitos nucleares, ciclo de combustível, aplicações nucleares e regulação.

Instruíram as autoridades competentes das áreas nuclear, orçamentária e financeira do Brasil e da Argentina que, junto com as respectivas Chancelarias, identifiquem, no prazo mais breve possível, as fontes de financiamento necessário que permita a pronta implementação dos projetos aprovados, conforme os cronogramas acordados por ambos os países.

Instruíram a COBEN que apresente, por ocasião da Terceira Reunião Presidencial do

Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, relatório específico sobre o andamento dos projetos.

Ressaltaram a importância das discussões sobre a constituição de uma Empresa Binacional de Enriquecimento (EBEN), tomaram nota das várias propostas em consideração e instruíram a COBEN que apresente, por ocasião da Terceira Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, relatório específico sobre a evolução do tema.

Cronograma:

22 de outubro de 2008. Buenos Aires. Reunião da COBEN. Avaliação do detalhamento técnico dos projetos selecionados e definição do cronograma de implementação.

22 de outubro de 2008. Reunião do Grupo Executivo para a EBEN. Definição de cronograma de reuniões para o semestre.

Fevereiro de 2009. Reunião da COBEN. Avaliação do progresso na implementação dos projetos selecionados.

10. Construção da Hidrelétrica de Garabi e outros empreendimentos hidrelétricos

Reiteraram a decisão de construir a usina hidrelétrica de Garabi como projeto emblemático, no campo da geração de energia, da parceria estratégica entre ambos os países. Ratificaram, igualmente, a intenção de realizar os estudos de viabilidade referentes aos demais aproveitamentos hidrelétricos que forem identificados a partir do estudo de inventário.

Expressaram satisfação pela assinatura do Convênio de cooperação entre “Centrais Elétricas Brasileiras S.A.” (Eletrobrás) e “Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima” (EBISA) para a realização do estudo de inventário do aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados nos trechos limítrofes do Rio Uruguai e seu afluente, o rio Peperi-Guaçu e do estudo de viabilidade do

empreendimento de Garabi.

Determinaram que a licitação prevista no Convênio de Cooperação entre Eletrobrás e EBISA seja lançada em outubro de 2008 e instruíram que as duas empresas envidem esforços para abreviar o cronograma dos estudos a prazo inferior a 30 meses.

Instruíram a “Comissão Técnica Mista para o Aproveitamento do Recursos Hídricos Compartilhados nos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e seu Afluente, o Rio Peperi-Guaçu”, que apresente aos Ministros encarregados da área de energia dos dois países, em um prazo de 120 dias, proposta preliminar de modelo institucional e marco regulatório para os futuros empreendimentos hidrelétricos, incluindo, entre outros aspectos relevantes, as formas e modelos para construção e operação dos empreendimentos, as opções de compartilhamento e comercialização da energia gerada e os parâmetros técnicos para a inserção de tais empreendimentos nos sistemas elétricos brasileiro e argentino.

11. Intercâmbio de energia Brasil-Argentina

Manifestaram satisfação pela assinatura e pelos esforços para o efetivo cumprimento do Acordo Complementar para intercâmbio de energia elétrica.

Instruíram as autoridades da área energética de ambos os países a: a) avaliar a possibilidade de extensão dos mecanismos de intercâmbio de energia elétrica e gás natural constantes do Acordo de Entendimento e do Acordo Complementar; b) intensificar estudos com vistas a instituir mecanismo permanente de intercâmbio compensado de energia elétrica entre ambos os países; c) desenvolver as ações necessárias para garantir o intercâmbio de energia elétrica entre os países e o abastecimento de gás natural da Argentina ao Brasil, em condições viáveis, técnica e comercialmente.

12. Novas pontes sobre o Rio Uruguai

Registraram a conclusão dos trabalhos de harmonização das normas de contratação que permitiu a assinatura dos documentos para a licitação do estudo de viabilidade para otimizar a conectividade entre os dois países.

Ressaltaram a importância de cumprir os objetivos estabelecidos pela Comissão Binacional com relação ao processo de licitação, em particular seu lançamento antes do dia 31 de outubro de 2008.

Instruíram as autoridades envolvidas no projeto dos respectivos Governos que envidem todos os esforços para garantir a execução do estudo de acordo com os parâmetros e prazos estabelecidos com vistas à definição do programa de investimentos para otimizar a conectividade entre o Brasil e a Argentina.

Cronograma:

2º semestre de 2008: Licitação do estudo

1º semestre de 2009: Contratação do estudo

2º semestre de 2009: Finalização do estudo

13. Grupo sobre Ponte Uruguiana - Paso de los Libres

Registraram a realização de duas reuniões do Grupo de Trabalho criado para avaliar o estado de infra-estrutura e da operação da Ponte Internacional Uruguiana - Paso de los Libres e propor medidas que favoreçam a fluidez do trânsito rododiferroviário na referida travessia internacional.

Determinaram que as autoridades competentes de ambos os países concluam e harmonizem os diagnósticos estruturais da ponte, com vistas ao imediato início das indispensáveis obras de sua recuperação e reforço. Recomendaram aos especialistas brasileiros e argentinos que, no momento oportuno, discutam a real necessidade de construir outra ponte nas proximidades de Uruguiana e Paso de los Libres.

Instruíram os dirigentes responsáveis

pelo planejamento orçamentário e gestão de pessoal dos órgãos que atuam na fronteira que incluam nos respectivos orçamentos nacionais os recursos para o aperfeiçoamento da infraestrutura para garantir o bom andamento das atividades de fiscalização e controle e prevejam formas de superar a carência de pessoal nas regiões fronteiriças.

Determinaram que os diretores-gerais ou equivalentes dos órgãos que atuam na fronteira - no caso do Brasil, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), a Polícia Federal e a Secretaria da Receita Federal, e, no caso da Argentina, a Dirección Nacional de Vialidad, a Dirección de Fronteras do Ministério do Interior, a Dirección Nacional de Migraciones, a Subsecretaría de Obras Públicas, SENASA, Dirección Nacional de Aduanas e Gendarmería Nacional - realizem reuniões semestrais a fim de identificar os principais problemas enfrentados e sugerir, em comum acordo, formas de superar eventuais divergências normativas e de harmonizar práticas administrativas para tornar mais ágil e eficiente o fluxo de pessoas e mercadorias na fronteira, tal como demandam as sociedades brasileira e argentina.

14. Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu

Instruíram as Chancelarias e autoridades de transportes dos dois países que iniciem os entendimentos para definir as ações necessários com vista à habilitação da travessia internacional entre Paraíso (Estado de Santa Catarina) e San Pedro (Província de Misiones), tendo em vista a próxima conclusão das obras de asfaltamento da rodovia BR-282/SC até a cabeceira da ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu e o início dos estudos e da pavimentação de

45 quilômetros de San Pedro até a fronteira, o que permitirá mais uma ligação entre o Brasil e a Argentina.

15. Integração ferroviária

Ressaltaram a constituição da Comissão de Integração Ferroviária Argentina-Brasil-Chile-Paraguai com o objetivo de elaborar uma proposta de traçado em bitola métrica e um mecanismo de financiamento das obras a executar, para desenvolver o corredor ferroviário bioceânico entre o porto brasileiro de Paranaguá, no Atlântico, e o porto chileno de Antofagasta, no Pacífico.

Expressaram satisfação pelas providências adotadas pelo BNDES para contratar os estudos de avaliação técnica, econômico-financeira e jurídico-regulatória destinados a viabilizar o corredor ferroviário bioceânico.

Ratificaram a decisão de avançar na concretização do referido corredor e, para tal fim, instruíram seus Governos a buscar o consenso entre os quatro países para uma proposta consolidada de traçado.

16. Transporte ferroviário de passageiros entre Uruguiana e Paso de los Libres

Instruíram seus Governos a examinar a possibilidade de estabelecer serviços ferroviários de transporte internacional de passageiros entre Uruguiana e Paso de Los Libres através da Ponte Getúlio Vargas/ Agustín P. Justo e elaborar um informe conclusivo sobre o tema.

C. Subcomissão de Defesa e Segurança

17. Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa

Congratularam o Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa pela identificação e início dos trabalhos nos primeiros 16 projetos abaixo relacionados nas áreas terrestre, naval e aeronáutica e a definição de um cronograma de cooperação entre as indústrias aeronáuticas de ambos os Países:

1. Manutenção de turbinas navais, a

ser executado pela ARA no Arsenal de Comandante Espora;

2. Recuperação de motores de mísseis;
3. Manutenção de motores diesel;
4. Cooperação e Intercâmbio de informações sobre reparo e recuperação de “staves” Sonar;
5. Projeto de Reparação de Meia Vida do Submarino ARA “San Juan”;
6. Desenvolvimento e construção de um Navio Patrulha Oceânico Multi-Propósito;
7. Modernização de veículos anfíbios;
8. Modernização do sistema de transmissão de dados Link Fraternal;
9. Intercâmbio de informações sobre simulação de vôo de mísseis (algoritmo de vôo);
10. Pesquisa e Desenvolvimento Conjunto de modelos matemáticos de propagação do som em águas pouco profundas;
11. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre fusão de dados entre bases de dados;
12. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre o radar ativo de direção final de míssil;
13. Pool Logístico para aquisição e intercâmbio de sobressalentes;
14. Sistema de Catalogação Comum;
15. Sistema de Certificação / Homologação de Produtos de Defesa;
16. Desenvolvimento conjunto, entre os Exércitos Brasileiro e Argentino, de um Veículo Leve de Emprego Geral Aerotransportável e fabricação de um lote piloto.

No âmbito da Cooperação Aeronáutica, destacaram que a indústria aeronáutica brasileira e o Governo Argentino têm mantido tratativas buscando a elaboração um plano de negócios incluindo avaliações das capacidades da Área Militar Córdoba (AMC) e definição de um cronograma de ações para

as Qualificações e Certificações necessárias a futuras fases de fornecimento de partes e componentes aeronáuticos para a indústria brasileira, bem como a busca da viabilidade de inserção de produtos aeronáuticos brasileiros no mercado argentino.

Para a facilitação das referidas ações, determinaram que as Aduanas dos dois Países identifiquem formas permanentes de agilizar os trâmites de liberação aduaneira de materiais, peças, componentes e protótipos.

Instruíram que as autoridades competentes dos Ministérios da Defesa e dos Ministérios da Fazenda e Orçamento, Planejamento e Gestão brasileiros e de Economia da Argentina promovam reunião para que possam identificar as fontes de financiamento necessárias e aprovar as dotações orçamentárias para a execução dos projetos identificados como de interesse comum, solicitando às instituições financeiras oficiais de ambos os países (BNDES, BNA, e BICE) a assistência técnica necessária.

D) Subcomissão de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Circulação de Pessoas

18. Acordo sobre Igualdade de Direitos Cívicos e Políticos e Grupo de Alto Nível para a Livre Circulação de Pessoas

Congratularam-se com os progressos registrados no âmbito da livre circulação de pessoas, em especial os êxitos alcançados com a aplicação do Acordo Operativo do Acordo de Residência para nacionais dos Estados Parte e Associados do MERCOSUL.

Registraram com satisfação a constituição do Grupo de Alto Nível para a Livre Circulação de Pessoas entre o Brasil e a Argentina.

Saudaram o consenso alcançado pelo Grupo a respeito da implementação de um sistema de controle migratório integrado com registros compartilhados, que simplificará e agilizará o

tráfego fronteiriço entre os dois países.

Nesse marco, instruíram o Grupo de Alto Nível a adotar as medidas necessárias para a implementação do sistema de controle migratório integrado com registros compartilhados, bem como iniciar os estudos relativos à viabilidade de instituir-se o mandado conjunto de captura e a negociação de acordo para a criação de equipes conjuntas de investigação.

19. Cooperação em insumos estratégicos para a saúde

Reiteraram a importância da cooperação bilateral em matéria de insumos estratégicos para a saúde, em particular a definição dos termos de referência dessa cooperação, a definição das tecnologias estratégicas para os dois países, inclusive no campo da biofarmacotecnologia, e a identificação das instituições públicas e privadas, de ambos os países, com possibilidades e interesse em realizar transferência de tecnologia, produção e comercialização de produtos e insumos de saúde por meio de acordos de cooperação.

Instruíram as autoridades competentes de ambos os países que convoquem reunião do Comitê Binacional de Peritos - previsto no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Argentina para a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos, de Medicamentos e de Recursos para Diagnóstico.

Determinaram que o Comitê Binacional elabore, em um prazo de 90 dias a partir de sua instalação, minuta de plano de trabalho detalhado para operacionalizar a cooperação binacional no setor, inclusive a constituição de empresa binacional, tendo presente a necessidade de garantir o abastecimento de medicamentos e insumos estratégicos aos sistemas públicos de saúde brasileiro e argentino.

20. Fortalecimento das Farmacopéias Brasileira e Argentina

Instruíram a ANVISA e ANMAT que dêem continuidade aos entendimentos para colocar em marcha um projeto de cooperação com o objetivo de fortalecer as Farmacopéias Brasileira e Argentina por meio do intercâmbio de conhecimentos tecnológicos no desenvolvimento de Substâncias de Referência em todas suas etapas (pesquisa, certificação, produção, comercialização e monitoramento) para aumentar a sua produção local e contribuir para reduzir a dependência tecnológica com impacto direto na redução de custos para as empresas nacionais.

Determinaram que essa cooperação leve à conjugação de esforços para o desenvolvimento científico e tecnológico próprios, a redução da dependência de matérias-primas e insumos importados e a eventual convergência progressiva das Farmacopéias brasileira e argentina, inclusive no tocante ao reconhecimento mútuo de ambas farmacopéias, das Substâncias de Referência e marcadores fitoterápicos, a transferência de tecnologia em aspectos significativos para ambas as farmacopéias e o desenvolvimento conjunto ou compartilhado de padrões e marcadores para inclusão nas duas farmacopéias. Instruíram que os resultados dessa cooperação sejam informados na Terceira Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral.

Assinada na cidade de Brasília, em oito de setembro de 2008.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM ANGOLA

08/09/2008

Foram realizadas, no último dia 5 de setembro, eleições legislativas em Angola.

A celebração do pleito, apesar dos percalços verificados, constituiu importante etapa no processo de consolidação da democracia naquele país. Dois representantes brasileiros participaram da Missão de Observação Eleitoral da CPLP.

O Governo brasileiro registra com satisfação o esforço do Governo de Angola de assegurar a realização de processo eleitoral no espírito do compromisso dos países-membros da CPLP com a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e a justiça social.

O Governo brasileiro está confiante em que a apuração dos votos transcorrerá dentro da normalidade e contribuirá para o continuado fortalecimento das instituições democráticas, necessárias para a consolidação da paz e do desenvolvimento angolano.

CIRURGIA DO MINISTRO
CELSON AMORIM
10/09/2008

O Ministro Celso Amorim foi submetido ontem, 9 de setembro, no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, a uma cirurgia pelo Doutor Jacob Kligerman para extração de nódulo na glândula submandibular. O Ministro recebeu alta na manhã de hoje e despacha no Rio de Janeiro.

SITUAÇÃO NA BOLÍVIA
10/09/2008

O Governo brasileiro acompanha com grande preocupação a evolução dos acontecimentos na Bolívia e lamenta o recrudescimento da violência e dos atos de desacato às instituições e à ordem legal.

O Governo brasileiro se solidariza com o

Governo constitucional da Bolívia e espera que cessem imediatamente as ações dos grupos que lançam mão da violência e da intimidação.

O Governo brasileiro insta todos os atores políticos a que exerçam comedimento, respeitem a institucionalidade democrática e retomem os canais do diálogo e da concertação, na busca de uma solução negociada e sustentável.

O Governo brasileiro está tomando todas as medidas necessárias para garantir o abastecimento de gás no País.

EXPOSIÇÃO SOBRE A
OBRA DE OSCAR NIEMEYER
11/09/2008

Foi aberta ao público ontem, 10 de setembro, no Museu de Arte das Américas em Washington, exposição sobre a obra do arquiteto Oscar Niemeyer, organizada pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores em conjunto com a Embaixada do Brasil em Washington. A cerimônia de abertura contou com a presença do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza.

Desenhos, plantas, fotografias, vídeos e maquetes referentes à obra de Niemeyer integram a exposição, que traz, ainda, a projeção de depoimento inédito gravado há poucos dias pelo arquiteto. São apresentados, também, estudos e obras de artistas que trabalharam em parceria com Niemeyer ao longo de sua carreira: esculturas de Alfredo Ceschiatti, Bruno Giorgi e Franz Weissmann; azulejos de Athos Bulcão; óleos de Tomie Ohtake, Cândido Portinari e Burle Marx.

A exposição permanecerá aberta à visitação pública no Museu de Arte das Américas até o dia 26 de outubro, seguindo, a partir dessa data, para Caracas.

ELEIÇÃO DE BRASILEIRAS PARA CARGOS DE DIREÇÃO DO IPCC

11/09/2008

Foram realizadas, no último dia 4 de setembro, eleições para os cargos de direção do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Elegeram-se para os cargos de Vice-Presidente do Grupo de Trabalho III (sobre mitigação) e de Co-Presidente da Força Tarefa sobre Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa, respectivamente, a Dra. Suzana Kahn Ribeiro, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, e a Dra. Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério de Ciência e Tecnologia. O Brasil foi o único país a eleger dois nacionais para cargos de direção do IPCC.

O IPCC reúne destacados cientistas encarregados de pesquisar, avaliar e compilar o conhecimento disponível sobre a mudança do clima. Agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2007, o Painel fornece subsídios científicos importantes para as negociações do regime multilateral sobre a mudança do clima.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO SRI LANKA - 15 A 18 DE SETEMBRO DE 2008

15/09/2008

O Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka, Rohitha Bogollagama, visita o Brasil no período de 15 a 18 de setembro, acompanhado do Ministro do Desenvolvimento Habitacional, Geethanjana Gunawardena.

A visita oficial inclui reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim, ocasião em que os Chanceleres passarão em revista os

principais temas de interesse bilateral e da agenda multilateral. Na oportunidade, será assinado o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, primeiro instrumento a ser firmado entre os dois países, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de projetos de cooperação em áreas como agricultura, energia e turismo.

Os Ministros cingaleses terão também reuniões no Ministério da Agricultura, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no Ministério das Cidades, na EMBRAPA e na APEX. Esses contatos, somados aos encontros com empresários em São Paulo e no Rio de Janeiro, visam a explorar formas de estimular a cooperação e o intercâmbio comercial bilateral.

O Ministro Bogollagama proferirá, igualmente, palestra no Instituto Rio Branco.

ACORDO POLÍTICO NO ZIMBÁBUE

15/09/2008

O Governo brasileiro expressa grande satisfação com a assinatura pelo Presidente Robert Mugabe e pelos líderes do partido MDC, Morgan Tsvangirai e Arthus Mutambara, de acordo para o estabelecimento imediato de novo Governo no Zimbábue. O entendimento lança também as bases para uma nova Constituição para o país.

O Brasil espera que as forças políticas no Zimbábue continuem a trilhar o caminho do diálogo e da moderação, em benefício do objetivo maior de atender às demandas populares da sociedade zimbabuana e de contribuir para a indispensável estabilidade política da África austral.

O entendimento alcançado resulta de louvável iniciativa diplomática da Comunidade para o Desenvolvimento da

África Austral (SADC) e da União Africana. O Governo brasileiro saúda particularmente o papel desempenhado pelo facilitador da SADC, Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, que se mostrou persistente e incansável na busca de solução que atendessem a todas as partes envolvidas.

O Governo brasileiro considera que o resultado evidencia a maturidade dos atores envolvidos e, em especial, a pertinência de dar às instituições africanas a responsabilidade maior de encontrar soluções próprias para os problemas daquele continente.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA NORUEGA,
JENS STOLTENBERG -
13 A 17 DE SETEMBRO DE 2008
15/09/2008

O Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, realiza visita oficial ao Brasil, no período de 13 a 17 de setembro, acompanhado do Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Internacional, Erik Solheim, e de outras autoridades do Governo norueguês.

No Rio de Janeiro, o Primeiro-Ministro participa, no dia 15 de setembro, da abertura da Feira “Rio Petróleo e Gás” e do Seminário Empresarial “Brasil-Noruega - Gigantes da Energia - Cooperação Tecnológica Estratégica”, com a participação do Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão. Encontra também o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e outros dirigentes empresariais das áreas de energia, construção naval e comércio de alimentos.

Em Brasília, no dia 16 de setembro, o Chefe de Governo norueguês manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem tratará de temas relacionados à exploração de petróleo, à cooperação nas áreas de aquicultura e pesca, à cooperação trilateral no Haiti e ao programa brasileiro de biocombustíveis. Os dois Mandatários abordarão, igualmente, as negociações no âmbito da Rodada de Doha, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a questão da mudança do clima, bem como as Metas do Milênio e a Iniciativa de Política Externa e Saúde Global.

O Primeiro-Ministro Stoltenberg fará anúncio da contribuição voluntária norueguesa ao Fundo Amazônia, que tem por objetivo a redução de emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento na Amazônia brasileira.

Durante a visita será assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Temas Relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção da Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável, que prevê a parceria entre Brasil e Noruega para o estabelecimento de diálogo político e cooperação abrangente sobre tais temas.

O comércio entre o Brasil e a Noruega triplicou nos últimos cinco anos, tendo superado o total de US\$ 1,1 bilhão em 2007. Cerca de cem empresas norueguesas estão presentes no Brasil, nas áreas de petróleo, energia, alumínio, fertilizantes, construção naval, papel e celulose, plataformas e equipamentos navais e serviços marítimos, entre outras. A principal área de investimentos brasileiros na Noruega é a de ferro-manganês (Rio Doce Manganês), em processo de expansão.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PARAGUAI, FERNANDO LUGO - 17 DE
SETEMBRO DE 2008
16/09/2008

O Presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo, visitará o Brasil em 17 de setembro.

Na manhã do dia 17, participará, em São Paulo, de encontro com empresários na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). À tarde, manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na reunião, os dois Presidentes deverão abordar os principais temas da agenda bilateral e regional, entre os quais formas de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Paraguai.

Entre janeiro e agosto de 2008, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 2,1 bilhões, um aumento de 69% com relação ao mesmo período de 2007. O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
NAMÍBIA, MARCO HAUSIKU - 17 DE
SETEMBRO DE 2008
17/09/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Marco Hausiku, visita o Brasil no dia 17 de setembro. A agenda inclui encontros no Itamaraty, no Ministério da Defesa, no Ministério da Indústria e Comércio e na EMBRAPA, onde realiza visita de campo.

A visita do Chanceler da Namíbia ocorre

na seqüência de duas visitas do Ministro Celso Amorim àquele país e insere-se no processo de estreitamento das relações entre o Brasil e a África.

Marco da maior aproximação com a Namíbia foi a visita do Presidente Lula a Windhoek, em novembro de 2003, quando foram firmados 9 atos que aprofundaram a cooperação bilateral. Entre as áreas mais importantes do relacionamento destaca-se a da cooperação naval. O Brasil tem prestado apoio à formação de oficiais da Marinha namibiana e contribuído para a estruturação daquela força.

Durante a visita do Ministro Marco Hausiku será firmado um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas bilaterais, que visa a intensificar os contatos entre os Governos do Brasil e da Namíbia.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PERU, ALAN GARCÍA -
18 DE SETEMBRO
17/09/2008

O Presidente do Peru, Alan García, visitará São Paulo no dia 18 de setembro. Estará acompanhado de expressiva delegação ministerial e de numerosos empresários peruanos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manterá encontro privado com o Presidente peruano, seguido de reunião ampliada ministerial.

Durante a visita, o Presidente Alan García participará da abertura da “Expoperu - Encontro Empresarial de Investimentos, Comércio, Turismo e Cultura do Peru no

Brasil”, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP. Os dois presidentes inaugurarão exposição cultural sobre tesouros inéditos peruanos.

A visita do Presidente Alan García reflete o interesse mútuo em reforçar as relações de amizade e de cooperação entre os dois países.

No primeiro semestre de 2008, o intercâmbio comercial bilateral foi superior a US\$ 1,53 bilhão, com exportações brasileiras para o Peru de US\$ 1,049 bilhão e importações daquele país de US\$ 489 milhões.

REPRESENTANTE BRASILEIRO NA
COMISSÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA
AO GOVERNO DA BOLÍVIA
18/09/2008

O Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, atual Representante Permanente junto à Conferência de Desarmamento em Genebra e ex-Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, foi designado para integrar a Comissão de Apoio e Assistência ao Governo da Bolívia, estabelecida pela UNASUL.

MENSAGEM DE FELICITAÇÕES
DO MINISTRO CELSO AMORIM
À MINISTRA DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DE ISRAEL, TZIPI LIVNI
20/09/2008

Mensagem de felicitações do Ministro Celso Amorim à Ministra das Relações Exteriores de Israel, Tzipi Livni

O Ministro Celso Amorim enviou a seguinte mensagem de felicitações à Ministra das Relações Exteriores de Israel, Tzipi Livni,

por sua eleição como nova líder do Kadima:

“Senhora Ministra e cara amiga,

Tenho o prazer de felicitá-la calorosamente por sua eleição, no dia 17 de setembro, como nova líder do Kadima. Tenho a convicção de que seu partido escolheu uma líder corajosa, decidida a assegurar um futuro próspero e pacífico para Israel e para o Oriente Médio. Gostaria de reiterar-lhe que o Brasil está pronto para contribuir no processo de paz.

Queira aceitar meus melhores votos de sucesso em sua nova função.

Cordiais saudações,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores do Brasil”

ATENTADO NO PAQUISTÃO
22/09/2008

O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao Governo e ao povo paquistaneses e apresenta suas condolências aos familiares das vítimas do inaceitável ato terrorista praticado, no último dia 20 de setembro, contra o Hotel Marriott, em Islamabad.

Ao repudiar esse ato de violência, que causou dezenas de mortos e feriu mais de duzentas pessoas, o Governo brasileiro reitera sua veemente condenação a todas as formas de terrorismo e faz votos de que o Paquistão possa trilhar o caminho da paz e da estabilidade.

PACTO EUROPEU SOBRE
IMIGRAÇÃO E ASILO
26/09/2008

O Governo brasileiro tomou conhecimento de que o Conselho formado pelos Ministros da Justiça dos países-membros da União Europeia

(UE) aprovou ontem, 25 de setembro, as bases de um “Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo”, cujos pontos principais contemplam novas normas restritivas à migração.

A decisão dá seqüência a uma preocupante escalada de medidas tomadas em âmbito europeu que, a pretexto de combater a imigração ilegal e estimular a regularidade, reforçam predisposição negativa à migração, generalizam critérios seletivos e abrem margem a controles que, na prática, podem se revelar arbitrários e atentatórios aos direitos humanos.

O Governo brasileiro reitera os termos da nota oficial que emitiu em 18 de junho passado a respeito da denominada “Diretiva de Retorno” européia, em que lamentou a percepção desfavorável que difundia da migração e assinalou seus efeitos contrários a uma desejada redução de entraves à livre circulação de pessoas e a um mais amplo e pleno convívio entre os povos.

O Brasil, que acolheu generosamente e sem discriminações milhões de estrangeiros, sobretudo europeus, espera que os países da UE, ao deliberarem sobre o “Pacto” na reunião do Conselho Europeu que se realizará em outubro, levem em conta suas experiências históricas e os benefícios que auferiram com o fenômeno migratório, evitando iniciativas que criem novos fatores de divisão entre países de origem e recepção de imigrantes.

O Governo brasileiro defende firmemente o direito de ir e vir das pessoas e vem reforçando política de apoio aos seus nacionais no exterior. Coerente com essa posição, redobrar a vigilância em relação a medidas que possam afetá-los em violação a normas humanitárias e de convivência consagradas universalmente.

ATENTADO EM DAMASCO

27/09/2008

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do atentado a bomba que custou a vida de ao menos dezessete pessoas e feriu diversas outras, hoje, 27 de setembro de 2008, em Damasco. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram mensagens de condolências a seus homólogos sírios.

O Brasil reitera seu mais veemente repúdio a todos os atos de terrorismo, não importa sob que justificativa.

O Governo brasileiro estende aos familiares das vítimas suas mais sinceras condolências.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - MANAUS, 30 DE SETEMBRO DE 2008

29/09/2008

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, visitará o Brasil amanhã, 30 de setembro, para encontro, em Manaus, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois Presidentes manterão reunião de trabalho em que passarão em revista temas da agenda bilateral e da conjuntura regional e internacional.

Durante o encontro, Brasil e Venezuela deverão firmar novas linhas de cooperação, com destaque para os acordos em matéria de moradias populares, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Habitação da Venezuela (BANAVIH), e sobre agricultura familiar, entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e os Ministérios do Poder Popular para a Agricultura e Terras e para a Alimentação da Venezuela. Os Presidentes verificarão,

também, os avanços obtidos na cooperação industrial e agrícola, desenvolvida pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Também no dia 30, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá, em Manaus, os Presidentes da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Correa, para conversações sobre temas do relacionamento bilateral e de interesse para a integração regional.

REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO G-5 29/09/2008

Os Ministros das Relações Exteriores de Brasil, China, Índia, África do Sul e México - o Grupo dos Cinco (G-5) - reuniram-se à margem da 63ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. O propósito do encontro foi dar seqüência às discussões iniciadas pelos líderes do G-5 durante a reunião que tiveram em Sapporo, em julho último, antes de sua participação na Cúpula do G-8 em Toyako, Hokkaido, no Japão.

Os cinco Ministros intercambiaram visões sobre o atual cenário internacional e apontaram os sérios desafios suscitados pela instabilidade financeira mundial, pela mudança do clima, pelo aumento exorbitante nos preços dos alimentos e do petróleo e pelos distúrbios em diferentes partes do mundo. Concordaram que o G-5 deve desempenhar papel construtivo nesse cenário complexo, contribuindo para maior participação dos países em desenvolvimento numa governança mundial aprimorada.

Os Ministros decidiram, para tanto, continuar com um diálogo mais estreito e aprofundar a colaboração sobre os problemas globais mais prementes. Serão organizados, nos próximos meses, seminários e workshops, com a participação de especialistas de alto nível dos cinco países, para debater temas como a crise dos alimentos, a mudança do clima e a instabilidade financeira, e também para reforçar a cooperação técnica - com o propósito de aprendizagem recíproca mediante troca de informações e de boas práticas - e identificar projetos de cooperação Sul-Sul para aproveitar as vantagens das capacidades e políticas nacionais respectivas.

Os Ministros das Relações Exteriores concordaram também que as delegações de seus países que participarão das próximas reuniões internacionais sobre mudança do clima, comércio e assuntos financeiros manterão consultas regulares.

Será criada uma plataforma tecnológica para construir um canal de comunicação entre os membros do G-5 e para fornecer informação à opinião pública global.

Os Ministros das Relações Exteriores reconheceram o importante trabalho realizado pelo México como coordenador do Grupo e decidiram prolongar seu mandato.

Adicionalmente, os Ministros das Relações Exteriores coincidiram sobre a importância de garantir um diálogo mais substantivo com o G-8, que se baseie em verdadeira parceria e dê apoio total ao multilateralismo como meio mais eficiente para se alcançarem soluções globais.

Os Ministros das Relações Exteriores do G-5 têm-se reunido à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas desde 2006.

REUNIÃO MINISTERIAL DO FÓRUM DE
DIÁLOGO ÍNDIA - BRASIL - ÁFRICA DO
SUL (IBAS) À MARGEM DA 63ª SESSÃO
DA AGNU - 29 DE SETEMBRO DE 2008
29/09/2008

Os Ministros das Relações Exteriores da Índia, Pranab Mukherjee; do Brasil, Celso Amorim; e da África do Sul, Nkosazana Dlamini Zuma, reuniram-se em Nova Iorque em 29 de setembro de 2008, por ocasião da 63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trocaram opiniões sobre vários temas da agenda internacional e discutiram tópicos relacionados ao Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul (IBAS).

Os três Ministros reafirmaram seu compromisso com o processo de fortalecimento do IBAS e sua determinação conjunta de reforçar as posições coordenadas sobre assuntos políticos e multilaterais globais relevantes, particularmente aqueles que têm impacto significativo nos países em desenvolvimento, tais como a necessidade de reforma das instituições de Governança Global para que sejam mais representativas e democráticas.

Discutiram, ainda, o aprimoramento de mecanismos para dinamizar e acelerar o desembolso de recursos do Fundo Fiduciário do IBAS para beneficiários específicos de países menos desenvolvidos, a fim de avançar com a execução de projetos. Nesse sentido, os três parceiros do IBAS aprovaram o relatório de revisão e mostraram-se satisfeitos pela aprovação, no âmbito do Fundo IBAS para Iniciativas de Alívio à Fome e à Pobreza, exemplo tangível de cooperação Sul-Sul, de

projetos de apoio para além dos já existentes no Haiti (manejo de resíduos sólidos) e em Guiné-Bissau (desenvolvimento agrícola), nos seguintes países em desenvolvimento:

Guiné-Bissau: desenvolvimento agrícola e fornecimento confiável de energia em locais-chave;

Burundi: fortalecimento da infra-estrutura e da capacidade de combate à Aids/HIV;

Laos: irrigação e manejo de bacias hidrográficas;

Cabo Verde: reforma da infra-estrutura de assistência à saúde;

Palestina: construção de ginásio esportivo para promoção da participação construtiva da juventude.

Os Ministros notaram, com satisfação, que a maior parte dos Grupos de Trabalho do IBAS já se reuniu ou se reunirá na Índia, nos meses de setembro e outubro de 2009, previamente à 3ª Cúpula do IBAS. Saudaram os novos acordos/memorandos de entendimento a serem assinados durante a Cúpula.

Os Ministros notaram, com satisfação, que os preparativos para a 3ª Cúpula do IBAS estão progredindo de maneira satisfatória.

Os Ministros observaram que os Pontos Focais se reunirão em Nova Délhi em 10 de outubro de 2008 e, em caso de necessidade, antes dessa data, para finalizar os preparativos da Cúpula.

Os Ministros também discutiram a reforma do Conselho de Segurança da ONU e expressaram satisfação com a decisão da Assembleia Geral de iniciar negociações intergovernamentais, com base em propostas dos Estados-membros, na plenária informal da Assembleia Geral da ONU até 28 de fevereiro de 2009. Enfatizaram a necessidade

de reforma urgente do Conselho de Segurança, que incluiria expansão de ambas as categorias de membros, permanentes e não-permanentes, a fim de torná-lo mais democrático, legítimo, representativo e eficiente. Reiteraram seu compromisso de continuar a buscar conjuntamente uma decisão a respeito da expansão urgente do Conselho de Segurança, com vistas a atingir resultados concretos.

Como parte da 3ª Cúpula do IBAS, os seguintes eventos paralelos ocorrerão em nível de cooperação setorial na Índia:

- Seminário acadêmico;
- Reunião do Conselho Comercial do IBAS;
- Fórum Parlamentar;
- Fórum das Mulheres;
- 2o Fórum IBAS de Editores;
- Festivais de cinema, culinária e cultura.

Os preparativos da 3ª Cúpula também constaram da agenda dos três Ministros, que concordaram em reunir-se novamente às vésperas do evento.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ -
MANAUS, 30 DE SETEMBRO DE 2008 -
COMUNICADO CONJUNTO
30/09/2008

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías encontraram-se em Manaus, no dia 30 de setembro de 2008. Foi a quarta reunião no marco dos encontros presidenciais trimestrais, iniciados em dezembro de 2007 com vistas a fortalecer a densa agenda política, comercial, econômica, cultural e de cooperação agrícola, educacional, energética e industrial.

1. CRISES FINANCEIRA E ALIMENTAR

Os Presidentes mantiveram proveitoso diálogo sobre as crises financeira e de alimentos.

Coincidiram que a integração econômica

e comercial sul-americana tem sido fundamental para que as economias da região enfrentem a crise. Concordaram, também, que o crescimento dos mercados internos dos países da América do Sul, assim como a diversificação de acordos e parcerias comerciais entre países em desenvolvimento, contribuem para a capacidade da região para conter a crise.

Alertaram, contudo, que o desafio permanece e reafirmaram seu compromisso de aprofundar a integração sul-americana e promover o desenvolvimento para enfrentar futuras crises cíclicas na economia mundial.

Ressaltaram, nesse quadro, a importância da adesão plena da Venezuela ao Mercosul, assim como a necessidade de estabelecer mecanismos financeiros regionais autônomos e fortalecidos.

2. COOPERAÇÃO NA ÁREA ALIMENTAR

Os presidentes examinaram, com preocupação, a crise alimentar mundial. Lamentaram a elevação dos preços dos alimentos e seus efeitos, em especial para os países mais pobres.

Coincidiram que o protecionismo gera graves distorções à produção mundial de alimentos. Assinalaram que deve haver um esforço conjunto, no plano multilateral, com vistas à eliminação dos subsídios concedidos pelos países desenvolvidos, permitindo, assim, aumentar a produção do setor primário nos países mais pobres, os quais contam com vantagens comparativas reais na produção agrícola.

Congratularam-se, nesse contexto, pela assinatura de acordo para a implantação de projeto da produção de soja na Venezuela, o qual permitirá apoiar os esforços venezuelanos de alcançar a soberania alimentar para este produto no curso dos próximos anos.

Acolheram com satisfação a assinatura

de Memorando de Entendimento na área de agricultura familiar para viabilizar a implantação na Venezuela de projeto com características similares ao “Programa Mais Alimentos” brasileiro.

Ressaltaram a importância do avanço nas negociações para a futura assinatura de Memorando de Entendimento entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Mercado de Alimentos C. A. (MERCAL), com vistas a promover a cooperação em matéria alimentar na Venezuela.

3. COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

Os Presidentes manifestaram sua satisfação com os progressos alcançados até o momento no desenvolvimento dos distintos projetos bilaterais em matéria energética, com uma visão integral, orientados ao aprofundamento do processo de integração regional, fundamentado nos princípios de complementaridade, cooperação e solidariedade compartilhada.

Os Presidentes reafirmaram, ainda, a necessidade de investir na produção e na diversificação de fontes energéticas.

Expressaram, ainda, sua satisfação com as negociações para a aquisição, pela BRASKEM, de nafta petroquímica da PEQUIVEN e de equipamentos de fabricação brasileira por parte da indústria petroleira venezuelana. Registraram com satisfação a futura abertura de escritório da ABIMAQ na sede da PDVSA Industrial em Caracas, e da PDVSA Industrial na sede da ABIMAQ em São Paulo, assim como a crescente participação de empresas brasileiras no setor energético venezuelano.

Reiteraram seu apoio à cooperação, entre a PETROBRAS e a PDVSA, em especial no que se refere à definição dos termos finais do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social para a Refinaria Abreu e Lima, bem como aos avanços na definição das condições para a licitação do Bloco Carabobo I.

4. COOPERAÇÃO NO CAMPO HABITACIONAL

Saudaram a assinatura, pela Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Vivienda y Hábitat (BANAVIH) de Memorando de Entendimento para cooperação na área habitacional. Recordaram que a preocupação com o déficit habitacional constitui tema que ambos os governos consideram prioritário para a melhoria das condições de vida das populações de baixa renda.

Coincidiram na importância de que ambos os governos compartilhem as suas experiências exitosas de inclusão bancária da população de baixa renda, dando-lhe acesso a créditos para novas casas e para a construção de moradias mais dignas.

5. COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Os Presidentes saudaram os resultados alcançados pelo Programa de Trabalho Bilateral em Matéria de Cooperação Industrial, celebrado pelos dois países no encontro presidencial de dezembro de 2007, coordenado, pelo lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e, pelo lado venezuelano, pelo Ministério do Poder Popular para as Indústrias Leves e o Comércio (MILCO), em especial a conclusão das negociações do “Plano Operacional de Implementação da Segunda Fase” do referido Programa, que se firmou na data de hoje.

O Plano Operacional, em sua segunda fase, contempla importantes iniciativas de cooperação para que a Venezuela possa aumentar sua produção de leite, bem como sua produção de alimentos no que diz respeito a frutas, vegetais e hortaliças, farinhas para pães e alimentos para animais, além de contemplar a transferência de tecnologia para a produção de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, com a participação da EMBRAPA e da ABIMAQ.

A cooperação industrial prevê, também, na segunda fase, a participação do Brasil na área de saúde, com iniciativas de transferência de tecnologia para a produção interna na Venezuela, dentre outros, de vacinas, produtos farmacêuticos e hemoderivados, bem como a transferência de tecnologias na área de nanotecnologia e a formação de profissionais de saúde.

Ressaltaram que a cooperação industrial na segunda fase inclui programas de cooperação para o financiamento de empresas de base tecnológica e de pequenas e médias empresas, grandes geradoras de emprego e importantes atores para o fortalecimento da dimensão social das suas economias.

Saudaram, nesse sentido, no marco do desenvolvimento do Programa de Trabalho, a importância da quarta entrega, pela ABDI e pelo MILCO, dos cadernos técnicos contendo pré-projetos relativos a sete tipos de fábricas selecionados na Venezuela, nas áreas de: 1) equipamentos para processar alimentos; 2) equipamentos de refrigeração industrial; 3) recipientes e tampas de metal; 4) recipientes de vidro; 5) fundições; 6) cartões de circuitos impressos; e 7) tubos de PVC.

Os pré-projetos, elaborados pela Fundação CERTI, contratada com recursos da ABDI, com participação do Ministério de Indústrias Leves e Comércio da Venezuela, constituem importante passo no processo de cooperação industrial entre os dois países.

A continuação do Programa de Trabalho prevê transferência de tecnologia e treinamento de mão de obra especializada, a partir da oferta brasileira de bens e serviços.

6. INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Saudaram os resultados alcançados durante a VIII Reunião Binacional do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço, realizada em Brasília, nos dias 23 e 24 de setembro de 2008. Foram examinadas,

na oportunidade, diversas áreas em que a cooperação bilateral deverá avançar nos próximos anos, beneficiando as populações da fronteira.

Reiteraram o compromisso de realizar a IX Reunião na cidade de Puerto Ordaz, durante o mês de março de 2009.

7. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Os Presidentes decidiram realizar, até dezembro de 2008, reuniões de trabalho entre delegações de alto nível comandadas por representantes do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e do Ministério do Poder Popular para o Ambiente da Venezuela, com o objetivo de estabelecer um plano de ação a ser executado ao amparo do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ambiental, firmado no passado dia 27 de junho, em Caracas.

Ressaltaram também que o Centro Binacional de Santa Elena do Uairen, criado por ocasião do encontro presidencial de junho de 2007, em Caracas, representará importante instrumento à disposição de ambos os países para a exploração de novas fronteiras tecnológicas da biodiversidade na região amazônica, que atenda às expectativas de desenvolvimento e integração econômica, com respeito ao meio ambiente.

8. ACORDO AÉREO

Felicitaram-se pelos avanços que ambos os países alcançaram com a celebração de acordo aéreo bilateral, que possibilitará ampliar o número de rotas aéreas entre Brasil e Venezuela. Indicaram a conveniência de estabelecer vôo na rota Caracas-Brasília-Buenos Aires, o que constituirá importante avanço para a integração entre Brasil, Venezuela e Argentina.

9. DEFESA DO CONSUMIDOR

Recordaram que a atividade econômica requer uma relação de confiança do consumidor

sobre a qualidade do produto e de respeito do produtor pelos direitos do consumidor como o agente final mais importante da produção. Nesse sentido, instruíram os órgãos nacionais competentes a concluir negociações para estabelecer programa de cooperação bilateral em matéria de defesa do consumidor, de maneira que ambos os países possam compartilhar suas melhores experiências na área normativa e técnica.

10. CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC) E CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA)

Ressaltaram a oportunidade da convocação da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que se realizará em Salvador, Bahia, em dezembro de 2008, que permitirá um debate amplo e produtivo sobre os novos rumos da integração regional, que se deseja ampla e participativa.

Nesse sentido, também lembraram a importância da convocação, para novembro de 2008, da Cúpula América do Sul-África (ASA), a realizar-se em Caracas, a partir da qual poderão ser aprofundados os laços de integração Sul-Sul, em linha com as prioridades de ambos os governos.

Os Presidentes acordaram realizar a próxima reunião bilateral na Venezuela, em data a ser oportunamente acordada.

ATENTADOS NA ÍNDIA

02/10/2008

O Governo brasileiro recebeu, com grande pesar, a notícia dos atentados terroristas ocorridos na Índia nos dias 29 de setembro e 1 de outubro, que deixaram onze mortos e centenas de feridos.

Ao condenar de forma veemente a violência de atos dessa natureza, quaisquer que sejam

os motivos alegados, o Governo brasileiro manifesta as mais sinceras condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da Índia.

REUNIÃO DE CHANCELERES PREPARATÓRIA DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - RIO DE JANEIRO, 6 DE OUTUBRO DE 2008 03/10/2008

Será realizada no Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 2008, a Reunião de Chanceleres preparatória da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

Deverão comparecer à reunião Chanceleres e Altos Funcionários dos 33 países da América Latina e do Caribe para discutir o formato, a agenda temática e os possíveis resultados da Cúpula, que se realizará em Salvador nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008.

Ao reunir todos os países da América Latina e do Caribe no mais alto nível político, a Cúpula de Salvador constituirá iniciativa inédita e oportunidade singular para que os países da região discutam, com base em agenda e perspectivas próprias, questões fundamentais relacionadas à integração e ao desenvolvimento.

I REUNIÃO DO MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA POLÍTICA BRASIL-SICA - RIO DE JANEIRO, 7 DE OUTUBRO DE 2008 03/10/2008

Será realizada no Rio de Janeiro, no dia 7 de outubro, a I Reunião do Mecanismo Permanente

de Consulta Política Brasil - Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

O Mecanismo foi criado por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo Brasil - SICA, realizada em São Salvador (El Salvador), no dia 29 de maio de 2008, com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos Presidentes centro-americanos integrantes do SICA.

A reunião do dia 7 tem por objetivo aprofundar o relacionamento entre o Brasil e a América Central e o Caribe, por meio do reforço da cooperação técnica, da dinamização das relações comerciais e da intensificação do diálogo político sobre temas de interesse comum, tais como a produção de biocombustíveis e a ampliação dos programas de combate à fome e à pobreza.

Na oportunidade, o Ministro Celso Amorim e o Secretário-Geral do SICA, Aníbal Quiñonez, assinarão o Acordo de Adesão do Brasil como Observador Regional do SICA, em cumprimento à decisão dos Presidentes durante a Cúpula Brasil-SICA de São Salvador.

Constituído em 1991, o SICA é integrado por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e, na condição de Estado Associado, República Dominicana.

180º ANIVERSÁRIO DO
ESTABELECIMENTO DE
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O
BRASIL E A RÚSSIA
03/10/2008

No contexto da celebração, hoje, do 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, o Ministro Celso Amorim enviou a seguinte mensagem ao Ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Serguei Lavrov:

“Prezado Ministro,

Caro colega e estimado amigo,

A data de 3 de outubro de 2008 assinala efeméride de elevada importância para o Brasil. Neste dia, comemoramos o 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia.

Desde 1828, nossas relações têm-se lastreado nos sólidos princípios e valores que compartilham nossos governos e nossos povos. Entre eles, destaco o empenho do Brasil e da Rússia na construção de uma ordem internacional mais justa e democrática. Compartilhamos também o interesse na construção de uma ordem internacional multipolar e atribuímos especial relevância ao papel da Organização das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança global.

Mais recentemente, estabelecemos a Parceria Estratégica e a Aliança Tecnológica entre nossos dois países. Além disso, o diálogo que hoje desenvolvemos no âmbito dos BRICs enseja nova vertente de cooperação quanto ao encaminhamento de questões de nosso mútuo interesse.

Na base da Parceria Estratégica estão nossas marcadas similaridades. Somos gigantes territoriais e populacionais, detentores de expressivos recursos naturais. Temos explorado ao máximo as complementaridades em nossas relações políticas, econômicas e culturais.

Nutrimos mútua admiração pela riqueza e diversidade cultural de nossos povos e congratulamo-nos pelo crescente intercâmbio nos campos da literatura, da música, das artes e do esporte, áreas em que podemos aprofundar ainda mais nosso relacionamento. Ressalto como expressões concretas do nosso mútuo enriquecimento cultural a Escola do Teatro Bolshoi de Moscou no Brasil e as escolas de futebol brasileiro na Rússia.

O vasto patrimônio que já construímos nos mais diversos campos constitui sólido

fundamento para ampliarmos e diversificarmos nossa parceria. Aguardamos com grande expectativa a próxima visita ao Brasil do Presidente Dmitri Medvedev, que nos dará a oportunidade de continuar a trabalhar para que as relações entre o Brasil e a Rússia se aprofundem de forma a melhor refletir o dinamismo e as dimensões de nossas economias.

Estou certo de que, nesta auspiciosa data, olhamos com confiança para o futuro. Com esse espírito, renovo a Vossa Excelência, caro amigo e colega, os meus mais sinceros votos de prosperidade e de felicidade, que estendo a todo o povo da Federação da Rússia.

Cordialmente,
Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

Também na data de hoje, o Ministro Celso Amorim recebeu a seguinte mensagem do Chanceler russo:

“Excelentíssimo Senhor Ministro, caro Celso,

Hoje os nossos Estados comemoram uma data significativa - 180 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.

Nesse período, a Rússia e o Brasil trilharam o caminho na construção das relações de amizade e igualdade entre os Estados e firmaram as tradições sólidas da cooperação bilateral. Os povos dos nossos países nutrem sentimentos imutáveis de amizade e simpatia mútua.

O diálogo político entre a Rússia e o Brasil, inclusive no mais alto nível, é caracterizado por profunda confiança recíproca. Foram estabelecidos e funcionam eficientemente mecanismos de coordenação de nossa interação na arena internacional, sobretudo no âmbito da Organização das Nações Unidas. A cooperação entre a Rússia e o Brasil tem grande potencial no contexto dos BRICs. De modo dinâmico, são perseguidos e alcançados objetivos práticos, destinados a ampliar os contatos econômicos, comerciais, de investimentos

e técnico-militares, e a formar a aliança tecnológica. Fator importante na aproximação dos dois países é o crescimento do intercâmbio humanitário e cultural. Tudo isso nos permite falar sobre o avanço bem-sucedido em direção à construção de verdadeira parceria estratégica.

Estou convicto de que o aprofundamento e a ampliação das relações bilaterais em todos os aspectos da cooperação é uma imposição do atual momento. Corresponde às aspirações da Rússia e do Brasil e serve aos interesses da construção de uma ordem mundial justa, multipolar, democrática e segura.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de transmitir a Vossa Excelência, caro amigo e colega, os votos de saúde e felicidade, de bem-estar, paz e prosperidade, estendidos a todo o povo brasileiro.

Cordialmente,

S. Lavrov

Moscou

3 de outubro de 2008”

REUNIÃO ENTRE A AGÊNCIA
BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO E
AGÊNCIA SUÍÇA DE COOPERAÇÃO -
BRASÍLIA, 1º DE OUTUBRO DE 2008
04/10/2008

Dando seguimento às ações acordadas entre o Ministro Celso Amorim e a Conselheira Federal Micheline Calmy-Rey, Chefe do Departamento Federal de Negócios Estrangeiros da Suíça, por ocasião de sua visita ao Brasil no dia 14 de agosto, a Agência Brasileira de Cooperação recebeu, no dia 1º de outubro, a visita do Senhor Régis Avanthay, Chefe de Divisão da Agência Suíça de Cooperação.

Avanthay ressaltou que o Governo suíço tem conhecimento do compromisso do Governo brasileiro com a elaboração de programa estratégico para apoio continuado

ao desenvolvimento do setor agrícola e da segurança alimentar e nutricional no Haiti e desejaria discutir formas de participação de seu país em programas conjuntos de cooperação técnica (cooperação trilateral).

O Diretor da Agência Brasileira de Cooperação indicou que o programa, que está em fase final de elaboração com as instituições parceiras do Governo brasileiro, prevê a realização simultânea, durante o período 2008-2010, de quatro conjuntos de ações integradas e coordenadas visando ao desenvolvimento organizacional e ao aperfeiçoamento de quadros técnicos nas áreas de: (a) segurança alimentar e nutricional e redes de proteção social; (b) desenvolvimento agrícola, aquisição de alimentos e agricultura familiar; (c) fortalecimento institucional e; (d) pesquisa e extensão rural. A execução dessas ações trará a implantação de cerca de cinquenta projetos de cooperação técnica com o conseqüente envolvimento de número significativo de parceiros nacionais e internacionais.

Ambas as partes concordaram em intensificar os contatos e trocas de informações a respeito do tema.

CONSELHO BRASILEIRO DO
MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO
04/10/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará, no dia 6 de outubro, em solenidade a ser realizada no Palácio do Planalto, decreto que institui o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo. A criação do Conselho é iniciativa conjunta do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Conselho será um foro para o diálogo entre Governo e sociedade civil sobre os

temas da integração regional e abrirá um novo caminho para aproximar ainda mais o Mercosul da sociedade brasileira, atendendo ao interesse crescente pelo processo de integração.

A sessão de instalação do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo ocorrerá após a solenidade, às 15 horas do dia 6. Será anunciado na ocasião o Programa Mercosul Social e Participativo, que consiste em um conjunto de atividades culturais, educativas e sociais a serem realizadas durante a Presidência Pro Tempore brasileira.

FESTIVAL DE CULTURA
BRASILEIRA EM MOSCOU
06/10/2008

Em comemoração aos 180 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia, a Embaixada do Brasil em Moscou inaugurou, em 3 de outubro corrente, o Festival de Cultura Brasileira em Moscou.

Trata-se de uma série de eventos das mais diversas manifestações da cultura brasileira, durante todo o mês de outubro, com apresentações de músicos populares e eruditos, exposições de artes plásticas, palestras e eventos gastronômicos, mostra de cinema e lançamento de publicações e livros brasileiros traduzidos para o russo.

Entre os eventos que merecem destaque estão os shows musicais de João Donato no Conservatório Tchaikovsky e de Marcos Valle no Empório Jazz Bar, em comemoração aos 50 anos da bossa nova; a apresentação da cantora Teresa Cristina e do Grupo Semente; a exposição do artista plástico Carlos Bracher; o Festival Gastronômico brasileiro, a cargo da chef Carla Pernambuco; e a Mostra de Moscou do Cinema Brasileiro.

ENCONTRO DA MINISTRA DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
GUIANA, CAROLYN RODRIGUES-
BIRKETT, COM O MINISTRO CELSO
AMORIM - RIO DE JANEIRO,
7 DE OUTUBRO DE 2008
06/10/2008

O Ministro Celso Amorim receberá a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, no dia 7 de outubro, no Rio de Janeiro, para reunião de trabalho. Esta será a primeira reunião bilateral do Ministro Amorim com sua homóloga guianense, que assumiu o cargo em abril deste ano.

O primeiro encontro dos Ministros se realiza no marco da celebração do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Guiana.

Diversos temas da agenda bilateral, sobretudo aqueles relacionados à melhoria de infra-estrutura de transportes entre os dois países, serão tratados durante o encontro. Também serão examinadas formas de aprofundar a cooperação nos setores educacional, agrícola e ambiental.

O comércio do Brasil com a Guiana totalizou, em 2007, cerca de US\$ 20 milhões, dos quais US\$ 2 milhões, aproximadamente, correspondem a importações provenientes da Guiana. No período de janeiro a agosto de 2008, o comércio bilateral alcançou US\$ 13,8 milhões.

O Governo brasileiro tem envidado esforços para reduzir o desequilíbrio do comércio bilateral, sobretudo com ações do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).

ENCONTRO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA
NICARÁGUA, SAMUEL SANTOS LÓPEZ,
COM O MINISTRO CELSO AMORIM -
RIO DE JANEIRO,
8 DE OUTUBRO DE 2008
07/10/2008

O Ministro Celso Amorim receberá o Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Samuel Santos López, no dia 8 de outubro, no Rio de Janeiro, para reunião de trabalho.

Entre os principais temas a serem discutidos durante a reunião bilateral estão a cooperação no setor energético; a ampliação do intercâmbio comercial bilateral; a cooperação na área das ações sociais; o desenvolvimento agrário e o combate à fome; e o impulso às negociações comerciais entre o MERCOSUL e o SICA.

O Chanceler nicaraguense participou, hoje, 7 de outubro, da I Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta Política Brasil-Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), e ontem, dia 6, da Reunião de Chanceleres preparatória da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

ATO ASSINADO POR OCASIÃO
DA I REUNIÃO DO MECANISMO
PERMANENTE DE CONSULTA
POLÍTICA BRASIL-SICA - RIO DE
JANEIRO, 7 DE OUTUBRO DE 2008
07/10/2008

Acordo sobre a Admissão do Brasil ao
Sistema de Integração Centro-Americana na
Categoria de Observador Regional

A República Federativa do Brasil
e
O Sistema da Integração Centro-Americana (SICA),

Considerando:

Que o Protocolo de Tegucigalpa estabelece em seu Artigo 17 que é competência do Conselho de Ministros das Relações Exteriores a representação da região ante a comunidade internacional, a execução das decisões dos Presidentes em matéria de política internacional regional, a recomendação sobre o ingresso dos novos membros ao SICA, assim como a decisão sobre a admissão de observadores ao mesmo;

Que na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do SICA e da República Federativa do Brasil, celebrada em 29 de maio de 2008, em São Salvador, República de El Salvador, os Mandatários “acordaram uma pronta incorporação do Brasil como Estado Observador ao Sistema de Integração Centro-Americana”, nos termos do parágrafo 10 do Comunicado Conjunto;

Que o Artigo 31 do Protocolo de Tegucigalpa estabelece que “o SICA poderá, no marco de suas competências, celebrar com terceiros Estados ou organismos, tratados ou acordos, em conformidade com os propósitos e princípios do presente instrumento”;

Que os Chefes de Estado e de Governo da América Central instruíram a Secretaria-Geral do Sistema de Integração Centro-Americana (SG-SICA) a celebrar com o Representante do Brasil os acordos que correspondam e faça-os de conhecimento do Conselho de Ministros de Relações Exteriores oportunamente;

Que ao adotar esta decisão, os Mandatários dos países membros do SICA e do Brasil tomaram em conta os estreitos vínculos que existem na área de cooperação no âmbito político, econômico, social, educativo, cultural

e ambiental que unem a América Central ao Brasil, que permitiram consolidar uma relação privilegiada a partir de um reconhecimento comum dos grandes propósitos e princípios gerais do SICA,

Acordam as seguintes disposições:

Primeiro. Formalizar a incorporação do Brasil ao Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) na categoria de Observador Regional.

Segundo. O Brasil poderá participar como Observador Regional na Reunião Ordinária de Presidentes e no Conselho de Ministros nos diferentes ramos ou setores, assim como nas demais instituições que acordem as Partes. Em sua qualidade de Observador Regional, o Brasil poderá participar das reuniões ordinárias do Conselho de Ministros de Relações Exteriores para aspectos de cooperação política, no Conselho de Ministros de Integração Econômica, de Integração Social, ou outros nos quais existam possibilidades reais de compartilhar, potencializar e desenvolver uma agenda de cooperação e de complementaridade econômica e social, com resultados concretos e tangíveis que reforcem o diálogo e a cooperação entre ambas as Partes.

Terceiro. A participação do Brasil realizar-se-á atendendo ao convite da Presidência Pro Tempore do SICA, por meio da Secretaria Geral do Sistema. O critério fundamental para apresentar um convite será o interesse recíproco de fortalecer as relações em uma área específica.

Quarto. O Brasil poderá apresentar à Presidência Pro Tempore ou à Secretaria-Geral do SICA uma solicitação para participar em um determinado Conselho de Ministros ou Reunião de Presidentes. A solicitação deverá mencionar o interesse específico em sua participação. A decisão correspondente será comunicada por meio da Secretaria-Geral.

Quinto. Quando se acorde convidar o Brasil a uma reunião em alguns dos órgãos mencionados, inscrever-se-á ao menos um tema na agenda orientado a fortalecer as relações de amizade e cooperação entre Brasil e América Central nos âmbitos políticos, econômicos, social, educativo, cultural ou ambiental.

Sexto. O Brasil terá direito a voz, mas sem voto, e sua participação não influirá no consenso. O direito a voz está limitado aos assuntos que lhe interessem ou afetem diretamente ou àqueles que a parte centro-americana assim decida. Corresponde à Presidência da Reunião de Presidentes e do Conselho de Ministros outorgar o direito a voz ao representante do Brasil.

Sétimo. A participação do Brasil na categoria de Observador Regional não implicará obrigações financeiras junto ao SICA.

Oitavo. A participação do Brasil nos órgãos indicados se realizará ao nível que corresponda.

Nono. O presente Acordo entra em vigor na data de sua assinatura.

Assinado no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 2008, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ATENTADO NO SRI LANKA

07/10/2008

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do atentado ocorrido ontem, 6 de outubro, na cidade de Anuradhapura, no Sri Lanka, que provocou a morte de 27 pessoas e deixou mais de 80 feridos.

Ao reiterar seu veemente repúdio a atos de terrorismo, independentemente de seus autores e motivações, o Governo brasileiro transmite aos familiares das vítimas e ao Governo e povo

cingaleses seus sentimentos de solidariedade e suas mais sentidas condolências.

ENCONTRO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA
NICARÁGUA, SAMUEL SANTOS LÓPEZ,

COM O MINISTRO CELSO AMORIM -
RIO DE JANEIRO, 8 DE OUTUBRO DE
2008 - COMUNICADO CONJUNTO

08/10/2008

O Ministro das Relações Exteriores da República da Nicarágua, Samuel Santos López, visitou o Rio de Janeiro em 8 de outubro de 2008, atendendo a convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim. A visita deu seguimento aos acordos alcançados e às perspectivas de cooperação abertas durante a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Nicarágua, em agosto de 2007, que os Chanceleres consideraram um marco histórico no desenvolvimento das relações bilaterais.

2. Os Ministros intercambiaram pontos de vista acerca das relações bilaterais e da situação regional e internacional. No plano bilateral, expressaram sua firme vontade de desenvolver as relações de intercâmbio e cooperação entre o Brasil e a Nicarágua.

3. Coincidiram na importância da dinamização das atividades de cooperação técnica entre Brasil e Nicarágua e se congratularam pela entrada em vigor, em 30 de setembro último, do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2 fevereiro de 2006. Recordaram, ainda, a realização de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) à Nicarágua, em junho de 2008, e a importância de executar prontamente

os projetos nas áreas de agricultura, desenvolvimento social e saúde acordados.

4. Os Chanceleres expressaram seu respaldo aos resultados alcançados nos cursos de reabilitação agrícola financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e à decisão de que, no corrente semestre, se continuem executando as atividades de cooperação nas áreas de rizipiscicultura, construção de biodigestores e produção local de rações animais, as quais serão igualmente financiados pela ABC. Ainda na área de combate à fome e a miséria, o Ministro Celso Amorim reiterou a disposição do Governo brasileiro de receber técnicos nicaraguenses para treinamento em políticas públicas e técnicas agrícolas.

5. Os Chanceleres expressaram seu beneplácito pelos avanços alcançados para o desenvolvimento do projeto hidrelétrico de Tumarín, com a participação de investidores brasileiros e lembraram, nesse sentido, a assinatura de Protocolo de Intenções entre a ELETROBRÁS e a Centrales Hidroeléctricas de Centroamérica - (CHC), em 30 de julho de 2008. Ambos os Governos ratificaram sua disposição em apoiar o rápido desenvolvimento da construção desse importante projeto e instaram as instituições envolvidas a realizar seu máximo esforço.

6. O Chanceler Santos reiterou a solicitação realizada pelo Presidente Daniel Ortega Saavedra ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em agosto de 2007, de implementar um programa de intercâmbio (perdão) da dívida nicaraguense junto ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), por projetos em setores sociais e de desenvolvimento.

7. O Chanceler Samuel Santos manifestou o interesse do Governo da Nicarágua em assinar um Acordo de Isenção de Vistos com a República Federativa do Brasil. Por sua parte, o Chanceler Celso Amorim expressou

sua aceitação à proposta nicaraguense, para cuja realização se desenvolverão trabalhos conjuntos o mais breve possível.

8. O Chanceler Santos expressou que o Governo da Nicarágua adere às resoluções tomadas pelos países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) em defesa do respeito à institucionalidade na Bolívia e o respaldo ao Presidente Evo Morales.

9. Os Ministros saudaram o processo de incorporação do Brasil, na qualidade de observador, ao Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), o que demonstra o firme propósito brasileiro de estreitar os vínculos políticos, econômicos e de cooperação que unem o país a seus parceiros centro-americanos. Nesse sentido, ressaltaram a importância da Primeira Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta Política Brasil-SICA, que se realizou no Rio de Janeiro, no dia 7 de outubro do ano em curso.

10. Os Chanceleres se congratularam pela decisão do Brasil de aderir ao Banco Centro-Americano de Integração (BCIE), ora em processo de implementação, que deve contribuir sobremaneira para o desenvolvimento e implementação de projetos conjuntos entre o Brasil e a América Central.

11. Os dois Chanceleres reiteraram o compromisso dos Presidentes Lula e Daniel Ortega de continuarem a intensificar as relações comerciais entre os dois países, ampliar o fluxo de comércio bilateral, apoiar o processo de aproximação entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA). Indicaram a disposição dos dois países de examinar, junto a seus parceiros regionais, as modalidades possíveis de acordos com aquela finalidade.

12. O Chanceler Samuel Santos, de acordo com essa vontade integracionista, manifestou ao Chanceler Celso Amorim o interesse da

Nicarágua em se incorporar ao MERCOSUL e à UNASUL. O Ministro Amorim manifestou o apreço brasileiro pelo interesse da Nicarágua e indicou os procedimentos que regem a integração ao MERCOSUL e à UNASUL.

13. Os Ministros manifestaram sua satisfação com os resultados da Reunião de Chanceleres preparatória à Reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, realizada no último dia 6 de outubro, no Rio de Janeiro, e reiteraram o compromisso de seus Governos com o sucesso da referida Cúpula, que deve marcar o início de um diálogo profícuo entre os Chefes de Estado e de Governo em torno de uma agenda própria que contemple as prioridades específicas da região.

14. Recordaram, por fim, com particular satisfação, a realização, em 20 de novembro de 2007, no Palácio Itamaraty, da cerimônia de Celebração do Centenário das Relações Diplomáticas do Brasil com os Países da América Central - com a presença do Chanceler do Brasil e dos Embaixadores de Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá -, na qual se evidenciou o excelente estado do relacionamento do Brasil com os países daquela região.

15. Ao término de sua visita, o Ministro das Relações Exteriores da República da Nicarágua, Samuel Santos López, agradeceu ao povo e ao Governo brasileiros pelas atenções de que foi objeto durante sua visita.

REUNIÃO INTERMINISTERIAL
SOBRE A COOPERAÇÃO DO
BRASIL COM O HAITI -
BRASÍLIA, 9 DE OUTUBRO DE 2008
08/10/2008

Por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Amorim

promoverá, no dia 9 de outubro, no Palácio Itamaraty, Reunião Interministerial sobre meios e formas de reforçar a cooperação do Brasil com o Haiti, inclusive mediante maior envolvimento da sociedade civil brasileira.

O Brasil exerce, desde 2004, o comando militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), para a qual contribui com 1200 efetivos, entre os quais 150 engenheiros militares. Na perspectiva de que a solução duradoura para a crise haitiana depende, sobretudo, do desenvolvimento econômico e social do país, o Brasil mantém, ainda, crescente cooperação em áreas como merenda escolar, agricultura, segurança alimentar, campanhas de vacinação, combate à AIDS, combate à violência urbana e contra mulheres.

Em solidariedade às vítimas dos mais recentes furacões que assolaram o Haiti, o Governo brasileiro doou US\$100 mil e enviou mantimentos e medicamentos de primeira necessidade. Estão sendo tomadas medidas adicionais para ampliar a assistência humanitária brasileira ao Haiti.

SITUAÇÃO DE EMPRESAS
BRASILEIRAS NO EQUADOR
09/10/2008

Por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Amorim instruiu o Embaixador do Brasil no Equador, Antonino Marques Porto e Santos, a entrar em contato com a Chanceler equatoriana para transmitir-lhe que “em face dos últimos desdobramentos envolvendo empresas brasileiras naquele país, que contrastam com as expectativas de uma solução favorável quando do recente encontro entre os dois presidentes em Manaus, o Governo brasileiro decidiu postergar sine die a ida ao Equador de uma missão chefiada pelo

Ministro dos Transportes, programada para o próximo dia 15”. A missão iria discutir temas ligados ao apoio brasileiro a obras de infraestrutura viária.

ENCONTRO DA MINISTRA DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
GUIANA, CAROLYN RODRIGUES-
BIRKETT, COM O MINISTRO
CELSO AMORIM - RIO DE JANEIRO,
7 DE OUTUBRO DE 2008 -
COMUNICADO CONJUNTO
09/10/2008

Atendendo a convite do Ministro Celso Amorim, a Ministra das Relações Exteriores da Guiana, Senhora Carolyn Rodrigues-Birkett, realizou visita de trabalho ao Brasil, em 7 de outubro de 2008.

2. Ao observar que os dois países celebrarão 40 anos de relações diplomáticas em 18 de dezembro próximo, os Ministros expressaram sua satisfação com o excelente estado das relações entre Brasil e Guiana, fundamentadas em vínculos tradicionais de amizade, na busca pela justiça social e pelos direitos humanos, e no compromisso com a integração regional.

3. Os Chanceleres reiteraram seu apoio ao processo de integração econômica na América do Sul, e coincidiram em que o aprofundamento deste processo fortalecerá os países da América do Sul no enfrentamento dos efeitos das crises mundiais em suas economias.

4. Ressaltaram a oportuna convocação da Cúpula América Latina e do Caribe, que se realizará nos dias 16 e 17 de dezembro, em Salvador, Bahia, que permitirá amplo debate sobre os novos rumos da integração regional.

5. Os dois Ministros expressaram sua satisfação com os expressivos avanços na construção da Ponte sobre o Rio Tacutu, conectando Lethem, na Guiana, a Bonfim, no estado brasileiro de Roraima. Eles manifestaram sua convicção de que a conclusão das obras da Ponte deverá aprofundar os vínculos entre os habitantes dos dois lados da fronteira, assim como incrementar o comércio e o turismo.

6. Os Ministros expressaram seu desejo de que a Ponte seja inaugurada até o final deste ano, pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Bharrat Jagdeo.

7. Os Ministros reiteraram o interesse na pavimentação da estrada Linden-Lethem, que permitiria interconexão permanente entre Manaus, Boa Vista e Georgetown. Acordaram que uma missão técnica do Brasil deverá visitar a Guiana para continuar a discussão do tema.

8. Os Ministros ressaltaram a conveniência de estabelecer um Vice-Consulado do Brasil em Lethem, para o qual já foram tomadas as medidas legais necessárias.

9. Considerando a possibilidade de aumento do trânsito entre os dois países após a inauguração da Ponte, os Ministros concordaram em realizar, até o fim deste ano, uma reunião da Comissão estabelecida no Acordo de Transporte Rodoviário Internacional.

10. Os Ministros expressaram sua satisfação com a visita a Georgetown, em setembro deste ano, de missão multidisciplinar, voltada a explorar novas iniciativas para a cooperação técnica bilateral, particularmente em agricultura, meio ambiente e serviços postais.

11. Considerando o papel da educação no desenvolvimento e na integração, o Ministro Amorim brasileiro reafirmou que seriam feitas gestões junto às autoridades educacionais do Brasil com vistas a designar

um “Leitor” de língua portuguesa e cultura brasileira na Universidade da Guiana.

12. O Ministro Amorim reiterou o compromisso brasileiro em promover a ampliação das exportações da Guiana para o mercado brasileiro. Com esse objetivo, o Ministro Amorim ofereceu o apoio do Brasil para organizar um Seminário em Boa Vista, Roraima, durante o primeiro trimestre de 2009, em seguimento ao Seminário “Como Exportar para o Brasil”, realizado em junho de 2007, em Georgetown. A Ministra Carolyn Rodrigues-Birkett acolheu a sugestão.

13. Os Ministros sublinharam a importância da assinatura, por ocasião do encontro de trabalho de 7 de outubro, dos Ajustes Complementares para estabelecer a cooperação técnica bilateral em aquíicultura, produção de arroz, produção de milho e monitoramento florestal, além do Protocolo de Intenções em Serviços Postais.

14. Os Ministros expressaram sua satisfação com a admissão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, como membro regional não-tomador de empréstimos, por ocasião de seu 38º Encontro Anual em Halifax, Canada, em 28 e 29 de maio deste ano. O Ministro Celso Amorim informou que o Governo brasileiro está tomando as medidas necessárias para completar o processo de adesão a esta organização regional de fomento.

15. Com relação à possibilidade de retomar as negociações entre o MERCOSUL e a CARICOM, com vistas à assinatura de um acordo de livre comércio entre os dois blocos, o Ministro Celso Amorim indicou que a Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL enviará comunicação ao Secretário-Geral da CARICOM propondo a realização de reunião de trabalho entre os dois blocos ainda neste semestre.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2008

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE
PORTUGAL, LUÍS FILIPE
MARQUES AMADO - BRASÍLIA,
10 DE OUTUBRO DE 2008
09/10/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Filipe Marques Amado, realizará visita oficial ao Brasil no dia 10 de outubro corrente, ocasião em que se encontrará com o Ministro Celso Amorim.

Os Ministros passarão em revista os diferentes aspectos das relações bilaterais, abordarão os respectivos cenários regionais e discutirão temas de interesse comum da agenda internacional, entre os quais a crise financeira e a reforma da Organização das Nações Unidas. Os dois Chanceleres também tratarão de aspectos relacionados à realização da IX Cimeira Luso-Brasileira, em Salvador (BA), no próximo dia 28 de outubro, ocasião em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

A visita do Chanceler de Portugal segue-se à realização da III Reunião da Comissão Permanente Brasil-Portugal (Lisboa, 18/09/2008).

O comércio entre os dois países apresenta crescimento constante desde 1998, tendo atingido o recorde de US\$ 2,14 bilhões em 2007, com superávit brasileiro de US\$ 1,46 bilhão. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos diretos portugueses no Brasil passou de US\$ 4,5 bilhões, em 2000, para US\$ 8,6 bilhões, em 2006. Hoje, mais de 600 empresas brasileiras contam com capitais portugueses. Os investimentos portugueses no Brasil englobam as áreas de varejo, energia, telecomunicações,

tecnologia da informação e turismo. Entre as companhias brasileiras que mais investem em Portugal destacam-se a Petrobrás, a Embraer e a Companhia Siderúrgica Nacional.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ESPANHA - TOLEDO
E MADRI, 13 DE OUTUBRO DE 2008
11/10/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita à Espanha para receber o Prêmio Internacional “Don Quijote de La Mancha”, concedido pela Fundação Santillana e pela Junta da Comunidade de Castilla-La Mancha, em cerimônia no dia 13 de outubro corrente, em Toledo.

Esta é a primeira edição do Prêmio, que se destina a reconhecer o trabalho de personalidades e instituições que tenham contribuído significativamente para a difusão e o conhecimento da língua espanhola. No caso do Presidente Lula, a premiação na categoria institucional decorre de sua iniciativa de tornar obrigatório o ensino da língua espanhola nas escolas públicas e privadas brasileiras.

Ainda em Toledo, o Presidente Lula manterá encontro com o Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, para conversar sobre temas da pauta bilateral e regional, assim como sobre assuntos da agenda internacional de interesse mútuo. Deverão ser discutidas as relações consulares e a cooperação no setor de energia e em prol de terceiros países. Os dois mandatários analisarão também a crise financeira internacional, a retomada das negociações da Rodada Doha na OMC, as relações Mercosul-União Européia e a consolidação da Parceria Estratégica Brasil-União Européia. O Presidente Lula deverá

participar de jantar privado oferecido pelo Rei da Espanha, Don Juan Carlos I.

A corrente de comércio Brasil-Espanha superou a cifra de US\$ 5,3 bilhões em 2007, com exportações brasileiras no valor de US\$ 3,5 bilhões e importações de US\$ 1,8 bilhão. A Espanha situa-se entre os três maiores investidores diretos no Brasil, com estoque de investimentos estimado em mais de US\$ 20 bilhões. Há também crescente interesse de empresas brasileiras, sobretudo do setor de construção civil, em investimentos na Espanha.

CURSO SOBRE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL PARA OS ESTADOS
MEMBROS DA CPLP
11/10/2008

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) promoverá, no período de 13 a 17 de outubro, novo treinamento sobre Gestão de Cooperação Técnica Internacional. O curso é parte do 4o Módulo do Programa de Treinamento em Cooperação Técnica Internacional, parceria do Brasil com a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Ao todo, serão treinados 180 especialistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O curso é promovido de forma itinerante pelos países beneficiados. O treinamento que se inicia na próxima semana será ministrado em Cabo Verde.

A ABC promove cursos dessa natureza desde 2002. Ao longo de cinco anos, foram treinadas mais de 400 pessoas em temas como concepção e elaboração de projetos; análise e enquadramento de projetos à luz das prioridades nacionais de cada país; e gerenciamento da cooperação técnica internacional.

ENCONTRO DOS MINISTROS CELSO
AMORIM E KAMAL NATH - 13 DE
OUTUBRO DE 2008 -
COMUNICADO CONJUNTO
13/10/2008

Os Ministros Celso Amorim e Kamal Nath reuniram-se hoje em Nova Delhi para intercâmbio de opiniões sobre a situação atual das negociações da Rodada de Doha. A reunião foi precedida por uma sessão de Altos Funcionários em 12 de outubro de 2008, em que revisaram os assuntos pendentes para o estabelecimento de modalidades em agricultura e acesso a mercados não-agrícolas (NAMA).

Notaram, com satisfação, o alto grau de convergência entre os dois países nesses temas. Recordaram a importância da agricultura para as negociações e para o empenho no auxílio ao desenvolvimento dos países mais pobres da Organização.

Os Ministros reiteraram a importância de manter a coordenação entre ambas as equipes de negociação ao longo das discussões em Genebra. Nesse contexto, enfatizaram o papel central que o G-20 deve continuar a ter na busca de soluções e concessões que sustentam os objetivos de desenvolvimento da Rodada e que contam com grande apoio entre os membros da OMC. Igualmente, mostraram preocupação com recentes tentativas de recrudescimento das demandas sobre os países em desenvolvimento no contexto das negociações das modalidades.

Os Ministros Amorim e Nath saudaram a retomada do processo multilateral em Genebra e expressaram seu apoio ao programa de trabalho elaborado pelos presidentes dos grupos de negociações agrícolas e de NAMA. Acreditam ser possível concluir as modalidades até o fim do ano e reafirmaram

seu compromisso de atingir tal resultado.

Os Ministros trocaram opiniões sobre os possíveis impactos comerciais da atual crise financeira internacional. Enfatizaram a necessidade de uma rápida solução para as negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha, que enviaria sinal inequívoco de vontade política dos governos nacionais de agir de maneira coletiva para tratar dos atuais desafios e riscos à economia global.

PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA -
MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES
DO MINISTRO CELSO AMORIM
13/10/2008

Transcreve-se, a seguir, versão em português de mensagem encaminhada pelo Ministro Celso Amorim ao economista Paul Krugman, Professor da Universidade de Princeton e colunista do jornal The New York Times, nos EUA, congratulando-o pelo Prêmio Nobel de Economia de 2008.

“Caro Professor,

Na qualidade de leitor e admirador seu, alegrou-me saber de sua nomeação para o Prêmio Nobel de Economia. Nesta auspiciosa ocasião, peço-lhe que aceite minhas calorosas felicitações.

Neste momento crítico em que o mundo assiste com desalento aos desdobramentos da atual crise financeira internacional, mais do que nunca necessitamos de um pensamento sólido e determinado a fim de evitar prejuízos ainda maiores ao comércio internacional e ao desenvolvimento em todas as instâncias.

Gostaria de lhe estender meus cumprimentos e meus votos de novas conquistas no futuro.

Cordialmente,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores do Brasil”

III CÚPULA DO IBAS - NOVA DELHI,
15 DE OUTUBRO DE 2008
13/10/2008

Será realizada, em Nova Delhi, no dia 15 de outubro, a III Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro indiano Manmohan Singh e o Presidente sul-africano Kgalema Motlanthe discutirão temas da atualidade da agenda internacional, com ênfase na crise financeira, em energia e em segurança alimentar. Também será feito um balanço das atividades em curso nos 16 grupos de trabalho setoriais do IBAS.

Os Ministros das Relações Exteriores; da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e a Ministra da Secretaria de Políticas para a Mulher acompanharão o Presidente Lula. Na véspera da Cúpula, o Ministro Celso Amorim manterá reunião com seus homólogos de Índia e África do Sul, o terceiro encontro de coordenação política do IBAS no ano.

Está prevista a assinatura de nove instrumentos trilaterais, afetos, entre outros, aos campos de meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, igualdade de gênero e aviação civil.

A Cúpula será precedida de foros de empresários, de acadêmicos, de mulheres e de editores. O encontro de empresários começou ontem, 12 de outubro, sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de suas congêneres indiana e sul-africana.

Originalmente proposto como um espaço de articulação diplomática, o IBAS transformou-se em um instrumento amplo da concertação política e de cooperação trilateral, com a participação de segmentos da sociedade civil e dos parlamentos.

O Fundo IBAS de combate à pobreza já executou projetos de coleta de resíduos sólidos, no Haiti, e de melhoramento da agricultura e pecuária, na Guiné-Bissau. Novas fases desses projetos serão agora iniciadas. Dentre os novos projetos já aprovados e cuja implementação será iniciada no próximo ano destacam-se o combate à AIDS no Burundi; a irrigação e o manejo hidrográficos no Laos; a recuperação da infra-estrutura de saúde em Cabo Verde; e a construção de ginásio esportivo na Palestina.

Em 2009, a Cúpula do IBAS será realizada no Brasil, possivelmente em outubro.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE -
MAPUTO, 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2008
14/10/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Moçambique entre os dias 16 e 17 de outubro. O Presidente se fará acompanhar dos Ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde, e dos presidentes da Embrapa, do SESI e da Fiocruz. Também acompanhará o Presidente delegação empresarial que participará de seminário com vistas à identificação de novas oportunidades de negócios com Moçambique.

Em Maputo, o Presidente Lula inaugurará o Escritório Regional para África da Fundação Oswaldo Cruz. A Representação da Fiocruz possibilitará diálogo mais ágil com os setores de saúde dos países africanos, com vistas ao desenvolvimento de novos projetos de cooperação e à transferência de experiências brasileiras em políticas públicas de saúde.

O Senhor Presidente da República anunciará também medidas para a implantação, com cooperação brasileira,

de fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos em Moçambique, projeto liderado pelos Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores. A iniciativa busca contribuir para o reforço da capacidade moçambicana de enfrentamento de desafios no setor de saúde, particularmente o combate à AIDS, cuja incidência no país vem aumentando nos últimos anos. Apesar dos esforços do Governo moçambicano, estima-se que mais de 80% dos infectados não tenham tratamento adequado. A produção de medicamentos anti-retrovirais no país contribuirá para aliviar esse quadro.

Deverão ser assinados atos bilaterais nas áreas de cooperação audiovisual e cinematográfica, cooperação esportiva e em educação nutricional, além de memorando para a cessão de terrenos para as respectivas embaixadas em Brasília e em Maputo.

FESTIVAL DE CULTURA
BRASILEIRA NA ÍNDIA
15/10/2008

O Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, por meio da Embaixada do Brasil em Nova Delhi e do Consulado-Geral em Mumbai, promove, até o dia 22 de novembro, o Festival de Cultura Brasileira na Índia. A abertura do evento ocorreu com a primeira noite da Semana de Gastronomia Brasileira, em Nova Delhi, no dia 11 de outubro.

O Festival contará, ainda, com shows do grupo pernambucano SpokFrevo Orquestra, do violonista Yamandú Costa e do pianista Paulo Zereu. A programação incluirá a exibição de filmes brasileiros; apresentações de capoeira; oficina de música brasileira; e mostra de arte fotográfica.

Além de Nova Delhi, o Festival se estenderá

a Goa, que receberá exposição organizada pelo IPHAN, sobre a experiência brasileira na preservação do patrimônio nacional, e a Mumbai, onde será promovido Festival de Cinema Brasileiro.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO ZIMBÁBUE E À ZÂMBIA - 17 A 19
DE OUTUBRO DE 2008
16/10/2008

Na seqüência da visita presidencial a Moçambique, o Ministro Celso Amorim visitará o Zimbábue, nos dias 17 e 18 de outubro, e a Zâmbia, no dia 19 de outubro. A visita àqueles dois países dá continuidade à estratégia brasileira de adensamento das relações com a África Austral.

Em sua passagem por Harare, o Ministro Celso Amorim deverá encontrar-se com o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, com o Primeiro-Ministro designado, Morgan Tsvangirai, e com o Vice-Presidente, Arthur Mutambara. A visita ocorre às vésperas do início do novo Governo de unidade nacional negociado pelas lideranças zimbabuanas, com mediação conduzida pelo ex-Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul.

Em Lusaca, o Ministro deverá encontrar-se com o Presidente em exercício da Zâmbia, Rupiah Banda, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Kabinga Pande, para tratar de questões afetas ao diálogo político e à cooperação bilateral, recentemente aprofundada como resultado da Comissão Mista Brasil-Zâmbia, ocorrida em agosto. O Ministro Celso Amorim deverá também ter encontros com os candidatos presidenciais Michael Sata e Hakainde Hichilema e com o ex-Presidente zambiano e personagem da descolonização africana, Professor Kenneth Kaunda.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-
EXECUTIVO DA CPLP, DOMINGOS
SIMÕES PEREIRA - BRASÍLIA,
20 A 24 DE OUTUBRO DE 2008
21/10/2008

O novo Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Domingos Simões Pereira, realiza visita oficial ao Brasil de 20 a 24 de outubro. Será recebido em audiência pelo Ministro Celso Amorim, amanhã, dia 22.

Em Brasília, a agenda de Simões Pereira inclui ainda encontros com os Ministros de Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende, da Saúde, José Gomes Temporão, e com o Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edison Santos. No Congresso Nacional, o Secretário-Executivo será recebido pelo Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e pelo Diretor da Subcomissão Especial da CPLP da Câmara, Deputado José Fernando Aparecido.

Entre os dias 23 e 24, Domingos Simões Pereira estará no Rio de Janeiro, onde realizará visita à Academia Brasileira de Letras, ao Real Gabinete Português de Leitura, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Biblioteca Nacional, à Fundação Oswaldo Cruz e à Fundação Roberto Marinho.

Eleito em julho deste ano, Domingos Simões Pereira é o primeiro natural de Guiné-Bissau a ocupar o cargo.

MENSAGEM DO MINISTRO CELSO
AMORIM AO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES
E CULTOS DA BOLÍVIA,
DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES
22/10/2008

“Senhor Ministro,

Ao tomar conhecimento da aprovação da lei que convocou a realização dos referendos relativos à nova Constituição Política do Estado, desejo manifestar a Vossa Excelência a satisfação de que tenha sido possível chegar-se a uma solução concertada. Felicito o Governo boliviano e as demais forças políticas que participaram da construção desse entendimento pela via do diálogo.

Alegra-me também o fato de que a UNASUL tenha dado contribuição positiva para esse processo.

Cordiais saudações,

Celso Amorim,

Ministro das Relações Exteriores”

COMUNIDADES BRASILEIRAS
NO PARAGUAI
22/10/2008

O Governo brasileiro recebeu com preocupação notícias de que movimentos sociais de camponeses ameaçaram desencadear ações de violência contra comunidades brasileiras residentes no Paraguai, caso não tenha início imediato programa de reforma agrária naquele país.

A existência de ameaças e manifestações de animosidade contra comunidades brasileiras têm sido objeto de manifestações de apreensão por parte das autoridades brasileiras. O assunto foi mencionado pelo Presidente Lula durante a visita do Presidente Lugo a Brasília no dia 17 de setembro passado.

As autoridades brasileiras confiam em que o Governo paraguaio conduzirá os entendimentos da melhor forma e acolhem com satisfação as manifestações do Presidente Lugo de que seu Governo garantirá as necessárias condições de segurança para promover uma convivência harmoniosa e a paz social nas comunidades agrárias.

A situação migratória e fundiária das comunidades brasileiras no Paraguai tem sido objeto de entendimentos bilaterais em nível político no âmbito de grupos criados por iniciativa das respectivas Chancelarias.

O Governo brasileiro reitera sua melhor disposição de cooperar com o Governo paraguaio em programas sociais que contribuam, inclusive, para melhorar a situação no campo.

VISITA AO BRASIL DO REI DA
JORDÂNIA, ABDULLAH II -
BRASÍLIA E SÃO PAULO,
23 E 24 DE OUTUBRO DE 2008
22/10/2008

O Rei Abdullah II Ibn Al-Hussein, do Reino Hachemita da Jordânia, acompanhado da Rainha Rania, de delegação governamental e de importante comitiva de empresários,

visitará o Brasil nos dias 23 e 24 de outubro. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado jordaniano ao Brasil.

Em Brasília, o Rei da Jordânia será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que oferecerá almoço em sua homenagem. Deverão ser assinados doze atos bilaterais, em áreas que incluem cooperação educacional, cultural, econômico-comercial, turismo e agricultura, entre outros temas.

Os dois Chefes de Estado tratarão de medidas destinadas ao incremento do comércio bilateral e discutirão sobre o andamento das negociações do Acordo de Livre-Comércio Mercosul-Jordânia, bem como sobre as oportunidades de cooperação na área agrícola, científica e tecnológica, cultural, educacional e de turismo. Tratarão igualmente do processo de paz no Oriente Médio e das atividades relacionadas à Cúpula América do Sul-Países Árabes. Ainda em Brasília, o Rei Abdullah II será recebido no Congresso Nacional.

Em São Paulo, o Rei Abdullah II presidirá o Fórum Comercial Brasil-Jordânia, que reunirá homens de negócios de ambos os países. Está prevista a assinatura de acordos entre entidades brasileiras e suas homólogas jordanianas.

A agenda da comitiva prevê, ainda, visita da Rainha Rania a projetos educacionais e sociais na capital paulista e encontros do Diretor do Comitê Real de Energia, Príncipe Hamzah Bin Al Hussein, com empresários da área de biocombustíveis e energias renováveis.

O Brasil e a Jordânia têm fortalecido os laços econômicos bilaterais. Em 2007, a corrente de comércio entre os dois países cresceu mais de 140% em relação ao ano

anterior e atingiu US\$ 292 milhões. Neste ano, no período de janeiro a setembro, o valor ultrapassou US\$ 230 milhões.

VISITA AO BRASIL DO REI DA
JORDÂNIA, ABDULLAH II -
BRASÍLIA, 23 DE OUTUBRO DE 2008 -
COMUNICADO CONJUNTO
23/10/2008

COMUNICADO CONJUNTO de Sua Majestade o Rei Abdullah II Bin Al Hussein, Rei do Reino Hashemita da Jordânia e de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília, 23 de outubro de 2008

A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Majestade o Rei Abdullah II, Rei do Reino Hashemita da Jordânia, realizou visita oficial ao Brasil nos dias 23 e 24 de outubro último.

2. Os dois dirigentes passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e demais questões de interesse mútuo, com o objetivo de impulsionar a cooperação entre a Jordânia e o Brasil, em todos os campos. Os dois lados também trocaram pontos-de-vista sobre questões regionais e internacionais.

3. Os dois líderes também expressaram sua determinação em reforçar o diálogo político e a cooperação bilateral nas áreas da economia, comércio, turismo, educação, cultura, desenvolvimento social e da saúde.

4. Os dois líderes reafirmaram seu compromisso com a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no que se refere à erradicação da pobreza e da fome, à universalização do acesso à educação primária, ao fortalecimento do papel das mulheres, à redução da mortalidade infantil, à melhoria da saúde materna, ao combate

contra a AIDS, a malária e a tuberculose, à garantia da sustentabilidade ambiental e à construção de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

5. Sua Majestade o Rei Abdullah II e Sua Excelência o Presidente Lula destacaram a necessidade de incrementar a cooperação Sul-Sulemprojetosno domínio do desenvolvimento social, com vistas a proporcionar uma rede de proteção social para as populações dos países em desenvolvimento.

6. Os dois líderes manifestaram sua determinação em implementar todas as medidas necessárias para incrementar o comércio bilateral, abrir novos canais de cooperação econômica e propiciar os meios necessários para incentivar o setor privado com vistas a permitir o desenvolvimento de projetos conjuntos de investimentos.

7. Os dois dirigentes expressaram satisfação pelo lançamento das negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Jordânia. Eles reafirmaram seu compromisso com a conclusão das negociações o mais rapidamente possível.

8. Os dois lados também saudaram a realização do Fórum Comercial Brasil-Jordânia, em São Paulo, à margem da visita real, durante o qual vários acordos entre os setores privados dos dois países foram assinados.

9. Os dois dirigentes congratularam-se pelos acordos assinados nas áreas do turismo, ciência e tecnologia, educação, cultura, agricultura e comércio. Felicitaram-se, igualmente, pela assinatura de acordos entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e a Câmara de Comércio da Jordânia, e entre esta e a Confederação Nacional da Indústria, no intuito de fomentar as oportunidades comerciais entre os dois países. Os dois líderes também reconheceram a importância de tais eventos para estreitar os contatos entre

as duas comunidades empresariais.

10. Ambos os líderes reafirmaram seu compromisso por uma conclusão satisfatória para a Rodada de Doha. Discutiram igualmente a atual crise financeira e econômica e seus impactos negativos para a economia mundial, reconhecendo a importância da cooperação para sua superação.

11. Os dois lados também manifestaram interesse em reforçar a cooperação e o intercâmbio de experiências no campo das energias renováveis. Reconheceram a importância da produção sustentável e da utilização de biocombustíveis como forma de combater a pobreza e de concretizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como de promover o acesso universal à energia e melhorar a segurança energética. Ambas as partes congratularam-se com os resultados da visita da Missão Técnica jordaniana ao Brasil em setembro passado, que proporcionou uma oportunidade única para a troca de experiências e proporcionou uma base sólida para o aprofundamento da cooperação bilateral, especialmente nas áreas de energias renováveis e de tecnologias para a exploração de xisto betuminoso.

12. Sua Majestade o Rei Abdullah II e Sua Excelência o Presidente Lula expressaram satisfação pelo aprofundamento das relações entre o Mundo Árabe e a América do Sul, como decorrência da Primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília, em 2005, e reafirmaram seu compromisso com a expansão da cooperação bi-regional, saudando a realização da II Cúpula ASPA, no Catar, em abril de 2009.

13. Os dois dirigentes expressaram seu apoio para a busca de uma solução pacífica, justa e duradoura para o conflito israelo-palestino com base nas resoluções relevantes das Nações Unidas, na Conferência de Annapolis de 2007, e na Iniciativa Árabe para

a Paz de 2002, que contemple a existência de dois Estados vivendo lado a lado em paz e segurança. Eles também exortaram o Quarteto de Madri e a comunidade internacional a intensificar os esforços com vistas a fazer avançar uma solução pacífica para o conflito.

14. No que se refere à situação no Iraque, ambas as partes manifestaram seu apoio aos esforços para alcançar a reconciliação nacional e a estabilidade no país. Os dois lados também enfatizaram a necessidade de inclusão de todos os setores da sociedade iraquiana no processo político, a fim de construir um Iraque seguro, estável e unido.

15. Sua Majestade o Rei Abdullah II destacou a importância do combate aos estereótipos e aos preconceitos culturais, através da promoção do diálogo entre as civilizações e do diálogo interconfessional. Salientou que a “Mensagem de Amã” tem o propósito de revelar a verdadeira mensagem de tolerância e de humanismo do Islã, rejeitando o extremismo islâmico como um desvio da Fé Islâmica e promovendo uma compreensão apropriada da fé, que exalta toda a humanidade e proporciona uma base comum para os diferentes credos e povos.

16. Os dois líderes reafirmaram seu compromisso com os esforços das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, que visa a aproximar Oriente e Ocidente, fortalecendo seus componentes culturais e reforçando a compreensão mútua. Ressaltaram a necessidade do respeito à diversidade cultural, às religiões e às civilizações com vistas a eliminar a segregação, a discriminação e o racismo. O Presidente Lula manifestou sua satisfação pelo apoio da Jordânia à realização do III Fórum da Aliança das Civilizações, no Brasil, em 2010.

17. Sua Majestade o Rei Abdullah II e Sua Excelência o Presidente Lula reafirmaram seu empenho na defesa e no fortalecimento

do multilateralismo e reconheceram o papel central da ONU para a manutenção da paz e da segurança internacional e para a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável. Ressaltaram a necessidade de fazer avançar a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, contemplando a expansão de assentos permanentes e não-permanentes e o aperfeiçoamento de seus métodos de trabalho. Concordaram sobre a necessidade de que o Conselho de Segurança reflita as realidades internacionais atuais por meio de maior representação dos países em desenvolvimento como membros permanentes.

18. Os dois líderes felicitaram-se pela participação conjunta na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e registraram a satisfação pela cooperação proveitosa entre oficiais brasileiros e jordanianos. Salientaram a importância da presença da Missão para a estabilização do país e para a melhoria da qualidade de vida da população haitiana e saudaram a adoção pelo Conselho de Segurança da Resolução 1840 (2008), que prolonga seu mandato por mais um ano.

19. Os dois dirigentes congratularam-se pelo êxito da operação de 2007 que permitiu o reassentamento, no Brasil, de 109 refugiados palestinos do campo de Ruweished, no deserto da Jordânia, que abandonaram o Iraque em 2003. Inspirada por princípios humanitários e pelo espírito da partilha de responsabilidades, a decisão do Brasil de receber os refugiados, sob os auspícios do ACNUR, resultou no fechamento completo do campo de refugiados, aos quais proporcionou uma oportunidade para reconstruir suas vidas, enquanto aguardam o exercício de seu direito de retorno.

20. Sua Majestade o Rei Abdullah II

expressou a mais elevada estima e gratidão ao Presidente Lula pela acolhida calorosa, hospitaleira e generosa e manifestou a expectativa de que o Presidente Lula visite em breve a Jordânia, desejando todo o sucesso e boa sorte ao povo e ao governo do Brasil.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
AUTORIDADE NACIONAL
PALESTINA, RIAD AL-MALKI -
BRASÍLIA E PORTO ALEGRE -
24 A 26 DE OUTUBRO DE 2008

23/10/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina, Riad Al-Malki, visitará o Brasil de 24 a 26 de outubro. No dia 24, em Brasília, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontro com o Ministro Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua homenagem. Ainda no dia 24, proferirá palestra no Instituto Rio Branco. No dia 25, partirá para Porto Alegre, onde cumprirá agenda com a comunidade palestina no Rio Grande do Sul.

A visita do Chanceler palestino contribuirá para renovar o diálogo a respeito do processo de paz israelo-palestino, que entrou em nova fase a partir da Conferência de Annapolis, da qual o Brasil participou, em 2007. A visita terá o objetivo, ainda, de passar em revista os projetos de cooperação bilateral existentes e discutir novas formas para um maior envolvimento do Brasil no diálogo de paz e nas iniciativas de desenvolvimento socioeconômico nos territórios palestinos.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE -
MAPUTO, 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2008
- COMUNICADO CONJUNTO
24/10/2008

A convite do Presidente da República de Moçambique, Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, efetuou uma visita oficial à República de Moçambique, nos dias 16 e 17 de Outubro de 2008. Nesta visita, Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil fez-se acompanhar de uma importante delegação, que incluía os Ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, da Saúde, José Gomes Temporão, da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

2. Na ocasião, os dois Chefes de Estado congratularam-se pelo ambiente democrático vivido em ambos os Países e reiteraram o compromisso dos Governos moçambicano e brasileiro de manter uma agenda bilateral em consonância com os objectivos de desenvolvimento económico e social de seus povos, num ambiente de paz, solidariedade, democracia e justiça social.

3. Ressaltaram a importância da diversificação da matriz energética dos países do Sul, para lhes conferir maior flexibilidade e independência em suas políticas de energia e desenvolvimento económico, em especial neste momento de instabilidade do mercado de commodities de energia. Mencionaram que o Brasil e Moçambique contam com amplo

potencial para a exploração sustentável de recursos energéticos naturais e renováveis, e que a cooperação bilateral e o intercâmbio tecnológico poderão acelerar a introdução de produtos, como os biocombustíveis, à matriz energética moçambicana.

4. À luz das atuais crises, geradas em grande parte nos países desenvolvidos e com repercussões negativas nos países em desenvolvimento, foi reiterada a necessidade de reforma das instituições internacionais, com maior e mais ampla participação dos países em desenvolvimento, de modo a representar adequadamente e com legitimidade a crescente importância dos países do Sul no cenário internacional.

COOPERAÇÃO EM SAÚDE

5. Os dois Chefes de Estado anunciaram a abertura oficial do primeiro escritório internacional da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em Maputo, para aprofundar a cooperação em saúde pública com Moçambique e com todos os demais países e organismos regionais do continente africano. Reconheceram o carácter estratégico da cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil ao continente africano, em matéria de saúde e agricultura, e renovaram seu empenho em seguir aperfeiçoando os mecanismos de intercâmbio de experiências nesses campos.

6. Expressaram profunda satisfação com o decurso dos preparativos para instalação de uma fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos em Moçambique, com consultoria técnica da FIOCRUZ e apoio financeiro do Governo brasileiro. O Presidente Lula da Silva anunciou a apresentação ao Congresso Nacional do projeto de lei para a doação de 13,6 milhões de reais (cerca de

204 milhões de meticais) ao projeto, que visa fortalecer a capacidade institucional de produção e distribuição de medicamentos do Governo moçambicano, estimular a formação e emprego de mão-de-obra especializada e incrementar o intercâmbio tecnológico em ciências biomédicas.

INVESTIMENTO E COMÉRCIO

7. Os dois Chefes de Estado acordaram estabelecer um Grupo de Trabalho bilateral encarregado de estudar o estabelecimento de um instrumento financeiro para ampliar e diversificar o fluxo de investimentos e de comércio entre os dois países.

8. Verificaram ainda o alto grau de interesse, com a participação de cerca de 250 empresários dos dois países no Seminário “Brasil-Moçambique: construindo novas parcerias”, cuja cerimônia de encerramento contou com a participação dos Chefes de Estado.

COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DESPORTOS

9. Os dois Chefes de Estado anunciaram a instalação, em Maputo, da fábrica de materiais desportivos doada pelo Governo brasileiro. Ressaltaram que o projeto, cujos equipamentos deverão chegar brevemente por via marítima, consolida a parceria entre o Ministério dos Esportes do Brasil e o Ministério da Juventude e Desportos de Moçambique e poderá fornecer material para viabilizar iniciativas que vinculam o desporto, a educação e a inclusão social.

10. Destacaram a ampliação dos programas de bolsas de estudos e de pesquisa em instituições públicas de ensino superior no Brasil, entre os quais o Programa de Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-Graduação; bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq); cursos de curta duração nas instituições da Fundação Oswaldo Cruz; bolsas de iniciação científica em universidades federais e cursos de capacitação técnica ao amparo dos convênios mantidos pela Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC) e o apoio da FIOCRUZ à estruturação do Mestrado em Saúde Pública no Instituto Nacional de Saúde (INS).

11. Reforçaram a importância da capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de Moçambique e, a esse respeito, confirmaram a entrega de Unidade Móvel para o ensino técnico-profissional em Maputo, resultado da parceria entre o Serviço Social da Indústria (SESI), do Brasil, e o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) de Moçambique. O Presidente Lula da Silva anunciou oficialmente a iniciativa de instalação de Centro de Formação Profissional do SENAI em Maputo e comunicou o próximo envio de missão técnica a Moçambique para dar início à elaboração desse projeto.

CULTURA

12. Os dois Chefes de Estado reafirmaram a disposição dos Governos de ambos os países fortalecerem a concertação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como de apoiarem o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Presidente brasileiro recordou que seu Governo já ratificou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que deverá ser implementado a partir de 2009.

13. O Presidente do Brasil agradeceu a cessão, pelo Governo da República de Moçambique, de um terreno com a área de 6.300 m² e manifestou a intenção do Governo do Brasil de ali construir um Centro Cultural.

QUESTÕES INTERNACIONAIS

14. Os dois Chefes de Estado expressaram

preocupação com as crises internacionais de alimentos, energia e financeira, tendo concordado em trabalhar em conjunto pelo reforço da Cooperação Sul-Sul, inclusive com vista ao fortalecimento de mecanismos internacionais que favoreçam a segurança alimentar dos povos mais vulneráveis. Lembraram a necessidade de retomada das negociações para o fim das distorções e barreiras dos mercados dos países desenvolvidos aos produtos agrícolas, que inflacionam os preços internacionais dos produtos alimentares básicos. A respeito da crise nos mercados financeiros, apontaram para a necessidade de revisão da ausência de fiscalização dos grandes operadores financeiros, com conseqüências danosas para os países mais pobres.

15. Saudaram a recente Decisão da Assembléia Geral da ONU, que determina o início de negociações intergovernamentais até 28 de fevereiro de 2009, e manifestaram satisfação com a oportunidade de serem obtidos resultados concretos quanto à reforma do Conselho de Segurança ainda na 63ª sessão da AGNU. Reconheceram a premência de tornar o Conselho de Segurança mais representativo, com o ingresso de novos membros permanentes. Reconheceram ainda a legítima aspiração do Brasil, entre outros países, a tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança. Os Presidentes indicaram, ainda, disposição de trabalhar para a aproximação entre as propostas do G-4 e da União Africana para expansão do Conselho de Segurança.

16. Manifestaram satisfação pela assinatura pelo Presidente Robert Mugabe e pelos líderes do partido MDC, Morgan Tsvangirai e Arthur Mutambara, do acordo para o estabelecimento imediato de novo Governo no Zimbábue e para o lançamento das bases para uma nova

Constituição para o país e saudaram o esforço regional e continental para a busca de solução negociada. O Presidente brasileiro anunciou o deslocamento do Ministro das Relações Exteriores a Harare, imediatamente após a conclusão da visita oficial a Moçambique.

ACORDOS ASSINADOS

17. Durante a visita, foram assinados o Memorando de Entendimento para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento, com Base na Reciprocidade, de Terrenos para as Embaixadas do Brasil em Moçambique e de Moçambique no Brasil; o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique nas Área Audiovisual e Cinematográfica; o Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para Implementação do Projeto de Inserção Social pela Prática Desportiva - Fase II; o Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional - Cozinha Moçambique” e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República Federativa do Brasil para Cooperação em Matéria de Comunicação Social.

18. Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, lembrou os bons resultados da Visita de Estado ao Brasil, em Setembro de 2007, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o caloroso acolhimento dispensado a si e a delegação que o acompanhava.

II REUNIÃO DO COMITÊ DIRETIVO
DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA BRASIL-UNIÃO
EUROPÉIA - BRUXELAS, 22 A 23 DE
OUTUBRO DE 2008
24/10/2008

Realizou-se nos dias 22 e 23 de outubro de 2008, em Bruxelas, a II Reunião do Comitê Diretivo (CDC) do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Européia (UE). A iniciativa ocorre no contexto da Parceria Estratégica entre o Brasil e a UE, inaugurada durante a Cúpula de Lisboa, em 4 de julho de 2007.

Durante a reunião, aprofundou-se a discussão sobre modalidades de execução de projetos conjuntos para as áreas prioritárias de cooperação bilateral em ciência e tecnologia, definidas por ocasião da reunião I CDC (Brasília, 20 e 21 de setembro de 2007). Possibilidades concretas de colaboração foram indicadas nos seguintes setores: tecnologias de informação e comunicação (TICs), energia de fusão nuclear, nanotecnologia, saúde, meio ambiente e mudança do clima, transportes (incluindo aeronáutica), intercâmbio de pesquisadores, ciências sociais, agricultura e biotecnologia.

O CDC concluiu, por ocasião da II Reunião, a negociação do primeiro edital conjunto de projetos de pesquisa. Voltada ao desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração, a concorrência pública será publicada no primeiro semestre de 2008. A iniciativa servirá de modelo para o cofinanciamento de projetos em outras áreas previamente acordadas entre o Brasil e a UE, como TICs e nanotecnologia. Observou-se, ainda, interesse de ambas as partes em empregar essa modalidade de cooperação também para os setores de saúde e transportes.

Em fusão nuclear, examinou-se a possibilidade de conclusão de acordo de cooperação entre o Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom). O Comitê discutiu, ainda, modos de incrementar a participação de instituições e pesquisadores brasileiros nos programas de cooperação científica e tecnológica da União Européia e a perspectiva de colaboração em projetos que possam beneficiar terceiros países de menor desenvolvimento relativo, em especial na África.

O CDC é o mecanismo responsável pelo acompanhamento, em bases permanentes, da cooperação em pesquisa e desenvolvimento entre o Brasil e a UE. Foi criado no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em 19 de janeiro de 2004 e em vigor desde 15 de dezembro de 2006. Tem por objetivo coordenar as ações comuns de pesquisa e desenvolvimento, com vistas à construção de uma parceria equilibrada e mutuamente benéfica. Apesar de contar com menos de dois anos de vigência, o Acordo em C&T tem produzido resultados concretos, com repercussões significativamente positivas para o relacionamento entre o Brasil e a UE.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DO MERCADO COMUM
SOBRE A CRISE FINANCEIRA -
BRASÍLIA, 27 DE OUTUBRO DE 2008
24/10/2008

Será realizada em Brasília, no dia 27 de outubro, a VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), com a participação dos Ministros das Relações Exteriores, dos Ministros da Fazenda e dos Presidentes dos Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados. Na oportunidade, será debatida

a conjuntura econômica mundial e possíveis ações que permitam prevenir e minimizar impactos da crise financeira na região. Serão também examinadas alternativas para o acompanhamento da situação e o intercâmbio de informações sobre iniciativas tomadas em resposta à crise.

A Reunião Extraordinária do CMC será precedida por diálogo informal entre os Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e dos Presidentes dos Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul.

IX CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL -
SALVADOR, 28 DE OUTUBRO DE 2008
27/10/2008

Os Ministros das Relações Exteriores, os Ministros da Fazenda e os Presidentes dos Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados reuniram-se em Brasília, no dia 27 de outubro de 2008, para discutir a crise financeira internacional, seus impactos na região e possíveis ações para mitigar seus efeitos.

Coincidiram na avaliação de que, como consequência da evolução positiva de seus fundamentos macro-econômicos, os países da região se encontram em melhores condições do que no passado para enfrentar os desafios impostos pela crise financeira e seus efeitos no setor real da economia. Manifestaram que o comércio regional é um patrimônio valioso para todos os países da região. Não obstante, coincidiram na conveniência de realizar um monitoramento dos possíveis impactos da crise tanto nos mercados financeiros locais como nos níveis da produção e emprego.

Recordaram que a turbulência financeira teve origem nos países desenvolvidos e sublinharam a importância de se evitar que

as medidas adotadas por aqueles países na solução da crise acarretem custos adicionais para os países em desenvolvimento.

Salientaram a necessidade de uma reforma profunda e abrangente da arquitetura financeira internacional e de estabelecer, no âmbito global, instrumentos que permitam respostas concretas, imediatas e mais adequadas à crise. Indicaram, igualmente, a importância de se aperfeiçoar a regulamentação prudencial dos mercados de capitais.

Tomaram nota das propostas feitas por Chefes de Estado da região em resposta aos desafios da atual conjuntura, tais como a proposta brasileira de convocação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em nível ministerial, e a proposta venezuelana de realizar reunião de Chefes de Estado e de Governo, no marco das Nações Unidas.

Ressaltaram a importância de que os Governos da região mantenham canais fluidos e ágeis de comunicação sobre as medidas tomadas por cada país para enfrentar o momento atual, e determinaram que seus altos funcionários mantenham um intercâmbio tempestivo de informações sobre os desdobramentos da crise financeira na região. A fim de facilitar essa tarefa, acordaram designar pontos focais em cada um dos Ministérios e dos Bancos Centrais envolvidos.

Reafirmaram a convicção de que o aprofundamento da integração regional e o fortalecimento dos laços comerciais e de cooperação financeira podem contribuir de maneira decisiva para a manutenção do crescimento, preservando e ampliando as conquistas econômicas e sociais dos últimos anos.

Coincidiram na necessidade de reforçar a capacidade da região de enfrentar problemas decorrentes de crises como a atual. Foram mencionados, nesse contexto, os mecanismos no âmbito do Mercosul, que

incluem o monitoramento macroeconômico, o acompanhamento dos fluxos de comércio e as iniciativas de integração de serviços financeiros disponíveis nos mercados bancário, de capitais e de seguros. O sistema de pagamentos em moeda local criado no Mercosul e já em operação entre Brasil e Argentina é um exemplo de medida representativa de um aprofundamento da integração financeira regional.

Apoiaram também as discussões sobre mecanismos de integração financeira no âmbito da UNASUL. Os países que estão envolvidos no processo de conformação do Banco do Sul expressaram a importância de sua ativação, o mais rapidamente possível, com vistas ao desenvolvimento mais harmônico, equitativo e integral da América do Sul.

Recordando os vínculos entre finanças e comércio, os Ministros e Presidentes dos Bancos Centrais enfatizaram, no contexto da atual crise financeira internacional, a necessidade de uma conclusão satisfatória e equilibrada para as negociações multilaterais da Rodada Doha, que tome plenamente em consideração os interesses dos países em desenvolvimento e que leve à eliminação de práticas comerciais distorcidas por parte dos países desenvolvidos.

IX CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL -
SALVADOR, 28 DE OUTUBRO DE 2008
- DECLARAÇÃO CONJUNTA
28/10/2008

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, José Sócrates, reuniram-se em Salvador, no Estado da Bahia, em 28 de outubro de 2008, por ocasião da IX Cimeira Brasil-Portugal. Os dois Chefes de Governo reiteraram os fraternos laços de

amizade entre os dois países e passaram em revista o estado atual das relações bilaterais, bem como os principais temas de comum interesse da agenda internacional.

2. Os dois Mandatários congratularam-se pelas comemorações alusivas aos 200 Anos da Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, marcadas por importantes celebrações em ambos os países. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou, com satisfação, a visita ao Brasil do Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, em março último, no marco do lançamento, no Rio de Janeiro, da efeméride.

3. Os Chefes de Governo constataram, com satisfação, a excelência do relacionamento bilateral e concordaram em que o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em 2000, propicia notável quadro para o desenvolvimento de inúmeras iniciativas que têm aprofundado e intensificado não só o relacionamento entre Altas Autoridades dos dois países, mas também o intercâmbio em inúmeras áreas da cooperação bilateral.

4. A IX Cimeira foi precedida pela visita ao Brasil do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, em 10 de outubro corrente, ocasião que constituiu um oportuno exercício de avaliação do relacionamento bilateral e de temas de interesse global. Também precederam a IX Cimeira a III Reunião da Comissão Permanente Brasil-Portugal (Lisboa, 18 de setembro passado) e as reuniões da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, da Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, da Subcomissão de Assuntos de Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia e Juventude e Desporto e da Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e seu Exercício (Lisboa, 17 de setembro último).

5. Os dois governantes tomaram nota, com satisfação, dos resultados positivos dos encontros preparatórios da IX Cimeira. Congratularam-se pelo aprofundamento do diálogo bilateral sobre temas de interesse comum, mediante a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Implementação de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, conforme prevê o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta.

6. Os Chefes de Governo ressaltaram a importância da promoção da língua portuguesa como língua global. Nesse sentido, comprometeram-se a envidar esforços para promover a adoção da língua portuguesa em foros multilaterais. Constataram, com satisfação, que todos os atos assinados durante a IX Cimeira já estão redigidos segundo as regras de harmonização da língua portuguesa previstas no Acordo Ortográfico firmado entre os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesse contexto, salientaram também a relevância que atribuem à reunião de ministros de Educação e Cultura da CPLP nos próximos dias 14 e 15 de novembro, em Lisboa.

7. Congratularam-se ainda com a instituição do Ano do Brasil em Portugal em 2010 e do de Portugal no Brasil em 2011.

8. Avaliaram, como especialmente positiva, a aplicação do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais (“Acordo Lula”), que vigorou de 2005 a 2008, período em que cerca de 20 mil brasileiros tiveram sua estada legalizada em Portugal. Nesse contexto, congratularam-se com a assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares, e ressaltaram que esse mecanismo deverá

ser especialmente proveitoso para o acompanhamento sistemático daqueles temas. Reafirmaram, a propósito, o valor histórico da contribuição da comunidade portuguesa no Brasil e da comunidade brasileira em Portugal para o continuado progresso econômico e social de ambos os países.

9. Da mesma forma, constataram a intensificação da cooperação no campo da saúde, bem como os entendimentos em curso no sentido de desenvolver a cooperação em matéria de saúde no âmbito da CPLP e para o desenvolvimento de programas bilaterais em planejamento/planejamento estratégico em saúde pública, intercâmbio de experiências e harmonização de serviços de laboratório, entre outras ações.

10. Os dois Mandatários expressaram sua satisfação com a próxima entrada em vigor do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo e sublinharam a relevância que atribuem à criação de um Grupo de Trabalho neste domínio.

11. Manifestaram ainda satisfação pela assinatura do Protocolo entre o Governo do Estado da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, pelo lado brasileiro, e a empresa Portugal Telecom Inovação S.A., do Grupo Portugal Telecom, pelo lado português, sobre a implantação daquela empresa no Parque Tecnológico de Salvador, projeto que permitirá a colaboração de indústrias de tecnologia de ponta com o mundo universitário, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento tecnológico na região.

12. Os Chefes de Governo notaram com satisfação o crescimento dos fluxos de tráfego aéreo e diversificação de destinos, que teve lugar entre os dois países desde a última Cúpula bilateral, destacando a importância da cooperação existente entre a TAP e a TAM.

13. No setor das comunicações, os Chefes de Governo constataram a sólida cooperação

entre os CTT - Correios de Portugal e a ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, salientando a importância da dinamização do correio empresarial e dos Acordos celebrados entre as duas empresas nos domínios das remessas financeiras, da melhoria da qualidade do serviço e do desenvolvimento de sistemas de rastreamento dos objetos permutados no Corredor Portugal - Brasil.

14. Congratularam-se pelo avanço da cooperação bilateral na área de biocombustíveis, em cujo contexto sublinharam os acordos firmados entre a Petrobras e a Galp Energia, relativos à produção de biodiesel no Nordeste brasileiro.

15. Os governantes saudaram o dinamismo do intercâmbio comercial bilateral desde a VIII Cimeira, tendo notado que as trocas entre os dois países atingiram significativo crescimento, da ordem de 72,1 por cento entre 2005 e 2007, alcançando a cifra recorde de 2,1 bi. de dólares. Manifestaram interesse em promover ações conjuntas de forma a promover um maior equilíbrio da balança comercial.

16. No plano dos investimentos, constataram, com satisfação, a instalação em Portugal, nos últimos três anos, de empresas brasileiras representativas de setores variados da atividade econômica. Saudaram, em especial, o anunciado investimento da Embraer em Évora, com a instalação prevista de duas unidades industriais, que contribuirão para a consolidação de um núcleo de excelência em tecnologia aeronáutica em Portugal. Manifestaram, ademais, o interesse em ver ampliados os investimentos brasileiros em Portugal, nomeadamente de empresas de pequeno e médio porte.

17. Ressaltaram o expressivo montante de investimentos portugueses no Brasil, que passou de US\$ 4,5 bi. (2000) a US\$ 8,6 bi. (2006), em áreas como energia,

telecomunicações e turismo, tornando Portugal o sétimo maior investidor no Brasil e o Brasil um dos cinco primeiros destinos de investimento português. Coincidiram, ainda, em que as empresas dos dois países deveriam explorar as oportunidades de parcerias, de forma a ampliarem a sua competitividade em mercados internacionais.

18. Os dois Mandatários concordaram em que a crise financeira internacional requer especial atenção e oferece oportunidade para mudanças estruturais no sistema financeiro internacional. Observaram que os países emergentes têm papel de grande relevância nas discussões sobre a reforma do sistema financeiro internacional.

19. Os dois Chefes de Governo reiteraram a importância de reformar as Nações Unidas e o Conselho de Segurança daquela organização, por forma a torná-lo mais representativo, transparente e eficaz. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou seus agradecimentos ao apoio de Portugal ao Brasil para integrar, como membro permanente, um Conselho de Segurança reformado. O Primeiro-Ministro José Sócrates agradeceu o apoio do Brasil à candidatura portuguesa a um lugar de membro não-permanente do Conselho de Segurança para o biênio 2011-2012.

20. Reafirmaram o mútuo empenho na conclusão com êxito do Ciclo de Doha para o Desenvolvimento e reiteraram a importância que atribuem à retomada das negociações de um acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia.

21. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sublinhou o empenho da Presidência portuguesa da União Europeia no estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, lançada na Cúpula de Lisboa, em 4 de julho de 2007. Os dois Chefes de Governo expressaram a sua satisfação com a realização da II Reunião

de Cúpula Brasil-UE, no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2008.

22. O Primeiro-Ministro José Sócrates sublinhou a importância da iniciativa brasileira de realizar uma nova Cimeira sobre desenvolvimento sustentável, em 2012, no Rio de Janeiro, como oportunidade para os Chefes de Estado e de Governo refletirem sobre o estágio de implementação de compromissos ambientais assumidos desde a Rio 92 e conferirem impulso político para enfrentar o problema ambiental.

23. Os dois Mandatários reafirmaram a necessidade de conclusão positiva das negociações do Mapa do Caminho de Bali, por ocasião da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a realizar-se em Copenhague em 2009. Sublinharam a importância de um esforço global no combate à mudança do clima.

24. O Primeiro-Ministro José Sócrates congratulou o Presidente Lula pela próxima realização, em São Paulo, em novembro próximo, da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis e expressou a importância que atribui ao evento como foro de debate e esclarecimento, com base científica, sobre a sustentabilidade da produção de biocombustíveis.

25. As partes concordaram também na importância de aprofundar o diálogo bilateral em temas relacionados com a energia, em particular no domínio das energias renováveis. A este propósito, manifestaram o seu empenho em contribuir para a realização, em Lisboa, do Fórum sobre Energias Renováveis, no âmbito da CPLP.

26. Os dois Chefes de Governo congratularam-se com os auspiciosos resultados da IX Cimeira e expressaram seu compromisso em continuar a trabalhar para

a dinamização das relações bilaterais em benefício dos povos brasileiro e português.

XVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA DE
CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO - EL SALVADOR,
29 E 30 DE OUTUBRO DE 2008
29/10/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará amanhã, 30 de outubro, da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se na cidade de São Salvador, em El Salvador. O tema deste ano será “Juventude e Desenvolvimento”, de grande relevância para os países ibero-americanos em razão do expressivo número de jovens em suas populações. No Brasil existem cerca de 50 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos.

Na Cúpula de São Salvador, o Brasil pretende tratar, com seus parceiros ibero-americanos, da cooperação em áreas como capacitação e emprego, educação, cultura, saúde, segurança, direitos humanos e migração. O Brasil compartilhará, igualmente, sua experiência na formulação e na implantação da Política Nacional de Juventude, lançada em 2005, e do projeto “Segundo Tempo”, que visa à integração social de jovens por meio do esporte.

Além da Declaração Conjunta e do Compromisso de São Salvador para a Juventude e o Desenvolvimento, deverá ser aprovado um programa de Ação que recolherá os resultados de reuniões ministeriais, seminários e foros que ocorreram ao longo do ano. Também será adotado o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015, coordenado pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ).

TERREMOTO NO PAQUISTÃO

29/10/2008

O Governo brasileiro recebeu com pesar a notícia do forte terremoto que abalou, na madrugada desta quarta-feira, 29 de outubro, a província do Baluquistão, no Sudoeste do Paquistão, deixando cerca de 160 mortos e mais de doze mil desabrigados.

Ao solidarizar-se com as famílias das vítimas, o Governo brasileiro manifesta seus profundos sentimentos ao Governo e ao povo do Paquistão.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A CUBA - HAVANA, 30 E 31 DE OUTUBRO DE 2008

29/10/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará Cuba nos dias 30 e 31 de outubro.

A visita do Presidente tem como principal finalidade levar ao Governo e ao Povo cubanos a solidariedade do Governo e do Povo brasileiros após as recentes devastações causadas pelos furacões que assolaram a ilha.

O Brasil prestou ajuda humanitária a Cuba por meio do envio de alimentos e medicamentos. Nos próximos dias, o Brasil enviará, em navio da Marinha, 300 toneladas de arroz e 200 toneladas de leite em pó. Posteriormente, seguirão 15 mil toneladas de arroz beneficiado para atendimento da população de Cuba.

O Presidente Lula, que se fará acompanhar dos Ministros de Minas e Energia e da Comunicação Social e do Presidente da Petrobras, manterá encontro oficial com o Presidente Raúl Castro.

Por ocasião da visita presidencial, deverá ser assinado contrato entre a Petrobras e a CUPET para prospecção petrolífera em bloco

no litoral da ilha. Também será inaugurado Centro de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX Brasil) em Havana.

III REUNIÃO DO DIÁLOGO DE PARCERIA ECONÔMICA MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - DEPARTAMENTO DE ESTADO - BRASÍLIA, 30 DE OUTUBRO DE 2008

29/10/2008

A iniciativa das reuniões do “Diálogo de Parceria Econômica Ministério das Relações Exteriores - Departamento de Estado” surgiu em março de 2007, quando da visita aos Estados Unidos do Presidente Lula, com vistas a completar e promover o relacionamento já intenso entre os dois países, coordenando e incentivando diversas iniciativas de cooperação. Em sua terceira reunião, no dia 30 de outubro corrente, o diálogo se concentrará em temas como infra-estrutura; cooperação setorial, principalmente na área de têxteis; cooperação com países africanos e o Haiti; inovação e segurança de produtos importados.

A iniciativa gerou importantes resultados, relativos à cooperação entre associações empresariais na área de têxteis, um “road show” realizado em três cidades dos EUA (Nova York, São Francisco e Atlanta) sobre oportunidades de investimento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a assinatura de Memorando de Entendimento entre o Inmetro e a Consumer Product Safety Commission (CPSC) norte-americana, além de permitir um diálogo permanente entre as Chancelarias sobre temas econômicos globais.

Do lado brasileiro, o diálogo será conduzido pelo Subsecretário-Geral de Assuntos

Econômicos e Tecnológicos, Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça. Do lado dos EUA, a condução estará a cargo de Thomas A. Shannon, Secretário Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, e de Daniel S. Sullivan, Secretário Adjunto para Assuntos Econômicos, de Energia e Empresariais do Departamento de Estado.

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA BRASIL-
ESTADOS UNIDOS PARA ELIMINAÇÃO
DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E
RACIAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE
- BRASÍLIA, 31 DE OUTUBRO DE 2008
30/10/2008

Será realizada amanhã, 31 de outubro, no Palácio Itamaraty em Brasília, a solenidade de lançamento dos primeiros projetos de cooperação técnica no contexto do Plano de Ação Conjunta Brasil-Estados Unidos para Eliminação da Discriminação Étnica e Racial e Promoção da Igualdade.

O evento contará com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, além de autoridades brasileiras e norte-americanas, entre as quais o Secretário de Estado Assistente para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Embaixador Thomas Shannon. Reunirá, igualmente, representantes da sociedade civil e da iniciativa privada.

Os dois países reafirmarão o compromisso, assumido por ocasião da visita ao Brasil da Secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, em março último, de implementar medidas bilaterais para o combate ao racismo e à discriminação.

Para tanto, constituiu-se um Grupo Diretor, integrado por representantes governamentais, e um Grupo Consultivo, integrado por representantes da sociedade civil e da iniciativa privada.

Foram redigidas, inicialmente, dez propostas de projeto pelo Governo brasileiro e pelo norte-americano, centradas nas áreas de educação, cultura e justiça. Novas iniciativas poderão ser apresentadas pelo Grupo Consultivo para deliberação pelo Grupo Diretor, cujo mandato prevê reuniões regulares no Brasil e nos Estados Unidos.

ATENTADOS NA ÍNDIA
30/10/2008

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia da série de atentados terroristas ocorridos hoje, 30 de outubro, na região nordeste da Índia, que deixaram mais de 60 mortos e cerca de 300 feridos.

Ao condenar de modo veemente todas as formas de terrorismo e a violência injustificável de atos dessa natureza, o Governo brasileiro estende suas mais sinceras condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo da Índia.

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO
AMORIM COM O CHANCELER DO
PARAGUAI À MARGEM
DA XVIII CÚPULA IBERO-
AMERICANA - EL SALVADOR,
30 DE OUTUBRO DE 2008
30/10/2008

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Chanceler do Paraguai, Doutor Alejandro

Hamed Franco, passaram em revista a agenda bilateral no marco da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Nesse contexto, com a finalidade de fortalecer os excelentes laços de amizade e de cooperação, expressaram sua satisfação pelas conversações em curso e reafirmaram seu empenho para que estas tenham o sucesso que ambos os povos desejam.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO IRÃ

31/10/2008

O Ministro Celso Amorim realizará, no próximo dia 2 de novembro, visita oficial ao Irã, acompanhado de delegação empresarial integrada por representantes de várias das principais agremiações e empresas brasileiras. Trata-se da primeira visita, desde 1991, de um Chanceler brasileiro àquele país.

Em Teerã, o Ministro Celso Amorim deverá encontrar-se com o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manouchehr Mottaki, o Presidente da Assembléia dos Sábios e ex-Presidente da República, Akhbar Rafsanjani, o Presidente do Parlamento, Ali Larijani, e o Secretário-Geral do Conselho Supremo de Segurança Nacional, Said Jalili. Acompanhado de seu homólogo iraniano, o Ministro Celso Amorim participará, também, da abertura do encontro empresarial Brasil-Irã.

As relações Brasil-Irã datam de 1903 e contam com amplo potencial de adensamento. A visita do Ministro Celso Amorim possibilitará às partes passar em revista temas de caráter bilateral, regional e multilateral. Insere-se na estratégia

brasileira de reforçar seus contatos com atores relevantes no Oriente Médio e na Ásia Central, de estimular a diversificação dos laços comerciais brasileiros no mundo e de manter constante diálogo entre países em desenvolvimento.

O Irã é o maior mercado brasileiro no Oriente Médio, tendo absorvido, no ano passado, 28,7 % de nossas exportações para a região. Entre 2002 e 2007, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu quase quatro vezes, tendo atingido a cifra de cerca de US\$ 2 bilhões.

CAPOEIRA BRASILEIRA EM ANGOLA

03/11/2008

O Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do Brasil em Luanda promoverão, de 6 a 8 de novembro corrente, na capital angolana, diversos eventos relacionados ao mundo da capoeira. O objetivo é fortalecer os laços culturais entre Brasil e Angola, que propiciaram o desenvolvimento da capoeira brasileira.

No dia 6, em cerimônia no Centro de Formação de Jornalistas em Luanda, haverá o lançamento da publicação “Textos do Brasil 14 - Capoeira”, editada pela Coordenação de Divulgação do MRE.

No dia 7, será realizada série de conferências sobre capoeira com especialistas enviados do Brasil, além de workshops, apresentação de documentário e rodas de capoeira com mestres brasileiros e angolanos.

No dia 8, a Embaixada organizará apresentação de mestres brasileiros de capoeira, dando início à Semana de Cultura Brasileira em Luanda, realizada em parceria entre a Embaixada do Brasil e a Associação de Empresários Brasileiros em Angola (AEBRAN).

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA E DO MINISTRO CELSO
AMORIM AO PRESIDENTE
ELEITO DOS ESTADOS UNIDOS
05/11/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 5 de novembro, a seguinte mensagem ao Presidente eleito Barack Hussein Obama:

“Em nome do povo brasileiro e no meu próprio, felicito-o por sua eleição para Presidente dos Estados Unidos da América.

Sua vitória representa um momento de superação histórica para os Estados Unidos, que provam mais uma vez a capacidade transformadora de sua democracia e de sua sociedade. Vossa Excelência soube transmitir visão de futuro, capacidade de liderança e a certeza de que a esperança é mais forte do que o medo.

Sua escolha pelo povo norte-americano se dá em momento particularmente favorável das relações Brasil - Estados Unidos. Ocorre, também, em conjuntura de desafios complexos para a ordem internacional intensificados pela gravidade da crise financeira que afeta diretamente milhões de pessoas em todo o mundo.

Estou certo de que, sob a liderança de Vossa Excelência, os Estados Unidos responderão a esses desafios inspirados pela ‘intensa urgência do agora’ demandada por Martin Luther King.

Estou seguro, ademais, de que os Estados Unidos e o Brasil continuarão a melhorar nosso excelente relacionamento, que é guiado por respeito mútuo, por laços históricos e por valores e objetivos comuns.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

O Ministro Celso Amorim enviou também mensagem de felicitações ao Presidente eleito dos Estados Unidos, nos seguintes termos:

“É com grande prazer que me associo às felicitações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por sua eleição à Presidência dos Estados Unidos da América.

O resultado que Vossa Excelência colheu nas urnas representa a vitória da própria democracia, tanto no seu país quanto neste continente. Nesta decisão histórica, o povo norte-americano revelou mais uma vez ao mundo a força renovadora da pluralidade e da diversidade.

A sua eleição provou, ademais, que não há barreiras nem preconceitos que não possam ser vencidos por aqueles que demonstram verdadeiro espírito de liderança, determinação e esperança de um mundo melhor, como fez Vossa Excelência durante o longo percurso da campanha eleitoral.

Estou certo de que o excelente diálogo já alcançado entre o Brasil e os Estados Unidos será aprimorado em bases mais intensas e profundas.

Queira aceitar os melhores votos de êxito no cargo que o povo norte-americano lhe confiou de modo tão firme e claro.

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores”

ELEIÇÃO DO PROFESSOR ANTÔNIO
AUGUSTO CANÇADO TRINDADE PARA
A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA
06/11/2008

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a eleição hoje, 6 de novembro, do Professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), com mandato de nove anos, a partir de 2009. O Professor

Cançado Trindade recebeu o apoio de 163 membros da Assembléia Geral das Nações Unidas, onde foi o candidato mais votado, e de 14 membros do Conselho de Segurança. A votação do Professor Cançado Trindade na Assembléia Geral foi a maior da história das eleições para a Corte.

Autor de diversas obras jurídicas, o Professor Cançado Trindade é Professor de Direito Internacional Público na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. É membro do “Curatorium” da Academia de Direito Internacional da Haia e titular do Instituto de Direito Internacional, na Bélgica. De 1995 a 2006, foi Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que presidiu de 1999 a 2004. No Brasil, também exerceu o cargo de Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, de 1985 a 1990. Sua eleição para a CIJ é um reconhecimento da importante trajetória do Professor Cançado Trindade no campo do Direito Internacional e da tradição jusinternacionalista do Brasil, que remonta à participação de Rui Barbosa na Conferência da Haia.

A CIJ é o principal órgão judiciário das Nações Unidas, com sede na Haia, Países Baixos. Sua função é deliberar sobre questões jurídicas entre Estados e responder a consultas de órgãos ou agências especializadas da ONU. O Professor Cançado Trindade será o quinto brasileiro a integrar o corpo de juizes da Corte, tendo sido precedido pelos Doutores Francisco Rezek (1996-2006), José Sette Câmara (1979-1988), Levi Fernandes Carneiro (1951-1955) e José Philadelpho de Barros e Azevedo (1946-1951).

ENFRENTAMENTOS EM GAZA

06/11/2008

O Governo brasileiro recebeu com preocupação a notícia da incursão militar

israelense próxima a Khan Younis, em Gaza, no último dia 4 de novembro, que causou pelo menos 6 mortes, bem como do lançamento de foguetes, por militantes palestinos, contra as cidades israelenses de Sderot e Ashkelon.

Ao colocar em risco o cessar-fogo iniciado em 19 de junho último, resultado do firme empenho diplomático do Governo egípcio, ações dessa natureza ameaçam inviabilizar essa e as demais iniciativas de paz para a região.

O Brasil insta as partes envolvidas a cessar de forma imediata todos os atos de hostilidade e a evitar represálias, de forma a permitir a manutenção da trégua, essencial para a mitigação da grave situação humanitária na Faixa de Gaza, e o prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ITÁLIA - ROMA, 10 A 12 DE NOVEMBRO DE 2008

07/11/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará Visita de Estado à Itália, no período de 10 a 12 de novembro de 2008, ocasião em que manterá encontros com o Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano; com o Presidente do Conselho de Ministros, Silvio Berlusconi; com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Gianfranco Fini, e com o Prefeito de Roma, Gianni Alemanno.

Durante os encontros, o Presidente Lula e seus interlocutores passarão em revista os principais temas da agenda bilateral e analisarão os respectivos cenários regionais e assuntos de interesse comum da agenda internacional. Entre outros temas, tratarão das posições brasileira e italiana sobre a crise financeira internacional, com vistas à

reunião do G-20 financeiro que terá lugar em Washington, no dia 15 de novembro, e da presidência italiana do G-8, a iniciar-se em janeiro de 2009.

Estão também previstas as assinaturas de acordos bilaterais nas áreas de defesa, infra-estrutura, tecnologias espaciais, saúde e ciências médicas, medicina veterinária, e de interação entre pequenas e médias empresas.

A programação da Visita de Estado incluirá ainda a participação do Presidente Lula em Seminário Empresarial na Confederação das Indústrias Italianas (Confindustria), organizado no contexto de interesse mútuo de ampliar e diversificar a pauta comercial entre o Brasil e a Itália. Na ocasião, serão também apresentadas as oportunidades de investimentos no Brasil oferecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Presidente Lula participará também de Simpósio organizado pela Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores (CISL), sobre o tema “Nova economia, nova democracia”.

O comércio bilateral entre o Brasil e a Itália tem apresentado crescimento constante. Passou de US\$ 3,9 bilhões em 2003 para US\$ 7,8 bilhões em 2007. Segundo dados do Banco Central, o estoque de investimentos italianos no Brasil elevou-se de US\$ 2,5 bilhões em 2000 para US\$ 4,6 bilhões em 2006.

AUDIÊNCIA PRIVADA DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COM
SUA SANTIDADE O PAPA BENTO XVI -
VATICANO, 13 DE NOVEMBRO DE 2008
07/11/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita à Cidade-Estado do Vaticano, no dia 13

de novembro, quando terá audiência com Sua Santidade o Papa Bento XVI.

O Presidente Lula retomará temas de interesse comum abordados por ocasião da visita ao Brasil do Papa Bento XVI, a primeira a um país das Américas desde o início de seu Pontificado, em abril de 2005. Será assinado o Acordo Brasil-Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, cuja proposta original foi apresentada pela Santa Sé ao Governo brasileiro em setembro de 2006.

A agenda da política externa brasileira apresenta pontos de convergência com a da Santa Sé, em especial nas vertentes relacionadas à construção de condições mundiais que assegurem maior equidade política, econômica e social e à solução de conflitos entre os países com base no direito internacional.

Serão tratados igualmente temas da agenda internacional, tais como a preservação da paz, a globalização solidária, o combate à fome e à pobreza, a questão migratória e a situação dos refugiados, a implementação dos Mecanismos Financeiros Inovadores e questões relacionadas à preservação do meio ambiente e ao uso de energia renovável.

FESTIVAL DE GASTRONOMIA
BRASILEIRA - LUANDA, 10 A 15 DE
NOVEMBRO DE 2008
07/11/2008

A Embaixada do Brasil em Luanda promoverá, de 10 a 15 de novembro corrente, Festival de Gastronomia Brasileira na capital angolana.

O evento terá lugar no Hotel Trópico e contará com a participação da premiada chef brasileira Alice Mesquita de Castro, que propiciará ao público angolano a oportunidade de conhecer um pouco mais da variada culinária brasileira.

No dia 10 de novembro, além de degustação de prato típico do Brasil, haverá o lançamento da publicação “Textos do Brasil 13 - Sabores do Brasil”, editada pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E
DO MINISTRO CELSO AMORIM AO
GOVERNO DO HAITI
08/11/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 08 de novembro, a seguinte mensagem de solidariedade ao Presidente do Haiti, René Préval:

“Senhor Presidente, Prezado amigo,

Recebi, com profunda consternação, a notícia do trágico acidente na escola La Promesse em Petionville. Em nome do povo e do Governo brasileiros, e em meu próprio, transmito a Vossa Excelência e ao povo do Haiti as mais sinceras e fraternas condolências. Neste momento de dor e perda, esteja seguro de contar com a plena solidariedade do Brasil.”

O Ministro Celso Amorim enviou também mensagem ao Ministro das Relações Exteriores do Haiti, Alrich Nicolas, nos seguintes termos:

“Senhor Ministro,

Com imenso pesar pela perda de tantas vidas jovens no desmoronamento da escola La Promesse, peço a Vossa Excelência receber e transmitir aos familiares das vítimas as mais sentidas condolências e a solidariedade de todo o povo brasileiro nesta hora de luto.”

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ITÁLIA - ROMA,
10 A 12 DE NOVEMBRO DE 2008 -
COMUNICADO CONJUNTO
10/11/2008

Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Silvio Berlusconi

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Silvio Berlusconi, reafirmaram o interesse em conferir maior impulso à parceria estratégica existente entre os dois Países, com base nos valores democráticos, no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, que o Brasil e a Itália compartilham e que orientam sua visão do futuro das relações internacionais. O Brasil e a Itália reafirmam seu empenho comum em prol do reforço do multilateralismo, da defesa da paz e da segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento e da justiça social.

2. Os dois Chefes de Governo, no contexto da reunião do G-20, da qual participarão, em Washington, no dia 15 de novembro, reiteraram a necessidade de atuar de forma coordenada para a definição de um novo sistema financeiro internacional mais transparente, caracterizado por regras e controles mais estritos, em benefício da sustentabilidade do crescimento e do desenvolvimento.

3. Os dois Chefes de Governo expressaram, ainda, a convicção de que uma participação mais ampla do Brasil nos trabalhos da próxima Cúpula do G-8, sob a presidência italiana, constituirá um fator de impulso para a identificação de respostas aos atuais desafios internacionais. Ambos reafirmaram o empenho em buscar uma conclusão rápida e equilibrada das negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento, bem como em dar impulso, nos respectivos âmbitos regionais, à negociação do Acordo UE-Mercosul. Reiteraram, ademais, a vontade dos dois Países de fortalecer a cooperação bilateral no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e de colaborar para a promoção e utilização sustentável dos biocombustíveis e dos MDL.

4. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi, no contexto da dinamização do diálogo no mais elevado nível político, examinaram os desdobramentos da cooperação bilateral, estabelecendo linhas prioritárias com vistas ao seu fortalecimento, com destaque às áreas econômico-comercial, financeira, cultural e científico-tecnológica. Nesse contexto inserem-se os entendimentos mantidos entre os Ministros que integram as respectivas delegações e os acordos bilaterais firmados na ocasião, indicados em anexo. Os dois Chefes de Governo expressaram satisfação com a realização do Fórum empresarial, que reuniu representantes das Confederações de Indústrias dos dois Países, com o objetivo

de intensificar a cooperação econômica e o intercâmbio comercial, e sublinharam as oportunidades de investimentos oferecidas pelo Programa brasileiro de Aceleração do Crescimento (PAC).

5. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi congratularam-se pelos expressivos resultados alcançados no desenvolvimento da agenda bilateral e reiteraram seu empenho no fortalecimento e no aprofundamento da amizade entre os dois Países.

REUNIÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS
PREPARATÓRIA DA CÚPULA DA
AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- ZACATECAS, MÉXICO, 14 DE
NOVEMBRO DE 2008

13/11/2008

Será realizada na cidade de Zacatecas, no México, em 14 de novembro de 2008, Reunião de Altos Funcionários com o objetivo de examinar, com base em proposta brasileira, o projeto de Declaração Final a ser levado à consideração dos Chefes de Estado e de Governo participantes da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC - Salvador, 16 e 17 de dezembro).

A Reunião de Altos Funcionários foi convocada pelos Chanceleres dos países da América Latina e do Caribe, que se reuniram

no Rio de Janeiro em 6 de outubro de 2008.

Entre os temas que constam do projeto de Declaração, figuram a crise financeira internacional, a crise alimentar, a crise energética, a mudança do clima e a cooperação entre mecanismos regionais e sub-regionais de integração na América Latina e no Caribe.

CÚPULA SOBRE MERCADOS
FINANCEIROS E ECONOMIA
MUNDIAL - WASHINGTON,
15 DE NOVEMBRO DE 2008
13/11/2008

Será realizada em Washington, no próximo dia 15 de novembro, a Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial, com a participação dos Chefes de Estado e de Governo dos países que compõem o G-20 financeiro.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chefiará a delegação brasileira, integrada também pelo Ministro Celso Amorim, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pelo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Antônio de Aguiar Patriota.

A Cúpula foi convocada pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, com o objetivo de tratar da crise dos mercados financeiros e da economia mundial. O Brasil entende que as primeiras medidas tomadas pelos Governos começaram a surtir efeitos positivos. Contudo, avalia ser imperativo normalizar os canais de crédito e os fluxos financeiros, a fim de limitar os impactos sobre a economia real. O Brasil também apóia a implementação de políticas anticíclicas, visto que uma recessão aguda traria consequências particularmente sérias para os países em desenvolvimento.

O Brasil defende, ainda, a realização de mudanças na estrutura da governança financeira mundial, a fim de dotar as

instituições financeiras internacionais de maior legitimidade e representatividade. A atual estrutura dá pouca voz e participação aos países em desenvolvimento, que, no entanto, não estão sendo poupados dos efeitos da crise.

O G-20 financeiro é um foro informal que reúne Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais de países desenvolvidos e em desenvolvimento para discutir a estabilidade econômica global. O grupo foi criado em resposta às crises econômicas do final dos anos 1990. São membros do G-20 os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. A União Europeia também está representada no Grupo.

V REUNIÃO DA COMISSÃO
INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-
RÚSSIA DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, COMERCIAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (V CIC) -
BRASÍLIA, 17 E 18 DE
NOVEMBRO DE 2008
14/11/2008

Será realizada em Brasília, nos dias 17 e 18 de novembro, a V Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (V CIC).

Criada em 1981, a CIC teve, desde 1999, quatro reuniões sob novo formato. Neste ano, a V CIC ocorre no momento em que o Brasil e a Rússia celebram 180 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, o que ocorreu em 3 de outubro de 1828. Constitui etapa importante na preparação da visita ao Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dimitri

Medvedev, prevista para os dias 25 e 26 de novembro do ano em curso.

A CIC está estruturada em 7 subcomissões temáticas nas seguintes áreas: Cooperação Econômico-Comercial, Cooperação Agrícola, Cooperação Energética, Cooperação Espacial, Cooperação Técnico-Militar, Cooperação Científico-Tecnológica e Cooperação entre Estados brasileiros e Regiões da Rússia.

O comércio Brasil-Rússia aumentou consideravelmente nos últimos anos. O fluxo comercial, que em 2007 situou-se em cerca de US\$ 5,5 bilhões, já ultrapassou US\$ 6 bilhões até setembro. A meta, fixada pelos dois Governos, é elevar o intercâmbio para US\$ 10 bilhões até 2010. Os principais itens de exportação do Brasil para a Rússia são carnes e açúcar, além de tratores, fumos e café. A Rússia é o quarto principal destino das exportações do setor agropecuário brasileiro. O Brasil importa da Rússia principalmente fertilizantes.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DA INDONÉSIA, SUSILO
BAMBANG YUDHOYONO
17/11/2008

O Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, visitará o Brasil de 18 a 20 de novembro, acompanhado de comitiva oficial e de empresários.

No dia 18, o Presidente Yudhoyono será recebido em Brasília pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o homenageará com almoço, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Senado Federal. No dia 19, em São Paulo, visitará as instalações da EMBRAER e uma usina de etanol, de onde seguirá para o Rio de Janeiro. No dia 20, participará de encontro com empresários nessa cidade.

A vinda do Presidente indonésio ocorre

quatro meses após a visita do Presidente Lula a Jacarta, à frente de importante delegação empresarial. A intensificação do diálogo político e econômico se insere na estratégia comum de fortalecimento do diálogo Sul-Sul e reflete a convergência entre os dois países no tratamento de muitos temas da agenda internacional.

Durante a visita a Brasília, será celebrado ato bilateral que estabelece uma relação de Parceria Estratégica entre os dois países. A iniciativa deverá abrir novas frentes de atuação conjunta, em áreas como biogenética, biocombustíveis, combate à fome e ciência e tecnologia. Estimulará, ademais, a participação conjunta em projetos de cooperação técnica em terceiros países.

Em 2008, o comércio bilateral deverá chegar pela primeira vez a US\$ 2 bilhões. No que tange aos investimentos, a presença da Vale no setor mineral indonésio constitui o maior investimento brasileiro na Ásia. Já a empresa indonésia Bahia Pulp atua no pólo de Camaçari, onde produz celulose para exportação.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DA INDONÉSIA, SUSILO
BAMBANG YUDHOYONO - 18 A 20 DE
NOVEMBRO DE 2008 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
18/11/2008

1. A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, realizou visita oficial ao Brasil, em 18 de novembro de 2008, acompanhado de autoridades do Governo indonésio e de delegação empresarial.

2. Durante o encontro, os Presidentes observaram, com entusiasmo, que as relações entre Brasil e Indonésia estão passando

por momento altamente auspicioso. Eles recordaram a histórica visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Jacarta, em 12 de julho de 2008, e consideraram que a intensa troca de visitas de alto nível ocorrida neste ano é sinal de que os dois países alcançaram novo nível em suas relações bilaterais.

3. À luz disso, decidiram enfatizar o interesse dos dois países em aprofundar suas relações bilaterais por meio da assinatura de documento que estabelece uma Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Indonésia. Essa parceria expressa a convergência de interesses nos campos político, econômico, científico-tecnológico e sociocultural. Concordaram que ambos os países não deverão poupar esforços para implementar essa Parceria Estratégica.

4. Ambos os Presidentes expressaram satisfação com a evolução do comércio bilateral, o qual, de janeiro a setembro de 2008, alcançou US\$ 1,7 bilhão, o que representa crescimento de 49% em relação ao mesmo período de 2007. Embora apreciem essa tendência positiva, ambos os Presidentes concordaram que o comércio bilateral ainda não corresponde ao potencial oferecido pelos dois países. Caso se mantenha o ritmo atual e se expanda o comércio a outras áreas promissoras, como agricultura e agro-energia, os dois Presidentes esperam que o comércio bilateral alcance US\$ 2 bilhões até o final de 2008.

5. Destacaram o êxito da organização do encontro empresarial em São Paulo, do qual participou número significativo de líderes empresariais brasileiros e indonésios. Notaram que, mesmo com o aumento das trocas entre o Brasil e a Indonésia, ainda existem oportunidades inexploradas de comércio e negócios em geral. Concordaram em auxiliar seus setores privados na identificação de oportunidades e no desenvolvimento das

relações econômico-comerciais, mediante apoio ao estabelecimento de um Conselho Empresarial Brasil-Indonésia ou outro mecanismo similar, de acordo com a conveniência dos setores empresariais, para a promoção do conhecimento mútuo a respeito do ambiente de negócios nos dois países, com vistas ao aumento do comércio e dos investimentos bilaterais para ambos os países. Os Presidentes também avaliaram positivamente o crescimento dos investimentos recíprocos.

6. Ambos os Presidentes reiteraram o entendimento compartilhado de que o desenvolvimento econômico deve ser a base para a redução das desigualdades sociais. Em relação ao assunto, presenciaram a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Erradicação da Pobreza e reiteraram o compromisso dos dois Governos em alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio, definidas pelas Nações Unidas.

7. Recordaram a assinatura do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Campo de Técnicas de Produção de Etanol Combustível e do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional, durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Jacarta, em 12 de julho de 2008. Notaram que ambos os países estão cooperando para a implementação desses instrumentos.

8. Ambos os Presidentes expressaram apoio à Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, que será realizada em Brasília, no dia 24 de novembro de 2008. Afirmaram que a intensificação da cooperação inter-regional entre a Ásia e a América do Sul beneficiará os povos de ambas as regiões. Nesse sentido, destacaram o importante papel desempenhado pelo mecanismo de diálogo Mercosul-ASEAN e pelo Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) como

os principais foros para a implementação da cooperação inter-regional ampliada.

9. No que tange a assuntos internacionais, os dois líderes reafirmaram sua confiança no multilateralismo como meio de lograr soluções efetivas, duradouras e legítimas para a crise que atualmente atinge o sistema financeiro global. Sublinharam os papéis fundamentais das Nações Unidas e de outros mecanismos multilaterais de cooperação para a reforma dos regimes regulatórios e institucionais do sistema financeiro global, que se faz necessária para fortalecer a regulação do setor financeiro e evitar efeitos negativos da crise financeira sobre os países em desenvolvimento. Sobre esse ponto, ambos os Presidentes apoiaram plenamente a implementação dos resultados da Cúpula dos líderes do Grupo dos 20 (G-20), realizada em 15 de novembro de 2008, em Washington, D.C.

10. Os Presidentes manifestaram seu compromisso com a conclusão exitosa das negociações da Rodada de Doha, bem como seu apoio à conclusão das modalidades para as negociações sobre produtos agrícolas e não-agrícolas antes do fim deste ano.

11. Ambos os Presidentes compartilharam a preocupação com a questão da segurança alimentar global e seu impacto sobre o dia-a-dia das pessoas ao redor do mundo. Recordaram que o aumento dos preços dos alimentos é causado por vários fatores, como a flutuação dos preços do petróleo; colheitas menores em diversos países, causadas por condições climáticas adversas; elevação dos custos de frete; desastres naturais; especulação nos mercados financeiros; variações de taxas de câmbio; e crescentes mudanças no consumo de alimentos em alguns países em desenvolvimento. Por esse motivo, ambos os Presidentes declararam pleno apoio à cooperação internacional no âmbito do Sistema das Nações Unidas, para o estabelecimento de

Quadro Abrangente de Ação que assegure a sustentabilidade do abastecimento global de alimentos.

12. Reafirmaram o compromisso dos dois Governos com o processo de renovação das Nações Unidas, de forma a permitir o desenvolvimento de um multilateralismo mais eficiente e legítimo. Enfatizaram a necessidade de reforma do Conselho de Segurança, incluindo aumento da participação dos países em desenvolvimento nesse órgão.

13. Nesse sentido, os Presidentes manifestaram sua satisfação com a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 15 de setembro passado, que determina o início das negociações a respeito da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas até a data-limite de 28 de fevereiro de 2009.

14. Os dois Presidentes também concordaram que ambos os países devem cooperar para intensificar as negociações da Rodada de São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais, com vistas a concluí-las no início de 2009.

15. Ambos os Presidentes comprometeram-se a adotar os princípios de desenvolvimento sustentável, que abrangem o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental, em suas políticas nacionais de desenvolvimento e a implementá-los em seus respectivos países. Os Presidentes demonstraram, também, a disposição de participar ativamente do esforço global contra os efeitos adversos da mudança do clima, bem como de promover o desenvolvimento sustentável das florestas.

16. O Presidente Susilo Bambang Yudhoyono manifestou seu grande apreço ao Povo e ao Governo brasileiros pela calorosa acolhida e hospitalidade que lhe foram dispensadas durante sua visita ao Brasil.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DA CORÉIA, LEE MYUNG-
BAK - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 17 A 20
DE NOVEMBRO DE 2008
18/11/2008

O Presidente da República da Coréia, Lee Myung-bak, visita o Brasil de 18 a 20 de novembro.

O Mandatário sul-coreano será recebido, no dia 19, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem discutirá os principais tópicos da agenda bilateral e internacional. No mesmo dia, será recebido pelo Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves.

Nos últimos anos, a República da Coréia vem aumentando seus investimentos no Brasil, sobretudo nos setores automobilístico, eletrônico, mineral, siderúrgico, agrícola e financeiro. Também tem demonstrado interesse no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no projeto do trem-bala, que interligará as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. No que respeita à área de ciência e tecnologia, progredem os entendimentos nos setores de biogenética e energia nuclear.

A República da Coréia é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. A corrente de comércio bilateral atingiu, em 2007, US\$ 5,4 bilhões e, no período de janeiro a setembro do corrente ano, já superou US\$ 6,4 bilhões.

Durante o encontro, os Presidentes saudarão a celebração, em 2009, do cinquentenário do estabelecimento das relações diplomáticas. Estão programados, para o ano que vem, importantes eventos culturais nos dois países.

I REUNIÃO DO CONSELHO
BRASILEIRO DO MERCOSUL SOCIAL
E PARTICIPATIVO - BRASÍLIA, 19 DE
NOVEMBRO DE 2008
18/11/2008

Será realizada, no dia 19 de novembro, a I Reunião do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo. A sessão de abertura da reunião será co-presidida pelo Ministro Celso Amorim e pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci.

O Conselho faz parte do Programa Mercosul Social e Participativo, instituído pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 6 de outubro.

A I Reunião do Conselho contará com a presença de autoridades do Governo Federal, parlamentares e entidades da sociedade civil. O propósito do encontro é promover o intercâmbio de informações sobre as principais iniciativas e objetivos em discussão no âmbito do Mercosul durante a Presidência Pro Tempore brasileira, que se encerra em dezembro.

A sessão de abertura da reunião será realizada às 9 horas da manhã, no auditório do Instituto Rio Branco, com cobertura de imprensa.

ELEIÇÕES EM GUINÉ BISSAU
19/11/2008

Foram realizadas, no último dia 16 de novembro, eleições legislativas em Guiné-Bissau. Conforme o testemunho de observadores internacionais, inclusive da CPLP, a celebração

do pleito transcorreu de forma livre e pacífica.

O Brasil prestou importante apoio para a organização e a apuração do pleito.

A realização das eleições em Guiné-Bissau é etapa importante no processo de reconstrução nacional, para o qual contribui o trabalho da Comissão das Nações Unidas para a Construção da Paz, coordenado pelo Brasil.

O Governo brasileiro tem a confiança de que a apuração continuará a ocorrer dentro da normalidade e de que o fortalecimento das instituições democráticas contribuirá para a consolidação da paz e do desenvolvimento bissau-guineense.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA A JUNTA
EXECUTIVA DO PROGRAMA
MUNDIAL DE ALIMENTOS

19/11/2008

O Brasil foi eleito por aclamação, no último dia 17 de novembro, para a Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos (PMA), relativa ao período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. A última vez que o Brasil ocupou assento na Junta foi no triênio de 1996 a 1999.

O PMA, agência das Nações Unidas responsável pela ajuda alimentar mundial, é considerado a maior organização humanitária do mundo e assiste, em média, 90 milhões de pessoas por ano, em mais de 80 países.

A Junta Executiva é responsável por supervisionar as atividades de assistência humanitária e alimentar desenvolvidas pelo Programa Mundial de Alimentos.

A eleição dos 36 Estados-Membros da Junta ocorreu no âmbito da 135ª Sessão do Conselho da FAO, que se realizou em Roma nos dias 17 e 18 de novembro. A candidatura do Brasil contou com o apoio consensual do Grupo de Países Latino-Americanos e Caribe (GRULAC). O Brasil vem contribuindo, cada vez mais, com o Programa, no combate à fome e à pobreza no mundo, especialmente nos países africanos e da América Latina e do Caribe.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA CORÉIA, LEE
MYUNG-BAK - BRASÍLIA E SÃO
PAULO, 17 A 20 DE NOVEMBRO DE 2008
- COMUNICADO CONJUNTO
19/11/2008

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Coréia, Lee Myung-bak, realizou visita oficial à República Federativa do Brasil de 17 a 20 de novembro de 2008. Em 19 de novembro, o Presidente Lula e o Presidente Lee mantiveram encontro durante o qual trocaram visões aprofundadas sobre como fortalecer as relações de amizade e cooperação entre os dois países e aumentar sua cooperação no plano internacional.

2. Os dois líderes expressaram satisfação com as maiores possibilidades de progresso em vários campos das relações bilaterais, tais como político, comercial, investimentos, ciência e tecnologia, sociedade e cultura. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus Governos com a implementação da

“Parceria Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI”, estabelecida em novembro de 2004.

3. Os Presidentes Lula e Lee sublinharam o grande potencial para expansão das relações bilaterais em grande número de áreas, tais como usos pacíficos da energia nuclear, biotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação (TIC), infra-estrutura, cooperação acadêmica e agricultura.

4. O Presidente Lee expressou sua gratidão pelo convite do Presidente Lula para realizar visita oficial ao Brasil, e convidou o Presidente Lula para visitar a Coreia em data a ser mutuamente acordada no ano de 2009, quando os dois países celebrarão o cinquentenário do estabelecimento de relações bilaterais. O Presidente Lula agradeceu e aceitou o convite do Presidente Lee.

5. Os líderes sublinharam a importância da celebração, em 2009, do cinquentenário das relações diplomáticas, e expressaram a disposição de ambos os Governos em promover conjuntamente atividades comemorativas que estimularão o entendimento mútuo entre os povos brasileiro e coreano e contribuirão para o aprofundamento das relações bilaterais.

6. Sublinharam a importância dos canais institucionais já estabelecidos entre os dois Governos, que demonstram a densidade atingida em vários setores do relacionamento bilateral. Enfatizaram, nesse sentido, os papéis desempenhados pelo Comitê de Cooperação Agrícola, o Mecanismo de Consulta sobre Recursos Energéticos e Minerais, a Comissão Mista para Assuntos Culturais, o Mecanismo de Consultas Políticas e o Fórum Brasil-Coreia.

7. Os dois Presidentes registraram, com satisfação, a presença de uma grande comunidade coreana no Brasil. Ademais, o Presidente Lee pediu ao Presidente Lula que continue a dedicar especial atenção à comunidade coreana no Brasil.

8. Os Presidentes Lula e Lee enfatizaram que a resolução pacífica e diplomática da questão nuclear da República Democrática Popular da Coreia (RDPC), dentro do quadro das Negociações Hexapartites, é essencial para assegurar a paz e a estabilidade na Península Coreana e no Nordeste Asiático. O Presidente Lee explicou que a política da República da Coreia em relação à RDPC tem como objetivo promover, por meio do diálogo, um relacionamento inter-coreano baseado na valorização de benefícios mútuos e da prosperidade comum. Por sua vez, o Presidente Lula salientou a importância do diálogo bilateral entre as duas Coreias e elogiou a contribuição da República da Coreia para a paz e a estabilidade na Península Coreana.

9. O Presidente Lula comentou o recente desempenho econômico do Brasil e a situação regional na América Latina, e o Presidente Lee referiu-se de forma elogiosa ao importante papel do Brasil na região. O Presidente Lee também avaliou positivamente os esforços do Presidente Lula em prol da integração da América do Sul, no quadro do Mercosul e da Unasul.

10. Os Presidentes Lula e Lee ressaltaram as oportunidades de negócios a serem exploradas pelos dois países. Os dois Presidentes registraram, com grande satisfação, que o volume do comércio bilateral mais que duplicou nos últimos cinco anos, estimando-se que alcance mais de US\$ 8 bilhões este ano. Reconhecendo a importância de um comércio equilibrado, comprometeram-se a empenhar esforços com vistas à expansão e à diversificação dos fluxos comerciais bilaterais.

11. O Presidente do Brasil manifestou sua satisfação com a aprovação da nova legislação coreana sobre análise de risco de importações para produtos sujeitos a quarentena, que possibilitará o intercâmbio de missões a respeito do tema.

12. Ambos os líderes saudaram a realização da “Conferência de Líderes Empresariais Brasil-Coréia”, por ocasião da visita do Presidente Lee. Ambos os Presidentes expressaram sua esperança de que o setor empresarial possa desempenhar um papel ativo na promoção de laços econômicos bilaterais.

13. Os Presidentes registraram com satisfação as consultas em curso entre o Mercosul e a Coréia, com vistas ao fortalecimento do comércio, dos investimentos e das relações econômicas. Sobre o assunto, o Presidente da Coréia sugeriu que o Mercosul e a Coréia considerem as ações de seguimento do resultado do estudo conjunto sobre a viabilidade de um Acordo Comercial Mercosul-Coréia.

14. O Presidente Lula registrou sua satisfação com os investimentos coreanos no Brasil, em setores como automobilístico, siderurgia, equipamentos eletrônicos e mineração. Destacou, ainda, as oportunidades de investimento que estão surgindo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em projetos como o Trem de Alta Velocidade (TAV), o Plano Nacional de Dragagem e em outras áreas, incluindo a construção naval, nas quais o conhecimento tecnológico da Coréia é renomado.

15. O Presidente Lee discorreu sobre a competitividade global que caracteriza as empresas coreanas, em virtude de sua excelência técnica, experiência internacional e “know-how” na área de infra-estrutura, e o Presidente Lula referiu-se positivamente à participação das empresas coreanas no mercado brasileiro.

16. Ambos os Presidentes, compartilhando o reconhecimento de que a melhoria da conectividade no setor dos serviços aéreos promoveria o movimento de pessoas e bens entre os dois países, concordaram, em princípio, com a renegociação do Acordo de Serviços Aéreos atualmente em vigor e com a

realização de consultas aéreas sobre detalhes relevantes, em 2009, visando àquele objetivo.

17. Os Presidentes ressaltaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre cooperação tecnológica em agricultura, que compreende as áreas de recursos genéticos e de bio-energia, entre a EMBRAPA e a “Rural Development Administration” da Coréia (RDA). Ambos os Governos acordaram estabelecer seus respectivos laboratórios de pesquisas em cada país, para a implementação do Memorando de Entendimento.

18. Ambos os Presidentes expressaram sua satisfação com a assinatura de Memorandos de Entendimento no campo da mineração, entre o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e a “Korea Resources Corporation on Technology and Mineral Resources Information Cooperation” (KORES), e entre a VALE e o “Korea Eximbank” (KEXIM), por ocasião da visita do Presidente Lee. Além disso, ambos os Presidentes concordaram em fortalecer ainda mais os canais existentes para consultas bilaterais.

19. Os dois mandatários congratularam-se com a assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério da Economia do Conhecimento da República da Coréia, que poderá abrir novas oportunidades para o crescimento e a diversificação do comércio bilateral e também para novos investimentos.

20. O Presidente Lula e o Presidente Lee também consideraram de grande importância a crescente cooperação entre instituições acadêmicas e de pesquisa dos dois países. Afirmaram, a esse respeito, o interesse em atribuir especial ênfase ao intercâmbio acadêmico e educacional no contexto das

atividades comemorativas do cinquentenário das relações Brasil-Coréia. Os dois mandatários concordaram em buscar ativamente a realização de intercâmbios nas áreas de cultura, esportes e assuntos da juventude.

21. Os dois dirigentes concordaram que a Organização das Nações Unidas precisa ser fortalecida, de maneira a ser capacitada a lidar de forma mais efetiva com os desafios globais da atualidade. Partilharam o ponto de vista de que os esforços para a reforma das Nações Unidas, incluindo a expansão do Conselho de Segurança, devem continuar a fim de assegurar-lhe maior representatividade, em particular de países em desenvolvimento. Nesse sentido, os Presidentes saudaram a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, adotada por todos os Estados membros, de iniciar negociações a partir dos progressos já alcançados a respeito da reforma do Conselho de Segurança, buscando solução que possa reunir a mais ampla aceitação política possível dos Estados membros.

22. Ambos os Presidentes concordaram em fortalecer os laços de cooperação entre a Ásia e a América do Sul. Salientaram, a propósito, o papel que o Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) pode desempenhar nesse sentido.

23. Os Presidentes afirmaram sua confiança no multilateralismo como caminho para o desenvolvimento de soluções confiáveis, duradouras e legítimas para a crise que atualmente afeta o sistema financeiro internacional. Os Presidentes, que participaram ambos da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global, realizada em Washington, em 15 de novembro de 2008, registraram com satisfação que o Grupo dos 20 (G-20) acordou intensificar a cooperação e trabalhar conjuntamente para restaurar o crescimento

global e alcançar reformas necessárias no sistema financeiro mundial. Os dois Presidentes concordaram que o Brasil e a Coréia cooperem estreitamente, na qualidade de países-líderes do G-20 em 2009, para a formulação de recomendações necessárias à implementação de princípios acordados na Cúpula Econômica do G-20, em Washington.

24. Ambos os Presidentes enfatizaram que uma rápida conclusão das negociações da Rodada Doha de Desenvolvimento é fundamental para o revigoramento da economia global. Propugnaram um engajamento mais intenso dos membros da OMC nas negociações, de maneira que as modalidades de agricultura e de acesso aos mercados não-agrícolas (NAMA) possam ser acordadas antes do fim de 2008, tendo em conta os progressos realizados na reunião ministerial da OMC de julho passado, em Genebra.

25. Os Presidentes partilharam o compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, a disposição de lidar com a mudança do clima, inclusive por meio de resultado a ser acordado em 2009 com vistas ao fortalecimento da implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e de novas metas para o seu Protocolo de Quioto, assim como a de promover o manejo sustentável de florestas.

26. Os dois Presidentes partilharam a opinião de que seu encontro em Brasília constituiu excelente oportunidade para fortalecer ainda mais a substantiva cooperação entre os dois países. Ambos os líderes comprometeram-se a reforçar a cooperação bilateral, por meio da implementação dos detalhes acordados durante o encontro. O Presidente Lee agradeceu a calorosa acolhida e a hospitalidade que lhe foram dispensadas pelo Governo e pelo Povo brasileiros.

EXPANSÃO DA COOPERAÇÃO EM
BIOCOMBUSTÍVEIS AO AMPARO DO
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
BRASIL - ESTADOS UNIDOS -
COMUNICADO CONJUNTO - SÃO
PAULO, 20 DE NOVEMBRO DE 2008
20/11/2008

Os Governos de Brasil e Estados Unidos anunciaram hoje a expansão da cooperação em biocombustíveis, existente ao amparo do Memorando de Entendimento assinado pelos dois países em 2007, com vistas a promover os objetivos comuns de segurança energética, desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

O Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e o Secretário de Estado da Agricultura dos Estados Unidos, Ed Schafer, em encontro na Conferência Internacional de Biocombustíveis de São Paulo, anunciaram os planos de seus Governos para expandir a cooperação científica em biocombustíveis, bem como para trabalhar em parceria com cinco novos países - da África, da América Central e do Caribe - interessados em desenvolver suas indústrias domésticas de biocombustíveis.

No âmbito bilateral, o Ministro Celso Amorim e o Secretário Ed Schafer saudaram a assinatura do acordo, em 3 de outubro último, entre o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras (CENPES) e o National Renewable Energy Lab (NREL) dos Estados Unidos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento conjunto e a integração de sistemas de processamento e distribuição de biocombustíveis com base em tecnologias de “segunda geração”. A cooperação é resultado da troca de missões de cientistas e especialistas,

assim como de visitas de alto nível que se realizaram durante o ano corrente sob a égide do Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos.

No tocante à cooperação em terceiros países, os Governos anunciaram novas parcerias com Guatemala, Honduras, Jamaica, Guiné-Bissau e Senegal. Esses países irão juntar-se a El Salvador, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis, totalizando um total de nove beneficiários da cooperação Brasil-Estados Unidos. No grupo inicial de países, Brasil, Estados Unidos e os organismos parceiros (BID, OEA, e Fundação das Nações Unidas) alocaram mais de 4,3 milhões de dólares a doze projetos em andamento. Os países beneficiários estão trabalhando para desenvolver suas indústrias nacionais de biocombustíveis para reduzir sua dependência de combustíveis importados e promover seu desenvolvimento sustentável.

Globalmente, os membros do Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB) estão fazendo avançar a transformação dos biocombustíveis em “commodities” por meio da harmonização de padrões e normas técnicas. Visando a promover a sustentabilidade dos biocombustíveis, Brasil e Estados Unidos estão trabalhando conjuntamente na Global Bioenergy Partnership (GBEP), iniciativa que trabalha com vistas a harmonizar metodologias para quantificar os benefícios da redução das emissões de gases de efeito estufa oriundos da produção e uso de biocombustíveis, bem como organizar conjunto voluntário de critérios e indicadores de sustentabilidade embasados cientificamente.

Finalmente, o Secretário Schafer e o Ministro Amorim ressaltaram o papel-chave que o setor privado desempenhará no fomento à inovação de tecnologias no setor de biocombustíveis, bem

como na atração de investimentos necessários à consolidação do mercado internacional. O Grupo Assessor do Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos, integrado por personalidades de destaque do setor privado de ambos os países, está discutindo proposta de parceria para acelerar a integração das tecnologias de “segunda geração” no mercado brasileiro e no norte-americano.

I REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-
ASEAN - BRASÍLIA,
24 DE NOVEMBRO DE 2008
21/11/2008

Será realizada em Brasília, no dia 24 de novembro, a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é composta por dez países: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã. Sua população total é de 575 milhões de habitantes, com PIB de US\$ 1,28 trilhão em 2007 (US\$ 3,43 trilhões pelo critério da paridade do poder de compra - PPP) e corrente global de comércio exterior de pouco menos de US\$ 1,6 trilhão no mesmo ano.

Tomados em conjunto, os países da ASEAN foram, em 2007, o sexto mercado para as exportações brasileiras. O total do intercâmbio foi de US\$ 9,2 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 4,35 bilhões e importações de US\$ 4,83 bilhões.

O intercâmbio do MERCOSUL com a ASEAN, no mesmo ano de 2007, totalizou US\$ 11,75 bilhões.

A Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN marca o início de diálogo estruturado entre duas das mais importantes regiões do mundo em desenvolvimento.

III CONGRESSO MUNDIAL DE
ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
21/11/2008

Será realizado, no dia 25 de novembro, no Rio de Janeiro, o III Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A sessão de abertura contará com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

DECISÃO DO GOVERNO
EQUATORIANO DE RECORRER
À CÂMARA DE COMÉRCIO
INTERNACIONAL NO CASO
DA DÍVIDA JUNTO AO BNDES
RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA
HIDRELÉTRICA SAN FRANCISCO
21/11/2008

O Governo brasileiro recebeu com séria preocupação a notícia da decisão do Governo equatoriano de impetrar juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), com vistas a suspender o pagamento da dívida junto ao BNDES relativa ao financiamento da construção da Hidrelétrica San Francisco.

A decisão do Governo equatoriano foi anunciada em evento público sem prévia consulta ou notificação ao Governo brasileiro. O BNDES se pronunciará sobre as alegações feitas pelo Governo equatoriano relativas ao contrato de financiamento.

O Governo brasileiro considera que a natureza e a forma de adoção das medidas tomadas pelo Governo equatoriano não se

coadunam com o espírito de diálogo, de amizade e de cooperação que caracteriza as relações entre o Brasil e o Equador.

O Ministro Celso Amorim chamou o Embaixador do Brasil no Equador para consultas.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA REPÚBLICA DE
CINGAPURA, LEE HSIEN LOONG
24/11/2008

O Primeiro-Ministro de Cingapura, Lee Hsien Loong, visitará o Brasil nos dias 24 e 25 de novembro. No dia 25, em Brasília, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o homenageará com almoço, e pelo Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves. Hoje, em São Paulo, participará de almoço oferecido pelo Presidente da FIESP.

O encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong permitirá examinar os progressos alcançados nas relações bilaterais, sobretudo no que tange a comércio e investimentos bilaterais e às novas possibilidades de cooperação em ciência e tecnologia, combate a doenças tropicais, logística portuária e transporte aéreo. O encontro possibilitará também a troca de idéias sobre temas multilaterais de interesse mútuo e sobre a aproximação entre o Mercosul e a ASEAN, cuja primeira reunião ministerial ocorre hoje, dia 24.

Cingapura é o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN e o sexto maior na Ásia. Desde 2003, o intercâmbio

comercial bilateral cresceu mais de 240%, atingindo US\$ 2,58 bilhões em 2007. De janeiro a setembro de 2008, foi de US\$ 2,44 bilhões, o que representa crescimento de 19% em relação ao mesmo período de 2007. Cingapura é um importante investidor asiático no Brasil, em especial nos setores de construção naval e de exploração de petróleo em águas profundas.

SEMINÁRIO SOBRE A ABERTURA DOS
PORTOS ÀS NAÇÕES AMIGAS: 200
ANOS DE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO -
BRASÍLIA, 25 DE NOVEMBRO DE 2008
24/11/2008

O Ministério das Relações Exteriores, em conjunto com a Secretaria Especial de Portos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), promoverá amanhã, 25 de novembro, no auditório Wladimir Murinho do Palácio Itamaraty, em Brasília, o seminário “Abertura dos Portos às Nações Amigas: 200 anos de Comércio e Cooperação”.

O evento, que tem início às 9h15, contará com a presença de especialistas e autoridades nacionais e estrangeiras, que discutirão temas como tecnologia portuária, logística, integração porto-cidade e gerenciamento ambiental.

O seminário favorecerá o debate, em alto nível, sobre a modernização e a melhoria da infra-estrutura portuária, bem como promoverá oportunidades de investimentos e de transferência de tecnologia nesse setor.

ARTIGOS

CARTA DO SUBSECRETÁRIO POLÍTICO I, EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS, AO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”. 31/08/2008

Raposa/Serra do Sol

A propósito do editorial “Ocupar as fronteiras” (Opinião, pág. A2, ontem), cumpre esclarecer os seguintes pontos:

a) a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, ao contrário do afirmado no editorial, não foi assinada pelo Brasil. Ela foi adotada pela esmagadora maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, incluindo todos os países latino-americanos, exceto a Colômbia, que se absteve. A delegação do Brasil fez, então, declaração de voto afirmando que “o exercício dos direitos dos povos indígenas é consistente com o respeito à soberania, à unidade política e à integridade territorial dos Estados que habitam”;

b) ante seu caráter recomendatório, portanto sem coercitividade jurídica, a declaração não afronta a Constituição; neste ponto, aliás, a confusão é provocada pelo texto da Folha, que se contradiz ao afirmar que “o documento contém disposições que afrontam a Constituição brasileira e, portanto, não têm força de lei interna”;

c) há na Constituição Federal o capítulo “Dos Índios”, que consagra seus direitos e dispõe sobre as terras que ocupam. O artigo 231, parágrafo 4º, estabelece que “as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”. O artigo 232 reza que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses (...)”;

e) no que se refere às ações militares, a declaração apenas recomenda o exercício dessas atividades militares na proteção de um interesse público pertinente - como as fronteiras e as populações originárias que ali habitam- e, sempre que possível, com o conhecimento e o concurso das comunidades interessadas. O decreto 4.412, de 7 de outubro de 2002, disciplina a presença militar em terras indígenas. Nele já se reconhece a liberdade de trânsito e de acesso, por qualquer via, de militares para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e à integridade do território

nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

d) o editorial omite que o parágrafo 46.1 da declaração afirma que “nada do disposto na presente declaração será interpretado no sentido de conferir a um Estado, povo, grupo ou pessoa qualquer direito de participar de uma atividade ou de realizar um ato contrário à Carta das Nações Unidas ou será entendido no sentido de autorizar ou de fomentar

qualquer ação direcionada a desmembrar ou a reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes”.

Acusar o Itamaraty de contrariar a Constituição é, no mínimo, leviano para um jornal com a seriedade e a história da Folha.

EVERTON VIEIRA VARGAS,
subsecretário-geral político 1 do Ministério das Relações Exteriores

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PARA
A REVISTA DO JORNAL “FINANCIAL TIMES”, DO REINO UNIDO, INTITULADO
“A MUDANÇA DO CLIMA E AS RESPONSABILIDADES GLOBAIS”. 16/09/2008

As conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima mostram as deficiências de nosso sistema de governança global e apontam para necessidade de reformá-lo. O aquecimento global, mais do que uma ameaça futura, distante, é um desafio imediato. A expansão do fenômeno da seca, as quebras de safras - que agrava a crise alimentar - e a intensificação de eventos climáticos extremos são forte ameaça econômica, social e humana. Os países mais pobres e vulneráveis - que menos contribuíram para esses fenômenos - são e serão os principais atingidos. A mudança do clima é, portanto, um problema complexo que requer ações globais, urgentes e solidárias.

Os combustíveis fósseis geraram 56% das emissões de CO₂ em 2004. Estão no centro do problema e, portanto, da solução. O Brasil tem dado sua contribuição como pioneiro na pesquisa, desenvolvimento e uso de energia renovável. Nos últimos trinta anos, o uso de biocombustíveis no Brasil economizou 644 milhões de toneladas de emissões de CO₂-equivalente. Ao mesmo tempo, 89% da oferta de eletricidade no Brasil provém de fontes renováveis, sobretudo hídricas. Isto explica que a matriz energética brasileira seja notavelmente limpa: 45% de nossa energia é de fonte renovável, enquanto a média dos países da OCDE é de apenas 6%. A experiência brasileira é paradigmática e por isso a colocamos à disposição de outros países.

O Brasil também vem reduzindo suas emissões de CO₂ ao proteger suas florestas. O declínio consistente do desmatamento desde 2005 representa 1,4 bilhões de toneladas de emissões de CO₂ evitadas. Temos consciência de que a preservação de nosso patrimônio é essencial para assegurar desenvolvimento sustentável. A contribuição da comunidade internacional é decisiva para viabilizar um modelo de desenvolvimento econômico que torne as florestas em pé mais valiosas do que derrubadas.

Durante a Conferência da Convenção Quadro de Mudança do Clima, em 2006, o Brasil avançou modelo inovador de incentivos positivos para a redução de emissões derivadas de desmatamento. Criamos o Fundo Amazônia, destinado a fortalecer e financiar políticas que demonstrem efetiva capacidade de reduzir a derrubada de florestas. As propostas defendidas pelo Brasil em matéria de redução de emissões continuarão a pautar-se pelo princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

O engajamento do Brasil e de outros países em desenvolvimento nas negociações em torno deste tema demonstra que estamos plenamente comprometidos a fazer nossa parte nesse esforço necessariamente coletivo. Sabemos que a parcela de emissões globais provenientes de países em desenvolvimento aumentará no futuro, fruto do próprio

crescimento. No entanto, em nome da equidade no esforço global, os países ricos precisam tomar a dianteira. Afinal, o aquecimento global é o resultado de um acúmulo histórico de emissões, gerado pelos países de industrialização antiga. Estudos científicos comprovam que o aumento médio de temperatura global desde a era pré-industrial resulta majoritariamente de emissões ao longo de décadas de atividade industrial. Por outro lado, os países desenvolvidos são os principais detentores dos recursos financeiros e tecnológicos necessários para a mitigação da mudança do clima.

Os esforços dos países desenvolvidos precisam ser mais ambiciosos. Mas não é esta a mensagem que estamos ouvindo. Considerando as metas de mitigação estabelecidas pelo Protocolo de Quioto, estamos perante um quadro preocupante. Vários países revelam uma trajetória de emissão francamente incompatível com compromissos assumidos. Opções com grande potencial de mitigação, como o uso de biocombustíveis, são barradas por restrições de caráter protecionista ou pela divulgação de informações distorcidas sobre a relação entre a produção de

alimentos e de biocombustíveis. O exemplo do Brasil não deixa dúvidas de que, dadas condições adequadas, o aumento da produção de biocombustíveis é compatível com o aumento da produção de alimentos. É preocupante verificar que as obrigações de oferecer auxílio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento não estejam sendo cumpridas.

O desafio da mudança do clima não é apenas o de assegurar a participação de todos, mas o de gerar as condições financeiras e tecnológicas necessárias para que todos participem. A ameaça para muitos países pobres é a de reduzir emissões por meio da suspensão ou desaceleração de seus esforços de redução de pobreza. É inadmissível pretender que países em desenvolvimento abram mão de suas aspirações ao bem-estar em nome da preservação de padrões insustentáveis de consumo. O mundo só terá êxito no combate à mudança do clima quando todos estiverem dispostos a fazer a sua parte. O Brasil continuará contribuindo para esse esforço na certeza de que prevalecerá o compromisso coletivo de encontrar respostas solidárias para preservar nosso planeta para essa e futuras gerações.

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO JORNAL ESPANHOL “EL PAÍS”, PUBLICADO NO SUPLEMENTO SEMANAL EM 30 DE NOVEMBRO 2008 E INTITULADO “CRISE: A HORA DA POLÍTICA”. 30/11/2008

Escrevo estas notas em Roma, horas antes de partir para Washington, onde participarei da reunião de líderes mundiais, dia 15 de novembro. A comunidade internacional ainda avalia os danos provocados pela mais grave crise financeira desde 1929. As respostas aos desafios atuais não podem vir dos “especialistas”, que por três décadas ministraram as receitas que prepararam o atual colapso da economia mundial. Necessitamos de outros “conselhos”, provenientes de homens e mulheres com forte sensibilidade social, preocupados com a produção, com o emprego e com uma ordem global mais equilibrada e democrática.

Como disse em meu recente discurso na Assembléia Geral da ONU, é chegada a hora da política. O pensamento neoconservador e receitas como as do Consenso de Washington celebraram a auto-regulação dos mercados, a hegemonia do capital especulativo e a quase inutilidade do Estado. A predominância dessas idéias acobertou uma atividade especulativa sem precedentes, que provocou uma separação quase que total entre as esferas produtiva e financeira. A economia global transformou-se pouco a pouco em um grande cassino. A crise financeira obrigou os fundamentalistas do liberalismo a renderem-se às evidências de seu próprio fracasso e a implorar a ação do Estado para evitar seu agravamento.

Subitamente, a intervenção estatal deixou de ser abominável e passou a

ser indispensável para os defensores da tese falaciosa - e por longo tempo pouco questionada - de que o mercado é virtuoso por definição e capaz de regular a si próprio. O eleitorado dos Estados Unidos - epicentro da crise - manifestou-se pela mudança na recente eleição. O capital político de Barack Obama reflete o endosso popular a uma proposta de alteração de rumos a ser ditada essencialmente pela política, e não pelos mercados. Representa também a condenação de uma prática e de um discurso que nos últimos tempos foram dominantes a ponto de evitar que medidas corretivas fossem tomadas pelos Governos dos países envolvidos mesmo diante dos múltiplos sinais de descontrole no sistema financeiro.

Esperamos que a nova equipe governamental escute o recado das urnas. A conta a ser paga pelo descontrole especulativo é muito alta e o trabalho de reconstrução será árduo. O envolvimento dos líderes políticos nesta tarefa é crucial. Nossa atuação tem de estar à altura da gravidade das circunstâncias e da magnitude do desafio de construir uma nova ordem financeira internacional. Tal arquitetura deve ser capaz de evitar que voltem a ocorrer os desmandos que nos trouxeram até aqui, e cujo impacto na economia real ameaça os empregos, o poder de compra, a poupança e o sonho da casa própria e de uma aposentadoria tranquila de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

A mudança no sistema financeiro internacional exige coordenação entre os sistemas regulatórios nacionais, e passa necessariamente pelo aumento da participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios de governança global e em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Esses dois organismos devem ser reformados (ou refundados) como parte de uma mudança profunda dos mecanismos de governança do sistema econômico-financeiro internacional, por muito tempo dedicado a zelar por uma ordem mundial assimétrica. Nela, eram impostas receitas de austeridade, de impacto social negativo, para os países em desenvolvimento, não seguidas pelos países desenvolvidos em situações similares. Não é mais possível que cidadãos, países e instituições internacionais tenham que obedecer a leis e regras, e o sistema financeiro seja mal regulado ou, o que é pior, não seja regulado por ninguém.

No Brasil, demos antes da crise e continuamos a dar agora atenção prioritária à promoção do desenvolvimento com vistas à diminuição das desigualdades sociais e regionais, com base em responsabilidade fiscal e em fundamentos econômicos sólidos, que garantem ao País condições de atravessar a atual turbulência sem comprometer o desempenho econômico positivo dos últimos anos. Em quase seis anos de gestão, foram criados mais de 10 milhões de empregos formais e, apenas entre janeiro e setembro deste ano, 2 milhões e 97 mil. Ao longo desse período, 20 milhões de pessoas superaram a linha da pobreza absoluta. Nossa vitalidade econômica também repousa em uma forte política de inclusão social por meio de investimentos do Estado em educação, em saúde e de programas de redistribuição de renda como o Fome Zero, liderado pelo Bolsa Família, que atende atualmente 11

milhões de famílias, o equivalente a 44 milhões de pessoas.

No plano regional, a democratização dos países latino-americanos abriu espaços para o estreitamento do diálogo político e para a concretização de projetos conjuntos em matéria de integração econômica e de infraestrutura. A América do Sul não quer soluções isoladas para a crise. Quer mais integração. A visão política comum que orienta essas opções tem oferecido resultados concretos para agentes econômicos e para os cidadãos em matéria do aumento expressivo do intercâmbio comercial ao longo das últimas décadas, da construção de cadeias produtivas que envolvem países vizinhos e da ampliação da infra-estrutura viária e energética, para citar alguns exemplos. Nesse sentido, nos servem de estímulo os êxitos do projeto de integração européia, uma obra de construção da paz das mais duradouras e de maior alcance social.

A história oferece múltiplos exemplos de liderança e de ousadia políticas capazes de inspirar-nos para a tarefa de reconstrução, a ser enfrentada sem demora. Se houver vontade política e racional desprendimento dos líderes políticos mundiais, poderemos chegar à conclusão da Rodada Doha, um passo importante nas medidas anti-crise a serem adotadas. Mas o fundamental é levar adiante - como em outros momentos históricos - uma mudança radical da arquitetura financeira do mundo. Precisamos de previsibilidade econômica, para reconstruir a economia mundial em novas bases, fazendo com que o mundo das finanças esteja ao serviço da produção agrícola, industrial, científico-tecnológica e cultural e não o contrário, como vem ocorrendo. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, estão dispostos e credenciados a assumir suas responsabilidades nesse esforço coletivo.

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PUBLICADO NA REVISTA “NEWSWEEK”, EDIÇÃO ESPECIAL, INTITULADO “AGORA É A HORA DA POLÍTICA”. 20/12/2008.

Agora é a hora da política. Mais governo não é o problema, é a solução e a chave para resolver o problema da pobreza mundial

O mundo vive hoje uma turbulência como não se vê há décadas. A crise de crédito dos Estados Unidos contaminou a economia internacional, e sistemas financeiros foram abalados nos seus núcleos, o que põe em xeque doutrinas econômicas que já foram tratadas como verdades absolutas.

Como afirmei na Assembléia-Geral das Nações Unidas em setembro, agora é a hora da política, dos governos usarem controle e supervisão públicas para conter a anarquia econômica. Considero bem-vindas as ações tomadas por outros países. Mas será preciso algum tempo para que essas iniciativas comecem a dar resultados. Isso significa que mais passos são necessários nesse período para proteger os mais vulneráveis: trabalhadores cujos empregos e poder de compra estão ameaçados, pessoas simples que tentam poupar para o futuro, os pobres que dependem do estado.

Os abusos e erros que nos têm sido revelados diariamente são evidência de que nosso atual sistema internacional de governança econômica deixou de funcionar. Para desenvolver um sistema melhor, os principais países em desenvolvimento do mundo deveriam ser chamados a participar do debate. Temos muito a contribuir.

Veja o caso do Brasil. Estamos prontos a fazer a nossa parte, e nossa economia está mais preparada que a da maioria para enfrentar a crise. Dissemos não a abordagens macroeconômicas aventureiras. A inflação está sob controle e estamos crescendo de forma consistente. Temos muitas reservas cambiais e não devemos nada ao Fundo Monetário Internacional. Isso nos dá os instrumentos e a tranquilidade para enfrentar a turbulência que a crise trará.

O Brasil também está mais preparado para lidar com o impacto social e econômico que pode resultar da crise. Desde que assumi o cargo em 2003, mais de 10 milhões de brasileiros foram incorporados à força de trabalho. Cerca de 20 milhões deixaram a pobreza absoluta. Nosso mercado interno está em expansão, o que oferece um importante colchão em termos econômicos. Acima de tudo, estamos redistribuindo renda e reduzindo a desigualdade social.

Esses avanços nada têm a ver com sorte ou com um cenário favorável. Eles são resultado de trabalho duro do povo e do governo do Brasil. A construção de uma ampla rede de proteção social é parte central dessa estratégia. Nosso programa de transferência de renda distribui benefícios para 11 milhões de famílias pobres em todo o País, com a condição de que as mães busquem cuidado pré-natal e que os pais mantenham suas crianças na escola e vacinadas.

Nosso êxito mostra que governos podem e devem desempenhar um papel central na redução da pobreza e da desigualdade. E nosso exemplo em saúde e educação já está sendo posto à disposição de outros países da América Latina, África e Ásia que enfrentam desafios similares.

Nenhum estado escapará desta crise sozinho. Ações coordenadas são necessárias. Mas elas somente terão êxito se o processo de tomada de decisão no âmbito internacional for redesenhado de acordo com as novas realidades; as instituições criadas depois da II Guerra Mundial refletem uma balança de poder há muito superada.

O desafio atual, na verdade, vai muito além da atual tempestade financeira. Outras ameaças persistem, tais como a fome e a pobreza, o preço crescente e a escassez de alimentos, a crise de energia e a mudanças do clima. O comércio global permanece sujeito a distorções, e a melhor maneira de responder a elas - a Rodada de Doha de negociações comerciais - pode fracassar.

Ainda assim, nenhum desses obstáculos é insuperável. Todos conhecemos as soluções, e dispomos dos instrumentos e recursos que nos levem ao êxito. Muito freqüentemente o que nos falta é a vontade política. Muitos comparam hoje a situação atual com a Grande Depressão. Mas devemos aprofundar esses paralelos e forjar o espírito de solidariedade

que ajudou a construir o New Deal, de modo a construir um novo pacto global capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade extremas.

Ao contrário do que tantos acreditam, a globalização aumentou as responsabilidades econômicas e sociais dos governos. Devemos renovar nosso compromisso com um multilateralismo forte e devemos fazer com que seja também mais democrático, para que se possam construir acordos que reflitam os legítimos interesses de todas as nações. Isso significa, entre outros pontos, a ampliação do Conselho de Segurança da ONU e a reforma do FMI para que ele possa prover ajuda financeira efetiva aos países que dela necessitem.

Os Estados Unidos - por virtude de seu tamanho e de sua pujança econômica - são e continuarão a ser um ator fundamental na busca de soluções comuns em escala global. Washington tem cumprido esse papel decisivo desde o final da II Guerra Mundial. Tendo presentes os desafios e oportunidades que enfrentamos hoje, nós no mundo em desenvolvimento esperamos poder contar uma vez mais com o povo dos Estados Unidos em defesa do multilateralismo, da igualdade e da justiça. Este não é o momento para o protecionismo, e sim para uma ação progressista, inspirada pela generosidade e pela solidariedade, capaz de construir respostas coletivas para os desafios do século XXI.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, AO JORNAL “VALOR ECONÔMICO”. BRASÍLIA - DF, 14/07/2008

AL precisa de um Plano Marshall

“A Unasul já está sendo um extraordinário mecanismo de articulação e coordenação dos dirigentes da América do Sul”, afirma Samuel Pinheiro Guimarães. Logo à entrada do gabinete do secretário-geral do Ministério de Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, o desajeitado troféu Juca Pato - Intelectual do Ano, conferido em 2006 pela União Brasileira dos Escritores, lembra que o polêmico diplomata é, também, referência para uma parte importante da intelectualidade brasileira. No Itamaraty, despertou críticas com seus métodos de gestão, que incluíam a exigência de leitura de livros apontados por ele, para diplomatas em vias de promoção, mas firmou reputação de bom administrador, garantindo melhoria de infra-estrutura e de salários para o ministério. Mestre em Economia pela Universidade de Boston, Pinheiro Guimarães é visto, hoje, como a face mais à esquerda da diplomacia brasileira, pelos críticos e pelos admiradores da política externa do governo Lula. É influente, e um dos principais emissários do governo em missões delicadas, embora, quando indagado, minimize sua atuação. Sabedor da forte repercussão que costumam

ter suas idéias, Pinheiro Guimarães evita entrevistas, embora publique regularmente livros sobre política externa, como o último deles, “Desafios Brasileiros em Terra de Gigantes”, que alinha ameaças e estratégias para a atuação do Brasil, no continente e em outras instâncias internacionais e faz comentários cortantes, como a afirmação de que os Estados Unidos são um país de “povo democrático e elite autoritária”. Para o Valor, Pinheiro Guimarães fala das Farc, Argentina, Itaipu, Estados Unidos, e defende uma “espécie de Plano Marshall” para a América do Sul, mencionando o apoio americano para a reconstrução da Europa devastada do pós-guerra. “Não há concessões excessivas quando as diferenças são tão extraordinárias e quando nossos interesses as exigem”, comenta. Mas pede que leiam o contexto de suas afirmações.

Valor: O que diferencia a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) de outras instituições no continente que não saíram da retórica?

Samuel Pinheiro Guimarães: Tudo. A Unasul é o primeiro organismo sul-americano que reúne países subdesenvolvidos, com características comuns, para articular sua ação

para dentro e para fora do continente. A Unasul já está sendo um extraordinário mecanismo de articulação e coordenação dos dirigentes da América do Sul. A defesa de nossos interesses comuns é vital em um mundo marcado pelo arbítrio, pela assimetria de poder entre Estados e pelas crises financeira, ambiental, energética e de alimentos. A redução do arbítrio e da assimetria e a solução dessas crises, que são fenômenos globais, dependerá de negociações que decidirão nosso futuro. As reuniões da Unasul geram oportunidades para encontros de presidentes e ministros, permitindo compreender os desafios de cada sociedade, definir esquemas de cooperação e articular posições comuns nas negociações com outros países e blocos.

Valor: O Brasil deve pagar para reduzir as chamadas assimetrias e garantir a integração continental?

Pinheiro Guimarães: As assimetrias são a característica principal da América do Sul e elas distorcem e dificultam a realização do nosso potencial. É indispensável que todos os países possam contribuir para o desenvolvimento econômico e para a estabilidade política da região e isso depende da redução das disparidades internas e das assimetrias entre eles. O livre jogo das forças de mercado e o livre comércio não serão suficientes para promover o desenvolvimento sempre que existirem gravíssimas deficiências estruturais e assimetrias enormes. Por esta razão, e até com menos razão, os países mais desenvolvidos europeus, em seu processo de integração, criaram fundos para o desenvolvimento dos países mais atrasados, em que os mais ricos contribuem com recursos importantes para o desenvolvimento dos mais pobres.

Valor: E qual será o custo para o Brasil?

Pinheiro Guimarães: Não há um custo em estabelecer melhores condições de financiamento de obras, de acesso a mercados, de investimentos. Há um custo enorme em não fazer ou em fazer como se os países fossem iguais em dimensão e potencial.

Valor: O que está sendo planejado concretamente pelo governo?

Pinheiro Guimarães: Um esforço maior de remoção dos obstáculos que dificultam a entrada de produtos dos vizinhos no mercado brasileiro, um maior esforço para melhorar as condições e volume de crédito para obras de infra-estrutura, um esforço maior para facilitar as transações comerciais aperfeiçoando os sistemas de pagamento em moeda local, um maior esforço para ampliar em muito os fundos de redução de assimetrias, tais como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem. Acima de tudo, é preciso imaginar um programa mais amplo, mais enérgico, mais generoso e mais ágil dos países mais ricos da região em favor daqueles mais pobres. Este programa é urgente, como foi o Plano Marshall para reconstruir a Europa, devastada após a guerra. Precisamos superar a devastação diária causada pelo subdesenvolvimento.

Valor: O Brasil não tem feito concessões excessivas aos vizinhos, à custa dos interesses do país?

Pinheiro Guimarães: Os interesses do Brasil, o seu desenvolvimento econômico e político, estão vinculados ao progresso econômico e à estabilidade política de cada vizinho e isto cada vez mais, devido aos laços que nos unem

a eles e que tanto vêm se aprofundando e fortalecendo. Não há concessões excessivas quando as diferenças de dimensão são tão extraordinárias e quando nossos interesses as exigem para a construção de um bloco que nos fortaleça a todos.

Valor: A ajuda aos vizinhos deve se dar mesmo que isso aumente os custos, para os brasileiros, de energia, por exemplo?

Pinheiro Guimarães: A ajuda aos vizinhos reverte em benefício do Brasil. A construção da infra-estrutura, o desenvolvimento industrial, o aumento de demanda cria oportunidades não só para as empresas brasileiras mas para nossos trabalhadores pois aumenta a demanda por produtos e serviços brasileiros. O extraordinário aumento das exportações brasileiras, assim como os investimentos de empresas brasileiras nos últimos seis anos prova isto. Os custos serão sempre menores que os benefícios.

Valor: O presidente do Paraguai transformou Itaipu em medida de sucesso de sua gestão. O Brasil deve atendê-lo e reajustar a tarifa da hidrelétrica, como ele pede?

Pinheiro Guimarães: O cálculo da tarifa de energia leva em conta o custo de produção das diferentes empresas que operam no Brasil. A tarifa de energia elétrica de Itaipu é um dos componentes para o cálculo da tarifa geral. A tarifa de Itaipu obedece a método de cálculo definido pelo tratado, que tem sofrido ajustes ao longo do tempo, desde 1973. Preservado o elemento central do tratado, há sempre espaço para entendimentos técnicos. Há enormes possibilidades de cooperação entre Brasil e Paraguai para em benefício mútuo promover

o seu desenvolvimento. O presidente Lugo e o presidente Lula sabem da importância deste esforço de compreensão e de cooperação.

Valor: As medidas protecionistas na Argentina e as restrições às exportações não comprometem a integração do Mercosul?

Pinheiro Guimarães: O Brasil é o principal fornecedor da Argentina no mundo. As exportações brasileiras cresceram 39% no primeiro quadrimestre, em comparação com 2007, e as exportações argentinas para o Brasil cresceram 41% mais do que haviam crescido em igual período de 2007. As empresas brasileiras participam da construção de duas grandes obras na Argentina e aguardam a contratação para sete outras e os investimentos empresariais se multiplicam nos mais diferentes setores da economia argentina.

Valor: A crise Argentina afeta em que o Brasil? Como o país deve lidar com isso?

Pinheiro Guimarães: As crises nas economias da região são o reflexo de crises no centro da economia mundial. Essas são movimentos cíclicos do sistema capitalista, às vezes resultado de grandes manobras especulativas nos diferentes mercados de bens, como o petróleo, e no sistema financeiro desregulamentado pelo neo-liberalismo, hoje arrependido na prática. Cada país da América do Sul tem características próprias e procura lidar com suas crises que têm origem no exterior a partir de sua visão dos interesses de sua sociedade. Se há crise na Argentina, como os arautos do pessimismo apregoam sem cessar, ela tem por hora afetado marginalmente o Brasil, como revela a expansão vigorosa de nosso comércio e dos investimentos. Nada temos a ensinar

a quem quer que seja, em termos de política econômica, ou de qualquer outra.

Valor: Mas nem todos os países da região estão enfrentando problemas como os da Argentina. Não é exagero atribuí-los à crise nos centros da economia mundial?

Pinheiro Guimarães: Nem todos os países souberam vencer a gravíssima crise que a Argentina venceu e nem todos crescem à taxa que a Argentina tem crescido. Como a solução foi heterodoxa, as críticas não cessam nem a previsão de colapso iminente, sempre adiado.

Valor: As Farc não são uma ameaça ao Brasil? O governo brasileiro não deveria tomar alguma atitude com os outros países do continente para condenar a guerrilha?

Pinheiro Guimarães: As Farc são uma questão interna da sociedade colombiana. O Brasil anseia para que o povo colombiano encontre uma solução negociada para suas divergências. O Brasil está sempre disposto a atender qualquer solicitação do governo colombiano para colaborar neste sentido e já manifestou várias vezes essa posição. Não há queixa da Colômbia com relação à posição brasileira e, pelo contrário, há apreço e reconhecimento. Nem há pressa de nossa parte.

Valor: O senhor acredita que a mudança de atitude do presidente Hugo Chávez em relação às Farc possa ter sido provocada pelas denúncias de seu envolvimento com a guerrilha e a má repercussão que isso teve na Venezuela?

Pinheiro Guimarães: As mudanças de atitude de presidentes decorrem de sua avaliação da

situação mundial e regional. Sei que Colômbia e Venezuela são países irmãos, unidos pela sua história comum e por fortes vínculos econômicos. Seu comércio bilateral atinge US\$ 6 bilhões, sendo a Venezuela o principal mercado para as indústrias colombianas e muito importante para a sua agricultura. Há 4 milhões de refugiados colombianos na Venezuela e recentemente foi inaugurado um gasoduto entre os dois países. O interesse verdadeiro dos dois países é o entendimento e a cooperação.

Valor: A recusa da Colômbia em participar de um Conselho Sul-Americano de Defesa muda os planos do governo brasileiro em relação a esse órgão?

Pinheiro Guimarães: O Brasil continua convencido de que um Conselho de Defesa na América do Sul contribuirá para a construção de confiança, para melhor conhecimento entre dirigentes militares das questões que os preocupam, das oportunidades para executar programas de reequipamento e desenvolvimento da indústria de defesa no continente, o que além de gerar empregos e tecnologia economizará recursos e surpresas a todos nós. Com o tempo, haverá crescente compreensão da importância da coordenação política e de defesa na América do Sul, direito inalienável dos Estados soberanos.

Valor: As ONGs estrangeiras na Amazônia são ameaça à soberania nacional na região?

Pinheiro Guimarães: A ameaça à soberania da Amazônia é o seu subdesenvolvimento insustentável. As ONGs no mundo e no Brasil procuram influir sobre as políticas

desenvolvidas pelos governos nos mais diversos campos. Sua atuação deve se pautar pelo respeito à lei e à soberania nacional. Cabe ao Brasil executar políticas de desenvolvimento sustentável que atendam à realidade dos 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia, que permitam a exploração racional de seus recursos, que defendam seus recursos de uma apropriação indébita, como a biopirataria. De forma sempre soberana.

Valor: As Forças Armadas devem sofrer mudanças para cumprir seu papel de defender a soberania brasileira?

Pinheiro Guimarães: As Forças Armadas necessitam de um esforço ainda maior de reequipamento para poder enfrentar a tarefa de defesa do território, do mar territorial, da zona econômica exclusiva, do espaço aéreo contra ameaças tradicionais, reais ou potenciais, e “novas” ameaças. Esse esforço sistemático de modernização tecnológica e de reconstrução da indústria de defesa brasileira é imprescindível, pois não há defesa eficaz quando se depende de equipamento importado.

Valor: A aproximação entre os países do continente e a eleição de governos de esquerda não contraria sua avaliação, em um de seus livros mais recentes, de que os EUA não abririam mão de ditar a agenda política na região?

Pinheiro Guimarães: Os Estados Unidos são e continuarão a ser o país com maior influência na região. Há mais influência americana em cada país da região do que influência de qualquer país da região em qualquer outro.

É claro que a influência econômica, social, cultural, tecnológica, política, militar dos Estados Unidos no Brasil é muito maior do que a influência de qualquer país andino, caribenho ou platino no Brasil. Essa crescente aproximação entre os países sul-americanos e a eleição de governos, de diferentes matizes, de esquerda permitem um diálogo mais proveitoso e respeitoso entre os países da região e de cada um deles com os Estados Unidos, e uma articulação serena e digna em defesa de nossos interesses.

Valor: O senhor ainda crê que os EUA são um país com povo democrático e elite autoritária?

Pinheiro Guimarães: O povo americano é democrático, como comprovam seus 232 anos de democracia e seus renovados esforços para aperfeiçoá-la, como foram a Guerra Civil para abolir a escravidão, a legislação dos direitos sociais, hoje ameaçada, a oposição popular à Guerra do Vietnã, a necessária reforma do sistema eleitoral, às vezes falho, e o aumento da participação popular na escolha dos candidatos com a indicação de um afro-descendente para presidente. As elites tendem a se comportar de forma imperial em suas relações com os demais Estados, devido à sua crença na perfeição suprema dos sistemas político, econômico e social americano. Isto por vezes lhes causa grandes decepções e surpresas. É preciso reformar, democratizar o sistema político internacional, defender e lutar pelos princípios das Nações Unidas, fundada pelos Estados Unidos, onde quer e por quem quer que estejam sendo violados: não intervenção, autodeterminação, respeito à integridade territorial, solução pacífica de controvérsias, igualdade soberana dos Estados.

PROGRAMA DE RÁDIO “CAFÉ COM O PRESIDENTE”, COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E COM O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM. SÃO PAULO - SP, 03/08/2008

Apresentador: Olá você em todo o Brasil. Eu sou o Luciano Seixas e começa agora o Café com o Presidente, o programa de rádio do Presidente Lula. O Presidente está no aeroporto de Congonhas embarcando para uma viagem à Argentina, e nós estamos falando do estúdio da EBC Serviços. Presidente Lula, como vai tudo bem?

Presidente: Tudo bem, Luciano.

Apresentador: Bom, Presidente, depois de vários dias e mais de cem horas de negociação não houve avanço na Rodada de Doha. O senhor acredita que a rodada fracassou?

Presidente: Olha, eu não acredito que a rodada ainda tenha fracassado. Acho que houve dificuldades e na dificuldade foi melhor parar para repensar como continuar. É importante lembrar, Luciano, que essa discussão já existe praticamente há sete anos. Houve evolução nestes últimos anos. É preciso que nós tenhamos coragem de dar uma resposta: o que é que nós queremos de paz no mundo? O que nós queremos de combate ao terrorismo no mundo? como é que nós queremos tratar a questão da migração?

Porque tudo isso está ligado à possibilidade do desenvolvimento dos países. E quando nós pedíamos para que os europeus flexibilizassem no mercado agrícola para os países pobres, e

quando nós pedíamos para que os Estados Unidos reduzissem os subsídios para os produtos agrícolas era porque nós queríamos que os países pobres tivessem oportunidade de vender os seus produtos nos países ricos. Além do que, motivados, eles voltariam a produzir muito mais grãos, muito mais comida e nós possivelmente não tivéssemos vivendo uma crise de alimentos como estamos vivendo hoje. Portanto, acho que nós temos possibilidades enormes ainda de negociar. Eu, no sábado, falei com Presidente Bush e fui muito claro dizendo para o Bush que não era possível que dois países importantes como Estados Unidos e Índia, que estão negociando um acordo nuclear, não tenham condições de fazer um acordo na questão de alimento porque é muito pouco o que tem de diferença entre eles.

Essa semana agora vou estar na China e pretendo falar com Hu Jintao e lá o fuso horário com a Índia é menor, eu vou falar com o meu amigo, o Primeiro-Ministro Singh, para ver se a gente consegue retomar essas discussões. Mas eu queria passar agora para você o nosso Ministro Celso Amorim que ficou duas semanas em Genebra negociando.

Ministro Amorim: Como vai, tudo bem?

Apresentador: Ministro, tudo bem? A posição do Brasil durante as negociações de

Doha recebeu algumas críticas. O senhor acha que elas tinham algum fundamento, Ministro?

Ministro Amorim: Olha, o assunto é muito complexo. É muito difícil você levar um assunto desses adiante e não ter crítica de um lado ou de outro. Nós levamos até onde podíamos. E nos últimos momentos, inclusive, estávamos tentando exercer o papel de mediador, junto, naturalmente, com o diretor-geral e com alguns outros países. Enfim, são episódios difíceis. Também em Cancun nós recebemos muitas críticas. Hoje em dia todo mundo reconhece que o G20 foi fundamental, inclusive para levar a rodada até onde ela chegou. Quer dizer, se você pegar a estrutura do acordo agrícola na rodada, é todo ele baseado nas propostas do G20.

Apresentador: Você está ouvindo o Café com o Presidente, o programa de rádio do presidente Lula. Ministro, na sua avaliação, por que Doha não deu certo?

Ministro Amorim: Bem, primeiro, como o Presidente disse, eu acho que é sempre cedo para você dizer que Doha não deu certo. Não deu certo esse ciclo de negociações. O que nós vamos ter que saber é se vai poder resolver agora, ainda no curto prazo ou se vai precisar de mais dois, três anos, o que infelizmente é o que aconteceu com outras rodadas, como a rodada do Uruguai, não é? Não seria uma novidade absoluta nos termos das negociações da OMC. Mas tenho esperança que com movimentos políticos como esse que o Presidente iniciou com o presidente Bush e outras conversas, eu tenho esperança de que a gente possa apontar. Se não puder, vamos deixar algo preparado para que no futuro seja retomado, mas o mais avançado possível.

Apresentador: Muito obrigado, Ministro Celso Amorim por sua participação aqui no Café com o Presidente.

Ministro Amorim: obrigado.

Apresentador: Bom, Presidente, sem um acordo na Rodada de Doha, pelo menos por enquanto, qual o próximo passo?

Presidente: Veja, o Brasil vai continuar fazendo as suas negociações em todas as instituições multilaterais existentes. O Brasil vai fazer o seu acordo estratégico com a União Européia, vamos fortalecer. O Brasil quer construir um acordo estratégico entre o Mercosul e União Européia. Vamos fazer um acordo entre o Mercosul e o Sica (Sistema de Integração Centro-Americano), que reúne os países do Caribe. E nós, obviamente, vamos continuar discutindo a questão do subsídio porque para nós é uma vergonha. É uma vergonha muito grande que os países ricos subsidiem o seu produto para exportar e isso causa grandes danos à competitividade, ou seja, na hora que nós abrimos a boca para falar em livre comércio, ele tem que ser livre de verdade. Não pode ser meio livre.

O Brasil demonstrou claramente a sua maturidade quando nós resolvemos fazer um acordo nos produtos industriais. E sabíamos que nós tínhamos que assumir a nossa responsabilidade no Mercosul. Portanto, o que nós queremos é que os outros assumam a mesma responsabilidade e risco que nós assumimos. Obviamente que eu compreendo e por isso que eu estou dizendo há dois anos que o problema é mais político do que econômico. Nós temos as eleições nos Estados Unidos agora. Nós temos eleições na Índia no ano que

vem e tudo isso tem implicações porque os trabalhadores agrícolas são muitos no mundo inteiro. Ou seja, o que nós queremos na verdade é apenas uma rodada que permita que haja justiça na sua conclusão final. Nós vamos continuar insistindo. Todo mundo sabe que eu sou teimoso e, portanto, nós vamos conquistar isso. É apenas uma questão de tempo. Aqueles que já ficaram vendendo derrotismo, aqueles que já foram acender vela porque fracassou vão quebrar a cara, porque nós vamos concluir o acordo da rodada de Doha. Pode demorar mais um mês, mais dois meses, mas nós vamos conseguir fazer isso.

Apresentador: Muito obrigado, Presidente Lula. Boa viagem à Argentina e até a próxima semana.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ANTES DA I SESSÃO PLENÁRIA DA CÚPULA SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E ECONOMIA MUNDIAL - WASHINGTON DC, EUA, 15/11/2008

Presidente: Primeiro, eu só vou poder falar com vocês a conclusão do encontro depois do encontro, mas eu penso que o jantar que tivemos ontem à noite, mais ou menos deu o tom do que vai ser a reunião de hoje. A posição do Brasil já está clara para o G-20, já está clara para o G-8, de que, primeiro, a melhor solução para evitar que a crise se alastre é os países ricos resolverem os seus problemas. É a primeira vez que os problemas não estão nos países pobres, estão nos países ricos.

Então, não adianta ficar procurando medidas paliativas, se não resolver os problemas crônicos da política econômica americana e da política econômica européia. Eles, resolvendo os problemas deles, todos nós estaremos tranquilos e satisfeitos. No caso do Brasil, eu fiz questão de dizer que o sacrifício que nós fizemos nos últimos anos para manter a economia estável, para manter a economia crescendo, nós não vamos abdicar dessa finalidade de fazer o Brasil crescer. Todas as medidas que o Banco Central e que o Ministro da Fazenda têm tomado são no sentido de fazer com que o mercado interno supra parte dessa deficiência que vai ter no mercado externo, com a crise nos Estados Unidos e na União Européia.

Além disso, nós vamos tratar de criar as condições para irrigar o nosso sistema

financeiro, e foi uma das coisas que eu disse aos países ricos, ou seja, até agora todo o dinheiro que foi colocado pelos países ricos não chegou à ponta ainda. É preciso que eles tratem de fazer com que esse dinheiro chegue à ponta para poder o mercado financeiro voltar a funcionar com uma certa normalidade. Outra coisa que nós consideramos importante, e eu fiz questão de dizer para eles, é a regulação do sistema financeiro. Eu disse ontem, na reunião, que a vida inteira, quando eu era metalúrgico, para comprar uma televisão, eu tinha que fazer 40 ou 60 horas extras por mês. Portanto, eu tinha que me matar de trabalhar.

Não é justo que alguém fique bilionário sem produzir uma única folha de papel, sem produzir um único emprego, sem produzir um único salário. Por isso, é preciso que tenha uma regulação séria do G-20 e, ao mesmo tempo, transformar o G-20 numa instância, porque o G-8 não tem mais razão de ser. É preciso levar em conta as economias emergentes no mundo globalizado de hoje. Se todos os presidentes estiverem de acordo com isso, e hoje nós vamos finalizar a reunião, eu penso que nós poderemos apontar para a Humanidade que essa crise vai ser debelada com mais rapidez do que se esperava.

Nós achamos que a situação americana é delicadíssima, até porque tem uma transição

entre um presidente que vai sair e um presidente que vai entrar - é sempre muito complicado - mas eu acho que o presidente Bush tem que assumir a responsabilidade de que ele é o Presidente até o dia 20 de janeiro, e que não pode ter vacilações nessa questão do tratamento da crise. Da nossa parte, nós vamos continuar fazendo com que os países emergentes continuem a crescer, a gerarem os empregos necessários, porque o que pode acontecer de pior é que uma crise que começou por conta da especulação venha a causar problemas sérios no setor de produção dos países que tanto precisam crescer.

Jornalista: Há temor de que esses 10 mil empregos que estão desaparecendo na Europa, por dia, chegue ao Brasil?

Presidente: Se a crise se aprofundar e diminuirmos as exportações, essa crise pode chegar a todos os países. Esse é o dado concreto. O que nós temos que suprir? O Brasil tem um potencial de mercado interno que um país desenvolvido não tem, porque ele já tem carro, já tem casa, já tem televisão. Nós poderemos facilitar que o povo brasileiro tenha acesso a esses bens que ainda não tem. Por isso é que nós vamos manter todos os investimentos do PAC, por isso é que nós vamos continuar trabalhando para facilitar a irrigação do nosso sistema financeiro, porque nós temos muito o que fazer no Brasil e nós não vamos parar.

Estejam certos de que nós não pararemos de fazer os investimentos que estão previstos, porque a economia brasileira pode não crescer tudo o que a gente queria que ela crescesse, mas ela não pode deixar de crescer porque o povo precisa trabalhar. Uma última pergunta porque eu estou atrasado, gente.

Jornalista: Uma ação imediata e concreta que o senhor espera que saia desta reunião.

Presidente: Primeiro, eu acho que o reconhecimento do G-20 como fórum para deliberar as grandes decisões que precisam para regular o sistema financeiro. Se nós conseguirmos fazer isso, já é uma coisa extremamente importante. Ontem, quando eu falei para o presidente Bush que os Estados Unidos tinham colocado 850 bilhões, ele me disse: “Não foram 850 bilhões, foi US\$ 1 trilhão e 500 bilhões que nós já colocamos”. Acontece que, desse dinheiro, só 250 bilhões chegaram à ponta até agora. É preciso que o outro 1 bilhão e 250 milhões chegue à ponta, é preciso que o dinheiro que o Gordon Brown colocou no Reino Unido chegue à ponta, é preciso que o dinheiro que os bancos centrais europeus colocaram cheguem à ponta, para que a economia volte a fluir normalmente e o povo possa ter o direito de comprar as coisas que precisa comprar, para a indústria produzir, para o comércio vender e para a economia crescer. Até a volta.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, À REVISTA “L’EXPRESS”. BRASÍLIA- DF, 03/12/2008

Jornalista: A primeira pergunta que eu queria lhe fazer é: a partir da eleição do Barack Obama, como o senhor é um Presidente fora do padrão, que surgiu do povo, o senhor acha que estamos entrando numa era com novos tipos de dirigentes?

Presidente: Eu acredito que sim. O mundo está cheio de exemplos, que os candidatos que eram tidos como a lógica natural de serem eleitos nos países, não o foram. Se nós pegarmos a França como exemplo, vamos perceber que o Sarkozy não era o candidato do Chirac, e foi eleito presidente da República. Se nós pegarmos os Estados Unidos, vamos perceber que o Obama não era o candidato do Partido Democrata, e virou presidente da República eleito. Aí você pode pegar a América Latina, que está cheia de exemplos de pessoas que surgem de classes sociais que, 20 anos atrás, era quase impensável essas pessoas chegarem à Presidência da República. Isso é um fenômeno que eu acho importante para a política mundial, porque depois da queda do Muro de Berlim, eu dizia que era importante que o Muro de Berlim tivesse caído para a esquerda voltar a ter o direito de pensar, e não achar que já estava tudo escrito. Acontece que houve um fenômeno, ou seja, a partir da queda do Muro de Berlim há um vazio no debate ideológico no mundo, um vazio no debate acadêmico, e começam a surgir fenômenos. Eu vou dar um exemplo. Eu poderia começar

pela Argentina, na vitória do Kirchner. Você está lembrado de que o Kirchner, quando foi indicado, ninguém o conhecia. Eu me lembro da conversa que eu tive com o Duhalde, ninguém queria ser candidato na Argentina. O Kirchner era governador de Santa Cruz e, de repente, o Kirchner vira presidente da Argentina. Aqui no Brasil, 15 anos atrás, era quase impensável imaginar que um metalúrgico pudesse quebrar todas as barreiras e os preconceitos e virar presidente da República. Está certo que eu perdi três eleições antes de ganhar a Presidência da República. Você olha o Paraguai, a eleição do Lugo é um fenômeno. Você olha para a Bolívia, o fato de um índio, representando os povos originários, se tornar prefeito da Bolívia é outra coisa fenomenal. Você vai vendo o Equador, vai vendo o Chávez, na Venezuela. O Chávez é a quebra do padrão da política venezuelana.

Jornalista: O senhor acha um benefício para a política mundial?

Presidente: Eu acho um benefício para a política mundial essas mudanças, porque isso transforma a política em uma coisa mais efervescente, ou seja, não fica mais a mesmice, as pessoas que pensam igual, as pessoas que têm diferenças muito pequenas. Começa a haver um certo debate mais profundo sobre o papel do Estado, sobre o

papel da governança, sobre os compromissos assumidos. Por exemplo, essa crise econômica agora. Será inexorável a mudança do padrão da geografia política e econômica no mundo a partir dessa crise. Então, eu penso que há um bem para os povos do mundo inteiro com essas mudanças que estão acontecendo na política. Eu não quero dizer, com isso, que todos sejam melhores do que os que estavam antes. O que eu quero dizer é que isso torna a política mais motivadora, torna a política mais dinâmica, torna a política mais, eu diria, uma efervescência que a gente até então não conhecia. Por isso, eu penso que essas mudanças terminam sendo um benefício. Se você imaginar a eleição do Obama, 90% dos entendidos em política acreditavam piamente que a Hillary Clinton seria eleita presidente pelos Democratas. Ela não se elegeu. Depois, quando ficou a disputa entre Obama e McCain, os entendidos em política - isso só para demonstrar que os entendidos em política também erram, e erram muito - entendiam que terminava dando McCain, porque os conservadores na hora iriam ficar com medo do Obama e iam votar no McCain. Também não aconteceu. Então, o Obama se transformou num fenômeno eleitoral nos Estados Unidos. Eu, particularmente, como presidente do Brasil, acho que o simbolismo da vitória do Obama é uma coisa excepcional. Imaginar os Estados Unidos que, 40 anos atrás, tinha matado Luther King, eleger um negro presidente da República, é um fato extraordinário. Agora, vamos ver se, nos próximos quatro anos, ele dá sustentação à vontade de mudança que teve o povo americano.

Jornalista: Justamente, tem semelhança entre o Obama e o senhor, presidente do Brasil, que já disse que sua infância foi muito difícil. Vale a pena lembrar para os leitores franceses que o senhor trabalhou na rua, que o senhor até chegou

a passar fome. Mas qual foi a importância dessa experiência em sua Presidência?

Presidente: Quando alguém chega à Presidência da forma como eu cheguei, mesmo que quisesse, eu não poderia governar como habitualmente se governava o Brasil. Eu tinha que clareza? A mesma clareza que eu tenho para o Obama, a mesma clareza que eu tenho para o Evo Morales. Qual era a clareza que eu tinha? É que se um intelectual, se um empresário, se um advogado - todos que já governaram o Brasil - não dá certo, essas pessoas terminam o mandato, voltam para a universidade e a vida continua. Mas eu botei na minha cabeça que se eleito presidente da República nós fracassássemos, não seria um fracasso pessoal do Lula. Seria o fracasso pessoal de uma idéia. Qual a idéia? A idéia de que os trabalhadores que compõem a maioria de uma nação têm o direito de eleger o presidente da República. Então, se eu fracasso, o que os jornais estariam escrevendo? O que os analistas políticos iriam dizer? “Não sabe governar, fracassou, não deu certo”. Aconteceria mais ou menos o que aconteceu com o Lech Walesa, na Polônia. Eu tinha isso na cabeça e, portanto, nós tínhamos que trabalhar, e trabalhar muito, para provar que um trabalhador sem diploma universitário tem condições de governar um país com a magnitude do Brasil. Por quê? Porque a arte de governar é a arte de saber tomar decisões, é a arte de saber montar a sua equipe, é a arte de saber definir prioridades, é a arte de saber de que lado você está. Se você não tiver isso bem definido na sua cabeça, se for governar e quiser atender de forma aleatória a todo mundo, não definindo prioridades, você termina não governando. Eu acho que isso vai acontecer com o Obama. O Obama pega o governo na crise mais grave em 100 anos, e o Obama sabe que, se ele não acertar no primeiro ano,

a responsabilidade vai ser jogada nas costas dele. Eu trabalho com essa idéia, por isso que eu sou otimista. Ninguém no mundo hoje tem mais interesse em dar sinais de resolução da crise do que o Obama. Então, eu trabalho com essa hipótese, por isso eu sou um homem otimista e acho que as nossas vitórias, as de todas essas pessoas que eu falei, são um sinal muito importante de que o povo perdeu o medo da mudança, o povo perdeu o medo do novo, o povo está se autotestando.

Jornalista: Outro ponto comum é a importância da mãe do Obama e da sua mãe. Qual foi a lição mais importante que dona Lindu deixou para o senhor e que o senhor usou na Presidência?

Presidente: Eu penso que a lição. Eu digo sempre que o legado mais importante que eu recebi da minha mãe foi o caráter. Minha mãe dizia sempre a seguinte frase: “Um homem nunca pode perder o direito de andar de cabeça erguida. Você tem que tratar as pessoas bem, você tem que respeitar as pessoas, porque somente assim você será respeitado”. Esse, na minha opinião, foi o mais importante legado que eu recebi, porque cada conquista que eu tive foi com muito suor e com muito sacrifício. Eu nunca ganhei absolutamente nada de graça, nunca. Eu carrego isso na minha vida, numa demonstração de que não é a pobreza que faz as pessoas serem desencaminhadas. É por isso que eu valorizo muito a família. Eu acho que família é a base da sustentação e da fotografia da sociedade que a gente quer criar. Se você estiver bem na sua família, pais, filhos, se vocês estiverem bem dentro de casa, qualquer problema que tiver fora é pequeno. Agora, se você estiver mal dentro de casa, tiver conflito, tiver discordância dentro de casa, qualquer probleminha fora se torna muito grande, porque você fica fragilizado.

Então, eu acho que a família... e isso é o que a minha mãe conseguiu passar para oito filhos. É muito fácil a gente compreender, uma mulher de classe média, uma profissional liberal, separar do marido: “Eu me separo, ganho dinheiro, tenho salário, vou viver a minha vida”. Agora, eu fico imaginando hoje, (como) presidente da República, a coragem que a minha mãe teve de se separar do meu pai, com oito filhos. O que tinha melhor profissão trabalhava numa carvoaria, carregando sacos de carvão; a segunda melhor profissão era um vendedor de sardinhas; a terceira melhor profissão dos filhos era de um que trabalhava num bar; e eu e Frei Chico, que vendíamos amendoim, tapioca, laranja. Uma mulher dessas, analfabeta, ter coragem de largar o marido e ir morar sozinha, eu acho que é uma coragem que pouca gente tem. É por isso que muitas mulheres apanham do marido e ficam em casa, é por isso que muitas mulheres são maltratadas e ficam em casa. Quando eu vejo, em 1953, 54, uma nordestina analfabeta, com oito filhos, sair de casa e falar “eu vou embora”, eu acho que é um exemplo.

Jornalista: O tema da família e do Bolsa Família, a luta contra a fome do início de seu mandato, é bem claro que têm prioridade na sua política. Esse modelo do Bolsa Família, até onde chegou? O senhor acha que pode ser exportado agora? Está maduro para isso?

Presidente: Eu não tenho dúvidas de que o Bolsa Família é, possivelmente, a mais importante política de transferência de renda, pela quantidade de pessoas atendidas, não pela quantidade de dinheiro, e pela forma que estão cadastradas. O governo federal não sabe para quem está dando Bolsa Família, não é uma coisa eleitoral. Quem cadastra não sou eu, é um prefeito que, às vezes, é de outro partido político. Tem fiscalização da sociedade, tem

fiscalização do Ministério Público. São 11 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, e a margem de erro é muito pequena. Lógico que eu gostaria de poder dar um pouco mais de dinheiro, mas nós também colocamos na cabeça que o Bolsa Família não é um fim. É a primeira etapa da inserção dos mais pobres na cidadania. O que nós queremos é que com a criação de empregos, com a melhoria da educação, as pessoas vão deixando o Bolsa Família e vão virando trabalhadores normais, com carteira profissional assinada e virando cidadãos. Eu acho que nós chegaremos a isso. Agora, o Bolsa Família... eu tenho falado com outros presidentes aqui na América do Sul. Qual é o problema dos governantes? A economia colocou na cabeça dos economistas que você só pode distribuir se crescer. Então, aqui no Brasil, nas décadas de 50, 60, 70, se dizia assim: “Primeiro, nós temos que construir o bolo, quando o bolo estiver feito, nós vamos distribuir”. Esse bolo foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo, e cada vez menos gente participava desse bolo. Qual foi o desafio que nós tivemos para nós mesmos? Era uma pergunta que se fazia na área econômica. Eu não sou economista, mas por conta de ser presidente de sindicato e ter que discutir salário todos os anos, e por conta do PT, eu me reunia, sistematicamente, com os principais economistas deste país. E qual era a discussão que a gente fazia? O Brasil precisa crescer para distribuir ou o Brasil precisa distribuir para crescer? Esse era o desafio. E o que nós fizemos? Nós falamos: se tem um segmento social que não tem sequer o direito de comprar a ração mínima para comer, na hora em que a gente der o dinheiro para essa pessoa, ela não vai comprar dólar, ela não vai comprar carro. Ela vai comprar feijão, vai comprar arroz, vai comprar leite, vai comprar farinha, vai comprar meia, vai comprar sapato. Por isso é que o Bolsa

Família dinamizou muito as cidades pequenas do País, e hoje eu acho que o que está provado é o seguinte: é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo, crescer e distribuir renda. Se só crescer, não dá certo.

Jornalista: Outros países ainda não copiaram o Programa?

Presidente: É difícil você imaginar que alguém pode copiar um programa de outro país. Cada um tenta criar, a seu modo, o seu programa social. Nós temos feito muitas reuniões entre os ministros da área social da América do Sul, para saber se a gente escolhe as melhores políticas, vamos adaptando-as à realidade de cada país e vamos tentar implementá-las. No Brasil, não é só o Bolsa Família. O Bolsa Família é apenas o maior programa. Se você pegar a compra de alimentos que nós fazemos para os pequenos agricultores, a compra de leite, a agricultura familiar, o microcrédito, o crédito consignado. Um dia, numa reunião com banqueiros, eu perguntei: por que vocês não emprestam dinheiro para pobre? “Nós não emprestamos dinheiro para pobre porque não temos garantia”. É preciso ter garantia para emprestar dinheiro. Então, o que nós oferecemos para eles? A nossa folha de pagamento. Hoje nós temos R\$ 80 bilhões no crédito consignado. Qualquer trabalhador, hoje, que trabalha, pode entrar em um banco e pegar dinheiro, qualquer aposentado pode entrar em um banco. Não estão pegando agora por causa da crise que está mais profunda. Mesmo assim, os bancos públicos brasileiros continuam emprestando fortemente o crédito consignado. Esse conjunto de políticas... no Brasil, nós temos quase quatro milhões de pessoas que recebem benefício de um salário mínimo: pessoas portadoras de deficiência, pessoas com idade e que não trabalham, pessoas que atingiram 65 anos e que não

trabalham. Então, há uma movimentação de dinheiro no mercado que antes não existia, e é essa movimentação de dinheiro no mercado... se você for fazer uma pesquisa em um shopping hoje, no Brasil, vai perceber que quem está comprando não é a classe média alta, que antigamente freqüentava shoppings. Você vai perceber que são pessoas de baixa renda que estão comprando. E isso só pode melhorar. Eu trabalho com a convicção de que pode melhorar. Ontem, por exemplo, só para terminar esse assunto, eu fui a uma reunião com os governadores do Nordeste, e participei da premiação do Unicef pela diminuição da mortalidade infantil. É impressionante. No semi-árido, nas regiões mais pobres do País, 259 cidades foram premiadas porque diminuíram, abaixo de 20 por mil, o número de crianças que morriam. Tem uma cidade que quando a prefeita tomou posse, morriam 149 por mil. Ontem o Unicef anunciou: 18 por mil. Com poucos cuidados...

Jornalista: Com quantos anos?

Presidente: Seis anos. Com pouco dinheiro, mas com muito cuidado, com muito carinho, envolvendo a sociedade nessa política. Obviamente, isso não é um problema que a França vive ou que vive a Europa. Problemas em outra dimensão. Mas para nós, países emergentes, que temos muita gente pobre.. Depois, uma coisa, custa pouco cuidar dos pobres. É fantástico, porque custa pouco. Você cuidar dos pobres é a coisa mais barata que tem no mundo. Vem um rico aqui, você empresta 1 bilhão do BNDES, ele ainda sai reclamando. Vem um pobre, recebe o Bolsa Família de R\$ 70, ele dá graças a Deus.

Jornalista: Apesar de todos os avanços sociais do seu governo, alguns problemas, eu vejo, do ponto de vista internacional, que são primeiro

a violência e a criminalidade. Por que parece difícil, quase impossível, baixar essas taxas, melhorar a situação? Sempre a imagem do Brasil fica ligada com a imagem dos morros do Rio. Por quê?

Presidente: Primeiro, porque eu acho que o Brasil é mais sincero que outros países. Nós divulgamos mais as coisas ruins do que outros países divulgam.

Jornalista: Outros países do continente?

Presidente: Não, do mundo inteiro. Nós não escondemos os nossos problemas. Aliás, o Brasil é um país que tem uma característica fantástica: nós gostamos de falar mal de nós mesmos. Você sabe que é assim o Brasil. Segundo, eu acho que tem uma predileção, não sei se no mundo inteiro, mas aqui no Brasil, pelas notícias negativas. É verdade que tem violência, mas se você contar a violência como ela é, ela tem uma dimensão. Se você exagerar na divulgação daquela violência, você transforma um fato social em um pânico político no mundo inteiro. Então, por exemplo, quando eu vejo no exterior uma televisão brasileira mostrando um caminhão que atropelou uma criança em São Paulo, eu acho no mínimo, absurdo, porque uma criança ser atropelada por um caminhão em São Paulo ou uma pessoa morrer em São Paulo, é um problema que interessa a São Paulo, que interessa à família e, quiçá, interessa ao Brasil. Mas você transformar isso numa coisa nacional... eu fico imaginando você, lá na França, falando “vou passar férias no Brasil”.

Jornalista: Tem pessoas que têm medo de viajar agora para o Rio, por exemplo.

Presidente: Eu sei. Na hora em que a gente dimensiona... Às vezes um crime fica dez dias

na televisão. Você transforma aquilo quase numa coisa apoteótica, quando ele tem que ter a verdade contada, a gravidade. Esse é um aspecto: nós superdimensionamos as coisas. A segunda coisa que eu acho importante a gente fazer é que o governo municipal, o governo estadual e o governo federal têm que compreender que a única forma de você combater a violência não é mais a polícia. Porque o jovem que nós estamos vendo ir para a cadeia agora, os jovens de 17 anos, 18 anos, 20, 25 anos, essa juventude é resultado de 20 anos de estagnação política do Brasil. Essa juventude, durante 20 anos, cresceu sem ver o País crescer, eles cresceram sem ver a evolução na educação. Pega, nos últimos 20 anos, quantas universidades foram construídas no Brasil. Pega, nos últimos 20 anos, para saber quantas escolas técnicas foram construídas no Brasil. Ou seja, esses jovens são o resultado disso: não têm emprego, não têm estudo, portanto, não têm perspectiva de vida. Então, nós estamos hoje com um estoque de homens e mulheres jovens, que começamos agora, de quatro anos para cá, a dar um pouco de dimensão, de esperança para essa gente. E, por último... Veja, nós criamos o ProJovem; criamos o ProUni; fizemos os programas sociais; vamos construir, até 2010, 214 escolas técnicas profissionais contra 140 feitas em 100 anos, vamos fazer 214 em oito anos; estamos fazendo 14 universidades federais novas; estamos fazendo 95 extensões universitárias, levando o braço das universidades federais para todo o território nacional. O ProJovem tenta retirar quatro milhões e meio de jovens, de 15 a 24 anos, que tinham desistido da escola. Nós pagamos um salário, R\$ 120,00, uma ajuda de custo, para convencer esse jovem a voltar a estudar e aprender uma profissão para inseri-lo na sociedade e para dar a ele uma dimensão de futuro que ele precisa ter. E, ao mesmo tempo, nós lançamos um programa aqui

chamado Pronasci, que é um grande programa de segurança pública que nós temos no Brasil. Mas não é apenas à segurança pública. Ontem eu fui ao bairro chamado Santo Amaro, em Recife. E se você estiver aqui e puder ir amanhã no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, nós vamos anunciar o Pronasci lá. O Pronasci é um conjunto de políticas públicas que envolve 17 ministros, 18 ministros, que acompanham as obras do PAC. Aonde as obras do PAC vão chegando, nós vamos chegando com as “mães da paz”, nós vamos chegando com programa de educação, nós vamos chegando com ponto de cultura, nós vamos chegando com segurança comunitária, nós vamos chegando com ginásio de esporte, com quadra, com bibliotecas. Nós vamos organizando a sociedade. Ontem tinham 29 projetos a serem implantados no bairro... O bairro de Santo Amaro, em Pernambuco, é tão violento que quando alguém de Santo Amaro chega a Recife para procurar emprego e fala: “Eu sou de Santo Amaro”, ninguém contrata eles. Então, em vez de a gente mandar a polícia nós estamos mandando o Estado, o federal, o estadual e o municipal, com um conjunto de políticas públicas, para que a gente ganhe esse jovem, esse homem e essa mulher para uma nova perspectiva, ou seja, “eu vou ter chance”, “eu vou ter espaço”, “eu vou poder passear com tranquilidade”. Se você estiver aqui e quiser ir amanhã lá no Complexo do Alemão, será muito bem-vindo, eu saio daqui às 8 horas da manhã. Para você ver que o Complexo do Alemão é um lugar muito violento, e nós vamos lá lançar o Pronasci, você pode estar junto para ver o que é o Pronasci.

Jornalista: Outro tema bem midiático, que é a Amazônia e reflorestamento, um tema de preocupação para o mundo inteiro. A cada ano o desmatamento aumenta. Eu não tenho os dados, mas desde o início do seu

próprio mandato acho que entre 50 ou 100 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Esse desmatamento é impossível contê-lo?

Presidente: É possível contê-lo. Mas é importante que a gente compreenda, primeiro, as dificuldades de você tomar conta de um território da magnitude da região da Amazônia. Aquilo significa quase que alguém tomar conta do conjunto da Europa inteiro, num país em que nós encontramos praticamente os órgãos controladores sem nenhuma estrutura. Nós tivemos que fazer concurso público, tivemos que contratar gente, tivemos que comprar carro, porque não tinha. Às vezes, você pega um parque nacional com milhares de hectares sem uma pessoa para tomar conta. E, muitas vezes, nós somos criticados, no Brasil, porque contratamos gente. Se você não contrata gente, você não consegue controlar as coisas. Ontem eu lancei o Plano Nacional sobre Mudança Climática. É um plano que você pode até receber depois, tem um modelo pequeno. Nós produzimos livros para professores darem aula sobre política ambiental, sobre preservação ambiental. É, talvez, o programa mais arrojado que alguém fez no mundo, é muito melhor do que o chinês, muito melhor do que o indiano. Nós vamos montar um esquema de Polícia Florestal ou Guarda Nacional para tomar conta da Amazônia. Nós vamos fazer o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, para não permitir que a cana-de-açúcar se aproxime da região da Amazônia. Nós vamos fazer outro zoneamento agroecológico sobre alguns produtos brasileiros para evitar que cheguem na Amazônia. Agora, ao mesmo tempo, nós estamos trabalhando também com muita sabedoria, que é permitir que com o bom manejo da floresta, a gente possa permitir que a indústria da madeira possa se desenvolver, a partir do momento em que você tire uma árvore e coloque outra no lugar,

a partir do momento em que você tenha o controle do desmatamento. Nós assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento em 40% até 2010. Se acontecer isso, nós vamos evitar a emissão de 4.8 bilhões de toneladas de CO₂ até 2017. E há uma perspectiva de aumentar o número de árvores plantadas, de 5 milhões e meio para 11 milhões de hectares até 2017. É importante, depois, você pegar o resumo. Nós temos o resumo do que é o Plano, é um Plano muito arrojado. Eu penso que esse Plano da Amazônia vai, quem sabe, servir de parâmetro para outros países.

Jornalista: Mas, se levarmos em conta que a demanda mundial exige que o Brasil produza (inaudível) grãos, e que tem 30 milhões de moradores na Amazônia? Parece um desafio insolúvel. Não seria mais sincero dizer que não é possível deter o desmatamento?

Presidente: É possível. Por que é possível? Primeiro, porque nós temos que permitir que a floresta seja um bem para quem mora na Amazônia, e para o Brasil. Segundo, nós temos que ter consciência de que os 23 milhões de habitantes que moram na Amazônia têm direito a ter carro, televisão, geladeira e a trabalhar. Então, nós precisamos levar indústrias limpas para a Amazônia, e não levar indústrias poluidoras. Segundo, nós temos que fazer da floresta uma forma de ganhar dinheiro para muita gente que mora na floresta. Por isso é que nós estamos fazendo com que o manejo da terra possa permitir que as pessoas explorem a madeira para sobreviver. Ao mesmo tempo, nós temos criado muitas reservas extrativistas, para permitir que o seringueiro, por exemplo, possa trabalhar tranquilamente. Mas muito mais importante do que isso é que o Brasil não precisa desmatar a Amazônia para plantar. Nós somos um país que tem 400 milhões de hectares de terras, fora os 360 milhões da

Amazônia. Desses 400 milhões de hectares de terras, nós utilizamos apenas 1% para plantar cana. Nós temos mais de 60 milhões de hectares de terras degradadas, que eram pastos, e pode-se tranquilamente plantar soja, plantar o que se quiser. Pode-se fazer uma combinação de utilização das terras degradadas no País e plantar o que se quiser. Nós vamos preservar os biomas da Mata Atlântica, da Amazônia, do cerrado e, ao mesmo tempo, tem que ter a preocupação de gerar empregos. Nós agora vamos fazer uma programa de titulação da terra, nós vamos resolver a questão fundiária na Amazônia para garantir que as pessoas que já têm a terra tenham o seu título, para a gente poder mapear o que já é propriedade e o que nós temos que preservar. Eu sou um otimista. Nós vamos ter uma reunião agora com os governadores e os prefeitos dos lugares que têm mais desmatamento, para que a gente possa colocar o prefeito como o primeiro defensor para evitar o desmatamento. Agora, ao mesmo tempo, nesse debate climático, nós temos que chamar os países desenvolvidos à responsabilidade. Os países desenvolvidos ficam olhando para a Amazônia, ficam olhando para a África, e não olham para o seu próprio nariz, não cumprem o Protocolo de Quioto. Cadê a inovação da matriz energética do mundo? O Brasil apresentou o biocombustível. Aqui no Brasil, o Inmetro - e você pode se informar disso com o próprio Inmetro - nós fizemos um teste com um carro à gasolina e um carro a álcool, o mesmo carro, o mesmo motor e a mesma velocidade. O carro a álcool emite 8,5 vezes menos CO2 do que o carro à gasolina. Então, o mundo rico precisa primeiro cumprir o Protocolo de Quioto corretamente. Segundo, o mundo rico precisa entender que para ajudar os países pobres a preservar, alguém tem que pagar.

Jornalista: Seria uma solução internacionalizar a Amazônia?

Presidente: Não, a Amazônia é brasileira, é verde-amarela. Não queremos nada... o que nós queremos é que os benefícios da riqueza da biodiversidade da Amazônia sejam repartidos com o mundo. Isso é o que nós queremos.

Jornalista: O ano que vem é o Ano da França no Brasil. O que representa a França para o cidadão brasileiro? Que idéia exatamente chega na cabeça do senhor?

Presidente: Eu penso que muito, muito pela Revolução Francesa, o Brasil gosta muito da França, e eu tenho convicção de que os franceses gostam do Brasil. Pelo menos eu vi, lá, no Ano do Brasil na França, o carinho que o povo francês tinha com o povo brasileiro. Aqui no Brasil, no meio que eu freqüente, todo mundo gosta de ir a Paris, todo mundo admira o vinho da França, todo mundo conhece alguma coisa da Revolução Francesa. Então, eu acho que a França tem uma irmandade com o Brasil ainda pouco explorada. Ela está muito mais em nível intelectual, artístico, cultural...

Jornalista: Futebolístico...

Presidente: ... e não está assim na grande sociedade. Não no futebol. Depois de a gente ganhar de vocês em 1958, vocês ganharam de nós em 1998 e 2006, o que não foi muito bom. E ainda tiraram a gente da Copa do Mundo de 1986, com o Platini...

Jornalista: O que o Presidente acha, Platini ou Zidane é melhor jogador?

Presidente: Eu acho o Zidane uma coisa excepcional. Eu acho o Zidane. Aliás, eu ganhei de presente um filme, um DVD sobre o Zidane. Eu acho o Zidane um dos atletas mais perfeitos que vi jogar na vida.

Jornalista: Numero 1?

Presidente: Número 1 ninguém nunca vai ser, porque o Pelé será sempre invencível. Aliás, você precisa ver o filme do Pelé. Tem um filme chamado “Pelé Eterno” que você, que gosta de futebol, não pode perder.

Jornalista: Quais são as prioridades (inaudível)... da França-Brasil? Vamos falar agora um pouco (inaudível).

Presidente: Primeiro, é importante lembrar que o presidente Sarkozy vem aqui com dupla personalidade: ele vem aqui como presidente da França e, ao mesmo tempo, ele vem como presidente da União Européia. Em um momento nós vamos discutir a relação estratégica Brasil-União Européia, e em outro momento nós vamos discutir a relação estratégica entre França e Brasil. O Brasil e a França têm um potencial comercial muito maior do que o que nós vendemos e compramos hoje, muito maior. Eu tenho dito ao presidente Sarkozy que a França tem que olhar o Brasil com mais carinho porque a França tem o privilégio de ser o único país do mundo europeu a fazer fronteira com o Brasil. A França se dá ao luxo de ser um país europeu e ser um país latino-americano, sul-americano, e isso eu acho que a França não explorou direito ainda, não explorou. Por isso a minha pressa na discussão com o presidente Sarkozy, para a gente concluir a ponte do Oiapoque no nosso mandato.

Mas eu descobri que a burocracia francesa e a brasileira são iguais. Eu percebi que a burocracia é internacionalizada, é universal. Eu descobri três coisas: a Igreja Católica é uma instituição universal, as Forças Armadas são uma instituição universal, e agora eu descobri que a burocracia é uma instituição universal, ela é a mesma coisa em qualquer país do mundo. Mas parece que nós já vencemos todas as barreiras. Agora em novembro teve a licitação, e eu penso que eu e o Sarkozy vamos ter o privilégio de inaugurar essa ponte antes de terminar o meu mandato. A segunda coisa que eu tinha proposto ao Sarkozy, e ele já recebeu o material para estudo, é que nós precisaríamos criar um centro binacional entre Brasil e França para estudar a biodiversidade da Amazônia, já que a França tem uma parte da França na região da Amazônia. A coisa em que nós temos interesse muito forte com a França é na área de defesa. Na área de defesa nós temos muito interesse em ter parceria com a França, porque a França é o único país que se propõe a fazer conosco uma transferência de tecnologia. Por exemplo...

Jornalista: Está fechada já a parceria?

Presidente: Não, nós vamos fechar. Eu espero que a gente conclua tudo na vinda do Sarkozy aqui. Nós já começamos agora com o avião Cougar... como é que se chama? Não, não, o nosso helicóptero... o Cougar. A Eurocopter veio aqui e nós já assinamos o acordo para fazer a produção de helicópteros em Minas Gerais, em Itajubá, para produzir os helicópteros mais modernos que a França tem, com transferência de tecnologia para ser produzida no Brasil. Nós estamos interessados nos aviões mais modernos que a França tem, para substituir os Mirage. Nós temos interesse no submarino

nuclear. E tudo isso nós estamos trabalhando com o governo francês e com o Ministro da Defesa da França, para ver se a gente conclui um pacote em que a gente possa trabalhar em conjunto. Eu acho que seria importante para a França, importante para o Brasil. Eu acho que a França tem que olhar para o Brasil como um parceiro estratégico.

Jornalista: E isso será anunciado durante a visita ...

Presidente: Eu espero que a gente tenha tudo concluído para anunciar na vinda do Sarkozy aqui.

Jornalista: A previsão de 0,5% de crescimento do PIB (Inaudível)

Presidente: Não sei se (inaudível) previsão de 0,5%...

Jornalista: Em um cenário mais pessimista.

Presidente: Na verdade, aí tem a má-fé. O que aconteceu, na verdade? Houve um estudo que mostra três cenários da crise no mundo. Um cenário bom, um cenário razoável e um cenário péssimo. Qual é o cenário péssimo? Um crescimento de 0,5%, não é isso? O bom é de crescimento de 3%. E qual foi a manchete do jornal? “O Brasil só vai crescer 0,5%”, numa demonstração de que essa crise, tanto na França, quanto no Brasil tem dimensões diferenciadas. A crise bate muito mais forte nos países ricos do que nos países emergentes, primeira constatação. Por quê? Porque a crise nasceu lá, pela falta de controle do sistema financeiro. Foi por isso que eu disse, no meu discurso da ONU: chegou a hora da política. Os políticos não podem continuar a entender que o mercado pode tudo. O mercado tem

sua importância, mas o Estado tem que ser o indutor e o regulador de muitas das políticas aplicadas no país. O que aconteceu no mundo é que o sistema financeiro ficou totalmente livre, sem que houvesse nenhum controle. Enquanto no Brasil um banco de investimentos só pode alavancar até seis vezes e meia do seu patrimônio líquido, nos Estados Unidos chegou a 35 vezes, ou seja, as pessoas começaram a emprestar o que não tinham, começaram a financiar o que não podiam dar garantia. Então, a crise é muito mais profunda nos países ricos. A crise aqui no Brasil pode ter um problema maior pela diminuição do crédito. Ou seja, na medida em que o dinheiro se torna escasso no mundo, aqueles que se financiavam com dólar estão tendo mais dificuldades. Agora, nós já tomamos todas as medidas que temos que tomar. Acho que poucos países tomaram as medidas... alguns países tomaram medidas, colocaram dinheiro, para quê? Para salvar os bancos. Nós não colocamos dinheiro para salvar bancos, não colocamos 1 dólar. O que nós fizemos? Nós liberamos quase 100 bilhões de compulsório para irrigar o crédito, nós pedimos para os bancos públicos brasileiros comprar carteiras de bancos menores que podiam ter problema, e nós resolvemos cuidar das nossas exportações aumentando o ACC, ou seja, garantindo que as pessoas tenham exportação. Com todas essas medidas que nós tomamos, nós colocamos dinheiro para a indústria automobilística. Por que a indústria automobilística? Porque ela tem uma cadeia produtiva muito grande e representa 24% do PIB industrial. Nós colocamos dinheiro para a construção civil, para financiar capital de giro; nós colocamos dinheiro para garantir a produção agrícola e nós colocamos dinheiro para capital de giro para a pequena e média empresa. Agora, com todas essas medidas que nós tomamos,

elogiadas por todos, até pelos adversários, a verdade é que parte desse dinheiro ainda não chegou à ponta. Neste momento em que nós estamos conversando, daqui a pouco eu vou ter uma reunião com o Banco Central e com o Ministro da Fazenda para discutir como fazer o dinheiro chegar à ponta. O Brasil leva uma vantagem que poucos países do mundo têm: nós temos alguns bancos públicos muito importantes, nós temos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o BNB e o Basa. Os bancos públicos brasileiros são responsáveis por 40% do crédito no Brasil. Esses bancos estão capitalizados, esses bancos têm dinheiro e esses bancos vão emprestar. A outra vantagem que o Brasil tem é que nós temos um mercado interno em ascensão, com muitas possibilidades. Aí a gente tem que olhar para o presidente Roosevelt: em época de crise, você não se retrai, você investe mais. Nós temos um programa de investimentos, um programa chamado PAC, que você já ouviu falar, e nós queremos gastar todo o dinheiro até 2010.

Jornalista: E acima disso o senhor ainda tem a vantagem de ter reservas enormes para isso. Que perspectivas essas reservas abrem para o Brasil?

Presidente: Essa reserva é uma garantia. A nossa reserva de petróleo...

Jornalista: (inaudível) petróleo, (inaudível) pré-sal...

Presidente: Mas nós temos US\$ 207 bilhões de reservas no Banco Central, coisa que nem todo país tem. Nós temos um programa de construção de muita coisa na área de petróleo. Os investimentos da Petrobras, até 2010, serão de US\$ 112 bilhões, e nós não vamos parar um centavo, nós vamos investir tudo que tiver que

investir. Se for necessário, o Tesouro vai ter que encontrar um jeito de ajudar a financiar esses projetos, porque nós não queremos que eles parem. E eu tenho sido uma espécie de garoto-propaganda. Qual é o problema? Na medida em que as pessoas falam de crise, de crise, de crise e de crise, se você estivesse com vontade de comprar um carro, mesmo se você tivesse estabilidade no emprego, você não iria comprar. Por quê? Porque você não sabe o tamanho da crise e quer ter uma reserva. Se você é um trabalhador que não tem estabilidade, você fala: “eu não vou comprar porque se eu perder o emprego eu não vou ter como pagar”. Então, eu tenho dito: você vai perder o emprego exatamente porque não comprou. Na hora em que a sociedade não compra, o comércio não vende e a indústria não produz. A indústria não produzindo e o comércio não vendendo, o trabalhador vai ser mandado embora. Então, eu tenho dito que a melhor de ele garantir o emprego é consumir as coisas que ele precisa consumir.

Jornalista: E esse país tem a cultura do consumo, que é uma vantagem bem grande.

Presidente: É porque falta muita coisa para nós, nós ainda temos muita gente que precisa de tudo. Eu estou convencido... agora eu vou dizer uma coisa, não com otimismo, eu vou dizer uma coisa que eu penso, acredito e trabalho com isso: o Brasil é hoje o país que mais está preparado para enfrentar essa crise, de todo o G-20. Estou falando olhando nos seus olhos, aqui, que o Brasil é hoje o país mais preparado para enfrentar essa crise. Somente o tempo é que vai permitir dizer se eu tinha razão ou não, mas eu estou convencido disso. O meu desafio é passar esse meu otimismo para a sociedade.

Jornalista: (Inaudível)

Presidente: Acho. Primeiro, o Brasil agora poderia servir de modelo, porque a nossa dívida pública representa apenas 36% do PIB. Poucos países no mundo têm uma dívida pública tão pequena. Segundo, nós temos mais reservas do que a nossa dívida externa. Terceiro, nós temos um sistema financeiro muito moderno. Qualquer país do mundo poderia olhar o sistema financeiro brasileiro e adotá-lo como exemplo. Quarto, nós precisamos fazer uma regulação do sistema financeiro internacional, com a visão de que o sistema financeiro tem que existir para ajudar o setor produtivo, umbilicalmente ligado ao setor produtivo. Nós não podemos mais ficar com o sistema financeiro vendendo papéis, papéis e papéis, sem produzir um lápis, sem produzir uma caneta. Por que o petróleo chegou a US\$ 150 o barril? Você sabe o que os presidentes diziam para mim? O presidente da Petrobras, o presidente Chávez, todos com quem eu conversava, sabe o que diziam para mim: “é por causa da China”. Pois bem, um belo dia eu fui a uma reunião do G-8 e levantei a questão do preço dos alimentos e do petróleo no mercado futuro. O que aconteceu, na verdade? Tinha no mercado futuro a mesma quantidade de barris de petróleo que a China consumia. A China continua consumindo petróleo e o petróleo caiu para pouco mais de US\$ 50 o barril. Qual é a explicação, senão a especulação? Por que os preços dos alimentos subiram, de forma excepcional, entre maio,

junho e julho deste ano? A gente poderia dizer que uma parte disso é porque o povo pobre começou a comer mais, correto? No caso do Brasil, a produção agrícola sempre cresceu. Mas na outra parte, você pode dizer: é porque as pessoas que estavam no subprime foram para o mercado futuro de alimentos, e começaram a especular com alimentos que iriam ser produzidos em 2010, 2011, 2012, ou seja, o mundo não pode dar certo assim. Por isso é que eu acho que depois da reunião do G-20 será inexorável a regulação do sistema financeiro mundial. Ou seja, o sistema financeiro tem que se prestar a ajudar a economia crescer. É preciso acabar com esse tal de bônus, com essas metas, que um bando de yuppies no mundo projetavam uma meta, vendiam papéis e mais papéis, mais papéis e mais papéis, não produziam um centavo e no final do ano ganhavam verdadeiras fortunas por terem atingido uma meta virtual, que não tinha nada a ver com o crescimento produtivo de cada país. O crescimento da economia tem que estar subordinado à produção. Vejam que absurdo: teve um erro em um jornal - eu não sei se... - desses, que publicou o seguinte: o PIB mundial é de US\$ 65 trilhões, e o dinheiro que circulava, de papéis, era US\$ 650 trilhões. Onde é que está esse dinheiro que desapareceu? Se fosse todo para as Ilhas Cayman, ela já tinha afundado. Não caberia tudo nas Ilhas Cayman. Na verdade, nós dirigentes, Sarkozy, Obama, Hu Jintao, primeiro-ministro Singh, eu, todos,

nós temos que assumir a responsabilidade de que nós fomos eleitos para dirigir países, nós é que fomos para a rua pedir voto, nós é que assumimos compromissos com o povo, e por isso nós temos o direito de exigir que o sistema financeiro seja sério.

Jornalista: Depois de dezembro de 2010, o que você vai fazer e como quer ser lembrado?

Presidente: Se eu estiver vivo, já agradeço a Deus por estar vivo. Eu não penso nisso. Acho que se eu, que tenho dois anos de mandato, começar a me preocupar com o que eu vou fazer depois que deixar a Presidência, eu vou ter uma preocupação a mais na minha vida. Sabe aquela música do Zeca Pagodinho, “Deixa a Vida Me Levar”? Você conhece? Então escute. Eu prefiro deixar a vida me levar. Quando eu terminar o meu mandato, vou pensar o que fazer. O que eu quero é trabalhar muito nesses dois anos para concluir todos os programas que nós nos determinamos a cumprir. Se eu fizer isso, espero que quem for eleito aqui no Brasil, possa fazer muito mais do que eu porque encontrou um país muito melhor do que eu encontrei. Esse é o meu desejo. E aí eu vou cuidar da minha vida. É importante lembrar que eu vivi 55 anos sem ser presidente. Estou há 8 anos como presidente, e posso muito bem viver o resto da minha vida tranqüilo, sem ser presidente, sem me preocupar muito com o que eu vou

fazer. Eu sou um homem de baixo consumo, as coisas na minha vida são muito modestas, nunca deixei me iludir pelo exercício do cargo da Presidência, não aumentou um milímetro o meu ego ser Presidente da República, pelo contrário, aumentou muito a minha responsabilidade, aumentou muito a minha jornada de trabalho. Quando eu trabalhava na fábrica eu sabia que eu entrava às 8h, eu sabia que eu saía às 6h, e eu sabia que eu tinha sábado e domingo livres, sabia que a imprensa não me conhecia, portanto eu era um homem muito tranqüilo. Hoje não tenho hora para entrar, não tenho hora para sair, não tenho sábado, não tenho domingo e ganho menos do que eu ganhava quando eu não era presidente. Então, eu estou tranqüilo para tocar a minha vida. Se você quiser ir ao Pronasci amanhã, eu vou sair daqui às 8hs da manhã. Você acerta com o Nelson. Eu acho que seria importante você conhecer o Complexo do Alemão. É um desafio. Nós vamos entrar no Complexo do Alemão, Manguinhos, Rocinha, Pavão-Pavãozinho. Amanhã é só o Complexo do Alemão. Estou convencido de que somente com políticas públicas lá dentro é que o Estado vai diminuir o narcotráfico, o crime organizado e a violência. Na hora em que um moleque de 14 anos perceber que ele tem um outro caminho a ser seguido, ele não vai seguir o da criminalidade.

Jornalista: Muito obrigado.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeganistão 169, 196

Amazônia 80, 129, 155, 161, 224, 232, 292, 293

América do Sul 34, 48, 62, 63, 66, 67, 69, 71, 73, 80, 84, 90, 101, 119, 128, 137, 150, 151, 172, 178, 181, 196, 207, 226, 230, 232, 241, 249, 250, 257, 271, 275, 277, 286, 289, 290, 291, 292

Angola 53, 158, 180, 189, 190, 193, 202, 221, 222, 244, 264, 267

Argentina 31, 32, 33, 34, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 73, 75, 76, 77, 138, 161, 194, 195, 198, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 232, 257, 269, 289, 291, 292

ASEAN 38, 44, 73, 77, 119, 120, 122, 172, 178, 272, 280, 281

Austrália 168, 204, 206, 207, 270

B

Bolívia 31, 35, 50, 65, 66, 84, 137, 158, 162, 183, 197, 198, 205, 225, 226, 228, 240, 248, 303

Burundi 179, 229, 246

BNDES 63, 64, 76, 210, 211, 215, 219, 220, 279, 295, 297, 301

C

Cabo Verde 189, 190, 229, 244, 246

CALC 137, 141, 149, 233, 269

Chile 31, 35, 65, 73, 84, 73, 84, 93, 138, 183, 197, 219, 247

China 79, 89, 129, 149, 168, 196, 227, 247, 269, 295, 312

Cingapura 121, 122, 164, 280, 281

Colômbia 31, 65, 138, 150, 158, 164, 175, 184, 187, 188, 199, 281, 292

Comunidades Brasileiras no Exterior 49, 50, 175

Conselho de Segurança 37, 44, 48, 80, 85, 110, 112, 122, 128, 132, 146, 154, 172, 173, 174, 181, 192, 195, 196, 208, 224, 229, 251, 254, 259, 265, 272, 288

Coréia 73, 111, 112, 113, 164, 168, 269, 273, 274, 275, 276, 277

Costa Rica 59, 60, 158, 159, 194, 234, 241

CPLP 173, 174, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 221, 244, 247, 253, 258, 260, 273

Cuba 137, 145, 146, 147, 162, 196, 261

Cúpula Íbero-Americana 93, 94, 261, 263, 264

D

Defesa 32, 43, 45, 61, 63, 76, 84, 85, 90, 104, 112, 128, 149, 150, 151, 152, 169, 170, 174, 175, 177, 178, 181, 184, 192, 198, 208, 211, 219, 220, 225, 232, 233, 240, 251, 267, 268, 283, 290, 292, 295, 311, 312

Desenvolvimento 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 48, 51, 52, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 69, 71, 73, 75, 76, 77, 80, 84, 85, 87, 90, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 119, 120, 121, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 138, 141, 142, 145, 146, 149, 151, 154, 157, 159, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 192, 193, 196, 198, 200, 203, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 268, 269, 270, 272, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 285, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 297

Desenvolvimento sustentável 115, 154, 161, 165, 171, 177, 181, 182, 213, 224, 232, 260, 272, 283, 293, 277, 278

Direitos Humanos 43, 52, 69, 85, 133, 134, 135, 154, 167, 168, 181, 182, 192, 193, 196, 200, 208, 209, 212, 221, 226, 241, 260, 265, 267

Drogas 188

E

Egito 73, 198, 199

El Salvador 93, 200, 234, 238, 241, 261, 263, 279

Ecuador 31, 65, 197, 228, 241, 281, 303

Espanha 52, 94, 196, 203, 244

Energia Nuclear 76, 112, 154, 217, 273, 274

Estados Unidos 34, 50, 65, 67, 96, 100, 119, 142, 155, 160, 164, 265, 269, 277, 285, 287, 288, 289, 293, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 310

F

Farc 167, 291, 294

G

Guatemala 163, 233, 240, 278

Guiana 137, 162, 237, 242, 243

Guiné-Bissau 161, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 229, 244, 246, 247, 273, 274, 278

G-8 44, 48, 52, 103, 168, 170, 228, 267, 269, 301, 314

G-20 Financeiro 99, 267, 270

H

Haiti 80, 84, 85, 90, 165, 211, 212, 224, 229, 236, 241, 252, 262, 268, 279

I

IBAS 84, 87, 88, 90, 179, 229, 230, 246

Índia 65, 73, 77, 87, 88, 129, 138, 168, 169, 179, 190, 196, 227, 228, 229, 232, 233, 245, 246, 262, 269, 295, 296

Indonésia 43, 44, 45, 109, 110, 157, 164, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 194, 195, 270, 271, 272, 280

Irã 264

Iraque 203, 250, 251

Israel 205, 226, 250, 252, 265

Itália 52, 57, 103, 104, 164, 168, 266, 267, 268, 269, 270

J

Jordânia 31, 73, 89, 90, 163, 178, 249, 250, 251, 252

L

Líbano 89, 180, 200, 205

Lituânia 47, 48, 52, 179, 180, 181, 182, 183

M

Mauritânia 197

Mercosul 31, 32, 33, 34, 35, 38, 44, 48, 60, 62, 63, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 90, 95, 101, 104, 119, 120, 122, 128, 137, 138, 139, 149, 153, 159, 172, 178, 179, 181, 182, 198, 199, 202, 210, 212, 216, 220, 230, 235, 236, 237, 240, 242, 249, 250, 256, 257, 259, 268, 271, 273, 276, 279, 280, 290, 291

México 31, 137, 168, 227, 228, 268, 269

Moçambique 157, 161, 162, 163, 189, 191, 202, 210, 244, 246, 247, 253, 254, 255

N

Namíbia 161, 225

Nicarágua 195, 234, 237, 239, 240, 241

Nova Zelândia 160, 204, 208, 209

Noruega 79, 80, 81, 161, 224

O

OMC 37, 48, 55, 57, 60, 72, 119, 128, 132, 168, 170, 172, 173, 177, 178, 186, 187, 198, 206, 214, 243, 244, 277, 296

ONU 37, 41, 55, 57, 94, 99, 112, 119, 121, 122, 131, 132, 134, 167, 169, 181, 203, 208, 229, 251, 254, 265, 279, 285, 288, 310

Ossétia do Sul 197, 200

Oriente Médio 89, 90, 178, 202, 226, 249, 263

P

Palestina 90, 229, 246, 252

Paquistão 205, 226, 239

Paraguai 31, 32, 35, 49, 65, 71, 138, 162, 200, 209, 210, 219, 224, 225, 248, 263, 291, 301

Peru 31, 150, 183, 184, 187, 188, 225

Portugal 49, 94, 189, 190, 192, 243, 256, 257, 258, 259

Protocolo de Quioto 155, 183, 268, 277, 284, 308

R

República Dominicana 233, 278

Rússia 77, 123, 127, 128, 129, 164, 234, 235, 236, 270, 271

S

São Tomé e Príncipe 163, 164, 165, 189, 190, 192

Síria 205

Sri Lanka 223, 239

Suíça 55, 57, 133, 160, 201, 235

T

Terrorismo 43, 170, 190, 200, 204, 226, 227, 238, 262, 295

Timor Leste 110, 168, 169

Trinidad e Tobago 142, 158, 188, 189

Turquia 31, 73, 77, 190, 270

U

União Européia 33, 48, 52, 64, 67, 69, 71, 73, 94, 104, 119, 147, 153, 154, 181, 182, 200, 212, 226, 243, 255, 269, 296, 299, 309,

Uruguai 31, 32, 35, 55, 65, 66, 69, 71, 138, 157, 164, 202, 217, 218, 296

V

Vaticano 267

Venezuela 31, 32, 33, 34, 65, 71, 77, 129, 137, 162, 227, 229, 230, 231, 232, 256, 292, 301

Vietnã 37, 38, 39, 157, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 202, 280, 295

Z

Zimbábue 167, 190, 223, 247, 255

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

320

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

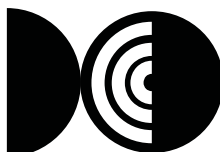
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1ºsubsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 3411-9279 / 9037

Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação